UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO
FACULDADE DE FILOSOFIA, LETRAS E CIÊNCIAS HUMANAS
DEPARTAMENTO DE SOCIOLOGIA
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM SOCIOLOGIA

**Campos de disputa e gestão do espaço urbano: o caso da
“cracolândia” paulistana**

Taís Rodrigues Pereira Magalhães

São Paulo
Dezembro de 2015

UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO
FACULDADE DE FILOSOFIA, LETRAS E CIÊNCIAS HUMANAS
DEPARTAMENTO DE SOCIOLOGIA
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM SOCIOLOGIA

**Campos de disputa e gestão do espaço urbano: o caso da
“cracolândia” paulistana**

Taís Rodrigues Pereira Magalhães

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação de Sociologia da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo, para obtenção do título de Mestre em Sociologia, sob orientação da Profa. Dra. Vera da Silva Telles.

São Paulo
Dezembro de 2015

Folha de Aprovação

Taís Rodrigues Pereira Magalhães

Campos de disputa e gestão do espaço urbano: o caso da “cracolândia” paulistana

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação de Sociologia da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo, para obtenção do título de Mestre em Sociologia, sob orientação da Profa. Dra. Vera da Silva Telles.

Aprovado em: _____

Banca Examinadora

Prof. Dr. _____

Instituição: _____ Assinatura: _____

Prof. Dr. _____

Instituição: _____ Assinatura: _____

Prof. Dr. _____

Instituição: _____ Assinatura: _____

Resumo

Magalhães, Taís Rodrigues Pereira (2015). *Campos de disputa e gestão do espaço urbano: o caso da “cracolândia” paulistana*. Dissertação de Mestrado: São Paulo, Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo.

A presente pesquisa tem como objetivo reconstruir os acontecimentos em torno da Operação Integrada Centro Legal (mais conhecida como “Operação Sufoco”), deflagrada na região central de São Paulo conhecida como “cracolândia”, em janeiro de 2012. Trata-se de uma intervenção policial que parece evidenciar o que todo um campo de pesquisas vem flagrando em outras cidades do Brasil e do mundo como uma lógica securitária nas formas de gestão e produção do espaço urbano. Além disso, dentro do contexto da “cracolândia”, essa operação pode ser tida como um ponto de virada na forma como o Estado intervém atualmente nesse território, que passou a ser foco de políticas das três esferas de governo nos últimos três anos. A hipótese que orienta a análise da operação, seus efeitos e a configuração atual da região da “cracolândia” é a de que as inovações nas formas de gerir esse território observadas recentemente podem ser entendidas tendo como referência as limitações e resistências geradas pelos campos de disputa que surgiram em torno desta ação policial. A partir da análise da atuação judicial de defensores e promotores públicos com vistas a fazer cessar a operação na região, são apresentados neste trabalho alguns dos conflitos e disputas que se processaram em torno da “cracolândia” e das formas de gerir esse espaço, por exemplo, sobre qual o papel que as forças repressivas deveriam ter (ou não) no trato da questão do *crack*, o embate entre o direito de ir, vir e permanecer dos usuários de *crack* e o direito à segurança, e as disputas entre diferentes saberes médicos sobre as formas de tratamento de usuários e dependentes químicos. Nesse sentido, a “cracolândia”, a “Operação Sufoco” e toda a reconfiguração que ela engendrou nesse território foram escolhidos como cenas privilegiadas para observar as conflituosidades que esse tipo de intervenção securitária engendra e como tais disputas influenciam na dinâmica reconfiguração dos dispositivos de controle que visam garantir a ordem nesse espaço urbano.

Palavras-chave: cracolândia, crack, Operação Sufoco, espaço urbano, campos de disputa.

Abstract

Magalhães, Taís Rodrigues Pereira (2015).): Fields of dispute and urban space management: the São Paulo' 'crackland' case. Dissertação de Mestrado: São Paulo, Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo.

This research aims to reconstruct the events around the "Operação Integrada Centro Legal" (known as "Operation Suffocation"), deflagrated in the central region of São Paulo city known as "crackland" in January 2012. This is a police intervention that seems to evidence what a whole field of research is capturing in other cities in Brazil and in the world as a security-logic in the forms of managing and producing urban space. In addition, within the context of "crackland", this operation can be seen as a turning point in the way the state currently intervenes in that territory, which became the focus of policies of the three levels of government in the last three years. The hypothesis that guides the analysis of this intervention, its effects and the current setting of "crackland" region is that innovations in ways of managing this territory recently observed can be understood with reference to the limitations and resistance generated by the fields of dispute that emerged around this police operation. From the analysis of the judicial action of public defenders and prosecutors in order to end the operation in the region, some of the conflicts and disputes about "crackland" and ways to manage this space are presented in this work, e.g on what role the repressive forces should (or should not) have at the *crack* issue, the battle between the *crack* users' right to go, come and stay versus the right to security, and disputes between different medical knowledge on ways to treat users and addicts. In this sense, "crackland", "Operation Suffocation" and all reconfiguration it engendered in that territory were chosen as privileged scenes to observe the conflicts that this type of security-intervention engenders and how these disputes influence in the dynamic reconfiguration of control devices that aim to ensure order in this urban space.

Key words: crackland, crack, Operation Suffocation, urban space, fields of dispute.

Agradecimentos

Nessa difícil, porém gratificante trajetória de pesquisa, muitas pessoas passaram, outras tantas ficaram, mas todas elas foram deixando suas marcas nessa experiência, e às quais sou sincera e carinhosamente grata.

Em primeiro lugar, agradeço à minha orientadora, professora Vera da Silva Telles, que com toda sua paciência, atenção, críticas, exigência e acolhimento, me ensinou muito mais que sociologia: me ensinou que a atividade de pesquisa é uma construção coletiva, e que é compartilhando que construímos algo realmente relevante. Agradeço por ter me acolhido em seu grupo de pesquisa, tanto o "Cidade e Trabalho", quanto agora no Projeto Temático da FAPESP, nos quais pude compartilhar experiências de pesquisa e debates dos mais instigantes. Sinto-me realmente privilegiada em poder estar num ambiente e num campo tão estimulante e rico. A todos dos dois grupos de pesquisa, em especial Andrea Roca, Bruna Ramachioti, Carlos Freire, Daniel Hirata, Fábio Mallart, Juliana Machado, Marina Mattar, Natália Rivera, Rafael Godói, Renato Abramo, Tiago Cortês, Tiarajú D'Andrea e Thiago Mاتيولli, agradeço pela contribuição desde os idos da minha iniciação científica, até agora no momento de entrega dessa dissertação. A contribuição de cada um de vocês está muito além dessas páginas, está em todo processo de construção da minha carreira como socióloga.

Se fazer pesquisa, e ainda por cima pesquisa de campo já é uma atividade árdua, fazê-la na "cracolândia" foi realmente um desafio. Trata-se de um lugar cheio de contradições, de experiências das mais diversas, tanto de sofrimento, quanto de alegrias e esperanças. É um espaço que instiga, mas que também consome. E não teria conseguido passar por toda essa trajetória de pesquisa sem a companhia fiel e sincera de Marina Mattar. Compartilhamos muito mais do que experiências de pesquisa e discussões sobre nosso objeto de análise: foram descobertas, insights, alegrias, frustrações, angústias, cansaço, ânimo, conquistas, risos, lágrimas, e muitas boas conversas. Muito mais do que parceira de pesquisa, você se tornou para mim uma parceira para a vida! Má, obrigada de coração por ter estado ao meu lado durante toda essa trajetória, palavra nenhuma poderá expressar a minha gratidão. Sem você essa pesquisa não seria possível!

Nessa empreitada na "cracolândia" paulistana, agradeço também a todos que nos acolheram e com os quais pude começar a entender esse universo tão único e complexo: a todos da ONG É de Lei, por todos os ensinamentos não só sobre redução de danos, mas principalmente por ter mudado completamente a minha compreensão sobre esse campo tão imbricado, polêmico e instigante das drogas. Obrigada também pela introdução necessária e rica que pude ter a esse campo e à "cracolândia" durante o curso sobre redução de danos em 2014.

A todos os trabalhadores que pude conhecer durante o trabalho de campo, das diversas

pastas e serviços (saúde, assistência social, trabalho, Direitos Humanos), que tiram seu sustento do trabalho árduo e admirador que fazem diariamente na região da "cracolândia": ao Myro, que com muita atenção e paciência nos ajudou a compreender melhor os meandros da "cracolândia" e dos serviços que lá existem, ao Daniel e ao Caio, por nos guiar no dia-a-dia de campo; a todos da ONG Adesaf, em especial ao Joãozinho, que nos recebeu com tanto respeito, generosidade e parceria, à Josi e Paula, por nos deixar acompanhar suas rotinas de trabalho, ao Peterson, por seus insights e inteligentes observações. À médica Marcela Pontes, por sua visão crítica e trabalho admirador; e a todos os trabalhadores que entrevistamos, ouvimos e conversamos, mas que aqui prefiro respeitar o sigilo de suas identidades.

Aos ativistas jurídicos os quais pude conhecer durante a pesquisa, cujo trabalho (e lutas) passei a admirar profundamente: defensores públicos Daniela Skromov, Raul Nin e Bruno Shimizu, e promotores Eduardo Valério e Arthur Filho. A todos do Observatório Vozes da Rua e ao professor Rubens Adorno, pelos debates estimulantes e profícuos.

Agradeço também a todos, mulheres e homens, que pude conhecer durante a pesquisa de campo e que compartilharam conosco suas histórias, marcadas ou não pelo *crack*. Nessa experiência de alteridade, de ouvir cada um deles, levo aprendizados de humanidade que vão muito além dessa pesquisa.

Agradeço aos pesquisadores Taniele Rui, Maurício Fiore, Luiz Tófoli, Fábio Mallart, Déborah Fromm e Letícia Canonico pelas experiências e discussões durante a realização da pesquisa de avaliação do programa De Braços Abertos. Aos professores Laurindo Minhoto e Taniele Rui, pelas suas contribuições e leituras generosas durante a minha banca de qualificação. À Juliana Machado, pela leitura fina da dissertação, pelos comentários mais do que pertinentes, e por todo carinho e apoio que me deu durante essa trajetória de pesquisa.

Ingressei no mestrado fazendo a opção por continuar também a minha carreira de analista no IBOPE Inteligência, e essa difícil trajetória de pesquisa também não seria possível sem o apoio incondicional que recebi dos meus gestores, Márcia Cavallari, Hélio Gastandi, e em especial Rosi Rosendo. À minha chefe, obrigada pela paciência durante esses três anos, pela compreensão nos momentos em que estive ausente, pela segurança que me transmitiu a todo momento e pela confiança no meu trabalho. Obrigada por ser essa gestora fiel e amiga admirável.

Agradeço pelo imenso carinho, compreensão e apoio também dos meus colegas ibopianos, que seguraram as pontas e as encrencas do trabalho enquanto estava me dedicando ao mestrado, e que também me ajudaram tanto nas minhas eternas angústias pela escolha que fiz de (tentar) conciliar estudos e trabalho: Ana Cavalcanti, Caio Arakaki, Fábio Fernando, Fábio Tsunoda, Gabriela Rosa, Guilherme Militão, Karina Kasson, Patrícia Pavanelli, Rachel Batista, Regiane Sousa, Rildo Bicalho e Victor Steiner.

A opção por estar na academia e no mercado de trabalho foi por tantas vezes conflituosa e sofrida, e devo muito àqueles que me incentivaram a permanecer na minha escolha. Muito obrigada Thamires Cristina, por compartilhar comigo as angústias dessa nossa vida dupla - te admiro por ser esta mestre, trabalhadora e amiga tão doce! Agradeço também a Tiarajú D'Andrea, que nas nossas intermináveis conversas sobre a USP e o IBOPE, me incentivou a fazer aquilo que o meu coração mandava. Obrigada pelo ombro amigo, pelos sambas, pelo carinho e pela força que sempre me deu! Agradeço também à Claudia Sciré, por compartilhar suas experiências no mundo da pesquisa acadêmica e de mercado, e ao Thiago Mاتيolli, pela imensa paciência e bom humor que teve ao ouvir minhas lamúrias.

Obrigada também à minha turma de mestrado, com os quais pude compartilhar as experiências do período de estudos, preocupações, angústias, mas também muitas risadas e bons momentos: Danielle Uchoa, Heitor Vianna, Maria Mercedes, Nathália Campagnani, Paulo de Tarso, Renan Theodoro, Sara Tufano, Thamires Cristina e Ugo Rivetti. Obrigada às minhas eternas colegas de graduação, Nathalie Ferreira e Vanessa Araújo, que sempre acreditaram em mim e me apoiaram durante todo esse tempo. E obrigada também minha amiga de sempre, Ana Carla da Fonseca, que abriu os meus olhos para a escolha mais acertada que fiz na vida: as ciências sociais. Amiga, obrigada por acreditar em mim e por toda força e apoio que sempre me deu! Agradeço também a Luciano Medeyros, homem único, bondoso e generoso, que me apoiou nessa reta final de dissertação. Obrigada pelo carinho, pela paciência e por enxergar nas nossas diferenças a sinceridade dos meus sentimentos.

Quero agradecer também ao meu eterno mentor, meu primeiro orientador e figura decisiva na minha opção pelo caminho das ciências sociais: professor Antônio Machado Veiga (Toninho). Obrigada pela formação crítica, humana e carinhosa que me deu. Você foi determinante nesse caminho que me levou hoje a onde estou e me fez ser o que hoje sou. SER!

Por fim, e mais importante, devo eternamente ao apoio e amor incondicionais da minha família, meu porto seguro. Daddy, Mommys, Neitinha e Gabi, obrigada pela paciência e desculpem pela ausência durante esse período. Nada disso seria possível sem a base que vocês me dão. Dedico esse trabalho aos meus pais, que com muito suor, lágrimas, força, dedicação, carinho e amor me formaram como pessoa.

Sumário

Introdução.....	11
Construindo o problema de pesquisa a partir dos achados de campo.....	11
A contribuição da literatura sobre a “cracolândia” paulistana.....	23
Capítulo 1 – A cena da “Operação Sufoco”.....	36
Da Operação Integrada Centro Legal à Operação "Dor e Sofrimento".....	36
A “Operação Sufoco” e a gestão securitária do espaço urbano.....	43
Capítulo 2 - O ativismo jurídico de defensores e promotores públicos.....	51
A atuação da Defensoria Pública do Estado de São Paulo.....	52
A atuação do Ministério Público do Estado de São Paulo.....	58
Capítulo 3 - Campos de disputa em torno da “Operação Sufoco”.....	76
Os embates na esfera da segurança pública: o papel da polícia na questão do crack.....	77
Os embates na esfera do direito: o conflito entre o direito de ir e vir e o direito à segurança.....	89
Os embates entre saberes médicos: como lidar com o consumo de crack?.....	93
1. A epidemiologia do crack.....	95
2. A (in)distinção entre usuário e dependente.....	96
3. Relações causais entre uso de crack e problemas sociais.....	99
4. Formas de tratamento.....	100
Nos limiares entre os campos da segurança, do direito e da saúde: a disputa na gestão dos corpos, da circulação e do espaço urbano.....	106
Capítulo 4 - Os reflexos da “Operação Sufoco” no território da “cracolândia”.....	108
O fortalecimento de bandeiras contrárias às ações policiais repressivas na região da “cracolândia”.....	109
A multiplicação de serviços e instituições em torno do "problema da crackolândia" paulistana.....	114

O plantão judiciário para internação e o programa Recomeço.....	114
O ônibus de vigilância do programa " <i>Crack</i> , é possível vencer".....	119
O programa De Braços Abertos.....	122
A resistência territorial dos usuários de <i>crack</i>	139
Considerações finais.....	141
Da Operação Sufoco ao programa De Braços Abertos: campos de disputa e gestão do espaço urbano.....	141
Referências Bibliográficas.....	145

Introdução

Construindo o problema de pesquisa a partir dos achados de campo

Subo as escadarias da estação da Luz e, por causa da Copa do Mundo, várias placas novas em inglês ao longo da plataforma e corredores do metrô indicam saídas e linhas para turistas, se misturando àquelas já existentes que indicam a saída para a estação Pinacoteca, Rua José Paulino, Museu da Linha Portuguesa. Decido tomar a saída em direção à Rua José Paulino, onde muitas pessoas, especialmente mulheres, circulam e compram roupas nesse importante circuito de comércio popular de São Paulo. Não me demoro muito e observo de longe, do outro lado da rua, o Parque da Luz, de onde pude ver a circulação de homens entrando e saindo, abordando as mulheres que lá oferecem programa, e a Pinacoteca, que recebia uma excursão de alunos que pareciam ser de algum colégio particular, em função da cor de seus uniformes.

Dedico então dar a volta para pegar a Rua Mauá, onde há grande circulação de pessoas entrando e saindo da estação, outras tantas esperando em fila o próximo ônibus estacionado partir, enquanto lojistas ficam sentados em frente aos seus comércios, conversando. Há ainda algumas prostitutas nas entradas da estação, e próximos a elas alguns ambulantes vendendo DVDs piratas e pessoas pedindo dinheiro, sentadas na rua. Nesse mesmo ponto, avisto a famosa ocupação Mauá, com a fachada renovada.

Atravesso a Rua General Couto de Magalhães, de onde consigo avistar diversas das construções daqueles arredores, umas mais bem conservadas, outras bastante deterioradas. Essas construções, bem como aquela da Rua Mauá, me fazem lembrar do Projeto Nova Luz, agora engavetado pela gestão do prefeito Haddad. Prossigo então pela Rua Mauá, seguindo o muro que isola a malha ferroviária ao lado, e depois as belas paredes da Estação Pinacoteca e da Sala São Paulo, bem conservadas e vigiadas por seguranças privados. Chego então na Praça Julio Prestes, onde muitas pessoas circulam indo e vindo do trabalho, outras crianças brincam, e algumas outras passeiam. Deste ponto já é possível avistar uma base comunitária móvel da Polícia Militar, que apesar do nome, já pude notar estar sempre lá estacionada. Seguindo mais adiante até a entrada da Estação Julio Prestes, pude contar três viaturas e duas motos da Guarda Civil Metropolitana (GCM), mais especificamente da Inspetoria de Operações Especiais (IOPE), agrupamento especial da GCM que, apesar de ser do município e não portar armas de fogo (apenas cassetes e armas de choque), conta com guardas que se vestem e se portam de forma muito parecida com os policiais militares.

Avisto, então, um ônibus da referida guarda, estacionado na calçada na Alameda Cleveland, cercado por grades, viaturas e guardas, e que leva em sua lateral o slogan "Crack, é possível

vencer". Nas laterais do ônibus, e em cima de um alto mastro, é possível contar ao menos cinco câmeras de vigilância. Nessa mesma calçada, ao lado do ônibus, encontro então o que muitos identificam como a "cracolândia": há uma grande concentração de pessoas conversando sentadas na calçada ao lado de carroças de coletores de materiais reciclados, algumas consumindo crack com seus cachimbos, outras tantas circulando, enquanto algumas arrumam objetos na calçada, expondo produtos dos mais variados que pareciam ser para venda ou troca, como sapatos usados, roupas, restos de materiais eletrônicos, etc. Margeando essa concentração de pessoas, há um gradil de metal, que os separa do restante da calçada, onde pessoas passam com pressa, ou observam de forma curiosa a tão famosa "cracolândia". Também observam a cena agentes da Prefeitura e do Governo do estado, reconhecidos pela cor de seus coletes: os de azul são agentes da Secretaria Municipal de Saúde, os de verde são da Secretaria Municipal de Assistência e Desenvolvimento Social, e os agentes do Governo do estado usam coletes brancos, com o símbolo do programa "Recomeço". Esse mesmo símbolo está estampado em um pano que cobre toda a fachada de um dos poucos prédios que restaram naquele ponto, após as demolições feitas em 2009, em função do projeto Nova Luz. Nesse prédio, como consta em uma placa colocada em sua fachada, está prevista a construção de um hospital especializado em tratamento de dependentes químicos.

Entro, então, na Rua Helvétia, onde há pessoas usando crack nos dois lados da rua, e onde pequenos grupos são formados por alguns que parecem estar em situação de rua e outros mais bem vestidos, todos juntos ao longo da calçada. Mais à frente, do lado direito da rua, há um espaço amplo onde está alocada a tenda do programa "De Braços Abertos" da Prefeitura. Há muitas pessoas lá dentro assistindo à TV, conversando, e outras saindo uniformizadas com a camiseta do programa, com os materiais para fazer a varrição das ruas do entorno. Elas saem cumprimentando tanto os agentes da assistência social, quanto conhecidos seus que estão na rua consumindo crack.

Na esquina da Rua Helvétia com a Alameda Dino Bueno está o hotel onde os participantes do referido programa municipal estão alojados. Exatamente na esquina oposta, estão as tendas do programa Recomeço, um espaço onde há banheiros, mesas, alguns funcionários uniformizados ou usando jalecos, e ninguém mais. Ao longo das tendas há cartazes pendurados com dizeres como "acredite, é possível recomeçar" e "vamos ajudar você a tirar o crack da sua vida".

Entro na Alameda Dino Bueno e demoro um pouco para reconhecer o espaço, que há dias atrás estava bastante cheio com outra concentração de usuários, tal como aquela da Alameda Cleveland. Na rua estão estacionadas outra base móvel da Polícia Militar e duas viaturas da Guarda Civil Metropolitana, em frente a um imóvel desocupado há dois anos, durante a operação policial que ficou conhecida como "Operação Sufoco". Mais à frente, avisto do meu lado esquerdo o Largo Coração de Jesus, recém-inaugurado após ter passado por reformas. Nesse espaço,

cercado por grades altas, há logo na entrada uma base fixa da Polícia Militar, duas quadras onde, naquele dia, jogavam futebol times de imigrantes haitianos e bolivianos, e um parquinho repleto de crianças brincando. Do lado direito da rua está o “Bom Prato”, e uma longa fila se forma esperando o horário de abertura para o almoço. Nesse dia, todos na fila esperavam olhando atentamente o que estava acontecendo no meio da rua: funcionários da Secretaria Municipal de Direitos Humanos e Cidadania montaram uma mesa, e havia algumas pessoas em volta preparando materiais decorativos e papéis que seriam colados em pontos do bairro. Algumas crianças tímidas foram se aproximando para ajudar com as atividades propostas pelos funcionários da Prefeitura. Dentre eles, estava uma antiga colega de faculdade, que me explicou que aquela atividade fazia parte de um novo projeto de ressignificação das ruas do bairro da Luz, que tinha como objetivo, nos termos dela, promover o sentimento de pertencimento ao espaço público e requalificar os usos dele, contando com a participação de moradores, comerciantes e dos participantes do programa De Braços Abertos.

No final do meu percurso pelas ruas da "cracolândia", viro à direita na Alameda Gleite, onde está o prédio da seguradora Porto Seguro, vigiado por seguranças privados. Naquele instante, dois desses seguranças estavam retirando um homem que estava sentado próximo à entrada do prédio, pedindo dinheiro aos que passavam. Duas mulheres passam por mim observando a cena e uma delas alerta à outra: "é melhor dar comida, se der dinheiro, vai gastar tudo em crack!".

A descrição desse trajeto, que reúne elementos de algumas visitas ao bairro da Luz, resume em termos muitos gerais o cenário atual da chamada "cracolândia" paulistana. Se muitos desses elementos já foram explorados e analisados por outras pesquisas - como as tentativas de requalificação do centro de São Paulo, os mercados informais dos bairros do Bom Retiro e Santa Ifigênia, o circuito da prostituição da antiga Boca do Lixo, o consumo abusivo de *crack* em seus locais de venda e uso, etc. - outros tantos eram novidades não só para mim, mas para todos aqueles que voltam seus olhares à já famosa "cracolândia" de São Paulo. Dentre essas novidades, vêm chamando a atenção, não só minha, mas de todo o debate público, as recentes intervenções do poder público, das três esferas de poder, que foram postas em prática nos últimos três anos. Frente a esse cenário de continuidades e mudanças, heranças e novidades, é inevitável o choque com a complexidade que esse campo carrega, cruzando diversas temáticas, saberes, forças e conflitos em um só lugar - e foi essa complexidade que me guiou (ou me tirou do caminho inicial) ao longo do meu percurso de pesquisa.

A minha entrada na discussão sobre a região conhecida como "cracolândia" e em todo o campo de discussão teórica que será brevemente apresentado a seguir, que me guiou por todo o meu

percurso de pesquisa, se deu em função do Projeto Temático "*A gestão do conflito na produção da cidade contemporânea: a experiência paulista*", elaborado por um conjunto de pesquisadores paulistas e cariocas e coordenado pela professora Vera da Silva Telles. Esse projeto, financiado pela FAPESP, tem como objetivo "*investigar os diferentes nexos que articulam processos de gestão dos espaços urbanos, governo das populações, instituição de dispositivos securitários e criação de novos mercados, bem como os campos de conflito que se configuram em torno dessas formas de controle e gestão dos espaços urbanos*" (Telles et al, 2013, p.1). Em torno desse objetivo comum, esse projeto reúne três principais frentes de pesquisa empírica: a primeira sobre mercados ilegais e informais; a segunda acerca da rearticulação dos dispositivos de segurança, punição e encarceramento; e por fim, a gestão e conflito nos espaços urbanos. Neste último eixo, coordenado pelos professores Marcos Alvarez e Vera da Silva Telles, elegeu-se a "cracolândia" como espaço privilegiado para todo um campo de discussão ao qual sou tributária, e que farei referência ao longo da dissertação¹. Dentro dessa frente de pesquisa, compartilho a pesquisa de campo e teórica com os seguintes pesquisadores: Deborah Fromm, Fábio Mallart, Fernanda Matsuda, Juliana Machado, Marcos Alvarez, Marina Mattar e Taniele Rui.

Além da minha inserção nesse campo pelo referido projeto, o meu interesse pela região da "cracolândia" também se deu em função da operação policial que ocorreu na região em janeiro de 2012, a Operação Integrada Centro Legal, mais conhecida como "Operação Sufoco"². Trata-se de uma intervenção que guarda diversas similaridades com outras operações que ocorreram na cidade de São Paulo a partir de 2005, conhecidas como "Operação Saturação", sobre as quais pude me deter ao longo da minha introdução à pesquisa acadêmica, no período de iniciação científica, nos anos de 2009-10. A partir dessa pesquisa, foi possível entrar em contato com uma vasta bibliografia sobre o tema, as formas de controle social e recentes reconfigurações dos mecanismos de atuação do Estado, principalmente no campo da segurança pública e da justiça criminal.

Decidi, então, continuar com a temática e já no âmbito do referido projeto temático propus reconstruir como se deu a "Operação Sufoco" na região da "cracolândia". Trata-se de uma intervenção policial que parece evidenciar o que todo um campo de pesquisas vem flagrando em outras cidades do Brasil e do mundo como uma lógica securitária nas formas de gestão e produção

---

¹ Apesar de esse projeto ter sido elaborado a diversas mãos, ao longo do texto farei referência a ele como Telles et al (2013).

² Ao longo da dissertação, irei utilizar o termo "Operação Sufoco" para fazer referência à ação policial aqui em tela, e não o termo oficial "Operação Integrada Centro Legal". Essa escolha se dá por dois motivos: primeiramente porque o nome oficial da ação - que é o mesmo de um programa que nasceu em 2009 e que tinha a proposta de integrar ações de saúde e assistência social aos usuários de *crack* da região da "cracolândia" - foi dado após o início da intervenção policial, o que levanta suspeitas sobre o real planejamento que a Polícia Militar de São Paulo alegou ter feito antes da intervenção. Segundo, porque acredito que o nome "Operação Sufoco" caracteriza melhor a forma como os agentes de segurança envolvidos na ação atuaram junto aos usuários, qualificando assim a intervenção militarizada e repressiva que ocorreu à época.

do espaço urbano. No entanto, logo no início da pesquisa sobre a operação e das incursões feita a campo, desde 2014, para tentar rastrear atores que poderiam ajudar nessa reconstrução, o "presente etnográfico" colocava novos desafios: uma miríade de políticas postas em prática na região da "cracolândia", tanto pela gestão municipal, quanto nos âmbitos estadual e federal que, apesar de suas diferenças, se aproximavam pelo mote de que o "problema do *crack*" não poderia ser resolvido apenas com polícia, como teria acontecido na “Operação Sufoco”, e que seria preciso pensar alternativas para a questão do consumo de *crack* no centro de São Paulo a partir de outra perspectiva, em especial a da saúde pública e assistência social.

Fui percebendo, assim, que a “Operação Sufoco”, dentro do contexto da “cracolândia”, poderia ser tomada como um ponto de virada na forma como o Estado passa a intervir nesse território. Nas primeiras análises que fiz dos materiais de imprensa da época, parecia ter surgido ao longo da “Operação Sufoco” um consenso *quase* unívoco no debate público de que a dependência do *crack* não é uma questão de (e não será resolvida apenas) com polícia e repressão. Surge então o mote de que o *crack* não é (só) uma questão de segurança, mas sim um problema social e de saúde pública. Nos anos seguintes à operação, surgem novas formas do Estado intervir nesse território, dentre as quais destaco quatro:

1. A inauguração, no início de 2013, de um plantão judiciário, com o objetivo de acelerar o processo de internação involuntária e compulsória de usuários de *crack*.
2. O lançamento do programa estadual para tratamento a dependentes químicos, chamado Recomeço, que por meio de convênios com comunidades terapêuticas visa ampliar de forma maciça a oferta de leitos para internação de usuários de drogas, especialmente aqueles provenientes da região da “cracolândia”.
3. A chegada, a partir principalmente de 2013, de todo um aparato de vigilância, com câmeras e um ônibus de videomonitoramento, financiado pelo programa “*Crack, é possível vencer*”, do governo federal. Esse equipamento faz o monitoramento do fluxo e da circulação dos usuários de *crack* no perímetro ao redor, o que fez mudar inclusive a forma como a comercialização da droga ocorre: os usuários passaram a utilizar primeiramente guarda-sóis para se esconder das câmeras, e depois começaram a construir barracos de lona, cada vez maiores (e que em 2015 foram alvo de intervenção da gestão municipal para sua retirada).
4. O lançamento do programa De Braços Abertos, em 2014, pelo prefeito Fernando Haddad, que passou a ser celebrado como uma mudança de paradigma frente à abordagem usual securitária dada à questão do consumo do *crack* na região da “cracolândia” até então. Mobilizando ações conjuntas das áreas da saúde, assistência, trabalho, habitação, e partindo das premissas da abordagem da redução de danos, a qual não exige que os usuários se abstenham do *crack*, o programa se apresenta tendo como foco o bem-estar e qualidade de

vida dessas pessoas, por meio da busca de caminhos possíveis para que possam fazer uso controlado da substância, atentando-se às formas de cuidado de si.

Por outro lado, apesar das críticas feitas ao caráter repressivo e violento da “Operação Sufoco” e das inovações na forma de lidar com a questão do *crack* que surgiram posteriormente, o que se observou nas incursões etnográficas realizadas ao longo dessa pesquisa é que mesmo que sob a vigência de novas intervenções que buscam o cuidado dos usuários de *crack*, o contingente de agentes da segurança pública só foi aumentando na região, principalmente da Guarda Civil Metropolitana – ator que também compõe o programa De Braços Abertos. O que se observou é que o braço securitário do Estado, apesar de toda a repercussão da “Operação Sufoco”, ainda se faz presente, e parece que cada vez mais, para gerir o cotidiano desse espaço e dessa população. Os exemplos são cotidianos, como as dezenas de guardas civis metropolitanos mobilizados para dar apoio à limpeza feita por agentes da Prefeitura das ruas onde os usuários permanecem, ou nas tentativas diárias de policiais e guardas de controlar a circulação dos usuários pela região, que por vezes se utilizavam de bombas de gás lacrimogêneo e balas de borracha para estabelecer novamente a ordem, quando essas tentativas de controle geravam resistência junto aos usuários.

Dei início, então, ao exercício de rastrear a documentação necessária para a descrição e análise dos fatos que se deram durante a “Operação Sufoco”, e logo nesse primeiro momento foi possível identificar uma variedade de atores e perspectivas sobre como lidar com a questão da “cracolândia”, do *crack*, e das drogas de maneira mais geral. Claro que nesse primeiro momento não foi possível diferenciar muito bem esses atores e suas perspectivas, e foi aí que percebi que seria fundamental me aprofundar no debate mais amplo sobre drogas – mais especificamente, as políticas atuais voltadas às drogas considerada ilícitas – para entender como esse campo e seus atores se organizam. Além de seminários sobre a temática, comecei a frequentar também um curso sobre drogas e redução de danos, ministrado pelo Centro de Convivência É de Lei, ONG que atua na promoção da redução de danos associados ao uso de drogas, e que realiza esse trabalho já há longa data na região da “cracolândia”. Nesse curso, foram abordados temas como a história e políticas de drogas, formas e contextos de uso, as ideias e práticas da redução de danos e o trabalho realizado pela própria organização em seus diferentes campos de atuação: o trabalho de campo junto aos usuários para entrega de insumos³ e as conversas sobre formas de cuidado (tanto na região da “cracolândia” quanto em outros espaços de consumo de drogas, como festas *raves*), o centro de

---

³ Os insumos referem-se ao conjunto de materiais oferecidos pelos redutores de danos aos usuários de substâncias psicoativas, entre eles manteiga de cacau (para evitar ferimentos no lábio em função de queimaduras com o uso do cachimbo de alumínio, e assim evitar infecções), camisinhas, *folders* informativos, piteiras (funciona também como um protetor labial e como forma de proteção quando se compartilha o cachimbo), kit para uso de drogas injetáveis (como seringas descartáveis), kit para uso de cocaína cheirada (com um pequeno tubo e um papel laminado para se evitar o uso de materiais inapropriados na aspiração da cocaína), etc.

convivência voltado a esses usuários, o ponto de cultura e a participação da organização no debate público e articulação política.

Esses espaços foram fundamentais para compreender melhor e problematizar a atual conjuntura das políticas sobre drogas, e principalmente para diferenciar as várias perspectivas sobre o tema – desde aquelas que defendem a proibição e formas de endurecimento penal para crimes relacionados às drogas ilícitas, até as perspectivas antiproibicionistas. Essa entrada no debate sobre as drogas ilícitas e a "cracolândia" – em especial a entrada privilegiada pelo curso oferecido pelo *É de Lei* - orientou em grande medida as leituras dos trabalhos realizados sobre o tema e essa região, especialmente daqueles que se inserem em um campo completamente novo para mim, do qual, ao poucos, percebi que não poderia escapar: o debate da área da saúde, incluindo aí desde as perspectivas mais farmacológicas e epidemiológicas, àquelas que tratam da questão do consumo de substâncias psicoativas na perspectiva da saúde coletiva e da redução de danos.

O curso do *É de Lei* não foi importante apenas em aspectos políticos e teóricos para auxiliar no trânsito por esse complexo campo de discussão. Os participantes do curso eram, em sua grande maioria, trabalhadores da área da saúde (médicos psiquiatras, terapeutas ocupacionais, psicólogos, entre outros) que atuam principalmente em equipamentos públicos da região central voltados para o atendimento de dependentes químicos e usuários do sistema de saúde mental. Ao problematizarmos os diferentes usos e contextos de consumo de drogas ao longo do curso, chamaram atenção essas histórias de aproximação e diálogo entre usuários e redutores de danos, muito mais do que o consumo da droga em si: os pontos que discutíamos giravam em torno de suas trajetórias, marcadas por experiências em diferentes instituições do Estado (desde albergues e equipamentos de saúde até prisões), suas idas e vindas entre o centro e a periferia da cidade, problemas familiares, desemprego, entre tantos outros aspectos que constituíram suas experiências e individualidades. Em outros termos, ouvir e contextualizar aqueles sujeitos, em suas múltiplas facetas (e não só como consumidores de *crack*) para pensarmos em formas de cuidado frente ao consumo de drogas, fez com que a própria centralidade da questão da droga fosse deslocada e o foco se voltasse às experiências sociais que atravessam essas trajetórias, tal como já flagrado por Rui (2012, p. 224).

Além disso, ouvindo os relatos sobre o dia a dia de trabalhadores da saúde e assistência que atuam na região da "cracolândia" e que foram entrevistados ao longo da pesquisa, foi possível notar que as políticas lá implementadas, na prática, na ponta, não funcionam tão bem quanto dito no discurso dos políticos e técnicos que as planejaram. Nessa experiência de ouvir aqueles que trabalham com os usuários de *crack*, foi possível observar que as dificuldades que enfrentam pouco dizem respeito ao consumo ou aos efeitos da droga em si. Eles ressaltaram os entraves que enfrentam para fazer as articulações com outros serviços de atenção e encaminhamentos, por problemas de infraestrutura (falta de vagas, precariedade dos serviços etc.), mas principalmente por

divergências na forma de se compreender a situação daqueles usuários e de quais soluções podem ser pensadas para eles. Assim, com a contribuição dada por esses trabalhadores, ficou perceptível que pouco era possível conhecer das políticas propostas para essa região apenas a partir de seus programas, decretos ou propagandas, e que não se poderia dizer nada sobre a "cracolândia" sem colocar sempre em perspectiva e em confronto os programas voltados para essa região com a forma como eles ocorrem na prática e no dia a dia. Ouvir desses trabalhadores como eles desenvolvem seus trabalhos, que mecanismos eles agenciam para o cuidado com cada um dos usuários que atendiam, e seus embates com as instituições e até com outros trabalhadores, foi importante para enxergá-los como operadores do Estado e sua forma de atuação em suas pontas, em que há todo um campo de ambivalências, negociações e conflitos, como bem orientam Das e Poole (2012) ao proporem uma Antropologia das margens do Estado.

Outra importante contribuição que esse espaço ofereceu foi a de tornar perceptível que a "cracolândia" é um espaço muito mais heterogêneo do que um primeiro olhar ou um olhar depreciativo poderiam permitir. Pudemos ouvir dos redutores de danos e dos trabalhadores da saúde as mais diversas trajetórias das pessoas que atendiam, cada uma com maneiras diferentes de lidar com a experiência do uso de drogas (e não apenas do *crack*): alguns de forma mais abusiva, outros mais controlados, e alguns apenas recreacional. Esse exercício serviu também para que pudéssemos problematizar as relações de causa e efeito entre uso de drogas e miséria, violência, criminalidade - abordagem essa muito comum não só na imprensa, mas também no próprio campo da saúde, e que é fortemente embasada por uma visão moralista, passional e pouco politizada sobre o consumo de drogas ilícitas.

Além de continuar com as entrevistas e debates junto aos trabalhadores dos programas implementados na região da "cracolândia", foi dada continuidade ao trabalho de campo na região. Nessas idas a campo, acompanhamos principalmente as atividades desenvolvidas dentro do escopo do programa De Braços Abertos: as oficinas junto aos usuários promovidas pela ONG Adesaf, que gere a frente de trabalho do programa; os dias de trabalho dos beneficiários; e as atividades desenvolvidas pela ONG Cedeca Interlagos em convênio com a Secretaria Municipal de Direitos Humanos e Cidadania, que também compõe o referido programa. Essas foram atividades de campo que tiveram como principal contribuição uma melhor compreensão dos meandros de funcionamento do De Braços Abertos (como trabalham assistentes sociais, de saúde, as regras colocadas pelo programa aos seus beneficiários), bem como para flagrar os conflitos que surgem na gestão minuciosa e cotidiana do programa.

Por fim, nos meses de abril e maio de 2015, tive a oportunidade de participar como entrevistadora de campo, junto com outros pesquisadores, de uma pesquisa financiada pela

fundação *Open Society*⁴, coordenada pela pesquisadora Taniele Rui, que tinha como objetivo fazer a avaliação do programa municipal De Braços Abertos. O fato de uma instituição internacional realizar uma pesquisa de avaliação desse programa é bastante revelador das ressonâncias internacionais entre as intervenções postas em prática no centro de São Paulo com outras tantas desenvolvidas em outros países nas áreas de drogadição e políticas urbanas, as quais têm como principal mote o argumento de ineficácia da “guerra às drogas” e a defesa de novas abordagens para o trato da questão do uso e comercialização de substâncias psicoativas. Essa experiência ajuda a compreender tanto o cenário político em que se inseriu a “cracolândia” após o lançamento do programa municipal, quanto “*as apropriações locais de best practices nas gestões das cidades*” (Rui, 2014, p. 56)⁵.

Durante essa pesquisa, nós do coletivo de entrevistadores aplicamos questionários estruturados junto aos beneficiários do programa e, em todo o processo de identificação e busca daqueles que foram sorteados para compor a amostra da pesquisa, foi possível flagrar o quanto essas pessoas circulam nesse e para além desse território: havia os que ficavam no *fluxo*, alguns entraram em programas assistenciais da Prefeitura em outras regiões da cidade, havia aqueles que tinham sido presos, ou que foram internados em comunidades terapêuticas e clínicas de tratamento; alguns voltaram para os seus lares, outros simplesmente desapareceram.

Quando foi possível encontrar os beneficiários e ouvir suas opiniões sobre o programa, sobre as relações com os assistentes sociais, de saúde, agentes de segurança e com os demais beneficiários, essa escuta foi de grande contribuição para compreender como se dão as relações com todos esses atores: às vezes amigáveis, carinhosas, de companheirismo e ajuda, mas também por vezes tensas e conflituosas. Descobrimos em campo que, apesar do programa ter auxiliado em grande medida os usuários a terem uma relação mais controlada com o *crack* e organizarem outros aspectos de suas vidas, principalmente com o apoio de assistentes sociais e de saúde, a dimensão repressiva ainda aparecia como um ponto de crítica quando ouvíamos sobre os atritos e embates que os beneficiários tinham com as forças policiais, principalmente com os guardas municipais. Em uma das entrevistas, um usuário, refletindo sobre as mudanças que ocorreram na região ao longo dos

---

⁴ A *Open Society Foundations* (OSF) é uma organização sem fins lucrativos fundada em 1979 pelo investidor George Soros, conhecido também por financiar campanhas democratas nos EUA e defender bandeiras como a legalização da maconha. Sua missão é “trabalhar para a construção de sociedades vibrantes e tolerantes, cujos governantes sejam responsáveis e abertos para a participação de toda população”, e tem como áreas de atuação educação, juventude, governança e accountability, saúde, mídia e informação, direitos e justiça. Cf. <<http://www.opensocietyfoundations.org/about>>. Acesso em 20/06/2015.

⁵ Porém, e acima de tudo, essa foi uma experiência gratificante no sentido de poder oferecer aos beneficiários do programa um momento e um espaço de fala, de se fazerem ouvidos sobre suas questões, problemas, intrigas, conquistas, alegrias e tristezas cotidianas. Sem dúvida foi um espaço de diálogo por vezes difícil, tenso, às vezes cifrado de histórias infames e sofridas, mas também de risadas, confissões e cumplicidade, e que acima de tudo trouxe uma oportunidade de aprendizagem de vida que extrapola em muito o espaço de uma pesquisa de mestrado e os limites dessas páginas.

últimos anos, afirma que houve melhorias com a chegada do programa municipal, mas com isso também aumentou o assédio sobre os usuários, as tentativas permanentes de controlar o que fazem e o que não fazem, se trabalham ou não, se usaram a droga ou não, por onde andam e onde ficam. Apesar dessas dificuldades, ele fica aliviado por ainda conseguir usar o *crack*.

Dúvidas e questões então foram se multiplicando: a “Operação Sufoco” e a atuação das forças policiais haviam sido tão fortemente criticadas e até haviam sido alvo de processos judiciais promovidos por defensores e promotores públicos mas, ainda assim, Polícia Militar e Guarda Civil Metropolitana tiveram seus contingentes acrescidos ano após ano na região desde 2012; programas e serviços de cuidado e atenção aos usuários de *crack* se disseminaram após a operação, bem como o mote de que “o *crack* não é uma questão de segurança, mas de saúde pública”, e ao mesmo tempo Governo do estado e Prefeitura somam esforços para novamente tentarem “sufocar” o tráfico de drogas na região, agora em 2015; e por fim, apesar de todo esse aparato de Estado que lá se construiu, das operações policiais que foram postas em prática e das dezenas de trabalhadores que buscam cuidar e dar atenção aos usuários, a “cracolândia” ainda persiste! Como entender as atuais mudanças observadas nessa região, que passou a ser foco de políticas das três esferas de governo, frente aos acontecimentos em torno da “Operação Sufoco”? Mais especificamente, como essa intervenção policial reorganizou os mecanismos de controle lá postos em prática? Foram essas dúvidas e inquietações que foram tomadas como ponto de partida para o desenvolvimento dessa pesquisa.

Confrontando o que pude observar logo de início dos debates públicos à época da “Operação Sufoco” com o que vi em campo, ao longo dos anos de 2014 e 2015, não era possível dizer que houve uma substituição pura e simples de uma abordagem securitária ou militarizada para uma de cuidado após a “Operação Sufoco”, como parecia sugerir a disseminação de serviços de cuidado e atenção aos usuários de *crack* na região. O que se constatou em campo é que todo um aparato securitário é mobilizado para além da tarefa mais comumente atribuída às forças de segurança pública de combate ao tráfico de drogas na região. A guerra às drogas é, sem dúvida, um dos operadores da securitização que se observa na “cracolândia”, e esteve presente em grande parte (se não em todas) as operações policiais que lá foram postas em ação. Porém, parecia haver era uma composição de diferentes mecanismos de poder que atuam de forma a gerir e controlar aquele espaço e aquela população.

Uma das hipóteses então levantada é que o modo operatório de todas essas novas intervenções atualmente em voga na região da “cracolândia”, que propõem um cuidado aos usuários de *crack*, passa também pela gestão securitária da ordem nesse território e dos fluxos e movimentos dessa população. Ou seja, mesmo a “Operação Sufoco” tendo aberto as condições de possibilidade para a expansão de uma abordagem de cuidado aos usuários de *crack*, formas repressivas não

deixaram de acontecer, ainda que essa repressão pareça ocorrer hoje de forma mais racionalizada, e menos truculenta tal como ocorreu na referida operação, numa tentativa de gerir essa territorialidade, com técnicas de contenção, cercamento, controle da circulação, ou, como Foucault (2009 [1975] p. 206-207) bem descreve, de “ordenar as multiplicidades”, regulamentando os movimentos, resolvendo as confusões.

Por outro lado, com a circulação que pude ter ao longo desses dois anos de pesquisas compartilhadas com os demais pesquisadores do projeto temático, e com a contribuição de outras pesquisas realizadas na região, pode-se começar a fazer um esboço do mapa das linhas de força do território da “cracolândia” e do próprio debate mais amplo sobre drogas. Esse é um mapa que estava longe de estar totalmente claro para mim e que foi se desvelando aos poucos. Não pretendo, e nem considero possível apresentar neste trabalho um rastreamento sistemático de todas essas forças e conflitos, porém eles foram desenhando um roteiro que foi de extrema importância para me guiar naquilo que já foi escrito sobre o tema, municiando essa leitura de forma a identificar e distinguir perspectivas e saberes que hoje estão orientando não apenas o debate acadêmico, mas também o debate público e político das intervenções atuais voltadas à questão do consumo e comércio de *crack* no centro de São Paulo. Além disso, e principalmente, o mapeamento desses conflitos tornou-se não apenas um instrumental analítico importante para compreender o meu objeto de pesquisa, mas foi ele mesmo se tornando central para a pesquisa.

Por isso, a hipótese que orienta a análise da operação e a configuração atual da região da “cracolândia” é a de que as inovações nas formas de gerir esse território observadas recentemente devem ser pensadas tendo em vista os campos de conflito que surgiram em torno desta ação policial. Em outros termos, a maneira pela qual a “Operação Sufoco” reconfigurou o cenário político da “cracolândia” passa essencialmente pela análise dos campos de disputa que ela acionou. Dentre esses campos, três são analisados nessa pesquisa: (1) os embates na esfera da segurança pública sobre o papel da polícia no trato da questão do *crack*; (2) os embates na esfera do Direito promovidos por defensores e promotores públicos; e (3) os embates entre saberes médicos sobre as formas de cuidar e tratar do usuário de *crack*. As discussões e repercussões que cada um desses campos geraram em torno da “Operação Sufoco” tiveram, em grande medida, o efeito de criar as condições para a reorganização dos dispositivos de poder e formas de gestão desse território.

Portanto, o que orientou a reflexão ao longo da pesquisa foi todo um campo teórico que propõe pensar a forma como o espaço urbano vem sendo gerido por meio de uma lógica securitária, e observando como mecanismos de controle se reconfiguram e se compõem a partir dos campos de disputa e conflituosidades que ensejam (Telles et. al, 2013; Cruz, 2012; Minhoto, 2012; Teixeira, 2012; Hirata, 2012; Teixeira & Matsuda, 2012; Telles, 2010). Sendo assim, a escolha da “cracolândia” se justifica por ela ser um cenário privilegiado tanto para a análise das formas de

funcionamento do poder e das resistências a ele, quanto dos modos como se imbricam o governo das condutas, estratégias de controle, a gestão das populações e a gestão da cidade (Telles et al, p. 6). Em outros termos, a contribuição que essa pesquisa visa oferecer é no sentido, tal como proposto no projeto temático em que se insere, de problematizar o estatuto do controle na gestão da cidade, bem como o papel do conflito urbano nessas formas de controle, através de uma análise dos seus modos operatórios (Telles et al., 2013).

Esse trabalho está dividido em seis partes. Dando continuidade a essa introdução, será apresentada uma breve revisão bibliográfica acerca da “cracolândia” paulistana, com o intuito de oferecer subsídios para a compreensão desse complexo cenário urbano. No capítulo 1, são apresentadas primeiramente as informações oficiais sobre a operação policial em tela, chamada de “Operação Integrada Centro Legal”, divulgadas principalmente pela Polícia Militar e pela Prefeitura, bem como o seu desenrolar, tendo como base as informações oficiais e principalmente as reportagens noticiadas na época. No segundo momento, propõe-se analisar a referida ação policial como uma cena privilegiada para compreender as formas atuais de gestão e produção securitárias do espaço urbano, colocando-a em ressonância com outras intervenções postas em prática no Brasil e em contextos internacionais.

No capítulo 2, é feita uma análise mais detida sobre a atuação da Defensoria Pública e do Ministério Público do Estado de São Paulo, a partir da qual é possível traçar as diferentes linhas e tendências no debate que surgiu após a operação, e assim começar a deslindar os diversos campos de disputa na forma como vai se problematizando a questão da “cracolândia” e do *crack*. Nesse sentido, a partir do roteiro que as atuações de defensores e promotores em torno da “Operação Sufoco” ofereceram, apresento no capítulo 3 o esforço de analisar algumas dessas disputas partindo de três campos de intervenção do Estado: da segurança pública, do direito e da saúde. Ao final deste capítulo, a análise das disputas que se deram nessas três esferas oferece subsídios para a discussão, no capítulo 4, sobre os impactos que esses embates tiveram nas práticas de Estado em termos de gestão desse território e daqueles que frequentam a “cracolândia”. A proposta, no quarto capítulo, é apresentar as reflexões que surgiram a partir do trabalho de campo realizado ao longo da pesquisa, de forma a identificar no presente etnográfico as marcas que a “Operação Sufoco” parece ter deixado nesse cenário. Por fim, nas considerações finais, mais do que conclusões, busco fazer algumas marcações que considero importantes para situar esse esforço de pesquisa dentro do campo teórico-metodológico em que ele se insere, tendo em vista o projeto temático do qual participo.

A contribuição da literatura sobre a “cracolândia” paulistana

Primeiramente, ressalto aqui o corte feito para a breve revisão da bibliografia apresentada, em que me detenho sobre os trabalhos feitos sobre a “cracolândia” de São Paulo, principalmente nos últimos dez anos. Apesar de já haver outros estudos voltados ao fenômeno do consumo público do *crack* em outros contextos brasileiros, como em Campinas (Rui, 2012), no Rio de Janeiro (cf., por exemplo, Frúgoli & Cavalcanti, 2013), em Belo Horizonte (cf., por exemplo, Saporì et. al, 2010), bem como um já vasto debate sobre o consumo dessa substância em outros países, a revisão feita aqui se volta apenas à “cracolândia” paulistana.

Porém, não é por acaso que boa parte da literatura sobre essa discussão no Brasil tenha se desenvolvido especificamente em São Paulo e nos últimos dez anos. Justamente em função da centralidade que a “cracolândia” paulistana assumiu – por razões que serão pontuadas a seguir – é que os estudos sobre o consumo de *crack* passam a se multiplicar. Nesse sentido, uma breve apresentação sobre a chegada dessa substância no Brasil pode ajudar a contextualizar tais estudos.

Na segunda metade da década de 1980, quando no contexto norte-americano o *crack*⁶ já era popular e entrava no rol da chamada “guerra às drogas”, teve-se a notícia da chegada dessa substância primeiramente na zona leste da cidade de São Paulo, mais especificamente nos bairros de São Mateus e posteriormente em Cidade Tiradentes e Itaquera (Uchoa, 1996). No entanto, a primeira apreensão de *crack* de que se tem notícia data do ano de 1986, no centro de São Paulo, já na conhecida “Boca do Lixo”. Esse era um contexto em que, segundo Rodrigues et al (2012, p. 1248), a preocupação do poder público se voltava às drogas injetáveis, em função do aumento da infecção desses usuários pelo vírus do HIV.

O Centro de Convivência É de Lei, importante interlocutor dessa pesquisa e de tantas outras que foram realizadas na região da “cracolândia”, nasceu nesse contexto, com a proposta de trabalhar com a prevenção de doenças sexualmente transmissíveis. Seus primeiros financiamentos destinavam-se à distribuição de seringas em casas noturnas de rock, na zona leste de São Paulo. Em 1999, após conhecerem outra experiência com a prevenção de doenças sexualmente transmissíveis (DSTs) na França, e pelas dificuldades que enfrentavam em criar um vínculo mais próximo com os usuários de drogas injetáveis no contexto de festas, as fundadoras abriram o centro de convivência. Esse espaço, que abriga o É de Lei até hoje, localiza-se em uma galeria na Rua 24 de Maio conhecida como Galeria do Reggae, ao lado da Galeria do Rock, em função da proximidade com o público que a entidade costumava atender: usuários de cocaína injetável da cena rock paulistana.

---

⁶ O *crack* é obtido a partir da fervura da pasta base de cocaína com bicarbonato de sódio e água. No entanto, para torná-la mais barata, outras substâncias de baixo custo também são utilizadas para a sua composição, diminuindo então o nível de pureza da droga. Segundo Oliveira & Nappo (2008, p.213), o *crack* teria surgido como uma alternativa à cocaína no mercado das drogas, pois na forma de pedra, é mais fácil portá-la e vendê-la.

Segundo os redutores de danos que trabalham hoje no É de Lei, com a chegada do *crack*, as fundadoras do centro de convivência passaram a notar a diminuição do uso das drogas injetáveis. As hipóteses levantadas para essa aparente substituição do uso da cocaína injetável pela fumada (como é consumido o *crack*) são as de que a qualidade da cocaína estaria se tornando cada vez pior para ser injetada, porque o *crack* seria mais barato por dose única do que sua versão injetável, e em função da proibição e aumento do controle sobre substâncias que eram utilizadas para refinar a pasta-base e transformá-la em cocaína cheirada.

Por esses motivos, o *crack* torna-se popular nas ruas do centro de São Paulo e passa a ser uma preocupação tanto da imprensa, que já no início da década de 1990 toma essa substância como um fator de perturbação da ordem pública (Uchoa, 1996), quanto de estudos acadêmicos, principalmente na área da saúde. Esses primeiros estudos datam do início da década de 1990, segundo Arruda, Soares & Adorno (2013, p. 158) e Rodrigues et al (2012, p. 1249), e se voltaram principalmente aos efeitos orgânicos da substância e seus padrões de morbidade. No entanto, como relatam Fasson & Puccinelli (2010, p. 6), em um dos estudos pioneiros sobre o consumo de *crack* no Brasil, encomendado pela Organização Mundial da Saúde, passou-se a delinear a relação entre esse consumo e questões sociais, como a situação de rua desses usuários. Ainda assim, esse estudo trazia uma abordagem que se preocupava com o alto grau de dependência que o *crack* geraria, e pouco problematizava a relação causal feita entre esse uso e o envolvimento desses usuários em atividades ilícitas e sua situação de rua.

Ainda no início da década de 1990, pesquisadores da área da saúde pública, que se utilizaram principalmente da abordagem etnográfica para realizar seus estudos, trouxeram uma importante contribuição no sentido de permitir uma leitura mais detida das condições e modos dos usuários de *crack* se relacionarem com a substância. Partindo dos contextos específicos de uso, esses estudos oferecem uma compreensão sobre questões de saúde e cuidado de si a partir das situações e perspectivas dos sujeitos pesquisados (Silva, 2000; Raupp & Adorno, 2010; Silva & Adorno, 2013). A proposta de levar a sério o ponto de vista dos usuários de *crack* em seus contextos de uso busca problematizar todo esse campo de estudos da saúde que, partindo de uma abordagem epidemiológica, trata o consumo de *crack* como uma doença que demandaria ações emergenciais do Estado; ou que se volta apenas aos efeitos da substância no sistema nervoso do indivíduo, generalizando o consumo dessa substância como um risco de se tornar abusivo - e que, por isso, supostamente inviabilizaria qualquer forma de controle ou autocuidado por parte do usuário. Como pontua Rui (2015, p. 13), esses estudos feitos ao longo dos anos 1990 e 2000 são formulados no contexto de disseminação de um pânico moral sobre a suposta “epidemia do *crack*”, e foram de suma importância para a “*produção de um campo de questões empíricas e teóricas que contribuíram significativamente para uma apreensão mais qualificada e menos estigmatizada da*

área”.

Silva (2000), ao buscar compreender como se dava o uso de *crack* por mulheres que também exerciam a prostituição no bairro da Luz nos anos 1990, mostra que elas manejavam diversas estratégias de cuidado de si e manutenção do uso controlado da droga. Para garantirem a sua permanência no mercado sexual e não aparentarem "estar doentes" frente aos seus clientes, essas mulheres se alimentavam após fumarem, usavam maconha para abrir o apetite e gerar sono - efeitos esses contrários aos que o *crack* propicia. Mais recentemente, a autora também identifica a incorporação de estratégias de redução de danos e autocuidado entre os usuários de *crack* que frequentam a "cracolândia", como o não compartilhamento do cachimbo para evitar a transmissão de doenças, o uso de piteiras, ou a elaboração de cachimbos de vidro para evitar a toxidade do alumínio, material mais comum para a sua confecção atualmente (Silva & Adorno, 2013 p. 25).

Essa disseminação de práticas de autocuidado, como as identificadas pelos autores, se deu muito em função da incorporação dos princípios da redução de danos pelas políticas públicas da área da saúde. Foi neste contexto, inclusive, que o Centro de Convivência É de Lei passou a atuar na região central de São Paulo junto aos usuários de *crack*. A entidade foi uma das escolhidas pelo Ministério da Saúde, no início dos anos 2000, para iniciar o trabalho de distribuição de cachimbos aos usuários de *crack* como uma forma de evitar o compartilhamento desse equipamento e a transmissão de DSTs. Foi a partir desse projeto que os redutores de danos do É de Lei, conversando e construindo vínculos com os usuários, puderam se aproximar deles e promover práticas de cuidado de si, flagradas pelos primeiros estudos etnográficos feitos na região⁷.

A partir de 2005, a já conhecida “cracolândia” passa às manchetes de jornais em função do Projeto Nova Luz, intervenção urbanística que previa a demolição de uma vasta área do bairro da Luz e a construção de equipamentos culturais e incentivos fiscais para as empresas que lá se instalassem, de forma a potencializar o poder de atração de novos investimentos, empresas e moradores de classes médias e altas⁸. Para além das polêmicas que giraram em torno da aprovação do projeto - como a falta de consulta e participação da população local no processo de sua elaboração, a inobservância de planos específicos para a ZEIS (Zona Especial de Interesse Social) que estava contida no perímetro do projeto, a aprovação da Lei de Concessão Urbanística, que delega a prerrogativa de desapropriação da prefeitura para a iniciativa privada como forma de

---

⁷ Uma das experiências que os redutores compartilharam no curso oferecido pelo É de Lei que pude participar foi como eles notaram, através do contato com os usuários, que os cachimbos de madeira, oferecidos pelo Ministério da Saúde para evitar o compartilhamento de cachimbos e evitar a toxidade do alumínio, não se adequaram aos usuários daquele contexto (apesar de ter funcionado em outros). Segundo os redutores, esse tipo de cachimbo não permitia, por exemplo, que os usuários fizessem a *tochada*: quando eles aquecem o cano de alumínio do cachimbo para derreter os resíduos de *crack* que ficam impregnados para fumá-los novamente, resíduo esse que de acordo com os usuários, seria ainda mais potente que a pedra em si.

⁸ Cf, por exemplo: Mosqueira (2007); Moreira (2008); Frúgoli & Sklair (2009); Frúgoli & Spaggiari (2010); Santos (2010); Frúgoli & Cavalcanti (2013); Melo (2014), entre outros.

acelerar a implementação do projeto, entre outras - em nenhum ponto do projeto é mencionada a questão dos usuários de *crack* e da população em situação de rua, propondo a intervenção como "apenas" um projeto urbanístico. Ressalta-se o apenas entre aspas, pois como argumenta Nakano (2012), é característico de projetos de "revitalização" ou "requalificação" urbana se colocarem apenas como intervenções arquitetônicas e urbanísticas, como se elas não intervissem também em questões sociais em torno desses espaços. Essa separação entre forma e espaço urbano e questões sociais não é neutra e, segundo o autor, opera um mecanismo ideológico de legitimação de outros processos sociais, como a expulsão e limpeza de tudo e de todos que não se adequam a esse novo momento de recuperação e revitalização. Ou seja, é partindo-se do pressuposto que o espaço urbano é produto de processos sociais, que é possível entender os sentidos políticos, econômicos e culturais dos territórios urbanos e das políticas a eles voltados.

Nesse contexto, diversos estudos são realizados no sentido de compreender melhor as formas de sociabilidade dos usuários de *crack* que frequentavam a região da Luz e a relação deles com esse espaço da cidade, de forma, inclusive, a problematizar a imagem estigmatizante desses usuários que vinha se disseminando na mídia. Raupp e Adorno (2010, p. 31), por exemplo, identificaram no contexto da "cracolândia" uma diferenciação entre aqueles que consomem a droga em situação de rua e aqueles que estão apenas "*em trânsito*". A partir das trajetórias múltiplas dos sujeitos que frequentam aquele espaço, os autores notaram que o consumo da substância é marcado por diferentes fluxos e temporalidades dos usuários, que podem ir desde uma estada já consolidada nas ruas, até a visita a esse espaço por apenas um dia. Entre essa permanência e essas visitas pontuais, há também aqueles que intercalam períodos de rua com o retorno ao lar ou à comunidade de origem (em sua maioria, de bairros periféricos de São Paulo) - retorno esse geralmente colocado pelos usuários como uma forma de autocuidado e tentativa de controle sobre um consumo mais abusivo. Esses são indícios de que a relação estabelecida com a droga não é igual para todos e que nem todo uso é feito com a mesma intensidade. Em outros termos, nem sempre o consumo de *crack* é abusivo e nem todo usuário se torna um adicto.

Gomes e Adorno (2011, p. 13) revelam que, nos termos nativos, o *nóia*, diferentemente da generalização que se faz do termo, é visto entre os usuários de *crack* da região como aquele que não tem o mínimo de controle e organização frente ao seu consumo e que não coloca limites na sua busca pela droga, não sendo confiável nem mesmo entre os outros usuários. Ou seja, os autores nos revelam que há formas de diferenciação interna ao grupo que ajudam a compreender como se dá a relação com a substância nesse contexto.

A relação entre os usuários, aliás, envolve diferentes formas de sociabilidade que vão muito além da ideia de que lá estão apenas para fumar *crack*. Como descrevem as etnografias feitas na região da "cracolândia", entre eles há conflitos, disputas, mas também solidariedade e festas (Rui,

2012, p.225-8). Para muitos deles, esse local é um espaço de sofrimento, mas também de lazer do circuito das populações de rua, um espaço de trocas e sentimentos, de refúgio e visibilidade que o centro oferece com, por exemplo, acesso a serviços de assistência e saúde que são mais escassos nas periferias da cidade, de onde muitos vieram (Adorno, 2012).

A "cracolândia" também é marcada pelas mais variadas atividades que compõem os ilegalismos urbanos, cujos limiares entre o legal e ilegal, lícito e ilícito (Telles, 2010), se mostram ainda mais borrados quando se observa a relação entre usuários e traficantes. Aqueles que circulam na "cracolândia" acionam os mais diversos agenciamentos para garantir seu sustento, desafiando os nexos que separam essas duas categorias e jogando com essas identidades, de acordo com a situação: são os traficantes que, perante a polícia se dizem usuários, ou os usuários que trocam as mais diversas mercadorias por pedra, para então revendê-las e garantir a próxima (Rui, 2012, p. 221; Adorno et al., 2013, p. 7, Silva & Adorno, 2013, p. 28).

Nesse sentido, Rui (2012, p. 228-9) propõe de forma profícua pensar esse espaço a partir da noção de bazar, tal como definida por Ruggiero & South: trata-se de um espaço onde se vendem as mais diversas coisas (onde tudo vira pedra, e pedra vira tudo); mas que também estimula a sensação de alteridade, de confronto com o estranho, que nos desafia a repensar a forma dominante como seus sujeitos são definidos: no contexto da "cracolândia", as figuras dos *nóias* ou *zumbis*. O desafio, como bem pontua Rui, é reinserir esse mundo "outro" marcado pelos ilegalismos no contexto urbano mais geral, confrontando-os e borrando suas fronteiras.

De fato, a proposta de pensar o circuito da "cracolândia" dentro do contexto urbano, e mais especificamente do bairro da Luz, se mostra de suma importância para compreender as relações que se tecem entre os usuários e seus vizinhos, e como esse circuito dos frequentadores da "cracolândia" se insere em outros tantos que se cruzam nessa região do centro. Assim, inserimos nessa cena uma miríade de diferentes atores (e com eles, seus também diferentes interesses): são os moradores dos prédios, cortiços, pensões e ocupações do entorno, os visitantes dos equipamentos culturais do bairro, os comerciantes, os transeuntes, os membros de igrejas e associações religiosas, redutores de danos, empresários de construtoras, policiais e guardas metropolitanos, seguranças privados, traficantes (às vezes aludidos como sendo do PCC), os mais diversos agentes do Estado, etc. As teias de relação, a todo momento tecidas e rompidas por esses atores, é que nos fazem pensar a "cracolândia" como um "*campo de forças*", tal como proposto por Raupp & Adorno (2009, p. 2620) - campo esse que mobiliza diferentes interesses, formas de significar e utilizar esse espaço, bem como de entender e lidar com a questão do consumo de *crack*.

Não pretendo esgotar aqui as diversas conexões entre os variados atores desse contexto, muitas delas finamente descritas por aqueles que se debruçaram ao estudo dessa região. A ideia é apenas reconhecer a contribuição desses estudos para a compreensão desse "*campo de forças*" e de

relações das mais diversas. Por vezes, moradores e comerciantes possuem uma relação tranquila, de proximidade, mas também de evitação com os usuários, dentro de um tenso equilíbrio, a depender de como estes se comportam, sob o efeito ou não das drogas (Frúgoli & Chizzolini, 2010). Outros já possuem uma postura mais reativa, expulsando-os da frente de seus imóveis e lojas, ou com a ajuda de seguranças privados (Raupp & Adorno, 2009, p. 2619), ou ainda através de mecanismos mais “sutis”, como os canos instalados em cima de marquises que pingam água, para que usuários não se instalem sob elas. Há ainda os comerciantes que oferecem serviços específicos a esse público, aproveitando as oportunidades para empreender frente a essa “clientela”: pensões que oferecem banho, hotéis que alugam quartos para o consumo privado da droga ou para a realização de programas sexuais, lojas que vendem cigarros e materiais para a confecção dos cachimbos, etc. (Frúgoli & Chizzolini, 2010; Rui, 2012, p. 225).

Há também o circuito das organizações religiosas que atuam na região, que apesar de atenderem o mesmo público, apresentam visões divergentes, e por vezes críticas, sobre como lidar com a questão do consumo de drogas. Há as igrejas evangélicas, que criticam as católicas por terem uma postura elitista, ao terem supostamente deixado de cuidar da população em situação de rua. Entre as evangélicas, há acusações de abordagens pouco cautelosas, ou meramente assistencialistas. Há conflitos também sobre qual seria o caminho da “salvação” para os usuários de drogas: através da reintegração social, da “conversão”, e até mesmo pela internação em comunidades terapêuticas⁹ mantidas por essas igrejas. Este é o caso da Igreja Batista, que possui um galpão na região da “cracolândia” para atender a população em situação de rua, conhecido como “Cristolândia”, e que faz todo um exercício de convencimento dos usuários de drogas para se tratarem nessas comunidades terapêuticas (Spaggiari, Rodrigues & Fonseca, 2010).

Completando esse quadro, Frügoli & Spaggiari (2010), em suas etnografias pelo bairro da Luz, buscaram reconstituir essas diversas redes de relações e conexões e propuseram pensar a “cracolândia” como uma “*territorialidade itinerante*” dentro desse contexto multifacetado e marcado por inúmeras variações situacionais. Ao seguirem os espaços onde os usuários de *crack* se concentravam ao longo de dois anos de pesquisa etnográfica, os autores notaram que a “cracolândia” se desloca em função de intervenções e repressões lá postas em prática, bem como das próprias relações internas entre os usuários. Seus pontos de concentração variavam (e ainda variam) pelas ruas da Luz e dos bairros adjacentes, mas geralmente se concentravam na área formada pela Rua Mauá, Avenida São João e Alameda Nothmann¹⁰. Ao se utilizarem do conceito de “*territorialidade itinerante*” (referente ao clássico estudo de 1987 de Perlongher sobre os “michês”

---

⁹ Vale ressaltar que o papel das comunidades terapêuticas dentro do campo de intervenções e políticas voltadas a essa região vem ganhando importância nos últimos anos, em especial por meio dos convênios assinados com os governos federal e estadual.

¹⁰ Atualmente se concentrando especificamente na Rua Helvétia e Alameda Dino Bueno.

do centro de São Paulo), os autores defendem que a "cracolândia" possui uma dimensão territorial passível de ser mapeada, mas que ao mesmo tempo não é fixa, pois se corporifica nos usuários de *crack*. Estes, apesar de não serem os únicos atores desse cenário, são os principais alvos de intervenções que ensejam os deslocamentos flagrados pelos autores.

A pista aqui lançada por Frúgoli e Spaggiari é que, se há um esforço contínuo do poder público em "combater o *crack*", ele não se dá apenas por causa dos usuários em si, ou em função do consumo e venda da droga, mas porque tudo isso ocorre em espaços públicos¹¹ do centro de São Paulo, ou seja, em função da dimensão territorial da "cracolândia".

Como já apresentado anteriormente, os usuários da "cracolândia" circulam não só nas ruas do bairro da Luz: eles intercalam por vezes períodos no centro e em suas comunidades periféricas, onde o *crack* também se faz presente, porém geralmente consumido em espaços privados. O que se enfatiza é que, apesar desse fluxo e da existência de usuários de *crack* em outros pontos da cidade, a grande maioria das intervenções do poder público voltadas a essa questão se concentra no centro de São Paulo, o que destaca a importância da localização que a "cracolândia" ocupa no espaço urbano, e dessa territorialização do consumo e venda de drogas.

Desde 2005, a prefeitura conseguiu demolir alguns imóveis do perímetro de intervenção previsto no Projeto Nova Luz, porém não sem conflitos. O projeto sofreu fortes pressões e resistências de associações de moradores, proprietários de imóveis e comerciantes, principalmente da região da Santa Ifigênia, que apesar de terem reivindicações diferentes, concordam na crítica à falta de participação popular e transparência na elaboração do projeto. Foram anos de medidas liminares conquistadas e derrubadas judicialmente em disputas com a prefeitura, até que o atual prefeito Fernando Haddad arquivasse o projeto¹². Ainda assim, mais recentemente, o governador do estado, Geraldo Alckmin, tem tentado acelerar o processo de implantação do Complexo Cultural Luz, que prevê a construção de um complexo voltado à dança e ópera no terreno da antiga rodoviária, através do mecanismo de Parceria Público- Privada (PPP)¹³.

Se, de acordo com Frúgoli e Sklair (2009, p. 129), não podemos afirmar que o bairro da Luz passou por um processo de *gentrificação* - tanto porque não se observa um processo de mudança do perfil residencial do bairro com a chegada de moradores de classes mais altas, quanto porque não

---

¹¹ Um exemplo que ressalta a importância da dimensão espacial e pública do consumo de *crack* no centro de São Paulo foram as denúncias frustradas do jornal *Folha de São Paulo* feitas em janeiro de 2012, na época da realização da "Operação Sufoco", sobre as "cracolândias privês": apartamentos e casas alugadas em bairros do centro, bem como na Vila Mariana, Paraíso e Penha, para o consumo e produção de *crack*. Tais denúncias não tiveram repercussão e logo saíram da pauta do jornal. Cf. <<http://www1.folha.uol.com.br/fsp/cotidiano/19289- trafico-usa-privé-tambem-como-laboratorio.shtml>>, acesso em 29/07/2014.

¹² Cf. <<http://www1.folha.uol.com.br/cotidiano/2013/01/1219633-haddad-engaveta-plano-de-kassab-do-projeto-nova-luz-em-sp.shtml>>, acesso em 29/07/2014.

¹³ Cf. <<http://vejasp.abril.com.br/materia/mudancas-no-complexo-cultural-luz#7>>, <<http://www1.folha.uol.com.br/cotidiano/2014/03/1426447-secretaria-estuda-fazer-obra-na-cracolandia-por-meio-de-ppp.shtml>>, acesso em 17/08/2014.

houve uma efetiva expulsão da população mais pobre que lá vive - ao menos pode-se afirmar que essa região está situada em um contexto mais amplo de uma lógica específica de produção do espaço urbano. Nessa lógica, o Estado põe em prática ações com vistas a recuperar certas áreas, de forma a torná-las permeáveis e atrativas às forças de mercado, somando a essas intervenções estratégias de produção de novos sentidos simbólicos para esse espaço - no caso da Luz, um bairro cultural, cujas áreas degradadas foram "retomadas" pelo Estado (Frúgoli & Cavalcanti, 2013, p. 6).

A multiplicação dessas intervenções do Estado se deu especialmente a partir do final da primeira década dos anos 2000, em um contexto de disseminação da ideia de uma “epidemia do *crack*”. Passam a se propagar estudos com vistas a mapear o consumo de drogas no Brasil, e o *crack* aparece como foco de atenção para diversos deles¹⁴. Nas notícias de jornais, multiplicam-se as “cracolândias” pelo Brasil, inclusive nas cidades de pequeno e médio porte¹⁵. Apesar da crítica que especialistas fazem a essa ideia de “epidemia”, principalmente por ela carecer de uma legitimidade técnico-científica¹⁶, o termo ganha um sentido político à medida em que demanda intervenções de caráter emergencial (Silva & Adorno, 2013, p. 23-4).

É frente a esse cenário de suposta epidemia que o governo federal declara “guerra ao *crack*” por meio do lançamento, em 2010, do Plano Integrado de Enfrentamento ao *Crack* e outras drogas. Denominado posteriormente como *Crack, é possível vencer*, o programa é coordenado pelo Ministério da Justiça, em parceria com os Ministérios da Saúde, do Desenvolvimento Social e Combate à Fome, da Educação e da Secretaria de Direitos Humanos da Presidência da República. O programa tem como diretrizes ampliar a oferta de serviços para o tratamento e atenção aos usuários

---

¹⁴ Em 2011, por exemplo, a Secretaria Nacional de Políticas sobre Drogas (SENAD) deu início a um levantamento, em parceria com a Fundação Oswaldo Cruz, sobre o perfil da população usuária de *crack* e outras formas similares de cocaína fumada no país. A pesquisa foi lançada em 2013, e parte de seus resultados está disponível no link < <http://portal.fiocruz.br/pt-br/content/maior-pesquisa-sobre-crack-j%C3%A1-feita-no-mundo-mostra-o-perfil-do-consumo-no-brasil>>, acesso em 25/07/2014. Além dessa pesquisa, desde 2011 a Confederação Nacional de Municípios divulga anualmente pesquisa feita junto aos gestores municipais sobre o consumo de *crack* nos municípios brasileiros. Para o relatório de 2013, que trata especificamente na entrada do *crack* nas fronteiras brasileiras, cf. < <http://portal.cnm.org.br/v4/v11/crack/pdf/crackfronteirabrasileira.pdf>>, acesso em 25/07/2014.

¹⁵ Ver, por exemplo, matéria especial publicada pelo jornal *O Estado de São Paulo* sobre a chegada do *crack* no interior de São Paulo. Disponível no link: < <http://infograficos.estadao.com.br/especiais/crack/index.html>>. Acesso em 13/06/2014.

¹⁶ Um exemplo é a referida pesquisa da Confederação Nacional dos Municípios. Em 2012, a pesquisa revelou que 90% dos municípios analisados dizem enfrentar problemas com o *crack*. O estudo foi baseado em questionários enviados às prefeituras, com perguntas como: “Seu município enfrenta problemas relacionados ao consumo de drogas? Caso sim, qual: *crack* ou outras drogas?”. Como sugerem Moncau, Delmanto e Pimentel (2012), essa metodologia parece buscar indicadores que possam legitimar a procura de verbas do governo federal para os municípios, no âmbito do programa *Crack, é possível vencer*. Na opinião deles, e de vários outros estudiosos no tema da drogadição no Brasil, se há uma epidemia no Brasil em torno das drogas, essa é do álcool, droga lícita que em 2007 foi responsável por 83% das mortes (6.500) e por 69% das internações (95 mil) decorrentes de transtornos mentais e comportamentais pelo uso de drogas.

Em julho de 2014, Karl Hart, neurocientista americano referência no debate sobre drogas, visitou a região da “cracolândia” e ficou surpreso com a forma como a questão do *crack* é tratada no Brasil, a partir de uma gestão securitária. Segundo ele, o país não enfrenta uma epidemia de *crack*, e que as autoridades públicas deveriam se voltar aos problemas e desigualdades sociais em torno das drogas. A entrevista com sua fala está disponível no link: < <https://www.youtube.com/watch?v=Z1XFh1oLaI0>>, acesso em 10/06/2014.

de *crack* e seus familiares, realizar ações de prevenção ao uso de drogas, especialmente nas escolas, e reduzir a oferta da droga através do combate ao tráfico¹⁷.

Na cidade de São Paulo, talvez o evento que melhor representou esse contexto de “guerra ao *crack*” tenha sido a “Operação Sufoco” de janeiro de 2012, que tinha como objetivo “sufocar” a venda e o consumo da droga na região da “cracolândia”. Essa foi uma intervenção de grande repercussão, principalmente pela ação violenta da Polícia Militar, e que, como será discutido ao longo dessa dissertação, constituiu um ponto de inflexão na forma como o Estado passa a atuar nesse território, conforme nossa hipótese que será discutida ao longo dessa dissertação.

Apesar de efeitos e desdobramentos importantes que se deram em torno dessa intervenção, grandes operações policiais não são novidade nessa região. Para Rui (2012, p. 198), essas grandes operações são importantes para lembrar que a “cracolândia” não é um espaço em que o Estado se faz ausente, como muito se apregoa no debate público. Ao contrário, se há um lugar em que o Estado se faz presente em suas mais diversas facetas - desde suas formas mais repressivas às mais assistenciais - esse lugar é a região circunscrita pelo Projeto Nova Luz, e mais especificamente nos pontos onde os usuários de *crack* se concentram. Como argumenta a autora (idem, p. 9), a figura do *nóia*, com a sua corporalidade abjeta, impulsiona a criação de gestões que visam tanto sua recuperação quanto sua eliminação, centralizando os investimentos de variados dispositivos políticos.

Ao descrever como esses diferentes tipos de gestão e controle ocorrem no dia a dia na região da “cracolândia”, e como o Estado lá se faz presente, Rui nos revela, no entanto, que esta atuação está longe de ser unívoca e soberana. Na interação mais miúda e cotidiana, o Estado estabelece e restabelece a todo tempo a ordem, através de relações marcadas por desentendimentos e disputas, tentando manter um tenso equilíbrio não só com os usuários, mas também entre os profissionais da segurança, da assistência e da saúde (idem, p. 198-9).

Pelo lado da gestão da segurança, há desconhecimento das políticas desenvolvidas pelas secretarias de assistência e saúde, e policiais que questionam a própria funcionalidade e eficiência de seu trabalho no enfrentamento ao consumo e tráfico de drogas. Apesar de sua função lhes conferir poder e permitir exercer as mais diversas arbitrariedades e violações de direitos, há também entre os policiais aqueles que se utilizam de sua autoridade para conter os abusos de seus pares¹⁸. A “cracolândia”, nesse sentido, fornece um cenário fértil, como afirma Rui, para observar as diferentes facetas e contradições da atuação das forças da ordem (idem, p. 201-6).

Há também, por outro lado, as formas de cuidado que o Estado executa nesse espaço, não

---

¹⁷ Cf.: < <http://www.justica.gov.br/sua-seguranca/seguranca-publica/programas-1/crack-e-possivel-vencer>>, acesso em 17/08/2014.

¹⁸ Esse é o caso de um tenente conhecido na região, como relatado pelos redutores de danos do É de Lei, que é chamado por comerciantes quando outros policiais estão tratando de forma abusiva os usuários.

menos cheias de contradições e conflitos que sua faceta repressiva. O exemplo mais marcante disso são as disputas em torno do mecanismo de internação de usuários de drogas: há médicos que se recusam a seguir ordens "de cima" para internar usuários e que veem a internação como uma forma de "*limpar*" a região a partir de critérios médicos, ao mesmo tempo em que outros, se utilizando de toda uma expertise e determinados conhecimentos científicos, propõem a internação como forma mais eficaz de tratar a dependência química (idem, p. 206-8).

Por fim, os conflitos também se dão entre os usuários e os diferentes agentes do Estado. Apesar de sofrerem as mais diversas formas de intervenção, desde as abordagens repressivas de polícias até o assédio que sofrem para a necessidade constante de "recomeçar" e retomar os padrões "normais" e "saudáveis" de vida, a "cracolândia" persiste e seus frequentadores continuam a se reunir em torno de toda a rede de relações e interações que essa territorialidade carrega (Adorno et al., 2013, p. 8). Mesmo sob as diversas pressões para retirá-los da visibilidade das ruas e trancá-los em instituições, os sujeitos que lá permanecem desenvolvem estratégias e táticas de defesa e resistem às intervenções que buscam sujeitar seus corpos a uma ordem moral e de saúde - e por isso a "cracolândia" pode ser pensada também como um espaço de resistência (idem, p. 5).

É nesse contexto de diversas intervenções do Estado, da declarada "guerra ao *crack*" e da suposta disseminação de "cracolândias" pelo país que esta pesquisa se situa. Após essa brevíssima revisão dos estudos feitos em torno da questão do consumo de *crack* na área central de São Paulo, que contribuíram para um entendimento mais próximo do fenômeno da "cracolândia" paulistana, revelando toda a sua complexidade, heterogeneidade, conflitos e disputas, gostaria de fazer uma observação sobre a escolha metodológica desses estudos, e o seu impacto para a compreensão desse contexto. Tanto entre os estudos da área da saúde pública quanto da antropologia que se utilizaram da etnografia como metodologia de pesquisa, ela trouxe uma perspectiva que permite olhar para esse fenômeno muito além da imagem opaca do local como limítrofe da humanidade, relativizando discursos e representações feitas sobre esse espaço e esses sujeitos.

Como argumentam os autores aqui mobilizados, o debate atual sobre a questão das drogas, mais especificamente das drogas ilícitas, tem um caráter fortemente moral e alarmista, e que por vezes faz tábula rasa entre o consumo dessas substâncias e violência ou, por outra perspectiva, entre esse consumo e a ideia de uma consequente doença ou adicção. Em ambos os casos, ou por via das instituições policiais e jurídicas, ou pelos aparatos médicos, o consumo dessas substâncias consideradas ilícitas demanda uma intervenção.

Se pode-se afirmar que hoje há algum consenso de que a questão do consumo de drogas não deve ser pensada apenas em termos de repressão, muito em função inclusive dos efeitos perversos da chamada "guerra às drogas", ainda é quase hegemônica uma certa forma de conceber e agir sobre a questão a partir da perspectiva médico-sanitária. Adorno et al. (2013, p. 4-5), ao apresentarem e

proporem refletir sobre a potencialidade das pesquisas etnográficas na área da saúde pública no contexto de territórios urbanos, buscam relativizar o imperativo de autoeficácia das intervenções de saúde ou sanitárias, tomando o próprio campo da saúde como um campo político. Essa é uma reflexão que contribuiu em grande medida para esta pesquisa, no sentido de problematizar melhor também algumas formas de intervenção do campo da saúde que são postas em prática na região da “cracolândia” e que ganharam importância, no contexto paulistano, após a referida “Operação Sufoco”.

***

Nas páginas seguintes, apresento o esforço de pesquisa de reconstrução da “Operação Sufoco”. Para tanto, foram consultados materiais de imprensa, e publicações oficiais produzidas sobre a operação: uma página na Internet (hospedada dentro do portal da Polícia Militar do Estado de São Paulo), um blog e perfis em redes sociais¹⁹ foram criados especificamente para divulgar as ações da operação, por meio de boletins diários com o balanço das ações policiais, de saúde e de assistência social²⁰.

A operação aqui em tela gerou um debate amplo e foi objeto das mais diversas análises críticas, muitas delas, felizmente, de alguma forma registradas, o que viabilizou o acesso a uma vasta quantidade de materiais de apoio para a reconstrução aqui feita do campo de conflito e disputa em torno desse debate. Entre as dezenas de reportagens que foram veiculadas à época pela imprensa, destacam-se alguns materiais disponíveis online, de especial importância para o trabalho de rastreamento dos acontecimentos em torno da operação: por exemplo, os vídeos de registro do seminário “A crackolândia muito além do *crack*”, realizado entre os dias 28 e 30 de maio de 2012, na Faculdade de Saúde Pública da Universidade de São Paulo. O evento tinha como objetivo principal reunir pesquisadores, profissionais da saúde e do direito que se colocavam contra a ação policial deflagrada na região da “cracolândia”, de forma a questionar as justificativas, métodos e resultados da operação²¹.

Outro evento registrado que consiste em referência para essa pesquisa foi o debate realizado no dia 9 de fevereiro de 2012, na Faculdade de Direito da Fundação Getúlio Vargas, mediado pela

---

¹⁹ Seguem os links do website, blog e páginas dos perfis nas redes sociais: <<http://www.policiamilitar.sp.gov.br/hotsites/centrolegal/index.html>>; <<http://operacaointegradacentrolegal.wordpress.com/>>; <<https://pt-br.facebook.com/pages/Operação-Integrada-Centro-Legal/328386197179247?sk>>, <<https://www.flickr.com/photos/operacaointegradacentrolegal/>>; <<http://www.youtube.com/user/Opcentrolegal>> e conta do Twitter @opcentrolegal.

²⁰ Apesar desses canais terem deixado de ser atualizados após um mês do início da operação, é notável o simples fato de haver um canal oficial que relate minimamente quais foram supostos objetivos e resultados de uma operação policial, prática essa ainda pouco desenvolvida pela Polícia Militar de São Paulo, e senão da própria Secretaria de Segurança Pública do estado.

²¹ A programação do evento por ser consultada no seguinte link: <<http://www.fsp.usp.br/site/dcms/fck/cracolandiamuitoalemdocrack.pdf>>, e os vídeos do seminário na página na Internet do IPTV USP <iptv.usp.br>, último acesso em 25/06/2014.

professora de Direito Penal Marta Machado, que contou com as participações do ex-ministro da Justiça, José Carlos Dias, do pesquisador em segurança pública Guaracy Mingardi e do psiquiatra e pesquisador da Universidade Federal de São Paulo, Marcelo Ribeiro, sobre a operação na "cracolândia". Além dos vídeos desse debate, também me utilizo aqui do registro em vídeo da audiência pública promovida pela Comissão de Direitos Humanos da Câmara de Vereadores de São Paulo, realizada no dia 11 de janeiro de 2012, para discutir e questionar a ação da polícia. Participaram da discussão, além de vereadores, deputados, representantes de movimentos sociais, da Defensoria Pública do Estado, da Ordem dos Advogados do Brasil, bem como do Sindicato dos Guardas Civis Metropolitanos e dos delegados da Polícia Civil.

Outro evento de suma importância não só para esta pesquisa, mas também para o projeto temático da FAPESP em que ela se insere, foi o seminário "Gestão militarizada dos ilegalismos no Brasil contemporâneo: militarização da gestão dos espaços urbanos", realizado em 26 de setembro de 2012, no auditório da Escola da Defensoria Pública do Estado de São Paulo, e coordenado pela professora Vera da Silva Telles. Este evento foi organizado por pesquisadores do Departamento de Sociologia da USP e do departamento de Sociologia e Antropologia da UNESP de Marília – Observatório de Segurança Pública, em parceria a Escola da Defensoria Pública do Estado de São Paulo, e contou com exposições não só de pesquisadores acadêmicos, mas também de defensores públicos. Nesse seminário, o defensor público Bruno Shimizu, do Núcleo Especializado de Situação Carcerária, fez importante fala sobre a atuação da Defensoria durante a operação na “cracolândia”, e que contribuiu em grande medida para a compreensão não só dos assuntos que foram propostos no seminário, como sistema prisional e populações consideradas “de risco”, mas também do papel dos “ativistas jurídicos” no campo de batalha que o Direito representa.

No caso da “Operação Sufoco”, as atuações da Defensoria Pública e Ministério Público do Estado de São Paulo foi notável e de suma importância para compreender seus desdobramentos – intervenções essas consideradas como novidade frente ao histórico de violações de direitos pelo Estado na região da "cracolândia" (Rui, 2013, p. 293). Por isso, também são utilizados aqui os materiais produzidos por ambas essas instituições sobre os eventos da operação, especialmente o material disponibilizado na página na Internet da Defensoria Pública e a documentação do processo da ação civil pública movida pelos promotores de justiça.

Antes de iniciar a reconstrução dos acontecimentos que se deram ao longo da "Operação Sufoco", gostaria de ressaltar um aspecto metodológico desse exercício. Não acompanhei *in loco* a ocupação policial no período em que ela ocorreu, e todo o material que aqui utilizo para fazer a reconstrução da operação é tomado como um relato parcial dos acontecimentos a partir da perspectiva dos atores que o fizeram. Sendo assim, descreve-se tal operação fazendo o esforço constante de lembrar ao leitor que são apresentadas não só as diferentes versões sobre os

acontecimentos, ou opiniões sobre a operação, mas atores, instituições, redes sociotécnicas, interesses, cujos pontos de conflito e embate são reveladores do que está sendo disputado em torno do acontecimento político que a “Operação Sufoco” representou. São disputas (como será discutido nos capítulos 2 e 3) em torno do que se considera ou não como tráfico ou consumo de drogas, usuário ou dependente químico, formas de tratamento ao “problema” de saúde e de segurança que o *crack* representa, os direitos que os frequentadores da “cracolândia” têm acesso, e principalmente sobre como a ordem e o espaço urbano vem sendo produzidos.

Capítulo 1 – A cena da “Operação Sufoco”

Da Operação Integrada Centro Legal à Operação "Dor e Sofrimento"

Na manhã do dia 3 de janeiro de 2012, a região conhecida como "cracolândia", mais especificamente nas imediações das Alamedas Cleveland, Dino Bueno e Rua Helvétia, foi ocupada por cerca de 100 policiais militares em viaturas, motocicletas e cavalos. Homens da Força Tática e do Batalhão de Choque da Polícia Militar (PM) rondavam a região acompanhados de cães farejadores e deram apoio a 95 servidores da limpeza urbana que recolhiam entulho e lixo de um imóvel desocupado pela polícia naquela manhã, na Alameda Dino Bueno, até então utilizado como abrigo por usuários de *crack* e pessoas em situação de rua. Caminhões cata-bagulho levaram o material recolhido e caminhões-pipa passaram limpando as ruas²².

De acordo com as primeiras informações divulgadas pela PM, no próprio dia 3 de janeiro²³, o objetivo da operação era "sufocar"²⁴ o tráfico de drogas na região, impedindo que a droga chegasse aos usuários que lá a consumiam. A segunda meta era "restabelecer a ordem urbana", já que, de acordo com o coronel Pedro Borges (responsável pelo comando do policiamento do centro de São Paulo), "eram tantos consumidores de drogas nas ruas que muitas pessoas tinham medo de passar pelo local". Por fim, o terceiro objetivo era "criar um ambiente seguro" para que assistentes sociais e de saúde da Prefeitura pudessem oferecer assistência aos "dependentes químicos".

Em nota divulgada pela Prefeitura nessa mesma data²⁵, a ação da polícia deveria ocorrer por no mínimo 30 dias e fazia parte da Ação Integrada Centro Legal, programa municipal que teve início em 2009 e que tinha como objetivo proporcionar atenção à população em situação de rua do centro de São Paulo, em especial usuários de drogas, por meio da ação conjunta das Secretarias de Saúde (SMS) e Assistência e Desenvolvimento Social (SMADS).

No dia seguinte ao início da operação, o então comandante geral da Polícia Militar, coronel Álvaro Camilo, apresentou em coletiva de imprensa os detalhes sobre a ação²⁶. A ação da polícia tinha como objetivo resgatar as pessoas em estado de vulnerabilidade, combater o tráfico de drogas e criar um ambiente propício para as ações sociais. A operação, segundo o coronel, teria sido

---

²² Os números aqui apresentados foram divulgados em coletiva de imprensa dada pelo comandante geral da Polícia Militar, coronel Álvaro Camilo, no dia 04 de janeiro de 2012. No site da Operação Integrada Centro Legal está disponível o vídeo com trechos da referida entrevista. Cf. < <http://www.policiamilitar.sp.gov.br/hotsites/centrolegal/videos.html>>, acesso em 25/06/2014.

²³ Cf. < <http://www.ssp.sp.gov.br/noticia/lenoticia.aspx?id=26531>>, acesso em 25/06/2014.

²⁴ Em função do emprego desse termo pela Polícia Militar, a Operação Integrada Centro Legal passou a ser mais conhecida por "Operação Sufoco".

²⁵ Cf. < <http://www.prefeitura.sp.gov.br/cidade/secretarias/comunicacao/releases/?p=141824>>, acesso em 26/06/2014.

²⁶ Informações essas que depois foram divulgadas na página da Internet da operação. Cf. < <http://www.policiamilitar.sp.gov.br/hotsites/centrolegal/index.html>>, link "Início". Acesso em 26/06/2014.

planejada de forma integrada com a prefeitura e o governo do estado há meses, e previa três fases: a primeira delas seria especificamente de polícia para "quebrar a logística do tráfico", com o objetivo de retirar traficantes e criar condições para intervenção social e de saúde. Nessa primeira fase também estavam previstas ações de zeladoria urbana da prefeitura, como o recolhimento de lixo de imóveis e ruas da região.

A segunda fase da operação consistiria em ações sociais e de saúde voltadas às pessoas em situação de vulnerabilidade, por meio de abordagens sociais, encaminhamentos para albergues, para tratamento em unidades de Assistência Médica Ambulatorial (AMAs), Centros de Atenção Psicossocial (CAPS), moradias terapêuticas e para serviços de inserção profissional. O coronel ressaltou em sua fala que essa etapa não iria acontecer em conjunto com a polícia, para que não se perdesse a credibilidade daquelas pessoas da assistência social e da saúde. Por fim, a terceira fase da operação seria de manutenção, de forma que não se formassem novamente aqueles "grupos" e "espaços". De acordo com as informações no site da operação, a terceira fase seria a mais difícil, durante a qual se pretendia "encaminhar de imediato qualquer caso novo" que eventualmente surgisse, porém seria também a mais importante, pois assim seria possível, nos termos do coronel, "recuperar aquela área e devolvê-la à sociedade e ao trânsito normal das pessoas".

Logo no dia seguinte após a deflagração da operação, os principais jornais da cidade começaram a noticiar o que parecia ser mais uma ação policial na região da "cracolândia". Apesar de reproduzirem em grande medida as informações dadas pela Polícia Militar no dia anterior, as reportagens já começaram a alertar sobre a dispersão de usuários pelas ruas da região (Praça Julio Prestes, travessas da Avenida Rio Branco e da Rua Helvétia, Praça Princesa Isabel, etc.), bem como em bairros vizinhos, como Higienópolis e Santa Cecília²⁷.

Após dois dias do início da operação, as críticas da imprensa passam a ser mais contundentes, alegando que a ação apenas dispersou usuários de *crack* para locais que antes eles não frequentavam, que o tráfico permanecia na região e que a operação foi deflagrada antes da inauguração do Complexo Prates²⁸, centro de atendimento no bairro do Bom Retiro que reúne equipamentos de assistência social e saúde com capacidade para atender até 1.200 pessoas por dia, mas que só seria inaugurado semanas depois da ação da polícia. Em resposta, o governador do

---

²⁷ Cf., por exemplo: <<http://g1.globo.com/sao-paulo/noticia/2012/01/dependentes-quimicos-migram-para-praca-com-acao-na-cracolandia.html>>; <<http://g1.globo.com/sao-paulo/noticia/2012/01/moradores-de-bairro-nobre-de-sp-se-dizem-apreensivos-com-viciados.html>>; <<http://g1.globo.com/sao-paulo/noticia/2012/01/moradores-de-bairro-nobre-de-sp-se-dizem-apreensivos-com-viciados.html>>; <<http://terramagazine.terra.com.br/interna/0,,OI5543483-EI6578,00-Acao+na+Cracolandia+e+tapar+sol+com+peneira+diz+associacao.html>>, acesso em 26/06/2014.

²⁸ Cf., por exemplo: <<http://www1.folha.uol.com.br/fsp/cotidiano/18408-sem-centro-de-apoio-acao-da-pm-espalha-craqueiros-na-cidade.shtml>>, <<http://tv.estadao.com.br/videos,PM-USA-TATICA-DE-GATO-E-RATO-PARA-DISPERSAR-DEPENDENTES-DE-CRACK,156950,250,0.htm?pagina=4>>; <<http://veja.abril.com.br/noticia/brasil/sao-paulo-e-o-eterno-desafio-de-acabar-com-a-cracolandia>>, acesso em 26/06/2014.

estado anunciou que reservaria vagas de acolhimento social especificamente para usuários de *crack*, e o prefeito Gilberto Kassab, juntamente com a então vice-prefeita e secretária de assistência e desenvolvimento social, Alda Marco Antônio, afirmaram que a prefeitura teria vagas suficientes, tanto para acolhimento na assistência social quanto em equipamentos da saúde, para atender a toda a demanda gerada pela operação.

Alguns dias após o início da operação, começam também os relatos sobre abusos da polícia, que utilizava balas de borracha e bomba de gás lacrimogêneo para evitar a aglomeração e permanência de grupos de usuários nas ruas da região da Luz e arredores. Em um vídeo feito pelo jornal *O Estado de São Paulo*²⁹, é possível ver viaturas da Força Tática andando em alta velocidade com giroflex ligado e policiais portando cassetetes na mão, correndo atrás e dispersando grupos de usuários que estavam no canteiro central da Avenida Rio Branco e na Praça Princesa Isabel. Estes se refugiaram em outro ponto da avenida e, novamente, foram dispersados pelos policiais, que dispararam balas de borracha contra os grupos. De forma sistemática, todos que estivessem parados nas ruas da região, usuários ou aqueles que parecessem ser usuários, eram abordados pela polícia.

No dia 5 de janeiro, Luiz Alberto Chaves de Oliveira, coordenador de Políticas sobre Drogas da Secretaria de Estado da Justiça e da Defesa da Cidadania (conhecido na região da "cracolândia" como Laco) fez um depoimento que causou muita polêmica, afirmando que ao infligir dor e sofrimento aos usuários de *crack* eles buscariam ajuda e tratamento:

A falta da droga e a dificuldade de fixação vão fazer com que as pessoas busquem o tratamento. Como é que você consegue levar o usuário a se tratar? Não é pela razão, é pelo sofrimento. Quem busca ajuda não suporta mais aquela situação. Dor e o sofrimento fazem a pessoa pedir ajuda.³⁰

Após a fala de Luiz Alberto, nota-se que o que parecia ser apenas uma ação isolada da polícia na região da Luz passa a ser objeto de debates, questionamentos, pesquisa e averiguações mais detalhadas sobre como a operação foi planejada e colocada em prática. Diversas foram as críticas feitas à operação em matérias da imprensa, que ficou conhecida como "Operação Dor e Sofrimento", mobilizando especialistas da área da saúde sobre os efeitos da abstinência da droga no comportamento dos usuários. Volta-se também a pautar o Projeto Nova Luz e os interesses imobiliários que seriam o pano de fundo na operação policial, bem como as questões políticas que supostamente estariam envolvidas com a deflagração da operação nessa região, tendo em vista os planos de combate ao *crack* anunciados pelo governo federal - o que teria preocupado os governos estadual e municipal³¹ em ano de eleições municipais, historicamente disputadas em São Paulo

²⁹ Cf. <<http://tv.estadao.com.br/videos/PM-USA-TATICA-DE-GATO-E-RATO-PARA-DISPERSAR-DEPENDENTES-DE-CRACK,156950,250,0.htm?pagina=4>>, acesso em 26/06/2014.

³⁰ Cf. matéria publicada em 05 de janeiro de 2012 pelo jornal *O Estado de São Paulo* "Governo quer acabar com "cracolândia" pela estratégia de 'dor e sofrimento'".

³¹ Cf., por exemplo: <<http://www1.folha.uol.com.br/fsp/cotidiano/18572-kassab-e-alckmin-temiam-acao-do-governo-federal.shtml>>, <<http://www1.folha.uol.com.br/fsp/opiniaio/18644-inocuo-e-perverso.shtml>>;

entre PT e PSDB.

Os jornais de grande circulação e portais na Internet continuaram a pôr em xeque a eficiência da operação nas semanas seguintes, mostrando que a venda de *crack* continuava e que os usuários estavam se dispersando pelo centro de São Paulo³². Os editoriais tanto do jornal *Folha de São Paulo* quanto do *O Estado de São Paulo* falam da complexidade em "*resolver o problema da cracolândia*", o que exigiria uma ação não só de segurança para o combate ao tráfico de drogas, mas também de saúde e assistência social para o tratamento dos "*dependentes químicos*". Para ambos os editoriais, a operação não estaria fazendo a devida coordenação dessas três áreas, atuando apenas para dispersar os usuários.

A resposta da Polícia Militar ao longo desses primeiros dias de operação foi de tentar mostrar a eficiência da operação por meio de números: quantidade de abordagens policiais, pessoas detidas, procurados da Justiça presos, drogas apreendidas, lixo recolhido, além de abordagens da assistência social e encaminhamentos para tratamento de saúde. Questionada também sobre o motivo pelo qual a operação teria sido iniciada antes da inauguração do Complexo Prates, a polícia alegou que era para evitar que "*pequenos traficantes fossem acolhidos*" no atendimento³³.

Porém, o discurso sobre a possibilidade de sufocar o tráfico de drogas na região passa a ser amenizado. Os próprios policiais, e inclusive o comandante da área central Pedro Borges, passam a atenuar a ideia de que o tráfico iria sumir, ou de que os usuários deixariam de consumir a droga: a questão naquele momento seria dificultar a ação de traficantes e impedir que surgissem novamente locais de consumo e venda livre de drogas ilícitas³⁴. Na fala do coronel Álvaro Camilo, "*A ideia é sempre abordar. Se estiver consumindo droga, ou tráfico, a polícia vai fazer o encaminhamento [para a delegacia]. Se não, vamos comunicar as assistentes sociais ou de saúde para agir. A ideia é não deixar formar mais esses grupos em nenhuma região da cidade. O que aconteceu lá [na "cracolândia"] foi isso, foram formando grupos*"³⁵.

Para ajudar nesse trabalho de combater a venda e o consumo público de *crack*, o coronel solicita a ajuda da população, pedindo que denuncie pelo telefone 190, caso se depare com a migração de traficantes ou usuários de drogas para os bairros do entorno da "cracolândia"³⁶. Além

---

<<http://www1.folha.uol.com.br/fsp/opinio/18642-aposta-de-risco.shtml>>, acesso em 26/06/2014.

³² Cf., por exemplo <<http://www1.folha.uol.com.br/fsp/cotidiano/18582-pregao-do-crack-atrai-300-usuarios.shtml>>, <<http://www1.folha.uol.com.br/fsp/cotidiano/18578-higienopolis-teme-invasao-de-craqueiros.shtml>>, <<http://sao-paulo.estadao.com.br/noticias/geral,pm-usa-balas-de-borracha-para-dispersar-usuarios-de-droga-no-centro-imp-819116>>, acesso em 26/06/2014.

³³ Cf. <<http://www1.folha.uol.com.br/fsp/cotidiano/18409-antes-e-preciso-separar-usuario-de-trafficante-diz-pm.shtml>>, acesso em 26/06/2014.

³⁴ Cf. <<http://www1.folha.uol.com.br/fsp/cotidiano/18598-dar-fim-ao-traffic-e-utopia-afirma-pm-que-chefia-o-centro.shtml>>, acesso em 26/06/2014.

³⁵ Cf. <<http://www1.folha.uol.com.br/fsp/cotidiano/18571-em-nova-fase-acao-anticrack-dispersara-moradores-de-rua.shtml>>, acesso em 26/06/2014.

³⁶ Cf. entrevista do coronel Álvaro Camilo à rádio Bandeiras, no dia 11 de janeiro de 2012. Áudio disponível no site da

disso, ele anunciou no dia 10 de janeiro que aumentaria o efetivo da Polícia Militar na região para 287 policiais, incluindo homens da ROTA (Rondas Ostensivas Tobias de Aguiar), e colocaria na rua 117 viaturas, 26 motocicletas, 40 cavalos, 12 cães farejadores, além de um helicóptero³⁷.

Ainda na primeira semana de operação, com os episódios de uso de balas de borracha e truculência na ação da Polícia Militar, algumas reportagens e vídeos disponibilizados na Internet buscaram ouvir usuários que sofreram maus tratos e abusos da polícia³⁸. São diversos os relatos sobre policiais que dirigiam viaturas e montavam em cavalos aproximando-se dos usuários, "jogando" o carro ou o animal em cima deles de forma a amedrontá-los e ameaçá-los, chegando em alguns casos até a atingi-los³⁹. De acordo com Paulinho, frequentador da "cracolândia" que fez seu relato ao portal da Internet *Observador Político*⁴⁰, os policiais não teriam dado chance aos usuários nem ao menos de recolher seus pertences, pois se permanecessem no lugar, eram reprimidos.

Segundo esses relatos, o movimento constante da polícia de dispersar os usuários não lhes permitiam descansar ou sentar, sendo obrigados a ficar andando constantemente pelas ruas do centro. Nos termos do jornalista William Cardoso, em matéria do jornal *O Estado de São Paulo*, o que se via era uma "procissão do crack": diante da incapacidade da polícia de cortar o fornecimento da droga na região e com a aglomeração de usuários nas ruas da "cracolândia", policiais em viaturas "escoltavam" os grupos com o giroflex ligado, forçando-os a permanecer circulando entre as avenidas Duque de Caxias, São João, Ipiranga e a estação da Luz, formando uma "cracolândia itinerante"⁴¹.

-
- Operação Integrada Centro Legal, no link
http://www.policiamilitar.sp.gov.br/hotsites/centrolegal/audios/11Jan12_RadioBandeirantes_EntrevistaCelCamilo_OperacaoCentroLegal.mp3, acesso em 26/06/2014.
- ³⁷ Números divulgados no blog da Operação Integrada Centro Legal, no link: <http://operacaointegradacentrolegal.wordpress.com/page/5/>, acesso em 26/06/2014.
- ³⁸ Cf., por exemplo <http://www.spressosp.com.br/2012/01/06/expulsos-da-cracolandia-reclamam-de-descaso-do-poder-publico/>; <http://www.observadorpolitico.com.br/observador-tv/cracolandia-o-problema-nao-vai-acabar-diz-dependente/>; <http://www1.folha.uol.com.br/fsp/cotidiano/18711-na-mao-de-deus.shtml>, acesso em 26/06/2014.
- ³⁹ Cf. <http://www1.folha.uol.com.br/fsp/cotidiano/18711-na-mao-de-deus.shtml>. A matéria do jornal Folha de São Paulo conta o caso de uma vítima da ação da polícia, que foi atropelada e teve a clavícula quebrada e diversos ferimentos pelo corpo. Para além da agressão física que sofreu, a matéria ainda mostra as dificuldades que a vítima teve em ser atendida pelo serviço público de saúde para tratar de seus ferimentos.
- ⁴⁰ Vídeo disponível no link. <http://www.observadorpolitico.com.br/observador-tv/cracolandia-o-problema-nao-vai-acabar-diz-dependente/>, acesso em 26/06/2014.
- ⁴¹ Cf. <http://sao-paulo.estadao.com.br/noticias/geral,pm-escolta-procissao-do-crack-no-1-fim-de-semana-de-ocupacao-do-centro,820171>, acesso em 26/06/2014. <http://www1.folha.uol.com.br/fsp/cotidiano/19101-pm-dispersa-usuarios-de-crack-com-bombas-e-tiros.shtml>; <http://coletivodar.org/2012/01/algumas-falas-da-cracolandia/>, acesso em 26/06/2014.

Foto 1 - "Operação Sufoco" - dispersão dos usuários por motocicletas da Polícia Militar

Fonte: Vídeo "A cracolândia e o estado higienista - a violência legitimada"⁴²

Foto 2: "Operação Sufoco" - dispersão dos usuários por viaturas da Polícia Militar

Fonte: Vídeo do jornal Folha de S. Paulo "Polícia usa bombas de efeito moral e balas de borracha na cracolândia"⁴³

Em resposta, a Polícia Militar divulgou em nota a seguinte justificativa para a ação dos policiais: "[...] deu-se em razão de um grupo de usuários de entorpecentes estarem impedindo o fluxo do trânsito na via e em face de desobedecer as ordens para liberá-la houve a necessidade da utilização da munição de elastômero"⁴⁴.

Além das polêmicas envolvendo a ação violenta da polícia e a declaração do coordenador de Políticas de Drogas do Estado, mais uma emerge no dia 06 de janeiro e vem endossar as críticas feitas à operação. Nessa data, os jornalistas Marcelo Godoy e Bruno Paes Manso publicam no portal do jornal *O Estado de São Paulo* uma notícia alegando que o governador Geraldo Alckmin, o

⁴² Vídeo disponível no link: <<http://www.youtube.com/watch?v=ODdIQOcXuM0>>, acesso em 11/08/2014.

⁴³ Vídeo disponível no link: < <http://www1.folha.uol.com.br/multimedia/videocasts/2012/01/1031579-policia-usa-bombas-de-efeito-moral-e-balas-de-borracha-na-cracolandia-veja.shtml>>, acesso em 11/08/2014.

⁴⁴ Reproduzido da matéria publicada em 09 de janeiro de 2012 no site do jornal *Folha de São Paulo*, "Polícia usa bombas de efeito moral e balas de borracha na "cracolândia"; veja", disponível no link: < <http://www1.folha.uol.com.br/multimedia/videocasts/1031579-policia-usa-bombas-de-efeito-moral-e-balas-de-borracha-na-cracolandia-veja.shtml>>, acesso em 26/06/2014.

Já a então secretária de Justiça do Estado, Eloísa de Sousa Arruda, explicou da seguinte forma a ação da Polícia Militar: "Diante de um cenário ocupado por traficantes e usuários em que a polícia tem que entrar, não dá para chegar e pedir: "por gentileza, o senhor me acompanhe até o Distrito Policial". O momento inicial foi intenso, de enfrentamento". Fala reproduzida de entrevista publicada no dia 06 de fevereiro de 2012, em blog do jornal *O Estado de São Paulo*, disponível no link: <<http://blogs.estadao.com.br/sonia-racy/%E2%80%9CNa-da-para-pedir-%E2%80%98por-gentileza%E2%80%99%E2%80%9D/>>, acesso em 26/06/2014.

prefeito Gilberto Kassab e o comandante geral da Polícia Militar, o coronel Álvaro Camilo, não sabiam do início da operação, e que ela teria sido deflagrada antecipadamente por decisão do segundo escalão da PM, o que teria gerado um mal estar entre os dois governos⁴⁵.

Após toda a polêmica em torno da Operação Integrada Centro Legal, a área de comunicação da Polícia Militar lançou ações para responder a todas as críticas feitas até o final daquele mês de janeiro. Uma delas foi a criação de um *slogan* para a ação da polícia - "*Operação Programada, Inteligente e Planejada*" - assim justificada, de acordo com publicação no dia 19 de janeiro de 2012, no blog da operação:

PROGRAMADA – porque desde o ano passado têm havido reuniões e deliberações sobre a ocupação; a data da ação da Polícia Militar não foi deliberada aleatoriamente.

INTELIGENTE – porque se valeu de um prévio trabalho de inteligência, de levantamentos das equipes do Centro de Inteligência e de emprego dos sistemas inteligentes de informação e telemática.

PLANEJADA – porque houve todo um trabalho, com base em levantamentos de campo (operações de inteligência) e sistemas inteligentes, para planejar, coordenar e organizar a operação; ela não foi feita sem prévio preparo; foi exaustivamente planejada, com todos os meios disponíveis e em etapas a serem vencidas progressivamente⁴⁶.

Além de apregoar a ideia de que a ação policial havia sido programada e planejada de forma "inteligente", na página da Internet da operação justifica-se o seu "sucesso" a partir dos seguintes números e foto, em uma espécie de "antes e depois" da operação:

1. 2.250 toneladas de lixo retirado
2. 517 prisões efetuadas, 57.589 abordagens policiais, 154 condenados capturados e 440 flagrantes
3. 86.919 abordagens sociais e de agentes da Saúde, 24.812 encaminhamentos, 974 internações, 80.535 atendimentos na Secretaria Municipal de Assistência e Desenvolvimento Social, 728 informações da Coordenadoria de Atenção às Drogas (CDR) e do Conselho Municipal de Políticas Públicas de Drogas e Alcool (COMUDA), 16 atendimentos para tratamento no Centro de Referência de Alcool, Tabaco e Outras Drogas (CRATOD)
4. 66 quilos de drogas apreendidas, sendo 5 kg de *crack*, 17 kg de cocaína e 43 kg de maconha⁴⁷.

⁴⁵ Notícia disponível no link: < <http://sao-paulo.estadao.com.br/noticias/geral,alckmin-kassab-e-comando-da-pm-nao-sabiam-de-inicio-de-acao-na-cracolandia,819527>>, acesso em 26/06/2014.

⁴⁶ Texto disponível no link: <<http://operacaointegradacentrolegal.wordpress.com/2012/01/19/porque-a-operacao-integrada-centro-legal-e-programada-inteligente-e-planejada/>>, acesso em 30/06/2012.

⁴⁷ Cf. < <http://www.policiamilitar.sp.gov.br/hotsites/centrolegal/index.html>>, link "Por que é um sucesso?", acesso em 30/06/2014. Ressalto aqui que o site não divulgou até que data que se referem tais números. De acordo com as informações coletadas no inquérito aberto pelo Ministério Público, esses números fazem referência aos meses de janeiro e fevereiro de 2012.

Foto 3 - Antes e depois da "Operação Integrada Centro Legal"

Fonte: Galeria de fotos da página da Operação Integrada Centro⁴⁸

A “Operação Sufoco” e a gestão securitária do espaço urbano

Apesar das tentativas, tanto do Governo do estado quanto da Prefeitura, de celebrar a operação como um passo importante para o combate ao *crack*, de explicarem que ela havia sido planejada com antecedência e de a justificarem através de números de apreensões, prisões e encaminhamentos (números esses que, como será discutido adiante, também são questionáveis), a avaliação final, presente no debate público e na imprensa, foi de que a operação teria sido um fracasso: ela não teria acabado com o tráfico de drogas na região, dispersou os usuários - que após algumas semanas voltaram ao local onde se concentravam - e ainda foi marcada por abordagens violentas e truculentas da polícia.

Os “excessos de poder” e o uso da violência pelas forças policiais brasileiras, bem como sua ineficiência em lidar com a criminalidade e os ilegalismos urbanos não são novidade e têm sido motivo de discussões que não datam de hoje. Diversos autores chamam a atenção para o legado autoritário da sociedade brasileira, ou o que Paulo Sérgio Pinheiro (1985; 1998) chamou de autoritarismo socialmente implantado que, não obstante a abertura política, se manteve na democracia nascente e em suas instituições, sobretudo naquelas responsáveis pela ordem pública. A consequência disso teria sido o pouco espaço para uma abordagem democrática da questão da

⁴⁸ Fotos disponíveis no link: < <https://www.flickr.com/photos/operacaointegradacentrolegal/>>, acesso em 11/08/2014.

segurança pública, especialmente quanto ao papel eminentemente repressivo atribuído à polícia, que carrega em si uma tradição militarizada e autoritária na gestão dos conflitos, tanto para controlar movimentos das classes trabalhadoras ou manifestações populares, quanto para reprimir a criminalidade cotidiana (Neme, 2005).

No entanto, alguns autores brasileiros já vêm chamando a atenção para novidades nessas formas de gestão da ordem urbana, as quais, de forma complexa e imbricada, se compõem com o nosso legado autoritário (Telles et. al 2013; Cruz, 2012; Minhoto, 2012; Teixeira, 2012; Hirata, 2012; Teixeira & Matsuda, 2012; Telles, 2010⁴⁹). A novidade – e é a partir desse ponto que gostaria de abordar a "Operação Sufoco" – estaria, nos termos de Telles et. al (2013, p 3): “*nos nexos que parecem articular a gestão urbana e a ordem pública sob a égide de princípios securitários [...], gestão de espaços urbanos vistos como lugares que concentram atividades ou condutas ditas de risco*”, ou que abrigam populações em situação de alta vulnerabilidade, acionando formas de intervenção que vêm se disseminando não só em São Paulo, mas também em outras cidades do Brasil.

Como sugerem esses autores, a "Operação Sufoco" se insere dentro de um contexto mais geral de formas de intervenção que apresentam uma matriz semelhante e que partilham de uma mesma lógica, “*regida [pela] composição e diagrama de relações que articulam ação social, ação policial e dispositivos penais*” (ibidem). Ela, bem como suas “correlatas” - operações “Saturação” que ocorreram ao longo das últimas gestões estaduais em São Paulo, e as Unidades de Polícia Pacificadora no Rio de Janeiro - são todas intervenções securitárias que têm como objetivo oficial “saturar” o combate ostensivo a crimes como o tráfico de drogas, roubos e furtos, bem como comportamentos “indesejáveis” (consumo de drogas, bailes funks, etc.).

Segundo Telles et al (ibidem), é possível identificar também nessas intervenções um *modus operandi* comum: intervenções territorialmente localizadas, espetacularizadas, com forte apelo midiático, e que mobilizam um grande aparato militar, com centenas de policiais militares, helicópteros, cavalaria, cães farejadores, etc. Utilizando a metáfora da guerra, elas elegem um “inimigo” a ser combatido: são guerras às drogas, ao crime, ao *crack* - a tudo o que ameaça a ordem urbana e que pode causar distúrbios. Nos termos do coronel Pedro Borges, que coordenou a “Operação Sufoco”, é necessária uma técnica específica nos casos de “controle de distúrbios”:

[o coronel] sabia que o grupo de usuários de drogas era maior do que o efetivo policial, o que tecnicamente determina a forma de atuação da polícia militar. Utilizou a força tática da polícia porque sabia que haveria necessidade de controle de distúrbios. [Ele] É especialista em controle de distúrbios. Tecnicamente, tinha que evitar o embate corpo a corpo. Dispersa-se o grupo iniciando-se pela demonstração de força. Caso não resolva, utiliza-se o armamento químico (bombas de efeito moral ou

---

⁴⁹ Faço referência aqui também à discussão feita no seminário “Gestão militarizada dos ilegalismos no Brasil contemporâneo: militarização da gestão dos espaços urbanos”, realizado em 26 de setembro de 2012, na Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da USP, e coordenado pela professora Vera da Silva Telles.

lacrimogênea). Se infrutífero, passa-se à utilização de elastômeros (balas de borracha). Toda essa sequência foi utilizada na operação deflagrada e durante os 4 ou 5 dias que se seguiram⁵⁰.

Como bem flagraram Teixeira & Matsuda (2012) e Teixeira (2012, p. 329), a novidade de intervenções como esta estaria menos na violência da ação da polícia, que já é conhecida, mas principalmente no caráter cada vez mais ostensivamente militar da sua presença nos territórios, em que, como revelam as autoras, “*ganha relevância a gramática bélica das operações, manifesta em táticas de ocupação de territórios, presença ostensiva e intimidadora dos destacamentos militares, práticas arbitrárias como buscas pessoais*”. Além disso, Teixeira e Matsuda identificam em tais operações policiais o constante emprego da ideia de urgência e da noção de vulnerabilidade, que autorizam e acionam medidas de exceção a fim de restabelecer a ordem. Em seus termos:

Para além de mobilizar a ideia de urgência, alimentada sobretudo por uma imagem difusa da criminalidade violenta, ameaça permanente que demanda repressão e prevenção – nessa ordem –, constrói-se também a noção de vulnerabilidade das populações dos territórios sobre os quais a lógica intervencionista opera, permitindo que ela se instale no lugar da política na busca de restaurar a ordem ameaçada, autorizando, portanto, medidas de exceção. (Teixeira & Matsuda, 2012)⁵¹.

Como ressaltam as autoras, bem como Cruz (2012) e Telles et al (2013, p. 3), essas operações vêm associadas a e legitimadas por ações sociais que têm como objetivo intervir sobre essas populações e territórios tidos como de risco e alta vulnerabilidade, e promover a prevenção aos "inimigos" eleitos: ao consumo de drogas, à situação de pobreza e exposição à violência gerada pelas figuras do traficante ou do criminoso. Os discursos que legitimam tais ações são marcados pela ideia de que os crimes ou comportamentos que visam combater também são uma questão social, e que a intervenção policial é necessária para permitir a atuação de políticas sociais e de saúde. A Operação Saturação, que teve várias edições entre os anos de 2005 e 2010, em bairros periféricos e favelas de São Paulo, constava como um programa de intervenção do governo do estado em matéria de segurança pública e uma política inovadora que se propunha articular o combate ao crime e a promoção da qualidade de vida e inclusão social, “*a partir da teoria de que a violência não pode ser resolvida somente com repressão policial. É necessário também promover a inclusão social da população, por meio de programas, obras e serviços*”⁵². A partir de 2007, a Operação Saturação combina-se com um programa do Governo do Estado de São Paulo, coordenado pela Secretaria Estadual de Assistência e Desenvolvimento Social, chamado “Virada Social - Qualidade de Vida com Segurança”. O objetivo desse programa, segundo fontes oficiais, seria de “*reduzir os índices de vulnerabilidade social da área com a participação e sustentabilidade*

⁵⁰ Trecho do depoimento dado pelo coronel durante o inquérito aberto pelo Ministério público, disponível no texto da ação civil pública, p. 96.

⁵¹ Disponível no link: < <http://www.diplomatique.org.br/artigo.php?id=1124?>>, acesso em 21/08/2014.

⁵² Cf. <http://www.saopaulo.sp.gov.br/spnoticias/lenoticia.php?id=99597>, acessado em 14/07/2014.

local”⁵³, e a escolha do local onde o programa seria implementado era baseada, de acordo com informações oficiais, nos dados da Fundação Seade, que elaborou o Índice Paulista de Vulnerabilidade Social.

A Virada Social, em seu programa oficial, nasce incorporando a Operação Saturação para que supostamente as forças policiais restabelecessem “a ordem e segurança da área”. A partir daí, de acordo com o programa oficial, representantes do poder público e da sociedade civil se organizariam para realizar ações concretas de curto (execução imediata e em até dois meses), médio (até seis meses) e longo prazos (até um ano) prazos nas áreas de saúde, educação, revitalização urbana, cultura, assistência social, cidadania, trabalho, saneamento e outras melhorias na qualidade de vida dos moradores locais.

As UPPs, implementadas a partir de 2009 no Rio de Janeiro, são apresentadas como “*um novo modelo de segurança pública e de policiamento*”, que tem como objetivo “*recuperar territórios ocupados por traficantes e milicianos e levar paz e inclusão social às comunidades mais carentes*”⁵⁴. A partir de 2010, as favelas em que foram implantadas as UPPs passaram a receber o programa UPP Social (hoje chamado Rio+ Social) que, a partir de parcerias entre o governo federal e estadual, tem como objetivo realizar projetos sociais, ao promover “*o desenvolvimento social, incentivar o exercício da cidadania, derrubar fronteiras simbólicas e realizar a integração plena da cidade, [através de] ações que consolidem os avanços trazidos pela pacificação e revertam os legados da violência e da exclusão territorial*” (Apud, Leite, 2012).

Chegamos em 2012 com a Operação Integrada Centro Legal, que tinha como missão “*promover ações contra a Desordem Urbana, Física e Social, visando a revitalização da região e o resgate da autoestima dos moradores daquela região e daqueles que se acham em situação de rua, através de ações sociais e de saúde (resgate)*”⁵⁵.

É presente também em todas essas intervenções o mote de um retorno e retomada desses territórios pelo Estado, antes marcados pela suposta ausência do poder público - como no caso da “Operação Sufoco” na “cracolândia”- ou dominados por um “poder paralelo” ou pela “criminalidade” - como nos casos das operações “saturação” e das UPPs. O modelo de gestão da ordem pública - que visa a produzir espaços seguros por meio de uma presença ostensiva de caráter militar das forças de segurança e mobiliza as noções de risco e vulnerabilidade das populações e territórios em que essas forças atuam se associa a intervenções assistenciais e de saúde, trazendo a ideia de retorno do Estado.

---

⁵³ Cf. <http://www.desenvolvimentosocial.sp.gov.br/portal.php/viradasocial>, acessado em 14 de março de 2010.

⁵⁴ Cf. http://upprj.com/wp/?page_id=20, acessado em 14/07/2014.

⁵⁵ Trecho da Nota de Serviço firmada pelo Comando da Área Central, entregue ao Ministério Público para elaboração do inquérito. A Nota completa, que aponta a finalidade e missão da Operação Integrada Centro Legal está disponível no texto da ação civil pública, p. 51-2.

Em suma, tanto a “Operação Sufoco” quanto outras intervenções semelhantes - como a Operação Saturação e as UPPs - são marcadas por uma atuação violenta e abusiva da polícia, reunindo denúncias as mais diversas sobre atos discriminatórios, agressões físicas e violações de direitos humanos, como a entrada em residências sem mandado judicial e revistas vexatórias. Além disso, suas ditas “ações sociais” na maioria das vezes são pouco efetivas e mal saem do papel. Ainda assim, para além do nosso vasto histórico de violência policial e do caráter autoritário e militar da segurança pública no Brasil, em geral tais intervenções, e a “Operação Sufoco” em específico, reúnem elementos importantes para a reflexão que o campo de discussão, aqui brevemente delineado, aponta acerca da lógica securitária na produção e gestão dos espaços urbanos (Telles et al, 2013, p. 3). Como bem resumem Teixeira e Matsuda (2012):

Essa ação [na “cracolândia”] pôde traduzir as mais contemporâneas formas de atuação das forças policiais e dos aparatos repressivos, que extrapolam suas competências legais e tradições históricas de gestão e repressão ao crime, para voltar-se a formas muito específicas de gerir territórios e populações consideradas de risco.

As novidades na forma de gerir o espaço e a ordem urbana - que se ligam de forma imbricada (e ainda a ser melhor desvendada) com a nossa tradição militarizada na gestão da segurança pública – têm ressonâncias, segundo Minhoto (2012), Telles et al (2013), com toda uma ordem de fenômenos que tem se afirmado no mundo contemporâneo e debatido em outros contextos. Diversos autores vêm chamando a atenção para a disseminação da lógica de securitização da gestão e produção do espaço urbano e de intervenções de caráter cada vez mais militarizado de combate à criminalidade urbana – lógica esta cujos exemplos são identificáveis não só no Brasil, mas também em países do norte global.

A ideia de militarização da vida urbana foi discutida por Stephan Graham, a partir do desenvolvimento do que ele chama de um novo urbanismo militar, que introduz novas dimensões para a militarização contemporânea da vida urbana. No contexto pós 11 de setembro e “Guerra ao Terror”, o autor mostra como conceitos e práticas militares, como as de rastreamento, identificação, *targeting* e intervenção, vão se estendendo para a gestão da sociedade civil urbana (Graham, 2010, p. XI). Nessa lógica, os espaços urbanos, sua infraestrutura e população civil são considerados fontes de ameaças constantes. Isso se manifesta pelo disseminado uso da guerra como metáfora dominante para descrever as condições das atuais sociedades urbanas: guerra às drogas, ao crime, ao terror, etc. (idem, p. XII-XIV). Para Graham, trata-se da colonização das esferas políticas, sociais, culturais e do espaço e dia-a-dia urbano por práticas e discursos que têm no seu centro a noção de guerra, característica de um novo urbanismo militarizado.

Ao invés de direitos humanos e sistemas legais fundados na cidadania universal, as políticas de segurança que emergem no atual contexto são baseadas na identificação de perfis de indivíduos,

lugares, comportamentos e grupos como categorias que são consideradas de risco e que, de alguma forma, ameaçam a ordem no espaço urbano. São mudanças que ocorrem em nome da segurança, contra uma ameaça constante e difusa (da criminalidade, do terrorismo, dos eventos naturais catastróficos, da desobediência civil etc.) que mobilizam e legitimam um estado de exceção e urgência permanente, com vistas a garantir os ordenamentos geográficos dominantes que sustentam o atual capitalismo global e neoliberal.

Graham descreve algumas das novas dimensões desse processo de militarização da vida urbana. Nos espaços da cidade, observa-se uma fusão entre as aplicações civis e militares de tecnologias de vigilância, e a convivência de arquiteturas e espaços disciplinares com os novos arquipélagos de sistemas de controle eletrônicos (idem, p. 62-63). Nos novos dispositivos de segurança, a confiança em tecnologias de ponta para vigiar e produzir informações sobre potenciais ameaças e riscos é crescente. São tecnologias que circulam e são construídas em escala transnacional, seguindo o próprio fluxo global de capitais, ideias, modelos, tecnologias e sistemas de vigilância que permeiam diversas cidades do globo (idem, p. 77-78).

É neste contexto globalizado também que se dissemina a indústria da segurança, outra dimensão da militarização da vida urbana. As reclamações sobre a vulnerabilidade das cidades foram amplamente incorporadas nas estratégias de marketing das grandes empresas que vendem hoje uma nova e demandada commodity: a segurança (ou ao menos a sensação de segurança). Um importante ator que também se utiliza do medo e da insegurança urbana como estratégia de marketing é a mídia. De acordo com o autor, outra dimensão desse processo de militarização é a espetacularização midiática e cultural da violência e da guerra: desde filmes, videogames, seriados de televisão até gravações de câmeras de vigilância, que colocam em cena a violência e a "guerra urbana" como verdadeiros espetáculos midiáticos (idem, p. 68).

Graham chama também a proliferação e mobilização constante da ideia da guerra no contexto urbano de "*surto securitário*" (idem, p. 73-4), um imperativo por segurança que se impõe sobre os princípios básicos das atividades do Estado, tornando-se o único critério de legitimação política. Ao invés de uma busca e combate às causas da violência e insegurança, o foco é o aumento da sensação de segurança dos "de dentro" contra os "outros de fora" - que podem ser desde pequenos delinquentes de rua até terroristas – sensação essa "*nutrida na fé por tudo que é militar*" (ibidem).

O surto securitário que está contemporaneamente embasando todo um discurso que reformula as pessoas, lugares e coisas em termos de avaliação de riscos e ameaças também refunda a própria cidade como uma ameaça em si. Para Graham, os processos de urbanização e securitização são hoje inseparáveis e a gestão do espaço urbano não pode mais ser pensada sem a

dimensão securitária.

Uma das importantes contribuições do autor que podemos mobilizar para pensar o caso brasileiro é que ele flagra o processo, em outros contextos, em que as antigas separações judiciais e operacionais entre policiamento, inteligência e Forças Armadas, bem como as distinções entre guerra e paz, local, nacional e global são borradas e embaralhadas (idem, p. XV; Minhoto, 2012; Telles et al, 2013, p. 37-9; Souza, 2012). Nesse contexto, segundo esses autores, segurança e guerra deixam de ser apenas questões de segurança nacional e relações internacionais e passam a permear o cotidiano das cidades. O embaralhamento entre as esferas civil e militar conflui, no caso brasileiro, com a nossa tradição autoritária: são tendências novas e transnacionais que requalificam e reforçam as nossas próprias especificidades.

Neste novo urbanismo militar, Graham identifica também o uso do poder de violência do Estado para adaptar espaços urbanos às exigências da "cidade global" e da produção neoliberal, servindo de suporte às práticas já conhecidas de policiamento de “tolerância zero”, vigilância urbana, exclusão dos “indesejáveis” dos novos enclaves de consumo e lazer, numa lógica clara de limpeza social, chamada pelo autor de “*clean-sweep planing*” (idem, p. 18). Novamente, o caso brasileiro parece articular de forma bastante peculiar tendências contemporâneas que impulsionam uma nova lógica militarizada de gestão e produção dos espaços urbanos com o nosso padrão histórico de controle social, fortemente baseado na ação repressiva e violenta do Estado sobre populações marginalizadas.

A contribuição da literatura brevemente apresentada no início dessa seção (Teixeira, 2012; Teixeira & Matsuda, 2012; Souza, 2012; Minhoto, 2012; Telles et al, 2013; Cruz, 2012; Hirata, 2012) nos dá importantes pistas para pensar como se dá, nas cidades brasileiras, essa lógica militarizada de gestão do espaço urbano – em que no caso da “Operação Sufoco” na “cracolândia” pode ser considerada exemplar. No entanto, é preciso destacar um ponto de crítica com relação ao debate sobre formas de controle e gestão do espaço urbano. Como ressalta Telles (2015, 2015a), parece haver um ponto cego no encontro entre a sociologia urbana e a sociologia do controle e da punição, que é possível observar nessas discussões: o estatuto do conflito na produção dos espaços e dos ordenamentos urbanos. Para a autora, nos estudos urbanos as conflituosidades são quase uma tônica inevitável que se observa em campo, mas que são de difícil incorporação teórica. Por outro lado, nos estudos sobre controle e punição, parece haver uma onipresença do poder, da qual nada escapa.

Apesar do caráter repressivo e violento das forças de segurança na “cracolândia” ao longo da operação de 2012, embates, disputas e polêmicas também marcaram a intervenção: disputas sobre quem é usuário e traficante e qual deveria ser o tratamento dado a cada um deles; sobre como

configurar o crime de tráfico de drogas numa região de tolerância ao uso de uma substância ilícita; sobre o direito dos usuários de *crack* de ir e vir, frente à “procissão do *crack*” que a Polícia Militar promoveu; sobre quem pode circular ou não por esse espaço do centro de São Paulo; sobre formas de tratamento de saúde a dependentes químicos, etc. Nesses embates, como será descrito no próximo capítulo, fez-se fortemente presente a atuação de defensores e promotores públicos, que levaram a cabo denúncias e investigações sobre a ação policial, e que tiveram efeitos importantes na reconfiguração do campo de conflito e disputa em torno da “cracolândia”. A combinação dessas diversas forças configurou, segundo Rui (2013, p. 292), tipos de mediações inéditas para a área, conformando novas arenas de disputa e configurações políticas que se fazem mister analisar.

Nesse sentido, um dos pontos centrais que orientam a projeto de pesquisa temático em que essa pesquisa de mestrado se inscreve é a dimensão conflituosa em torno do que Telles et al chamaram as “*novas formas de produção e gestão dos espaços urbanos sob a égide de princípios securitários*” (2013, p. 3). Em cada um dos campos de intervenção em que esse projeto tem desenvolvido suas pesquisas, incluindo aí a “cracolândia”, a hipótese colocada é a de que “*nos contextos situados em que se processam essas formas de controle, têm se configurado campos de conflito e dissonâncias, bem como debates e polêmicas que, no seu conjunto, fazem deles e de cada um ‘espaços-problemas’*” (idem, p. 16), e que revelam a face política da produção do espaço urbano. Para a compreensão desses campos de força, a proposta desses autores (idem, p. 14) é a de seguir as sugestões dadas por Foucault de observar as relações de poder a partir das suas formas de resistência, pela via de seus “enfrentamentos estratégicos” (Foucault, 2008, p. 301).

Tendo como referência essa hipótese mais geral levantada no projeto temático, foi possível lançar a hipótese específica sobre os conflitos em torno da “Operação Sufoco”: de que a partir da análise dos conflitos e resistências gerados após essa intervenção policial, tanto por meio de movimentos sociais, como no trabalho de defensores e promotores públicos, seria possível vislumbrar as disputas e conflitos em torno das formas como o espaço da “cracolândia” é gerido.

Sendo assim, a aposta metodológica e analítica feita sobre a região da “cracolândia”, e mais especificamente sobre a cena da “Operação Sufoco”, é que ela pode ser tida como um ponto de observação privilegiado para se compreender não só os modos de gestão securitária do espaço urbano, mas também aquilo que lhe escapa: seus conflitos e resistências. Nos próximos dois capítulos apresento com mais detalhes os conflitos e embates que se deram em torno da operação policial de 2012.

Capítulo 2 – O ativismo jurídico de defensores e promotores públicos

Operação Integrada Centro Legal! Não se trata de uma ação para simplesmente recuperar uma área física importante da cidade de São Paulo (a região da Nova Luz), mas sim um movimento articulado (INTEGRADO) de forças (estadual e municipal) que está ensejando no encaminhamento de muitas pessoas que se estavam excluídas de verdade! [...] O que importa é que agora estão acontecendo as verdadeiras transformações que muitos críticos se posicionam em sentido contrário mas que, ao longo de todo esse tempo, na prática nunca viabilizaram! Tem muita gente falando coisas aparentemente interessantes, mas que jamais saíram do papel ou do pen drive! E sejamos sensatos, de teóricos o Brasil já tá cheio!

O texto acima foi postado pela área de comunicação da Polícia Militar de São Paulo na página da Internet da Operação Integrada Centro Legal, no dia 22 de janeiro de 2012⁵⁶. O tom de embate da mensagem, com a ideia de que a polícia está realizando algo “na prática” para lidar com pessoas que “estavam excluídas de verdade”, ao contrário de “teóricos” que apenas criticam e não viabilizam “transformações reais” na região, é um registro bastante representativo das tensões que foram ensejadas com a “Operação Sufoco”.

Apesar da tentativa da Polícia Militar de angariar apoio à operação, as reações contrárias a ela predominaram e foram as mais diversas: desde moradores do nobre bairro de Higienópolis que denunciavam a chegada dos usuários de *crack* em sua vizinhança, até manifestações de movimentos sociais que atuam na região da “cracolândia” e em defesa dos direitos humanos, que criticavam as violações perpetradas pela polícia e a inobservância às políticas de saúde e assistência que haviam sido prometidas no escopo da Operação Integrada Centro Legal.

Se manifestações e críticas, tanto de movimentos sociais quanto da imprensa, já foram feitas em outros momentos e contra outras operações policiais realizadas na região da “cracolândia” - tal como ocorreu na Operação Limpa de 2005, por exemplo - em 2012, esse movimento se coordenou com um outro tipo de atuação: a de defensores e promotores públicos, que levaram a cabo ações judiciais com denúncias e investigações sobre a ação policial. A combinação dessas diversas forças configurou, segundo Rui (2013, p. 292), tipos de mediações inéditas para a área, conformando novas arenas de disputa e configurações políticas que se fazem mister analisar.

Para tal empreendimento é de especial importância uma análise mais detida sobre a atuação da Defensoria Pública e do Ministério Público do Estado de São Paulo. A partir da atuação desses dois órgãos do poder Judiciário – mais especificamente através da análise de um pedido de *habeas corpus* feito pela Defensoria e da ação civil pública⁵⁷ movida pelo Ministério Público - é possível

⁵⁶ Disponível no link < <http://operacaointegradacentrolegal.wordpress.com/>>, acesso em 24/06/2014.

⁵⁷ Agradeço aqui imensamente os promotores públicos Eduardo Ferreira Valério e Maurício Antônio Ribeiro Lopes que disponibilizaram a nós do coletivo de pesquisa o acesso a todo o material do processo (que não estava em segredo de justiça). Sem esse rico material, boa parte da discussão aqui feita não seria possível.

traçar as diferentes linhas e tendências no debate que surgiu após a operação, e assim começar a deslindar os diversos campos de disputa na forma como vai se problematizando a questão da “cracolândia” e do *crack*. Em outros termos, a atuação de defensores e promotores trouxe a público os conflitos e disputas que se processam em torno da “cracolândia” e das formas de gerir esse espaço, ao mesmo tempo em que eles próprios passaram a compor esse “*campo de forças*” (Raupp & Adorno, 2009, p. 262), tornando-se, nos termos de Rui (2013, p. 306), “*novos atores mediadores da relação entre os usuários de crack e o mundo público*”.

A atuação da Defensoria Pública do Estado de São Paulo

A Defensoria Pública é a instituição responsável pela oferta gratuita de orientação jurídica àqueles que não podem pagar por esse serviço e pela promoção de direitos individuais e coletivos. Apesar de prevista na Constituição Federal de 1988, sua criação e implementação tem sido um processo recente e desigual entre os diferentes estados brasileiros (Ipea, 2013, p. 23), sendo que em São Paulo foi instituída apenas em 2006.

Além de suas atribuições de atendimento individual, a Defensoria Pública de São Paulo é composta por núcleos especializados, que têm como objetivo pensar de forma mais estratégica a atuação da instituição, trabalhando principalmente com ações coletivas a partir de demandas populares⁵⁸. Os núcleos especializados existentes na Defensoria Pública do Estado de São Paulo são: Infância e Juventude; Promoção e Defesa dos Direitos da Mulher; Habitação e Urbanismo; Situação Carcerária; Combate à Discriminação, Racismo e Preconceito; Direitos do Idoso e da Pessoa com Deficiência; Defesa do Consumidor e Cidadania e Direitos Humanos. Esse último, compostos por defensores que estiveram presentes na região da “cracolândia” desde os primeiros dias da “Operação Sufoco”, tem como função principal:

promover a proteção e promoção dos direitos humanos dos chamados grupos sociais vulneráveis, notadamente em questões coletivas, bem como receber representação que contenha denúncia de violação dos Direitos Humanos de qualquer pessoa, entidade pública ou privada, apurar sua veracidade e procedência e notificar às autoridades competentes, no sentido de fazerem cessar os abusos praticados por particular ou por servidor público⁵⁹.

Cumprindo tal função, os defensores desse núcleo acompanharam a ação da polícia na região da “cracolândia” e recolheram depoimentos de pessoas que sofreram violações de direitos humanos e abusos perpetrados por policiais militares e guardas civis metropolitanos durante a operação, visando justamente cessar essas práticas.

Uma primeira constatação de violação de direitos humanos que os defensores públicos

---

⁵⁸ Cf. entrevista dada por Daniela Skromov ao programa Justiça e Democracia, em 20 de janeiro de 2012, disponível no link: <<https://vimeo.com/36168038>>, acesso em 02/10/2015.

⁵⁹ Cf. <<http://www.defensoria.sp.gov.br/dpesp/Default.aspx?idPagina=5209>>, acesso em 11/08/2014.

fizeram nesse episódio foi a desocupação de um imóvel utilizado por usuários de *crack* e pessoas em situação de rua como abrigo na Alameda Dino Bueno. De acordo com a defensora Daniela Skromov⁶⁰, a entrada dos policiais nesse imóvel ocorreu às 5 horas da manhã - quando a determinação do Código do Processo Civil é que diligências ocorram a partir das 6 horas da manhã - e sem a devida ordem judicial, retirando todos os que lá estavam à força.

Nos primeiros dias de atuação, defensores acompanharam representantes de instituições que trabalham na região da “cracolândia”, como o padre Julio Lancelotti (da Pastoral do Povo da Rua, ligada à Igreja Católica), durante as abordagens policiais, ficando atentos especialmente àquelas em que as pessoas eram proibidas de ficar nas ruas, bem como as tentativas de policiais de as levarem para a delegacia simplesmente por não portarem documentos. No dia 5 de janeiro, segundo o defensor Carlos Weiss⁶¹, os defensores conseguiram impedir que 15 pessoas fossem levadas à delegacia sem que tivessem cometido qualquer delito, que também não eram procuradas pela Justiça.

Uma base móvel da Defensoria Pública foi alocada na Rua Barão de Piracicaba para o atendimento da população, especialmente para a coleta de denúncias de violações de direitos. Os defensores registraram nas semanas em que acompanharam a operação 4 casos de pessoas que foram atingidas por balas de borracha, 3 que foram vítimas de bombas de “efeito moral” e gás de pimenta, 3 atropelamentos por viaturas ou policiais montados em cavalos, além de mais de 30 vítimas de violência física em geral. Além disso, foram colhidos depoimentos de 20 pessoas que foram proibidas de circular e permanecer na rua, e 4 que foram impedidas de acessar os serviços públicos de alimentação “Bom Prato” e “Alimentar-se na Rua”. Revistas vexatórias, xingamentos, ameaças de morte e de prisão, e subtração de pertences também foram relatados aos defensores⁶². De acordo com Carlos Weiss, as denúncias coletadas não foram apenas de usuários de *crack*, mas também de moradores da região que flagraram esses abusos, e inclusive do relato de um guarda civil metropolitano, denunciando que eram, sim, ordens superiores as orientações de não deixar as pessoas ficarem nas ruas.

Além das denúncias de abusos da polícia e dos problemas enfrentados nos serviços de saúde e assistência social, os defensores conseguiram registrar dois boletins de ocorrência. Um deles tratava de uma garota de 17 anos que foi atingida por uma bala de borracha na boca. No dia 06 de

---

⁶⁰ Informações dadas no seminário “A crackolândia muito além do *crack*”.

⁶¹ Informação dada na audiência pública na Assembleia Legislativa de São Paulo, realizada no dia 11 de janeiro daquele ano, disponível no seguinte link: <<https://www.youtube.com/watch?v=bfbyrjOqkNQ>>, acesso em 30/06/2014.

⁶² Os dados aqui descritos foram apresentados no referido seminário “A crackolândia muito além do *crack*” e os detalhes sobre esses números podem ser conferidos no link: <<http://www.defensoria.sp.gov.br/dpesp/Repositorio/31/Documentos/Apresenta%C3%A7%C3%A3o%20-%20Cracolandia.pdf>>, acesso em 27/06/2014.

janeiro, a adolescente havia relatado aos defensores⁶³ que estava dormindo na rua quando foi acordada com chutes por policias e guardas civis metropolitanos, que impediram que ela permanecesse e dormisse na rua. Nesse mesmo dia, no período da noite, a adolescente foi novamente abordada por três policiais da Força Tática, que exigiram que ela saísse da calçada onde estava sentada. De acordo com o seu depoimento, ela se recusou a deixar o local e um dos policiais deu um tiro de bala de borracha em sua boca.

No dia 09 de janeiro, os defensores a viram machucada, souberam do ocorrido e foram registrar com a adolescente o boletim de ocorrência. No entanto, de acordo com a defensora Daniela Skromov, a delegacia mais próxima já teria sido avisada que a Defensoria Pública iria fazer o registro. Ela, então, resolveu ir ao 1º Distrito Policial, na Sé, para tentar lavrar o boletim como um caso de tortura, e não apenas de lesão corporal. De acordo com a defensora, a adolescente foi atendida por uma policial civil mulher, que apurou o caso e o configurou como tortura e abuso de autoridade.

A ação da Defensoria e a repercussão do caso da adolescente na imprensa⁶⁴ surtiram efeito: um dia após o ocorrido chegar às paginas dos jornais, o governador Geraldo Alckmin anunciou a proibição do uso de balas de borracha e bombas de “efeito moral” pelos policiais que atuavam na operação na “cracolândia”. Um dia após a decisão do governador, a Secretaria de Segurança Pública lançou a seguinte nota com a fala do então secretário Antônio Ferreira Pinto:

Segundo ele [secretário] a ação [da polícia] é enérgica, mas com respeito aos direitos humanos e à integridade física dos usuários, pois o que eles necessitam realmente é de tratamento para se livrar do vício. “Os usuários da crack são tão passivos que nem condições de resistir eles têm. Não há necessidade nenhuma de intervenção com uso de força”, afirmou⁶⁵.

Mesmo com essa decisão do governador, e frente à continuação de abordagens abusivas de policiais e guardas civis metropolitanos, os defensores elaboraram e distribuíram na região da “cracolândia” uma cartilha, na qual constavam trechos da Constituição Federal de 1988 com os direitos fundamentais das pessoas e leis referentes aos direitos durante a abordagem policial, bem como aquelas que preveem o crime de exercício arbitrário ou abuso de poder de policiais. Na cartilha também havia os telefones e endereços das Corregedorias da Polícia Militar e da Guarda Civil Metropolitana, da Defensoria Pública e o número do Disque Direitos Humanos⁶⁶.

---

⁶³ As fichas de atendimento da adolescente também estão disponíveis no documento elaborado pela Defensoria Pública, disponibilizada no link citado na nota anterior. Em seu relato, ela própria afirma que é ilusão achar que irão acabar com o tráfico de drogas e com a “cracolândia” com aquela operação.

⁶⁴ Cf. por exemplo: <<http://noticias.r7.com/sao-paulo/noticias/-eu-nao-sai-da-rua-o-pm-atirou-diz-jovem-atingida-por-tiro-de-borracha-na-cracolandia-20120110.html>>; <<http://blogs.estadao.com.br/jt-cidades/jovem-afirma-que-tomou-um-tiro-na-cracolandia/>>, acesso em 27/06/2014.

⁶⁵ Trecho reproduzido da notícia “Ação na Nova Luz não tem data para terminar, diz Ferreira”, publicada em 12 de janeiro de 2012, disponível no link: <<http://www.ssp.sp.gov.br/noticia/lenoticia.aspx?id=26573>>, acesso em 26/06/2014.

⁶⁶ O panfleto está disponível no material produzido pela Defensoria Pública para o seminário “A crackolândia muito

Ainda que com informações legalmente corretas, a cartilha gerou polêmica. De acordo com a defensora Daniela Skromov⁶⁷, os usuários de *crack* e moradores de rua começaram a solicitar mais cópias, e estavam se utilizando delas para impedir abordagens abusivas de policiais e guardas civis. Os defensores os alertaram para que não tivessem uma postura de enfrentamento com a polícia, pois isso poderia gerar ainda mais truculência pelos policiais. Estes, por sua vez, também começaram a pedir cópias da cartilha, supostamente para entregar aos seus superiores. Em seguida, segundo Daniela, os defensores começaram a ser ridicularizados por policiais, e a relação com a corporação passou a ser ainda mais tensa: a PM acusava a Defensoria Pública de estar dificultando o trabalho policial, chegando ao ponto de culpabilizá-la pelo "retorno" da "cracolândia".

Ainda de acordo com a defensora, o ápice desse desgaste da Defensoria aconteceu quando o jornal *O Estado de São Paulo*, no dia 13 de janeiro, publicou a matéria com o seguinte título: "Desgaste faz polícia liberar volta da "cracolândia" a 50 metros da original", alegando que a Polícia Militar não interviria mais nas aglomerações de usuários, mesmo quando estivessem bloqueando as ruas, e que apenas iria atuar frente às denúncias de tráfico e consumo de drogas. Uma das justificativas para essa mudança na atuação da polícia foram as dificuldades supostamente impostas pelo trabalho dos defensores, que estariam "*incentivando consumidores de crack a permanecer no local*". Na referida matéria, é apresentada a seguinte afirmação do então secretário de Segurança Pública, Antonio Ferreira Pinto: "*Alguns [dos defensores] são meus amigos, mas eles estão exagerando e dificultando o trabalho da PM.*"

Em resposta à polêmica reportagem, a Defensoria Pública de São Paulo soltou uma nota oficial esclarecendo que a instituição estava agindo conforme suas atribuições constitucionais, "*orientando sobre direitos e recebendo denúncias e reclamações sobre eventuais ações abusivas*". Além disso, a nota afirma que a Defensoria iria intensificar a interação com os demais órgãos públicos visando "*soluções conjuntas e coordenadas*"⁶⁸.

De acordo com o relato de Carlos Weiss, em uma audiência pública sobre a operação policial de janeiro daquele ano, com todo o material recolhido durante o período de atendimento na "cracolândia", os defensores chegaram a cogitar entrar com um pedido de *habeas corpus* coletivo, para que se evitasse que a polícia continuasse a denunciada "procissão do *crack*". No entanto, segundo Carlos, dada a condição de vários dos usuários serem egressos do sistema prisional, dificilmente conseguiriam esse *habeas corpus* perante os juízes do Tribunal de Justiça de São Paulo. Decidiram, então, fazer um pedido de *habeas corpus* preventivo⁶⁹ individual, para garantir o direito

---

além do *crack*".

⁶⁷ Fala da defensora no seminário "A crackolândia muito além do *crack*".

⁶⁸ Nota disponível no link <<http://www.estadao.com.br/noticias/geral,defensoria-divulga-nota-sobre-acao-na-cracolandia,822666>>, acesso em 30/06/2014.

⁶⁹ *Habeas corpus* é um instrumento previsto no Artigo 5º da Constituição Federal Brasileira que garante a proteção de

de ir e vir de um dos usuários. Para tal, escolheram um caso "emblemático": alguém que não fosse egresso do sistema prisional, não tivesse problemas com a ficha criminal, nem tivesse mandado de prisão expedido em seu nome. Escolheram, então, Carlos Eduardo Albuquerque Maranhão, usuário (branco) de *crack* que gravou um vídeo⁷⁰ relatando que teve o seu direito de ir e vir violado, e que a polícia estava exagerando nas abordagens, colocando-o em situação desconfortável, mesmo não tendo cometido nenhum crime e nem ter portado drogas.

Nenhum dos defensores estava muito crédulo de que conseguiriam o *habeas corpus*, mas ele foi concedido. Segundo a defensora Daniela Skromov, o princípio de livre distribuição das ações na justiça - a "*roleta russa da justiça*" em seus termos⁷¹ - foi o responsável pelo caso ter sido sorteado e encaminhado para a primeira das 17 Câmaras Criminais do Tribunal de Justiça de São Paulo, onde haveria desembargadores "*mais esclarecidos*", que expediram o salvo-conduto. O processo em torno do pedido de *habeas corpus* será detalhado mais adiante, no capítulo 3.

***

Ao longo do trabalho da Defensoria Pública na "cracolândia" durante a "Operação Sufoco", foram diversas as estratégias e conhecimentos que os defensores foram mobilizando e acionando tanto frente à Polícia Militar, quanto nos meandros tensos e conflituosos da Justiça: são vigílias e questionamentos aos procedimentos dos policiais, mobilizando as normativas sobre os critérios para abordagem policial; a experiência em saber qual delegacia procurar para registrar um boletim de ocorrência e como registrar a denúncia contra os policiais (como tortura e não lesão corporal, por exemplo); a ponderação das dificuldades de se acionar certos dispositivos (como o *habeas corpus* coletivo) e a escolha estratégica do perfil de usuário como caso emblemático para a solicitação do *habeas corpus* preventivo.

São dispositivos jurídicos e conhecimentos práticos que compõem formas de resistência frente a ação militarizada que a "Operação Sufoco" representou. São agenciamentos e estratégias que compõem o arsenal de um certo "ativismo jurídico", em que a Defensoria Pública ocupa importante papel (Telles et al, 2013, p. 18; 35-6). Vale ressaltar que esse ativismo vai para além da denúncia de violações de direitos humanos: trata-se de um engajamento e de formas de tentar limitar a ação do Estado e seus "*excessos estruturais*", nos termos de Daniela Skromov⁷².

Este, porém, é um campo de intervenção em que imperam jogos pesados de interesses e relações de força, em que tensões e conflitos surgem a todo momento. Quando é preciso lidar na

---

alguém que sofra violência ou ameaça de constrangimento ilegal na sua liberdade de locomoção por parte de uma autoridade legítima. O *habeas corpus* pode ser liberatório, quando tem por objetivo fazer cessar constrangimento ilegal, ou preventivo, quando tem por fim proteger o indivíduo contra constrangimento ilegal que esteja na iminência de sofrer.

⁷⁰ O vídeo foi apresentado pela defensora Daniela Skromov em sua fala no seminário "A crackolândia muito além do crack".

⁷¹ Fala proferida no seminário "A crackolândia muito além do crack".

⁷² Entrevista concedida pela defensora em 06 de junho de 2014.

prática com a defesa de direitos, tensões e fricções surgem: tal como vivenciado pelos defensores quando viram seu trabalho deturpado pelas autoridades de segurança e nas notícias da imprensa (que, aliás, na maioria das vezes recorreu apenas às informações da polícia para relatar os acontecimentos sobre a operação), ou quando distribuíram a "*tal da cartilha dos direitos humanos*", como colocado pelos policiais que atuavam na "Operação Sufoco". Como bem ressalta o defensor Bruno Shimizu⁷³, que também atuou na época da ação policial, o efeito que essa cartilha teve parece indicar que entregar texto constitucional e esclarecer certas populações sobre seus direitos são "atividades subversivas".

O Governo do estado, ao responder à ação civil pública do Ministério Público, comenta o referido *habeas corpus* da Defensoria - e esse é também um bom registro das dificuldades e resistências que os defensores enfrentam em seu trabalho. O Governo do estado contesta os esforços da Defensoria Pública por não ter provado as denúncias que coletaram de violações e abusos com exames de corpo delito, para assim poder encaminhar um inquérito policial e processo criminal, tal como previsto em lei. Alega-se, então, que os defensores são "ingênuos" por acreditarem na versão dada pelos usuários que denunciaram os abusos de policiais durante a operação, pois esses não queriam correr o risco de serem "encaminhados para tratamento" ou perderem seus "negócios lucrativos" com o tráfico de drogas. Nos termos usados pelos representantes do governo estadual:

Menciona o autor [Ministério Público] que (...) vários relatos de agressões foram colhidos pela Defensoria Pública, mas, repita-se, não se sabe por que motivo não veio a ser encaminhado um único usuário para o exame de corpo delito, indispensável a fazer prova da alegada agressão, **fazendo crer tratar-se ou de traficantes, ou de microtraficantes ou de usuários revoltados com a Operação, não pela truculência, mas sim pela possibilidade de serem desalojados daquele local e levados a tratamento de saúde. Há, no mínimo, ingenuidade em acreditar nessa versão.**

(...) **As mesmas pessoas** [que prestaram declaração aos defensores] **têm notório interesse em desmontar a operação policial, que pôs fim à verdadeira anarquia instalada, aqui ilustrativamente revelada, estando entre eles traficantes, microtraficantes e dependentes de drogas sob comando dos primeiros.** (fl. 521-2, vol. 3 do apenso nº 0 da ação civil pública do Ministério Público) [grifos meus]

Ou seja, se os corpos dessas pessoas não estiverem marcados e se essas marcas não forem registradas devidamente em exame médico, de nada vale o esforço dos defensores, como se suas palavras também não valessem como "provas", e como se tais pessoas não pudessem se sentir violentadas de tantas outras formas, e não só por meio de agressões físicas. Ademais, como ressalta Bruno Shimizu⁷⁴, o trabalho em prol dos direitos, previstos pela Constituição Federal, dessa população, acaba sendo julgado, no limite, como se a Defensoria Pública estivesse favorecendo atividades ilícitas, como o tráfico de drogas.

Tendo que lidar com essa população que tem historicamente seus direitos negados, e

---

⁷³ Fala proferida no seminário "Gestão militarizada dos ilegalismos no Brasil contemporâneo: militarização da gestão dos espaços urbanos", realizado em 26 de setembro de 2012, na Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da USP.

⁷⁴ Idem.

refletindo sobre como o trabalho dos defensores é visto, até mesmo dentro do poder judiciário, Daniela Skromov faz o seguinte relato:

Os defensores se sentiram como religiosos. A gente acredita nessa história de Direitos Humanos, vai lá e esclarece a população que é suprimida deles desde o nascimento, vai embora e a gente piora a situação. [...] Essa é a dificuldade de você lidar na prática com direitos fundamentais e humanos, porque os grandes tratados são belíssimos, são quase poesia, mas na prática você de fato acaba correndo o risco de imediatamente piorar a situação, e isso é frustrante⁷⁵.

São frustrações ligadas ao campo de conflito em que trabalham com a promoção de direitos. Ainda assim, quando a defensora lembra do parecer favorável dos desembargadores na audiência sobre o *habeas corpus* preventivo, considera a decisão histórica e muito significativa. Isso porque, segundo o defensor Bruno Shimizu⁷⁶, o instrumento do *habeas corpus* historicamente não é utilizado para barrar uma ação repressiva do Estado, mas sim para garantir no processo criminal a liberdade do indivíduo. Ou seja, os defensores acabaram se utilizando de uma artimanha ao acionar uma arma do Direito em favor do trabalho que estavam realizando na região da “cracolândia”, de forma a cessar a atuação abusiva do Estado. Para eles, a liminar favorável foi uma vitória frente às dificuldades que historicamente a Defensoria Pública enfrenta com a defesa na prática dos direitos fundamentais. Segundo relatos dos redutores de danos do É de Lei, mesmo sem a concessão do salvo-conduto coletivo, o referido documento e toda a história de Carlos circularam na “cracolândia”, e ficaram conhecidos entre os usuários como o “*habeas corpus* do alemão”. O documento se tornou referência na época e chegou a ser mobilizado por usuários como uma forma de defesa contra a ação cotidiana da polícia na região, acionando o discurso de direitos como uma verdadeira forma de resistência.

A atuação do Ministério Público do Estado de São Paulo

O Ministério Público é uma instituição que compõe o poder Judiciário e que tem como incumbência a defesa da ordem jurídica, do regime democrático e dos interesses sociais e individuais (art. 127, Constituição Federal 1988). Dentre suas funções, destacam-se: a promoção de ação penal pública; o zelo pelo efetivo respeito dos Poderes Públicos e dos serviços de relevância pública aos direitos assegurados na Constituição; a promoção de inquérito civil e ação civil pública para a proteção do patrimônio público e social, do meio ambiente e de outros interesses difusos e coletivos; o exercício do controle externo da atividade policial e a requisição de diligências

⁷⁵ Fala reproduzida do seminário “A crackolândia muito além do crack”, da mesa “Defensoria Pública: avaliando a operação a partir da ação da defensoria”, apresentada no dia 30 de maio de 2012. Vídeo está disponível no link: < <http://iptv.usp.br/portal/video.action?idItem=6121/>>, acesso em 30/06/2014.

⁷⁶ Fala proferida no seminário “Gestão militarizada dos ilegalismos no Brasil contemporâneo: militarização da gestão dos espaços urbanos”, realizado em 26 de setembro de 2012, na Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da USP.

investigatórias e a instauração de inquérito policial. Sua atuação se dá em diferentes áreas, como cível, criminal, direito do consumidor, direitos humanos, educação, infância e juventude, idoso, patrimônio público, segurança pública, urbanismo e meio ambiente. O Ministério Público do Estado de São Paulo conta ainda com um Núcleo de Políticas Públicas, voltado à produção de estudos e análises sobre a qualidade, eficácia e efetividade das políticas públicas voltadas à implementação dos direitos sociais, atualmente coordenado pelo promotor de justiça Eduardo Valério, que conduziu os trabalhos da ação civil pública referente à “Operação Sufoco”.

Uma semana após o início da operação, no dia 10 de janeiro de 2012, o Ministério Público de São Paulo anunciou a instauração de inquérito civil público para investigar a ação da polícia na região da “cracolândia”. Em entrevista coletiva dada nessa mesma data, os promotores responsáveis⁷⁷ pelo inquérito alegaram que o objetivo da investigação era entender a lógica da operação da polícia e, a partir daí, solicitar ao poder público que fossem implementadas as políticas de assistência social e saúde prometidas e, se fosse o caso, o fim da operação policial.

A investigação ocorreu ao longo dos meses seguintes, e os promotores redigiram a ação civil pública⁷⁸ contra o Governo do estado de São Paulo, que foi entregue para apreciação em junho daquele ano. Apresento de forma mais detalhada o texto da ação civil pública, que também cumpre a função de trazer novos elementos à proposta de reconstrução da ação policial de janeiro de 2012, bem como seus desdobramentos processuais. Peço aqui licença ao leitor para dar início a uma descrição pormenorizada, ainda que num esforço de ser sucinta, sobre como as partes do processo e o juiz responsável pelo caso se manifestaram frente à ação civil pública, uma vez que esse detalhamento é importante para subsidiar os argumentos que apresentarei posteriormente sobre os campos de disputa em torno da “Operação Sufoco”, no capítulo 3.

O texto da ação civil pública se inicia com uma breve reconstrução histórica dos bairros da Luz e dos Campos Elíseos, desde a chegada da elite cafeeira na segunda metade do século XIX até o momento em que se inicia o processo de degradação da região, no início do século seguinte. O bairro viu seus imóveis se deteriorarem, suas ruas ficarem desertas à noite e a prostituição se

---

⁷⁷ Estiveram envolvidos no inquérito e na posterior Ação Civil Pública os então promotores titulares da Promotoria de Justiça de Direitos Humanos das áreas de Saúde Pública e Inclusão Social, Promotoria de Justiça de Defesa dos Interesses Difusos e Coletivos da Infância e Juventude e Promotoria de Justiça de Habitação e Urbanismo.

⁷⁸ A ação civil pública é um instrumento processual previsto na Constituição Federal Brasileira (Lei nº 7.347 de 24 de julho de 1985) para defesa de interesses difusos, coletivos e individuais homogêneos. Trata-se de um canal de acesso à Justiça por meio do qual vários indivíduos que foram lesados podem encontrar soluções sem ter que contratar individualmente um advogado, oferecendo assim economia processual. Na operação em tela, além das diversas pessoas que sofreram com a ação policial, muitos deles sequer teriam condições financeiras de procurar um advogado para defendê-los. Segundo a referida lei, a Ação Civil Pública tem por objetivo reprimir ou mesmo prevenir danos ao meio ambiente, ao consumidor, ao patrimônio público, aos bens e direitos de valor artístico, estético, histórico e turístico, por infração da ordem econômica e da economia popular, ou à ordem urbanística, podendo ter por objeto a condenação em dinheiro ou o cumprimento, pelo Estado, de obrigação de fazer ou não fazer. Como descrito adiante, o que o Ministério Público pede nessa ação é a indenização por danos morais coletivos e a obrigação de que a Polícia Militar deixe de atuar de forma vexatória e desrespeitosa junto àqueles presentes na região da “cracolândia”.

consolidar, processos que fizeram com que a região passasse a ser conhecida como Boca do Lixo. Na década de 1960, a sede do governo foi transferida e nos anos 1980 a antiga rodoviária foi desativada, migrando para onde se localiza atualmente, na zona norte da cidade. Com isso, observa-se um processo de esvaziamento do bairro, cujos hotéis e pensões que antes abrigavam viajantes e prostitutas, passam a receber “*dependentes químicos*”. Segue-se a esse histórico, o argumento de que o poder público assistiu a todo esse processo de forma passiva, deixando o bairro se deteriorar (p. 9).

Nesse contexto surgiram propostas para tentar recuperar a área: desde o Plano de Avenidas, na gestão de Janio Quadros, à construção dos equipamentos culturais, até o polêmico Projeto Nova Luz, tido pelos promotores como uma tentativa de higienização do bairro. Porém, no argumento presente na ação civil pública, todas essas propostas partem de uma perspectiva urbanística, com um estímulo à valorização imobiliária, sem darem a devida atenção aos moradores de baixa renda e aos “*dependentes químicos*” que passaram a ocupar as ruas do bairro.

Entre os projetos recentes de assistência e acolhimento daquela população, o texto ressalta o Projeto Centro Legal, concebido pela Prefeitura de São Paulo entre os anos de 2010 e 2011, que previa a articulação das funções de saúde e assistência numa ação conjunta, de forma a permitir a pronta atenção ao “*dependente químico em situação de rua*”⁷⁹ naquela região da cidade. Este projeto teria como diferencial a previsão de “portas de entrada” para os primeiros encaminhamentos dos usuários ao sistema de saúde, e “portas de saída”, com busca de alternativas de renda, emprego e solução habitacional dos atendidos após seu tratamento. No entanto, o projeto enfrentou problemas e não foi levado adiante, tornando-se, nos termos dos promotores, “*uma esperança frustrada*” (p. 32). Dentre esses problemas estavam o número insuficiente de vagas de atendimento, dificuldades na articulação entre as Secretarias de Saúde e de Assistência Social, inexistência de órgãos de saúde especializados nesse tipo de atendimento que funcionassem 24 horas por dia, e a pouca persistência do poder municipal em levar adiante a criação das ditas “portas de saída” do próprio projeto como um todo. Ainda assim, o texto destaca um êxito do projeto: o aprimoramento das abordagens das equipes de rua, que teriam ganhado experiência e credibilidade junto aos “*dependentes químicos*” e população em situação de rua, mesmo sem todos os equipamentos previstos para sua atenção.

“*Outra esperança*” que se avistava, segundo o documento, era o Complexo Prates (p. 37): um equipamento socioassistencial, previsto para ser inaugurado no início de 2012, e que parecia

---

⁷⁹ Expressão utilizada ao longo do documento para se referir àqueles que sofreram os impactos da operação policial. Apresento o termo entre aspas inspirada em Rui (2013, p. 307), que identifica no uso dessa categoria a produção de um novo sujeito de direitos. Voltarei a esse argumento mais adiante. No mais, como será discutido no capítulo 3, o uso generalizado do termo “dependente químico” para nomear aqueles que frequentam a “cracolândia” é também polêmico.

suprir algumas deficiências do Projeto Centro Legal. Entre essas promessas, estariam: o fato de estar próximo à “cracolândia”, facilitando a atenção aos “*dependentes químicos*” dessa região; a atuação conjunta, em um mesmo espaço, dos serviços de saúde e assistência; a existência de um abrigo para adolescentes que permitiria seu imediato acolhimento e atenção; o funcionamento 24 horas por dia e sua ampliada capacidade de 1.200 atendimentos ao dia, considerada satisfatória para a demanda da região. Por todos esses fatores, o Complexo Prates poderia, segundo o texto, mudar o panorama da região da “cracolândia” e dar um “*salto de qualidade no atendimento socioassistencial e sanitário aos dependentes químicos*” (p. 38).

O problema, para os promotores, era que esse complexo era pouco conhecido por outros órgãos do poder público, ou estes não o levaram a sério como uma possibilidade de inflexão das políticas públicas até então executadas na região. Esse problema foi constatado quando, após o início da operação policial de janeiro de 2012, os oficiais da polícia teriam alegado em seus depoimentos ao Ministério Público que desconheciam a existência desse equipamento, mesmo tendo participado de reuniões ao longo de 2011 sobre o Programa Centro Legal, com a presença de representantes das secretarias municipais que já teriam anunciado a sua inauguração.

Tendo acesso às atas dessas reuniões, cuja pauta era especificamente a “cracolândia”, os promotores notaram que em nenhuma delas se discutia a operação policial, e concluíram que ela “*atropelou aquelas iniciativas e, sem qualquer planejamento global que levasse em conta aquelas providências [de outros órgãos do município e do estado] abortou as iniciativas de órgãos e, ao mesmo tempo, não construiu qualquer solução consistente para o problema da crackolândia.*” (p. 40).

Para os promotores, a concepção e planejamento da operação ocorreram em âmbito estadual pela Polícia Militar, talvez em obediência a “ordem superior” (hipótese essa não apurada até o momento da elaboração da ação civil pública), e sem o aviso prévio ou consulta aos órgãos de assistência e saúde. O maior exemplo da enfatizada falta de articulação na operação foi o fato de que a secretária municipal de assistência social da época, Alda Marco Antônio, que estava diretamente envolvida nas reuniões e discussões sobre a “cracolândia”, ter ficado sabendo da operação no dia em que foi deflagrada, quando recebeu uma ligação do secretário municipal de habitação, que casualmente passava pelo local e percebeu o maciço contingente de policiais militares (p. 41-2).

Além da falta de articulação entre a ação policial e as demais secretarias, os equipamentos de saúde e assistência - que não foram avisados e nem estavam preparados para receber e acolher todos aqueles que buscaram tratamento e/ou refúgio da ação da polícia -, o texto ressalta o caráter fortemente repressivo da operação contra os “*dependentes químicos*”. A partir de relatos e imagens da imprensa, constatou-se que os policiais militares obrigaram os usuários a se dispersarem,

impedindo-os de permanecerem nas vias públicas, e o fizeram por meio de ameaças, golpes de cassetetes, balas de borracha, gás lacrimogêneo e movimentos articulados com viaturas e motos, fazendo com que circulassem a esmo. Nos termos dos promotores: "*quanto ao sagrado direito de ir, vir e ficar, as pessoas o perderam quanto ao vir e ao ficar, só podiam ir.*" (p. 45).

Frente aos alegados objetivos da operação de "quebrar a logística do tráfico de drogas" na região e de gerar "dor e sofrimento" para que os usuários buscassem tratamento, o texto passa a apresentar argumentos que vão de encontro a tais justificativas dadas pela Polícia Militar.

Quanto ao primeiro objetivo mencionado, o texto argumenta que, apesar da Polícia Militar ter, sim, prendido pessoas e apreendido drogas, ela não teria quebrado a logística do tráfico local, tanto porque não prendeu nenhum traficante de vulto ou importância na distribuição da droga na região, bem como por ter apreendido uma quantidade pouco significativa de drogas - muito menor, inclusive, que outras apreensões feitas na região sem qualquer operação policial da escala da "Operação Sufoco"⁸⁰.

Os promotores mobilizam relatos de especialistas nas questões da dependência química e do próprio trabalho feito na região pela Polícia Militar e Polícia Civil para argumentar que as prisões feitas à época da operação foram de usuários que vendem a droga para manter seu próprio vício, ou que são pequenos varejistas, os últimos e mais facilmente substituídos na corrente de distribuição de drogas. Segundo o texto da ação civil pública, representantes da Polícia Militar e da Polícia Civil responsáveis pelo policiamento da região central da capital reúnem-se trimestralmente para discussões sobre suas respectivas ações. Nos relatórios dessas reuniões, os promotores notaram que o tráfico de drogas sequer é uma prioridade na ação das duas polícias. No relatório referente ao primeiro trimestre de 2012, feitas as análises das ocorrências criminais da região central, as polícias não perceberam qualquer ligação importante entre a operação e tais estatísticas, o que sugere, segundo os promotores, "*a irrelevância da operação para a realidade criminal da cidade*" (idem).

Os promotores argumentam que um trabalho com o objetivo de "quebrar a logística do tráfico de drogas" pressupõe investigação, planejamento, informações sobre a organização e fluxo do tráfico da região – todas atribuições da Polícia Civil, que sequer foi informada sobre a deflagração da "Operação Sufoco". Quando questionado sobre como teria sido a atuação da Polícia Militar para identificar os supostos traficantes que foram presos, a resposta do coronel Pedro Borges ao inquérito foi a seguinte:

---

⁸⁰ Segundo dados obtidos pelo GAERPA, órgão do Ministério Público do Estado de São Paulo que centraliza os procedimentos sobre tráfico de drogas na comarca da capital, foram realizadas 90 prisões na região da "cracolândia" entre os meses de janeiro e fevereiro de 2012, tendo sido apreendidas 1.733 gramas de cocaína (incluindo as pedras de *crack*), 503 gramas de maconha e 3.037 pedras de *crack*. No mesmo período de 2011, segundo os dados do mesmo órgão, foram apreendidas 19.131 gramas de cocaína, 6.075 gramas de maconha e 5.123 pedras de *crack*, sem operações ou ações especiais da Polícia Militar.

A operação tinha como objetivo inicial e imediato prender traficantes. **Eles são identificados pelo comportamento e pelos trajés.** O policial sabe distinguir usuário do traficante. (...) Não foi feita a identificação prévia dos traficantes. Também não se sabia o caminho percorrido pela droga, uma vez que se trata de tarefas da PC [Polícia Civil]. Agência Regional é o P2 subordinado ao depoente. O P2 apenas observa o local e aciona o policiamento ostensivo. Não havia troca de informações entre a PC e a PM [Polícia Militar]" [grifos meus]. (p. 57)

Nos termos dos promotores, a operação teria se baseado apenas em observações feitas nas ruas pela agência regional do Comando Central e pelo Serviço Reservado da Polícia Militar, mobilizando um enorme contingente de policiais, viaturas, cavalos, helicópteros e recursos para prender usuários e pequenos traficantes. Frente a esse cenário, nota-se, segundo o texto, que "*a finalidade real da operação não era combater o tráfico nem o traficante, mas simplesmente incomodar, remover e dispersar usuários de drogas, num mero exercício higienista*" (p. 59).

Quanto ao segundo objetivo da operação de gerar desconforto aos usuários (ou, nos termos de Luiz Alberto, "*dor e sofrimento*") para que buscassem tratamento e ajuda, a estratégia também teria sido "*lastimável sob todos os aspectos*" (p. 60). Neste aspecto, os promotores defendem, buscando a fala de especialistas no tema da drogadição, que o argumento da "*dor e sofrimento*" não teria fundamentação científica e iria contra os princípios legais sobre a proteção e atenção aos dependentes e usuários de drogas e pessoas acometidas por transtornos mentais, tal como previsto na Constituição Federal⁸¹.

Além disso, os promotores lembram que mesmo se todos aqueles que frequentam a "cracolândia" buscassem tratamento, não haveria vagas suficientes nos serviços de atenção da região. Eles também apuraram que os poucos que conseguiram ser internados durante a operação em sua maioria já estavam fora das clínicas semanas depois do ocorrido, período muito menor do que o previsto pelos especialistas consultados pelo Ministério Público para o tratamento de dependência de *crack* (6 meses aproximadamente). Onde, nos termos do texto, "*a quase completa inutilidade da operação sob o ponto de vista da recuperação clínica dos pacientes*" (p. 68).

A ação civil pública ainda ressalta que a operação policial desconsiderou os direitos das crianças e adolescentes que frequentavam a "cracolândia", que teriam sido duplamente vítimas: tanto da omissão do Estado, por estarem em situação de rua, quanto da ação do Estado, que teria interrompido o trabalho que vinha sendo feito pelos profissionais da assistência e saúde.

---

⁸¹ Os promotores, nesse ponto, fazem referência a duas leis. Na Lei nº 11.343/06, sobre atividades de prevenção ao uso indevido, atenção e reinserção social de usuários e dependentes de drogas, é prevista a necessidade de adoção de conceitos e objetivos de fundamentação científica como forma de orientar as ações dos serviços públicos comunitários e privados, de forma a evitar preconceitos e estigmatizações das pessoas, e tratamento especial dirigido às parcelas mais vulneráveis da população. Já na Lei nº 10.216/01, da Reforma Psiquiátrica, sobre os direitos e proteção das pessoas acometidas por transtorno mental, está previsto que as pessoas devem ser protegidas de qualquer forma de abuso, e serem tratadas com humanidade e respeito, no interesse de beneficiar a sua saúde, visando sua recuperação pela inserção na família, no trabalho e na comunidade (p. 60-1).

Colaboradores do Instituto Mensageiros, ONG que realizava um projeto de atenção específico para jovens e adolescentes, relataram as dificuldades encontradas após a operação: houve a migração de jovens para outras regiões do centro, que tornaram-se arredios à abordagem por pensarem que a organização teria envolvimento com a operação, por negação de tratamento no Complexo Prates (após sua inauguração) e por imaginarem que seriam internados compulsoriamente - dificuldades que foram sentidas também pelos trabalhadores da saúde e da assistência social que atuavam na região.

Por fim, os promotores fazem uma crítica ao que consideram ter sido a “Operação Sufoco”: “o *trato militar de uma questão social*” (p. 89). Mobilizando autores e fazendo referência ao próprio debate apresentado anteriormente no capítulo 1, os promotores reprovam nessa parte do texto o caráter militar da polícia e do enfrentamento da questão da droga. Além disso, criticam também a mobilização das noções de “risco” e “vulnerabilidade” que justificam a ocupação desse território e a atuação da polícia de forma repressiva e intimidadora em nome da segurança pública.

Os promotores defendem que o governo do estado vem adotando um modelo de polícia mais voltado à defesa de interesses parciais do Estado que à defesa do cidadão, e isso se daria por dois fatores. O primeiro diz respeito à formação rigidamente militar da PM, que teria como consequência a visão do crime como ação de um inimigo que precisa ser combatido, e não como fenômeno social multicausal. O outro fator seria a concepção político-administrativa do governo estadual, de considerar problemas sociais como questões de polícia e de justiça criminal, que recebe manifestações e protestos como provocações contra o poder estatal e lutas populares por direitos sociais como atos de rebeldia social e política, hábeis em ensejar risco à ordem.

A combinação desses dois fatores, segundo o argumento do texto, monta um cenário em que aquelas pessoas apontadas como “de risco” (usuários de *crack*, pobres e em situação de rua) são classificadas como vulneráveis, donde decorre que a ocupação de seus territórios e o enfrentamento que há de se fazer em nome da segurança pública impliquem na presença ostensiva de policiais militares, ao invés de iniciativas sociais e de saúde. A partir dessa abordagem, tais populações já não são tidas como sujeitos de direitos, mas como “*pessoas vulneráveis em situação de risco*”.

Os promotores, então, concluem que:

[...] a operação policial empreendida pelo Governo Estadual paulista nas ruas da denominada “Cracolândia”, nesta Capital, a partir de 03 de janeiro de 2012, mostrou-se *totalmente ineficiente*, na medida em que não alcançou minimamente os objetivos a que se propusera e nem contribuiu para o eficiente enfrentamento ao problema da drogadição. E, ao mesmo tempo, gerou graves violações aos direitos humanos, ofendeu princípios do Estado Democrático e desperdiçou vultuosos recursos públicos. (p. 97)

Os promotores, por fim, requerem a condenação do réu, o governo do estado de São Paulo (já que são de sua responsabilidade os atos praticados pela Polícia Militar), pedindo que o juiz determine o cumprimento de duas obrigações: em primeiro lugar, indenizar as pessoas submetidas à

operação e a população total da cidade por danos morais individuais homogêneos e coletivos respectivamente, no valor mínimo de 40 milhões de reais. Os promotores ressaltam nesse trecho da ação que *"o que se pretende nessa ação civil pública é uma indenização que contribua para a afirmação e construção dos direitos humanos, mais que um mero valor pecuniário"* (p. 144). Em segundo lugar pediu-se, em caráter liminar, a obrigação de não fazer, abstendo-se imediatamente o Comando da Polícia Militar de *"empregar ações que ensejem situação vexatória, degradante ou desrespeitosa em face do usuário de substância entorpecente, especialmente, cessando qualquer ação tendente a impedi-los de permanecer em logradouros públicos ou constrangê-los a se movimentarem, isoladamente ou em grupo, salvo se houver situação de flagrante delito, sob pena de multa por ocorrência arbitrada em 100 mil reais"* (p. 146).

Em 31 de julho de 2012, o juiz de direito Emílio Migliano Neto, da 7ª Vara da Fazenda Pública do Tribunal de Justiça de São Paulo, concedeu a medida liminar favorável ao Ministério Público⁸². Ainda assim, o juiz argumenta no texto da decisão que a questão do consumo da droga é uma questão de saúde pública, mas que também *"ocupa espaço no mundo normativo enquanto crime"*. Ele resalta que o consumo de drogas é sim um crime, ainda que não acarrete pena de privação de liberdade, e critica as interpretações feitas de que a Lei de Drogas de 2006⁸³ descriminaliza o uso de drogas (p. 3-4). Defende, então, que não se pode impedir a Polícia Militar de cumprir a sua função de garantir a ordem pública e agir caso ocorra flagrante prática delitiva.

Por outro lado, o juiz resalta que o Ministério Público solicita não só a interrupção da ação vexatória da polícia, mas também que o Estado adote políticas eficazes e efetivas para a questão das drogas, argumentando que já é consenso que o judiciário não está impedido de *"imiscuir-se no mérito administrativo"* (p. 5), ou seja, determinar o cumprimento de políticas públicas que caberiam ao poder Executivo implementar. Portanto, o juiz considera necessário que o Estado intervenha eficazmente na questão, em conformidade às suas atribuições tais como previstas nas normas constitucionais que instituíram a Rede de Atenção Psicossocial e, caso necessário, utilizando-se dos

---

⁸² Texto disponível no link:

http://www.mpsp.mp.br/portal/page/portal/noticias/publicacao_noticias/2012/julho_2012/2012%2007%2031%20DECIS%C3%83O%20CRACOL%C3%82NDIA.pdf. Acesso em 10/03/2014.

⁸³ Sobre a questão, no Brasil está vigente a Lei n.11.343 de 2006. Em relação à antiga lei de drogas, esta teve como principal mudança a instituição de penas mais brandas para o crime de porte de drogas para consumo pessoal (revogando a pena de privação de liberdades nesses casos) e endurecimento daquelas para o crime de tráfico de drogas (aumentando a pena mínima de privação de liberdade). A despeito do seu caráter aparentemente menos punitivo, a lei ainda considera o porte para uso pessoal como crime, e o usuário, quando pego em flagrante, deve ser encaminhado para a delegacia para assinar termo circunstanciado, comprometer-se a comparecer em audiências judiciais e prestar serviços à comunidade ou participar de tratamentos em programas com este fim. O efeito prático da nova lei, segundo José Filho e Marcelo Silveira (2012), foi o aumento do número de registros que enquadram as ocorrências como tráfico de drogas, e a diminuição daqueles de porte para uso. Consequentemente, aumentou também a taxa de encarceramento em função do crime de tráfico de drogas. Esse efeito se deu principalmente porque a lei não define qual é a quantidade mínima de drogas que a pessoa deve portar para enquadrar a ocorrência como tráfico, deixando tal definição a cargo dos policiais que fazem o flagrante. Com isso, portanto, aumentou-se o poder de policiais em negociar os flagrantes de consumo.

dispositivos da internação involuntária e compulsória, tais como previstos no Decreto-Lei nº 891 de 25 de novembro de 1938 e na Lei nº 10.216 de 6 de abril de 2001, respectivamente.

O juiz aceita o pedido do Ministério Público de que a força pública se abstenha das ações que ensejem situações vexatórias, degradantes e desrespeitosas em face dos usuários de drogas. Porém, lembra que a Polícia Militar não está impedida de realizar operações policiais na "cracolândia", até porque *“de igual forma é dever do Estado promover a segurança pública, restabelecendo o império da ordem nessa região dominada pelas práticas criminais donde as pessoas temem se aproximar”*. Na sua avaliação, *“não pode haver, dentro de uma sociedade civilizada onde se diga presente o império da lei, espaços com tamanha degradação de valores onde graça impunemente a criminalidade”* (p. 9). Nota-se pelos termos utilizados pelo juiz de direito que concedeu a liminar ao Ministério Público que, apesar da *“atuação unilateral e repressora do Estado”* (diga-se de passagem, única expressão que o juiz emprega ao longo do texto para qualificar a ação da polícia na operação), é preciso, no final das contas, garantir a lei e a ordem.

No mesmo dia em que a liminar foi divulgada, a secretária de justiça do governo do estado Eloísa Arruda afirmou, em entrevista dada à imprensa, que a atuação da polícia continuaria da mesma forma, independentemente da liminar, e criticou a atuação dos promotores públicos, alegando que *“em todos esses anos, [o Ministério Público] não tomou nenhuma atitude em relação àquela situação que estava lá instalada”*⁸⁴. Ainda assim, no dia 12 de agosto daquele ano, a Procuradoria Geral do Estado de São Paulo (PGE), ré no processo como representante do estado, interpõe recurso de embargos de declaração contra a medida liminar expedida, ou seja, solicita ao juiz de direito que proferiu a decisão que esclareça contradições presentes na liminar. Segundo a procuradora Mirna Ciani, que representa o Estado, a decisão do juiz se mostra contraditória porque ele admite a necessidade da Polícia Militar intervir na região, tomada por “degradação” e “criminalidade”, mas delimita sua atuação somente em caso de prévia flagrância delitiva, o que segundo a ré só poderia ser verificado após a abordagem (fl. 472, vol. 3 do apenso nº 0)⁸⁵.

Além disso, a procuradora considera de *“difícil interpretação os limites impostos”* quando o Ministério Público fala sobre *“ações que ensejem situação vexatória, degradante ou desrespeitosa em face dos usuários de substância entorpecente (...)”* por parte da Polícia Militar. A PGE assim questiona:

Seria vexatório, degradante ou desrespeitoso impedir fisicamente o usuário de entorpecente e sem a mínima noção de sua condição física e mental de agredir a polícia que dele se aproxima para a necessária (e indispensável) revista e fazer cessar a agressão?
(...) De todo modo, coagir o Estado a atuar nos moldes sugeridos pelo Ministério Público e genericamente verificados na r. decisão embargada, sem levar em conta o comportamento de

⁸⁴ Cf. <<http://www1.folha.uol.com.br/fsp/cotidiano/58085-decisao-nao-altera-trabalho-da-policia-afirma-governo.shtml>>. Acesso em 23/06/2014.

⁸⁵ A numeração aqui apresentada faz referência à paginação presente nos volumes dos apensos do material do processo que foi disponibilizado a nós para consulta no Ministério Público de São Paulo.

resistência dos revistados, equivale a inibir a atuação policial e desmontar a importante operação que culminou com resultados benéficos incontestes e exaustivamente demonstrados nos relatórios que seguiram com a manifestação fazendária. (fl.473-4, idem)

Ou seja, o que a PGE alega é que a ação repressiva da polícia se fez necessária em face de agressões que os usuários tentavam perpetrar aos policiais, em função dos supostos efeitos do *crack* no comportamento deles. Sendo assim, a determinação do juiz seria equivalente a impedir a atuação do Estado frente às resistências daqueles que fossem revistados e, no limite, ao próprio “problema da cracolândia”.

Ainda sem resposta do juiz sobre o recurso de embargos de declaração, em 05 de setembro de 2012, a PGE apresenta a sua contestação à Ação Civil Pública movida pelo MP. Trata-se de um longo documento que visa defender o governo do estado argumentando contra as alegações feitas pelo Ministério Público, de forma que a ação fosse julgada improcedente ao final. A contestação inicia questionando o porquê de o Ministério Público ter entrado com o processo apenas contra o governo do estado, sendo que na ação civil pública é feita referência à atuação de órgãos municipais da saúde e da assistência social, e acusam-se integrantes dessas pastas de falta de articulação com as ações estaduais. Ou seja, o governo do estado estaria sendo processado com relação a obrigações sobre as quais não possui titularidade – quais sejam, a provisão do direito à saúde e à assistência social, de responsabilidade compartilhada com a municipalidade (fl. 478, idem).

Além disso, a PGE argumenta que a ação civil pública imputa ao governo do estado a responsabilidade pela operação em curso, quando, na verdade, ela teria decorrido de parceria entre o estado e o município de São Paulo. Para demonstrar isso, ela apresenta na íntegra um relatório escrito por Luiz Alberto Chaves de Oliveira⁸⁶, coordenador de Políticas sobre Drogas da Secretaria de Estado da Justiça e da Defesa da Cidadania, após a operação. No relatório, Oliveira resume as atividades que vinham sendo feitas com relação à “cracolândia” desde 2009. Até então, segundo ele, *“as tentativas de ações para equacionar as questões e devolver o espaço ao uso público geral eram feitas por intermédio das polícias; [que] foram ações estrepitosas e mal sucedidas e geraram maior crítica ainda por parte da imprensa e de toda sociedade.”* (fl. 486, idem).

Assim, Oliveira, na época presidente do Conselho Municipal de Políticas de Drogas e Alcool (COMUDA), teria proposto ao então secretário adjunto da Secretaria de Participação e Parceria, Dr. Paulo Sérgio, que houvesse um planejamento de *“ações que partissem do princípio de uma ação social e de saúde, tratando os moradores em situação de rua da região como pessoas com problemas que deveriam merecer encaminhamento para tratamentos diversos de natureza clínica e especializada”* (ibidem). A partir de 2009, ter-se-ia dado início a tratamentos ambulatoriais e sob regime de internação (na sua maioria voluntários, segundo Oliveira), ao lado do acolhimento e

---

⁸⁶ Lembra aqui que foi de Oliveira a declaração sobre a estratégia de “dor e sofrimento” utilizada na “Operação Sufoco”.

retorno às famílias, bem como reuniões frequentes com diferentes órgãos municipais e estaduais para discutir soluções para a região, inclusive com a presença de representantes do Ministério Público.

Mesmo com as intervenções da esfera da saúde e da assistência, ainda segundo o relatório, em meados de 2011 teria sido percebida a necessidade de *“uma maior ocupação dos espaços urbanos e um incremento da ação policial que atingisse a 'logística' do tráfico e possibilitassem uma melhor atuação dos agentes sociais e de saúde assim como da zeladoria urbana.”* (fl 488, idem) . Foi naquele momento que teria se dado o planejamento da “Operação Sufoco”. Oliveira critica ainda a mídia e as entidades da sociedade que teriam visto a operação como um início e que teriam se esquecido do trabalho que vinha sendo feito há três anos. Sobre a ação da polícia de janeiro de 2012, ele então conclui que *“o apoio da população e os resultados expressivos de internação – VOLUNTÁRIA – ao lado da prisão em flagrante e de condenados capturados tem mostrado o acerto das medidas tomadas apesar de eventuais falhas e excessos que possam ter ocorrido.”* (fl. 488-9, idem – caixa alta do original).

Vale mencionar que, no mesmo relatório, Oliveira esclarece dois pontos que foram muito polemizados ao longo da operação nos meios de comunicação e criticados pelos promotores públicos na ação civil pública: a dispersão dos usuários de *crack* para outros locais da cidade, e a fala dele próprio sobre a estratégia de “dor e sofrimento”. Sobre a dispersão, ele defende que essa era uma ação necessária para que a abordagem dos agentes de saúde e da assistência social fosse efetiva e eficaz, já que grupos menores seriam mais fáceis para se estabelecer uma relação de confiança com os usuários. Segundo ele, o trabalho na região estaria muito difícil em função de *“microtraficantes – misto de usuário e traficante”*, que não estariam permitindo a entrada dos agentes nas ruas Helvétia e Dino Bueno (fl. 490, idem).

Com relação à estratégia de “dor e sofrimento”, Oliveira é bem enfático:

NUNCA HOUVE ESTRATÉGIA DA DOR E DO SOFRIMENTO! (...) a constatação destacada foi a de que a mobilização pela procura de ajuda, especialmente nos casos de dependência química, mas também em muitas outras condições, é baseada muito mais em tentar minimizar o desconforto, a dor e o sofrimento do que na razão. (...) Houve um aproveitamento desonesto, falacioso e mal intencionado em colocar uma constatação como se fosse uma estratégia! As dificuldades maiores em obter a droga e em permanecer no local podem ter sido motivadores do aumento muito grande de procura por ajuda que aconteceu especialmente nos primeiros dias que se sucederam à ação policial de janeiro de 2012. (fl. 491, idem– caixa alta do original)

A Contestação da Procuradoria prossegue trazendo trechos de depoimentos das então secretárias municipais de assistência social e de saúde, respectivamente Alda Marco Antônio e Rosângela Elias, nos quais afirmam que houve aumento do número de atendimentos e internações após deflagrada a operação, bem como dados da Polícia Civil e Militar sobre o crescimento do número de prisões e apreensões de drogas se comparados os períodos do início dos anos de 2011 e 2012.

Com relação ao papel da polícia e, de modo mais amplo, do governo do estado no enfrentamento ao problema do *crack*, a procuradora afirma que este mantém a estratégia de atuação na região da “cracolândia”, evitando a concentração de usuários – aglomeração esta que interessaria, segundo ela, apenas e tão somente ao traficante “*que tem sua atividade facilitada na área, podendo disseminar a droga por meio de estratégias tais como a criação da figura dos 'microtraficantes', sendo a estes distribuídas porções menores, visando desmobilizar apreensões de grandes quantidades de entorpecentes.*” (fl. 518, *idem*). A região, então, é definida como um local em que se veem presentes uma população em situação de risco e criminosos, que demandam intervenção enfática e firme.

Frente às alegadas necessidade e urgência de que o poder público atue na região da “cracolândia”, a Procuradoria faz crítica aberta à atuação da Defensoria Pública e do Ministério Público, alegando que não comprovaram a suposta ação violenta da polícia por meio de exames de corpo delito, e também pelo suposto interesse de ambos os órgãos em “*manter o status quo*” e a “*ausência de Estado*” nesse local marcado pela “*anarquia*”, em benefício apenas dos traficantes ou usuários “*revoltados*” com a operação:

(...) A se admitir a pretensão do Ministério Público de “abster-se de empregar ações que ensejem situação vexatória, degradante ou desrespeitosa em face do dependente químico de drogas, cessando qualquer ação tendente a impedi-los de permanecer em logradouros públicos, ou constrangê-los a se movimentarem” (...) **logrará o Parquet não a proteção aos usuários de crack da região, mas sim, impedir a atuação governamental em prol dessas pessoas, com resultados benéficos constatados e registrados, aceitos pela população, em benefício unicamente dos traficantes. PRETENDEM A AUSÊNCIA DO ESTADO.** (fl. 522-4) [grifos meus]

O documento se encerra alegando que a medida liminar concedida é inexequível, por dois motivos: primeiramente porque seria impossível verificar a maneira como foram feitas as mais de 90 mil abordagens policiais realizadas ao longo da operação, de forma a comprovar se estariam de acordo com o pedido do Ministério Público; e em segundo lugar porque não se poderia inibir a atuação da polícia frente aos atos de resistência que ela possa enfrentar. No mais, segundo a procuradora, a operação teria tido amplo respaldo e defesa por parte da sociedade – respaldo esse comprovado no documento por meio de comentários que foram feitos em uma notícia na Internet sobre a operação. Por fim, a Fazenda Pública considera um “*delírio*” (fl. 533, *idem*) o pedido de indenização por danos morais individuais homogêneos e coletivos de R\$ 40 milhões, uma vez que nem se poderia mensurar ao certo o número de supostos ofendidos pela operação.

O juiz responsável pelo processo não aceita o recurso de embargos de declaração feito pela PGE, considerando que não há contradições em sua liminar, e abre a possibilidade de réplica para o Ministério Público se pronunciar frente aos argumentos postos na Contestação da ré. Em 09 de outubro de 2012, o promotor de Justiça de Direitos Humanos da área da saúde pública, Arthur Pinto Filho, apresenta a réplica, mobilizando boa parte dos argumentos que já tinham sido colocados no

texto original da ação civil pública para objetar a ré. Atenho-me aqui a trazer apenas as reflexões novas que foram postas pelo Ministério Público em sua réplica.

Primeiramente, o promotor Arthur Filho esclarece que a ação civil pública dizia respeito tão somente à atuação da polícia na região da “cracolândia” à época da operação, e não contemplava obrigações de fazer concernentes às ações de saúde e assistência social, estas de alçada da municipalidade.

Sobre a atuação da polícia, o promotor aponta que os objetivos elencados para a “Operação Sufoco” em Nota de Serviço da Polícia Militar Nº CPAM1-008/30/11⁸⁷, de 10 de dezembro de 2011 eram eminentemente de cunho repressivo, fazendo referência em apenas um ponto ao oferecimento de serviços de saúde aos usuários de *crack*, como forma de “*promover ações contra a desordem urbana, fiscal e social*”. Ele lembra também que as fases da referida operação (1-ação policial, 2-intensificação das ações sociais e de saúde e 3-manutenção das ações do poder público para impedir a renovação de grupos de usuários e traficantes) se iniciaram e terminaram com a atuação policial, sendo que a ação da assistência social e de saúde é colocada como “*retirada das pessoas do local, com oferecimento de tratamento*”.

O promotor então defende que tratou-se de uma ação apenas policial, com objetivos securitários e de retirada dos usuários da rua:

E, portanto, claramente, para o Estado de São Paulo, a deficiência da região da crackolândia encontrava-se na falta de ações da polícia no local, sendo um caso de segurança pública, visto que, ao que se afirma, montou-se, para a região, uma operação com objetivos policiais. A questão humanitária concernente aos usuários de drogas que habitam a região, através da análise dos objetivos e fases da Operação, mostrou-se, no suposto planejamento da operação, ignorada e, na prática, inexistente. Tratou-se, sem dúvida, de uma operação policial truculenta. (fl. 722, vol. 4 do apenso nº 0)

Em seguida, o texto faz referência a uma aparente contradição no relatório de Oliveira sobre o conjunto de ações que estariam sendo tomadas desde 2009 para a região. O promotor questiona: como chega-se à conclusão de que era necessária uma intervenção policial, no final de 2011, quando o próprio gestor havia criticado as intervenções apenas policiais que vinham sendo feitas até 2009 e chegado ao entendimento de que os usuários de drogas da região da crackolândia deveriam ser reinseridos na sociedade através da ajuda e serviços eficientes de saúde e assistência social? Segundo o promotor,

Novamente, nota-se a carência de racionalidade da Operação Policial, confirmando o entendimento do Ministério Público de que se buscou uma demonstração de força, dor e sofrimento, desvinculada de qualquer perspectiva humanitária para com aqueles usuários e desconectada do que o próprio executivo afirma que vinha buscando desde 2009. (fl. 723, *idem*).

Sobre o argumento dado por Oliveira de que o trabalho de agentes de saúde e assistência social teria sido facilitado em função da dispersão dos usuários após a intervenção policial, o

---

⁸⁷ Documento no qual se define a finalidade da intervenção policial de janeiro de 2012, bem como os procedimentos que deveriam ser adotados e recursos alocados. Farei referência ao seu conteúdo mais adiante.

Ministério Público renumera os depoimentos daqueles que apontaram que o trabalho junto aos usuários se tornou mais difícil após a ação policial e foi quebrado o vínculo de confiança estabelecido nos anos anteriores. O promotor também traz falas daqueles que trabalham nos equipamentos sociais e de saúde da região e que nunca reclamaram da interferência de traficantes em seus trabalhos, mas sim de policiais, que por vezes prejudicava o vínculo que eles procuravam manter com os usuários.

A Fazenda Pública do Estado, em sua Contestação, alega que houve aumento da demanda por tratamento após a operação, o que denotaria o sucesso da ação policial. No entanto, também fazendo referência aos depoimentos de trabalhadores que atuam na região, segundo o promotor Arthur Filho essa busca teria sido resultado de *“uma procura desesperada de acolhimento e abrigo por pessoas que fugiam da violência policial. (...) Os equipamentos públicos, igrejas e ONGs foram utilizados pelos dependentes químicos para uma fuga desesperada da violência policial.”* (fl. 737, idem). O promotor ainda rebate os dados da Fazenda Pública sobre prisões, apreensões e termos circunstanciados por porte de drogas, já que seriam dados não relativos apenas ao período e ao perímetro da “Operação Sufoco”, buscando mostrar que a ação policial não foi eficiente nem naquilo que lhe era de sua alçada (fl. 745, idem).

Por fim, a respeito da denotação que a ré faz de que a ação de defensores e promotores públicos eram em favor de traficantes e contra a presença do Estado na região, o promotor lamenta ter que esclarecer que o que eles buscavam era *“o fim da arbitrariedade, da atuação sem respaldo na lei, da ideia de poder ilimitado do Estado, da violência irracional que se realizou, que o que se pretende é o respeito ao Estado de Direito.”* (fl. 765, idem). Ele lembra que não se trata de negar a necessidade de atuação da polícia contra a criminalidade, mas que o caso em tela envolve *“raízes muito mais profundas”*, pessoas em situação de *“extrema vulnerabilidade”* e que não merecem tratamento *“cruel, degradante, truculento e inútil”* (fl. 774, idem).

A tese, portanto, que o Ministério Público visa reforçar em sua réplica à Fazenda Pública do Estado era de que a “Operação Sufoco” estava fadada ao fracasso ao ter tratado uma questão social e de saúde pública por meio de uma ação de cunho securitário:

(...) Iniciou-se uma operação fadada ao fracasso e, portanto, de cunho evidentemente repressor e desvinculada de questões de saúde, demonstrando que o objetivo era, na interpretação Estatal sobre o assunto, de segurança pública. (fl. 750, idem)

Afinal, não há dúvida de que a operação policial perpetuada pelo Governo do Estado de São Paulo visou (...) passar uma mensagem muito clara: a de que a questão da dependência química e dos moradores de rua deve ser tratada como caso de polícia, e não como questão social. (fl. 774, idem)

Até o momento, segundo o site do Tribunal de Justiça de São Paulo, o processo está em conclusos para decisão, ou seja, está em mãos do juiz responsável para que ele profira sua sentença.

***

Como Rui (2013, p. 292-3) assinala, observa-se ao longo de todo o processo perpetrado pelos promotores públicos a construção de uma "*linguagem da coerência*" que, segundo ela, possibilitou a construção da tese da ineficiência da operação, bem como "*o encadeamento discursivo de um tipo de pressão pela efetivação de direitos que é inédito na história da 'cracolândia'*". De fato, apesar das inúmeras e históricas ações violentas da polícia nessa região, essa foi a primeira vez que o Ministério Público buscou interferir, investigando e entrando com uma ação civil pública contundente e que traz diversos elementos que comprovam as violações perpetradas pela Polícia Militar.

O texto da ação civil pública, como bem ressalta a autora (2013, p. 307-8), faz referência a todo o momento à categoria "*dependente químico em situação de rua*", tido em diversos momentos como sujeitos de direitos. Além disso, o texto em alguns momentos associa os usuários à figura de vítimas, que sofreram tanto da violência da ação policial, quanto "*de anos de abandono moral e material a que foram submetidas pelo poder público por ineficiência das políticas de saúde e assistência social*". (p. 81). São construções, presentes não só na ação, mas também no debate público e na própria fala das autoridades públicas, que segundo Rui (ibidem) "*não confluem para que os usuários de crack sejam alçados a se defender, se posicionar ou falar em nome próprio*", e que expressam os "*limites para esses sujeitos se (autor)representar na esfera pública*."

Para além dessa acertada problematização sobre a figura da vítima que a autora faz, gostaria de pensar essa abordagem da figura dos usuários de *crack* que frequentam a região da "cracolândia" também como uma estratégia dos próprios promotores para levar a cabo suas propostas de interromper a ação policial. Proposta essa que eles (e os defensores públicos) sabem bem das dificuldades, frente a um poder judiciário, e dentro de uma instituição (o Ministério Público) que tradicionalmente não são tão afeitos a promover ações de proteção e promoção de direitos dessas populações também historicamente marginalizadas.

Os promotores vão mobilizando argumentos desde os mais politicamente orientados, até os mais normativos, porém necessários, para que conseguissem uma liminar favorável no processo. Um bom exemplo disso é o fato de que o texto mobiliza falas de pessoas, entidades e especialistas - como o padre Júlio Lancelotti, a ONG É de Lei, o psiquiatra Dartiu Xavier - que possuem um posicionamento claro nesse campo político e compartilham uma visão sobre como lidar com a questão do consumo de drogas na região da "cracolândia". São atores que se posicionaram veementemente contra a ação policial e outros dispositivos de controle que vem sendo propostos, como a internação compulsória de dependentes químicos.

Por outro lado, como foi apresentado anteriormente, também foi importante a construção de um argumento mais normativo, acionando as ideias de ineficiência da operação policial para resolver as questões a que se propôs, os gastos públicos que ela acarretou, e a violação ao "*sagrado*

direito” de ir e vir, para que se convencesse o juiz que iria avaliar a ação - sabendo, inclusive, do caráter conservador e reativo do poder Judiciário brasileiro. E daí também a necessidade de se mobilizar as categorias de “vítima”, “*dependentes químicos*”, “*população em situação de rua*”, todas elas previstas nos ordenamentos jurídicos, mais especificamente daqueles que instituíram o Sistema Único de Assistência Social e a Rede de Atenção Psicossocial, e que por isso demandam direitos.

Em entrevista com os promotores Eduardo Valério e Maurício Lopes⁸⁸, que participaram da construção da ação civil pública, eles falam dos desafios de lidar com a questão da defesa dos direitos humanos frente a esse Judiciário demandista de “lei e ordem” - e aqui é importante qualificar da onde e de qual perspectiva veio a iniciativa de se entrar com essa ação civil pública.

O promotor Eduardo Valério, que foi quem propôs o inquérito inicial, já apresenta um vasto histórico de vinculação com a defesa dos direitos humanos, sendo representante do Ministério Público de São Paulo em diversos fóruns como o CONDEP (Conselho Estadual de Defesa dos Direitos da Pessoa Humana), no Grupo Nacional de Promotores de Direitos Humanos e no Conselho Gestor da Comissão da Verdade de São Paulo. Segundo ele, a tentativa de trazer a defesa dos direitos humanos para o âmbito do Ministério Público ainda é bastante periférica dentro dessa instituição, pois pressupõe uma outra maneira de trabalhar do promotor que não é a maneira tradicional, “*de juntar os documentos que alguém traz, propor uma ação e jogar o problema para o judiciário*”. Nessa perspectiva não tradicional, o promotor de justiça é tido como um “*agente político*”, que tem um trabalho de articulação política, muito mais do que uma mera produção de ações judiciais. É o que se chama na literatura, segundo ele, de um Ministério Público “*resolutivo*” e não demandista, que tenta resolver problemas sociais mais pela articulação política, do que por ações judiciais. A dificuldade, nos termos do promotor, é que o judiciário “*não quer e não está preocupado com essas questões*”.

Quando Eduardo Valério foi chamado para participar no seminário “Integração de Competências no Desempenho de Atividade Jurídica com usuários e dependentes de drogas”⁸⁹, ele propõe pensar o papel do Ministério Público junto a esse público não apenas como mera repressão ao tráfico, mas principalmente como um “*articulador de políticas sanitárias e assistenciais emancipatórias*”. A atuação da instituição se daria em três frentes:

1. Criminal, mas de forma a rever a política de prisão em massa de pequenos distribuidores de drogas, de aprimorar as provas criminais de forma que se prenda menos por flagrantes de porte de pequena quantia de drogas, e discussões sobre caminhos alternativos para o problema, inclusive com alguma modalidade de descriminalização (dos usuários e de

---

⁸⁸ Entrevistas concedidas à pesquisa em 31/07/2014 e 20/03/2015, respectivamente.

⁸⁹ Fala apresentada no dia 05 de maio de 2014, na Faculdade de Direito da USP.

algumas substâncias).

2. Em tutela coletiva em face das políticas públicas, tornando o Ministério Público um “*indutor-mediador e fiscal*” dessas políticas. Nesse sentido, a instituição teria o papel de recomendar e fiscalizar políticas públicas quanto aos seus resultados, e não só em termos de contas públicas, e também de judicializar e condenar formuladores que trabalham de forma não eficiente – tal como alegado na ação civil pública da “Operação Sufoco”.
3. E, por fim, atuações cíveis individuais, buscando, no caso de internações de usuários de drogas, a intervenção compulsória como exceção, a involuntária com parcimônia, e facilitar, por meio de sua ação frente às políticas públicas, a internação voluntária.

Mesmo com toda essa proposta de atuação do Ministério Público com vistas a garantir o provimento de políticas públicas, os promotores tiveram que lidar com o argumento do Governo do estado de que eles pretendiam a “ausência do Estado” ao impedir a ação da polícia “em prol” dos usuários de *crack* (fl. 524, vol. 3 do apenso nº 0). Nesse sentido, como lamenta o promotor Maurício Lopes, se o Ministério Público não for rigoroso na repressão aos crimes de porte e tráfico de drogas, eles estão, portanto, “do lado dos traficantes” e estão sendo omissos em relação às soluções que supostamente deveriam ser tomadas para a região - ou seja, estão sendo contra a atuação e presença (militarizada) do Estado na região. Como bem ressaltam Rui, Fiore, Frúgoli e Gomes (in Postigo et al., 2014, p. 259), ao contrário do que alega o Governo do estado, há Estado, e muito, na região da “cracolândia”. Porém, isso não implica, necessariamente, em acesso a direitos – o que explica em grande medida o ativismo desses promotores e defensores públicos.

Ainda assim, esse ativismo se faz em iniciativas pontuais, periféricas, exceções dentro do imbricado, tenso e conservador campo jurídico, segundo o promotor Maurício Lopes. Na entrevista concedida a nós, falando da iniciativa que tomaram com a ação civil pública, ele explica:

Nós somos 2000 promotores de justiça, e assim como eu digo que o ambiente da sociedade é um ambiente conservador, esse ambiente é profundamente conservador. Eu diria que desses 2000, se houvesse uma monção de apoio, eram 400 que estariam do nosso lado. Era 1 para 4, seria essa média. A maior parte não expressaria apoio a nossa iniciativa não. Essa é uma carreira com um perfil muito conservador, como é todo o judiciário. É um perfil conservador que tende, por exemplo, a tornar o promotor de justiça muito menos rigoroso com os abusos da Polícia Militar do que com o criminoso comum, quando para mim é muito mais grave um crime quando um policial militar comete, do que um comum, (...) porque é o Estado matando.

Essas são falas e proposições que levantam pistas interessantes a serem seguidas sobre o que Telles et al (2013, p. 18) chamam de um “ativismo jurídico”, chamando a atenção para esse fenômeno também dentro do Ministério Público de São Paulo, órgão no qual, como os próprios promotores comentam, a defesa dos direitos humanos (para determinados segmentos sociais) ainda é bastante periférica. Esses atores sabem das limitações que enfrentam nesse campo e apresentam

uma visão crítica sobre a potencialidade do Direito de realmente ser um instrumento de luta política – hajam vistas as dificuldades que esses atores enfrentaram “apenas” para limitar a ação do Estado e até provar as violações observadas na intervenção policial. Por essas dificuldades mesmas que é possível afirmar que o campo do Direito é também um campo de disputa.

Capítulo 3 - Campos de disputa em torno da “Operação Sufoco”

Os processos que a Defensoria Pública e o Ministério Público de São Paulo perpetraram sobre a “Operação Sufoco” trouxeram um extenso material de análise – só na ação civil pública ao todo foram montados 8 apensos que totalizam 18 volumes, uma pilha de mais de meio metro de papéis com dados, falas, argumentos legais, médicos, científicos, notícias da imprensa, percepções, opiniões etc., que revelam o caráter conflituoso em torno da “cracolândia”. Esse vasto material permite diversas análises e discussões que vão muito além do escopo dessa dissertação e ainda deverá servir de subsídio para outros trabalhos do Projeto Temático no qual essa pesquisa está inserida.

Colocando em prática a aposta metodológica proposta por Telles et al (2013, p. 35-6) e Telles (2015, p. 24), as atuações de defensores e promotores em torno da “Operação Sufoco” podem nos oferecer um profícuo roteiro do multifacetado campo de disputas que se estrutura na produção da ordem no território da “cracolândia”. Partindo do material descrito no capítulo anterior, serão analisadas nesta sessão algumas das disputas, partindo de três campos de intervenção do Estado: da segurança pública, do direito e da saúde.

Na esfera da segurança, será apresentada a discussão que se fez à época sobre qual o papel que as forças repressivas, mais especificamente a Polícia Militar, deveriam ter (ou não) no trato da questão do *crack* e junto aos seus usuários. No âmbito do direito, buscarei explicitar um embate que se colocou nos processos perpetrados por defensores e promotores públicos entre a defesa que fizeram do direito de ir, vir e permanecer dos usuários de *crack* (frente à atuação de dispersão forçada que a polícia ensejou durante a “Operação Sufoco”), e a defesa do direito à segurança, utilizada pela Polícia Militar e pela Secretaria de Justiça e Defesa da Cidadania do estado de São Paulo. Por fim, no campo da saúde, será apresentada a mobilização, no processo da ação civil pública do Ministério Público, de saberes médicos distintos sobre as formas de tratamento de usuários e dependentes químicos, de modo a se fazer deslegitimar (no caso dos promotores públicos) e legitimar (no caso da representante do Estado no processo, a Procuradoria Geral do Estado) a atuação do governo estadual na região da “cracolândia”.

Importante frisar que a divisão em campos de disputa aqui proposta tem fins apenas analíticos, de forma a possibilitar esmiuçar os debates e argumentos que foram mobilizados em função da operação policial. Porém, na prática, os conflitos se dão de forma bastante imbricada: os saberes médicos são acionados para se falar do papel da polícia no trato ao usuário de *crack*, as forças policiais são demandadas para entrarem como atores também nas intervenções de saúde para a região da “cracolândia”, os direitos sociais e civis dos usuários são mobilizados também nos debates sobre formas de tratamento a dependentes químicos etc.

Outra ressalva importante a se fazer é que os debates sobre a atuação da polícia na região da “cracolândia”, os direitos dos usuários de *crack* e as formas de tratamento médico a dependentes químicos já ocorreram de alguma forma antes da operação, bem como em diversas outras arenas e por meio de diferentes atores: movimentos sociais, imprensa, instituições médicas, ONGs, etc. A escolha em apresentar os embates através principalmente dos processos judiciais promovidos pela Defensoria Pública e pelo Ministério Público foi feita porque ao longo da leitura de tais processos foi possível desenhar (ainda que parcialmente) a cartografia política que se montou em torno da questão da “cracolândia” e mais especificamente da “Operação Sufoco”. Trata-se, assim, de material privilegiado para observar as linhas de força que atuam em torno desse espaço e que atuaram na operação aqui em tela, bem como para identificar como o próprio Estado foi se posicionando frente a esses conflitos – ou melhor dizendo, como diferentes agentes estatais divergem sobre a forma de atuação do Estado no contexto situado da “cracolândia” paulistana. Essas divergências já foram flagradas em momentos anteriores à “Operação Sufoco” (cf. Rui, 2012), mas nossa aposta é de que a ação policial de 2012 foi um cenário singular para identificar esses enfrentamentos, e cujos desdobramentos tiveram efeitos concretos na região.

Nesse sentido, ao final do capítulo, a análise de três diferentes campos de disputa deverá oferecer subsídios para a discussão no capítulo 4 sobre os impactos que tais embates tiveram nas práticas de Estado em termos de gestão do território e daqueles que frequentam a “cracolândia”. Em outros termos, buscarei discutir como esses campos de conflituosidade que a operação ensejou criaram as condições de possibilidade para a redefinição do campo político em torno da “cracolândia” e mais especificamente para o surgimento de novas formas de intervenção do poder público nesse território. Nesse sentido, tratarei aqui dos embates e disputas não apenas como achados de campo, mas como referências de inteligibilidade da atual configuração política desse espaço (Rui, 2013, 2014), e como grade analítica para dar conta das relações de força que se cruzam na gestão e produção daquele território (Telles, 2015).

Os embates na esfera da segurança pública: o papel da polícia na questão do *crack*

A partir dos objetivos que foram elencados pelo governo do estado para a “Operação Sufoco”, busco apresentar como a atuação da Polícia Militar⁹⁰ na região da “cracolândia” e frente aos usuários de *crack* foi sendo descrita, justificada e contestada, desde quando foi concebida, até meses depois no decorrer dos processos judiciais apresentados anteriormente. Os argumentos

---

⁹⁰Esclareço que para esta discussão farei referência apenas à Polícia Militar. Ainda que guardas civis tenham participado posteriormente da “operação”, a corporação que a encabeçou foi a Polícia Militar, e foi sua atuação que foi contestada ao longo de todo o processo da ação civil pública. A atuação da Guarda Civil Metropolitana passa a ser mais central na gestão daquela região após o início do programa De Braços Abertos, em 2014, conforme será discutido no capítulo 4.

colocados pela polícia e pelo Governo do estado, bem como as críticas e questionamentos postos por outros atores, são aqui descritos tanto com base no material do processo da ação civil pública, quanto em informações e observações obtidas no trabalho de campo e em entrevistas feitas durante a pesquisa. Não se pretende com essa exposição, contudo, afirmar que a ação da polícia estava “certa” ou “errada”, se foi eficiente ou não, bem como reproduzir aqui o mote que surgiu à época de que “o *crack* deve ser tratado como um problema de saúde pública, e não policial”. Busca-se aqui ir além desse discurso: através da reconstrução de como a polícia descreve sua atuação perante as atribuições que lhe foram incumbidas e as leis que fazem referência ao seu papel institucional, mas também perante as circunstâncias, desordens e especificidades da realidade que encontraram na “cracolândia”, é possível observar como ela se situa na produção conflituosa da ordem nesse espaço urbano (Telles et al., 2013, p. 16).

Assim, parto inicialmente dos objetivos que foram postos pela própria Polícia Militar à época em que a operação foi planejada, ainda em 2011. Para tanto, me utilizo da Nota de Serviço da Polícia Militar Nº CPAM1-008/30/11, de 10 de dezembro de 2011, documento elaborado pelo Comandante Pedro Borges, no qual foi definida a finalidade da intervenção policial de janeiro de 2012, bem como os procedimentos que deveriam ser adotados e os recursos a serem alocados na intervenção. Neste documento, dos objetivos, missões e procedimentos que são enumerados, boa parte fazia referências à garantia da ordem pública e à melhoria dos índices de segurança por meio de atividades de policiamento ostensivo, abordagens e fiscalização:

3. OBJETIVO

- 3.1. Incrementar o policiamento ostensivo-preventivo na região da Nova Luz, buscando aumentar a sensação de segurança naquela comunidade.
- 3.2. Enviar esforços para a redução dos indicadores criminais na região da Nova Luz.
- 3.3. Intensificar as abordagens em especial aos suspeitos de tráfico de entorpecentes.
- 3.4. Aperfeiçoar o canal de aproximação da Polícia Militar com a comunidade e comerciantes locais por meio da doutrina de Polícia Comunitária (...) integrando esforços para a eficácia das ações voltadas à preservação da ordem pública.
- 3.5. Apoiar os órgãos municipais no cumprimento das fiscalizações administrativas.

4. MISSÃO

- 4.1. Empregar efetivo de 60 Cb PM em locais de maior concentração de crimes.
- 4.2. Desenvolver ações coordenadas por cooperação entre a Polícia Militar e os diversos órgãos públicos estaduais e municipais, poder judiciário, Ministério Público, autarquias e sociedade civil para promover a atenção integral ao dependente químico.**
- 4.3. Estabelecer um vínculo de confiança e sinergia entre os integrantes das equipes dos órgãos envolvidos, na busca das melhores soluções para os problemas daquela região.
- 4.4. Promover ações contra a desordem urbana, física e social, visando a revitalização da região e o resgate da autoestima dos moradores daquela região e daqueles que se acham em situação de rua através de ações sociais e de saúde (resgate).**
- 4.5. Executar ações de polícia ostensiva-preventiva de forma a identificar pessoas procuradas pela justiça, veículos de procedência duvidosa ou criminosa, prática dos crimes relacionados ao porte ilegal de armas, entorpecentes, exploração sexual, além de crimes em geral contra a pessoa, objetivando melhorar os níveis de segurança pública.

5. EXECUÇÃO:

- 5.1.5. Ações a serem desenvolvidas:

5.1.5.1. Realizar abordagens direcionadas a identificação e prisão de traficantes e usuários de entorpecentes, bem como na prevenção de roubos e furtos;

- 5.1.5.2. Desenvolver ações de policiamento ostensivo preventivo, por saturação (...);
- 5.1.5.3. Efetuar fiscalizações, na modalidade de bloqueios, nos principais acessos e corredores da região alvo da Operação;
- 5.1.5.4. Promover ações de policiamento velado, por meio das respectivas Agências de Áreas, de forma a identificar pontos de venda de entorpecentes, indivíduos procurados, veículos produtos de crimes e outras atividades ilícitas, subsidiando as ações do policiamento ostensivo. [grifos meus]

Com relação aos objetivos de combate à criminalidade mais especificamente, e ao debate sobre a eficiência da polícia no enfrentamento aos crimes que ocorrem na região da “cracolândia”, a discussão presente nos argumentos postos pelo Ministério Público e pelo governo do estado, ao que parece, se deu menos em torno de uma possível diminuição da violência ou prevenção de crimes e do consumo de drogas na região, mas sim em torno dos *números* que poderiam indicar o “sucesso” ou o “fracasso” da operação. São exemplos de questões que apareceram ao longo do processo da ação civil pública: qual o período de tempo a se considerar referente à operação? Apenas os meses de janeiro e fevereiro, quando de fato havia maior contingente policial na “cracolândia”, ou até o momento em que a contestação do governo do estado foi entregue ao juiz (em agosto de 2012)? Qual área considerar os indicadores, levando em conta tanto o fato de não haver coleta de dados criminais apenas para a região da “cracolândia”, bem como o fato de que ela circula e se dispersou após a operação? Deveriam ser consideradas as prisões⁹¹ e abordagens que foram realizadas pela Guarda Civil Metropolitana e Polícia Civil, que sequer estavam envolvidas na intervenção no primeiro momento? Como contabilizar a apreensão de “pedras” de *crack*, já que sua medida em gramas não é precisa? O número de “abordagens” feitas pela Polícia Militar pode ser considerado uma boa medida de eficácia da sua atuação?

Sobre o primeiro item do tópico “EXECUÇÃO” - “*abordagem para identificação e prisão de traficantes e usuários de entorpecentes*”- nota-se uma inflexão ao longo da operação sobre essa orientação. Ainda que possa ter havido equívoco na formulação do documento, uma vez que a nova Lei de Drogas (nº 11343 de 2006) não prevê mais a prisão de usuários de drogas, a Polícia Militar coloca como objetivo a atuação também sobre os usuários de *crack*, cujo procedimento previsto em lei é o encaminhamento à delegacia de polícia para lavrar Termo Circunstanciado de Ocorrência⁹² e

---

⁹¹ Nos primeiros dois dias de operação, segundo dados do Departamento de Narcóticos da Polícia Civil, foram presas 196 pessoas, sendo que um terço delas estavam em situação de rua, o que indica que seriam pequenos traficantes ou usuários que vendiam *crack* para pagar por seu próprio consumo. Cf. <<http://coletivodar.org/2012/02/os-peixes-pequenos-13-dos-presos-na-luz-acusados-de-traffic-sao-moradores-de-rua/>>. Acesso em 02/10/2015.

Segundo Teixeira e Matsuda (2012), esse alto número de prisões, sendo a maioria em flagrante, revela-se mais “*um mecanismo de controle social do que propriamente uma medida jurídica de repressão ao crime*”. Como lembram as autoras, muitas dessas prisões sequer são encaminhadas para julgamento e posterior condenação, configurando-se, então, em um instrumento jurídico-penal para “*retirar, temporariamente, determinadas populações de circulação, para ocultar problemas e lhes imprimir uma solução aparentemente legal, que não se converte, todavia, em uma situação que deveria ser, ao menos logicamente, abarcada pela justiça criminal*”. Fernanda Matsuda, juntamente com o grupo que compõe esta frente de pesquisa do Projeto Temático, coordenada pelo professor Marcos Alvarez, irão se debruçar justamente sobre a análise das prisões feitas à época da “Operação Sufoco”.

⁹² O Termo Circunstanciado de Ocorrência é uma espécie de Boletim de Ocorrência, mas reservado para registrar infrações de menor potencial ofensivo, cujas penalidades máximas sejam de até 2 anos de privação de liberdade ou

posteriormente punição por meio de medidas não restritivas de liberdade (advertência, prestação de serviços à comunidade, comparecimento a programa ou curso educativo, admoestação verbal e/ou multa).

No dia 04 de janeiro de 2012, um dia após o início da operação, a Polícia Militar expede uma Ordem Complementar (Nº CPAM1 001/30/12) à Nota de Serviço de dezembro de 2011, com o objetivo de solicitar aumento do seu contingente na região da “cracolândia”. No documento a polícia faz referência à sua atribuição prevista na Lei de Drogas, mas para explicitar que sua atuação será de repressão ao tráfico e *prevenção* ao uso de drogas, de forma a possibilitar a “reinserção social” dos usuários: “A legislação vigente (Lei Nº 11 343/06 e Decreto Nº 5.912/06) é clara em determinar a repressão ao tráfico ilícito e prevenção ao uso indevido de drogas, bem como possibilitar a reinserção social do usuário, sendo searas diretamente vinculadas à missão Constitucional e Infrakonstitucional da PM do Estado de São Paulo.” (p.2).

Reforçando essa orientação de “prevenção” ao uso e “reinserção social” dos usuários de *crack*, no documento são listadas as seguintes prescrições para a atuação desse efetivo complementar solicitado na região da “cracolândia”: lembrar que “a ação da Polícia Militar na operação é pautada pelo absoluto respeito aos Direitos Humanos e Dignidade da Pessoa Humana, e em consonância com os ditames legais”, e que “os dependentes químicos têm a opção de buscar tratamento adequado, fornecido pelos órgãos assistenciais e de tratamento” (p. 2).

O que se observa nesse intervalo entre os dois documentos, bem como ao longo do processo da ação civil pública, é que o Governo do Estado e a Polícia Militar vão deixando de se utilizar do argumento, legalmente cabível, de atuação da polícia junto aos usuários de *crack* para o encaminhamento deles à delegacia e posterior punição, passando a determinar principalmente a colaboração das forças repressivas para as abordagens de saúde e assistência social. Diversas hipóteses podem ser levantadas para se pensar o porquê disso: a pressão da opinião pública de que a situação nessa região da cidade deveria ser tratada como um problema de saúde pública, ou as críticas feitas à atuação violenta da polícia na operação – mas o que se parece observar é um acordo tácito de que o consumo de entorpecentes, naquela região, é tolerado, diferentemente do que ocorre em outros locais da cidade. Lembrando que esse “acordo” já existe na prática na região há anos – os próprios usuários sabem que lá é um espaço de “proteção coletiva” (Postigo et al, 2014, p. 259), onde poderão fazer o uso da droga quase sempre sem serem incomodados; mas é interessante observar aqui como isso vai aparecendo nas entrelinhas das falas dos agentes estatais e como os procedimentos da polícia previstos em lei vão sendo manejados nesses documentos.

Além disso, os próprios policiais relataram durante a operação as dificuldades que

encontravam em lidar com a reincidência do uso de *crack* por quem estava na região da “cracolândia” e até admitiram que essas pessoas provavelmente continuariam a usar a droga⁹³. Em ofício nº GabCmtG-5932/100/12, de 22 de agosto de 2012, do Comandante Geral da Polícia Militar ao Secretário de Segurança Pública do Estado, o coronel Roberval Ferreira França explicita justamente essa dificuldade que os policiais têm em lidar com os usuários sob os “efeitos nefastos” do *crack*, mesmo lhes sendo atribuído legalmente o papel de prevenção ao uso de entorpecentes:

De forma que se apresenta a atual legislação [Lei nº 11.343/06, a nova Lei de Drogas], tendo sido a fase de repressão bastante atenuada, exigirá da Polícia Militar maior atividade de prevenção, que se verá naquela situação de conduzir o usuário até o Juizado Especial Criminal ou mesmo à Delegacia (...).

Como o uso contínuo do crack leva o usuário a perder a noção da realidade e capacidade de raciocínio, tais penas [previstas para o uso de substâncias ilícitas: advertência, prestação de serviços à comunidade, comparecimento a programa ou curso educativo, admoestação verbal e multa] não representarão poder dissuasório e coerção, o que, inevitavelmente, resultará na reincidência do ato, agravando-se nos casos em que não receber tratamento médico especializado.

As finalidades de prevenção geral e em especial da pena tornaram-se prejudicadas. Na prática, o Policial Militar vai se deparar com o agente que conduzia vezes anteriores ao DP [Delegacia de Polícia], fumando crack em vias públicas reiteradamente. Mais do que um evento de natureza criminal, o porte de drogas para consumo próprio é um problema de Saúde Pública. Tal fato se potencializa quando se trata de criança ou adolescente fazendo uso da droga e, nesse caso, as medidas mais eficientes são de ordem social e não policial. (fl.9)

Qual é então o papel que é atribuído à polícia com relação ao usuário de *crack* se a proposta agora é (**supostamente**) de lhes oferecer tratamento assistencial e de saúde ao invés de puni-los, e se a função de prevenção das forças policiais foi (segundo a fala do Comandante da Polícia Militar) “prejudicada” em função da nova Lei de Drogas? Retomo, então, um dos objetivos previstos na Nota de Serviço da Polícia, de dezembro de 2011: “4.2. *Desenvolver ações coordenadas (...) para promover a atenção integral ao dependente químico.*” Ao longo da operação, representantes da polícia e do governo do estado enfatizaram a necessidade de se garantir um ambiente seguro e propício para a atuação dos órgãos de assistência social e de saúde, através principalmente da repressão de traficantes que estariam dificultando o trabalho dos agentes de rua. O suposto sucesso da atuação da polícia nesse sentido foi mensurado, na defesa do governo do estado, pelo aumento da demanda por tratamento e internação.

Este argumento foi contestado na réplica que o Ministério Público apresentou no curso do processo. Ainda assim, acrescentamos algumas observações sobre o argumento. Um ponto importante a ser esclarecido sobre a forma como os agentes de saúde, da assistência social e redutores de danos trabalham com os usuários de *crack* na região da “cracolândia”, segundo a própria fala desses agentes, é que há todo um cuidado de se identificar o melhor momento de abordá-los: evitam fazê-lo quando os usuários estão comprando ou consumindo a droga, buscando um momento em que não estejam sob forte efeito ou em busca de mais *crack*. Ou seja, ao que

⁹³ Cf. <<http://www1.folha.uol.com.br/fsp/cotidiano/18598-dar-fim-ao-traffic-e-utopia-afirma-pm-que-chefia-o-centro.shtml>>, acesso em 26/06/2014.

parece, como também pudemos observar ao longo do trabalho de campo, esses agentes, quando passam a ter mais experiência no trabalho, sabem o melhor momento e maneira de ofertar os cuidados aos usuários, mesmo com a presença de supostos traficantes.

Ademais, o que os defensores públicos que coletaram as denúncias ao longo da operação declararam, bem como nos relatos dos trabalhadores da saúde e da assistência social que a equipe do É de Lei recolheu ao longo de três reuniões do Fórum Intersetorial de Drogas e Direitos Humanos do Estado de São Paulo⁹⁴, é que os profissionais que trabalham na região da “cracolândia” insistiram em se manter dissociados da ação da polícia. Para eles, a presença dos policiais tornou mais difícil o seu trabalho, pois os usuários tiveram dificuldade em diferenciar em quais serviços e pessoas poderiam confiar, quebrando os vínculos que haviam sido construídos ao longo do tempo.

Nos depoimentos dados ao Ministério Público, por Rodrigo Andrade Caetano, então gerente da unidade de Assistência Médica Ambulatorial (AMA) Boracéia, e por Leonardo Tadeu dos Anjos Fernandes, então supervisor de enfermagem do AMA Sé, eles afirmam que antes da operação nunca haviam recebido reclamação ou identificado dificuldades dos agentes de rua frente à interferência dos traficantes em seus trabalhos. Ao contrário, eles reclamavam da atuação da polícia e buscavam se distanciar em momentos de abordagem para que não houvesse confusão entre as funções de segurança e saúde, para garantir o vínculo de confiança com os usuários (fl. 16 e 19, vol. 1 do apenso nº 1). Antônio Sérgio Gonçalves, à época supervisor do Centro de Atenção Psicossocial - Álcool e Drogas (CAPS-AD) do Centro, equipamento de referência para tratamento de usuários de *crack* da região central, afirma também ter percebido que, com o desencadeamento da operação policial, os usuários se sentiram mais fragilizados e - por medidas de autoproteção - foram ao CAPS com demanda espontânea por internações (fl. 72, vol. 1 do apenso nº 1). Por fim, em entrevista concedida a nós sobre os efeitos da “Operação Sufoco” no Centro de Referência de Álcool, Tabaco e Outras Drogas (CRATOD), equipamento de saúde do governo do Estado localizado próximo à “cracolândia”, um dos trabalhadores⁹⁵ que lá estava em janeiro de 2012 lembra inclusive que houve traficantes que procuraram tratamento para fugir da ação policial. Eles sabiam, segundo o entrevistado, que se tivessem uma carteirinha que comprovasse o seu vínculo com o equipamento,

---

⁹⁴ O Fórum Intersetorial sobre Drogas e Direitos Humanos de São Paulo é um espaço de articulação e discussão que abrange trabalhadores de organizações, associações, instituições do poder público e privado, terceiro setor, comunidades e quaisquer outras pessoas que atendam, acolham, acompanhem, executem projetos e programas para usuários de drogas, em situação de uso, abuso ou dependência, familiares e profissionais que trabalham com esta população. O Fórum age e discute sobre o fenômeno do uso de drogas na região metropolitana de São Paulo, em encontros mensais e itinerantes. Os relatos aqui expostos foram apresentados por Bruno Ramos, um dos coordenadores do É de Lei, no seminário “A crackolândia muito além do *crack*”. Os relatos foram recolhidos e compilados pelo É de Lei nos meses de março e abril de 2012 e apresentados na reunião do Fórum em maio daquele ano. Bruno relata que essa forma de compilar as falas, sem associá-las a um ou outro trabalhador, foi a maneira que encontraram de falar sobre suas dificuldades sem o medo de sofrerem represálias, protegendo-os de quaisquer assédios que poderiam sofrer pela sua posição contrária à operação.

⁹⁵ Entrevista concedida em 26 de março de 2015. Preferimos não apresentar o nome do entrevistado para preservar sua identidade.

quando fossem abordados pela polícia poderiam ser “deixados em paz”.

Portanto, o aumento da demanda por tratamento nos equipamentos de saúde na região central se deu, pelo menos em certa medida, porque esse foi o expediente encontrado pelos usuários para se protegerem da ação repressiva da polícia – assim como ocorreu também nas entidades religiosas que atendem esse público, como a Cristolândia⁹⁶, e no atendimento móvel instalado pela Defensoria Pública durante a operação, quando os usuários permaneceram próximos da tenda montada para este fim. Ademais, o trabalho de policiais próximos aos agentes sociais e de saúde nas ruas parece não colaborar na abordagem e busca de construção de vínculos com os usuários de *crack* e tampouco se faz necessário para que a oferta de cuidados e tratamento chegue aos usuários nas ruas da “cracolândia”, segundo os próprios trabalhadores.

Esses desencontros na atuação das forças policiais e dos agentes de saúde e assistência social são definidos pelos promotores públicos que acionaram a justiça contra a “Operação Sufoco” como uma “desarticulação”, mas que revelam empiricamente desacordos profissionais e políticos entre esses diferentes agentes, sobre quais devem ser as práticas de Estado frente aos usuários de *crack* (Rui, 2013, p. 307).

Outra justificativa dada pelo governo do estado para a ação policial no sentido de colaborar para o tratamento dos usuários de *crack* seria a de que ao prender traficantes e tirar de circulação a droga, os próprios usuários buscariam tratamento. A figura do traficante, nos argumentos colocados pelo governo, é caracterizada como um ator perigoso, mas também racional, que tem negócios lucrativos na região com a venda de *crack*. Os usuários, supostas vítimas da dependência química a que estão submetidos, fariam o que fosse necessário para satisfazer seu vício, inclusive serem agenciados por esses traficantes para vender pequenas quantidades de drogas. Nesse cenário, a polícia, ao suprimir a oferta da droga e a atuação dos traficantes, estaria colaborando para o tratamento dos dependentes químicos, que buscariam ajuda voluntariamente. O resumo desse argumento pode ser visto no seguinte trecho da contestação da PGE:

O governo do estado mantém a estratégia de atuação na área, evitando a concentração de usuários que interessa apenas e tão somente ao TRAFICANTE, que tem sua atividade facilitada na área, podendo disseminar a droga por meio de estratégias tais como a criação da figura dos “microtraficantes”, sendo a estes distribuídas porções menores, visando desmobilizar apreensões de grandes quantidades de entorpecentes.

Tenha-se ainda o fato de que a realidade do local está representada pela presença de dependentes crônicos do crack, droga que possui altíssimo poder de dependência química e a frequência dessas pessoas tem por objetivo único a satisfação do vício.

Nessa condição, de indivíduos absolutamente sem nenhuma noção de realidade, que se aventuram em confrontos, crimes de diversas espécies, promovem algazarras, enfim, agem sob o domínio da droga e sujeitam-se às mais variadas situações de risco, não raro sob comando e ameaça de perigosos traficantes. (...)Assim, não se trata de agir com desrespeito ao usuário de droga, como sugere o d. representante do Ministério Público, mas de agir enfaticamente e com firmeza, diante dos frequentadores, entre eles traficantes que insuflam os usuários e deles se utilizam justamente para evitar a ação policial que lhes prejudica o lucrativo e ilegal negócio. (fl. 518-20, vol. 3 do apenso nº 0)

⁹⁶ Cf. <<http://www1.folha.uol.com.br/fsp/cotidiano/19823-crack-por-cristo.shtml>>. Acesso em 02/10/2015.

Ou seja, segundo esse argumento, sob o suposto efeito aditivo do *crack* e da atuação de perigosos traficantes, os usuários não conseguiriam sair da situação em que se encontram, sendo então necessária a atuação da polícia. No entanto, existem controvérsias sobre tal raciocínio. Em primeiro lugar, impedir a oferta de *crack* de chegar ao usuário, ou seja, garantir a sua abstinência por meio de uma ação policial não é estratégia consensual no campo da saúde para o tratamento da dependência química. Como será discutido mais adiante, essa é uma das perspectivas médicas, que o governo do Estado assume para justificar suas intervenções no campo da drogadição.

Em segundo lugar, mesmo havendo prisões por tráfico de drogas à época da operação, o consumo de *crack* continuou nas ruas do bairro da Luz, e isso porque, como os promotores públicos afirmam na ação civil pública, os pequenos traficantes presos “*são facilmente substituídos na esquina meia hora depois de presos!*” (pg. 57). O próprio comandante à frente da operação, Pedro Borges, foi cético em relação à ideia: “*Temos certeza que não vamos acabar com o tráfico de drogas no centro. É utopia dizer que vai acabar.*”⁹⁷

Se a presença de policiais nem sempre parece colaborar no trabalho dos agentes sociais e de saúde, tampouco suprimir a oferta de *crack* nas ruas do centro de São Paulo, como então poderiam atuar frente ao problema da “*cracolândia*”? Ultrapassando a orientação de “resgate” do usuário de *crack* e “combate” ao tráfico de drogas, a polícia justifica a sua intervenção no local como uma forma de “*assegurar o direito constitucional à segurança*”, definida de forma ampla da seguinte forma pelo então Comandante Geral da Polícia Militar, coronel Álvaro Camilo, no ofício nº GabCmtG-398/100/12, de 23 de janeiro de 2012, em resposta ao pedido de *habeas corpus* feito pela Defensoria Pública:

O conceito de segurança pública detém uma amplitude que não se limita às políticas de enfrentamento à criminalidade, além de não se restringir ao exercício das atividades próprias da polícia. A segurança pública, enquanto atividade desenvolvida pelo Estado por meio de instituições (órgãos públicos) responsáveis por essa atividade está atrelada ao sentido de **inibir, neutralizar ou reprimir a prática de atos socialmente reprováveis, consubstanciando a proteção da coletividade**. (p.5) [grifos meus]

Ou seja, segundo o coronel, é também papel da Polícia Militar inibir, neutralizar e reprimir atos “socialmente reprováveis”, que naquele cenário urbano consiste principalmente no consumo de substâncias ilícitas, mais especificamente do *crack*. Outro fundamento é dado para esse papel de garantia do que é “socialmente aceito” que o coronel atribui à polícia - o princípio da moralidade na administração pública:

A Instituição [Polícia Militar] aplica conceitos modernos e reconhecidos publicamente de Gestão pela Qualidade, logo não atua de forma leviana, parcial ou imersa na ilegalidade, sendo os atos praticados basilarados nos princípios da Administração Pública: Legalidade, Impessoalidade, Moralidade, Publicidade e Eficiência.

(...) Princípio da Moralidade: como já explanado a ação está calcada na legalidade e **vai ao encontro**

---

⁹⁷ Cf. <<http://www1.folha.uol.com.br/fsp/cotidiano/18598-dar-fim-ao-trafico-e-utopia-afirma-pm-que-chefia-o-centro.shtml>>, acesso em 26/06/2014.

dos reclamos dos próprios cidadãos, familiares dos dependentes químicos e até dos usuários que clamam por uma solução ao uso abusivo das drogas ilícitas, em especial o crack, haja vista o seu efeito clínico devastador nos usuários e as sequelas deixadas nos familiares. (p.8) [grifos meus]⁹⁸

O atendimento aos reclames morais da população frente ao consumo de *crack* na região da Luz é central na defesa que a Polícia Militar fez da “Operação Sufoco” ao longo do processo da ação civil pública do Ministério Público. Em ofício nº GabCmtG-5932/100/12, de 22 de agosto de 2012, do Comandante Geral da Polícia Militar ao Secretário de Segurança Pública do Estado, o coronel Roberval Ferreira França explica que:

Nesse contexto, **as ações desenvolvidas pela Polícia Militar têm se pautado pela legitimidade e moralidade, objetivando a busca da normalidade, ou seja, do desejado bem comum.** A aventada coação se traduz, para a demanda, no conjunto de atividades destinadas ao resgate da dignidade da pessoa humana; não se confunde cumprimento da lei com a aludida opressão [apontada pelo Ministério Público na ação civil pública]. (p.3) [grifos meus]

O fato de se justificar uma ação policial de tamanho vulto por, dentre outros motivos, uma questão moral – no caso o uso abusivo de drogas ilícitas – explicita bem o quão tênue está nesse contexto a fronteira entre crime e condutas indesejadas, o que Telles et al (2013, p. 4) flagram como um fenômeno de policialização das condutas. O argumento utilizado pelo Comandante Geral da polícia não parte apenas do fato do uso de drogas ilícitas ser considerado no nosso arcabouço jurídico um crime, mas porque é uma ameaça a uma ideia de “ordem urbana” e ao bem-estar da população, sendo necessário, assim, buscar a “normalidade” e o “bem-comum”.

Intimamente relacionada aos atos moralmente reprováveis que os usuários de *crack* e traficantes cometem, estaria a situação em que se encontra o ambiente em que vivem. Uma descrição de tal situação é feita pela Polícia Militar na Ordem Complementar (Nº CPAM1 001/30/12) à Nota de Serviço de dezembro de 2011, que pedia o aumento do contingente policial na região da “cracolândia” para atuar frente à migração dos “infratores da lei” para outras regiões (p.1). O aparato complementar de repressão após o primeiro dia de operação policial se justifica, conforme descrito no trecho abaixo, para evitar que se alastre a mesma “situação de degradação e insegurança” em que se encontra a região da “cracolândia” para outras áreas da cidade. A região da Luz é então caracterizada pela presença de pessoas suspeitas de ter relações criminosas, em situação de risco e dependentes químicos que gerariam uma sensação de insegurança e insalubridade em todos:

---

⁹⁸ O “princípio da moralidade”, como os demais citados no documento, de fato existe e deve orientar a administração pública conforme a Constituição Federal, no artigo 37. No entanto, esse princípio diz respeito, originalmente, à corrupção, se referindo mais a uma ideia de “republicanismo”, como a vedação de desvio de recursos públicos, ou do uso da coisa pública em benefício particular, etc., do que à “moral e bons costumes”. Portanto, pode-se dizer que essa “moralidade” a que se refere a polícia não diz respeito exatamente às ideias de legalidade e republicanismo do campo do direito.

2. SITUAÇÃO

- 2.1. A região do bairro da Luz conta com pontos de degradação do ambiente com a presença de pessoas suspeitas de relações criminosas, crianças em situação de risco, moradores de rua, além de um grande número de dependentes químicos;
- 2.2. Em função dessas características tem-se constatada a presença de pessoas ligadas ao tráfico de drogas ilícitas;
- 2.3. Essa situação acaba por gerar sérios reflexos na sensação de segurança em todos os seus aspectos de tranquilidade, salubridade e segurança pública; (p.1)

A “degradação” do bairro da Luz é atribuída, então, à presença de um público específico: supostos criminosos, crianças em situação de risco, moradores de rua e dependentes químicos. Se aqui se estabelece uma relação causal entre degradação e a presença dessas pessoas, a garantia de que impere nas ruas da Luz a “normalidade”, o “socialmente aceito” e a “proteção da coletividade” se daria, então, por duas vias: através da retirada delas desse ambiente e por meio da “revitalização” desse espaço. Esses objetivos, como apresentamos no início desse tópico, já haviam sido previstos inclusive na Nota de Serviço da Polícia Militar de dezembro de 2011: *“4.4. Promover ações contra a desordem urbana, física e social, visando a revitalização da região e o resgate da autoestima dos moradores daquela região e daqueles que se acham em situação de rua através de ações sociais e de saúde (resgate).”*

Luiz Alberto Oliveira, que defendeu a “Operação Sufoco” e fez defesa da abordagem da “dor e sofrimento”, atribui em grande medida o sucesso da intervenção policial ao fato de ela ter *“tirado de circulação”* criminosos e dependentes químicos, conforme descrito em seu depoimento ao Ministério Público que subsidiou a elaboração da ação civil pública:

No período de 3 de janeiro a 15 de fevereiro, foram realizadas 271 prisões em flagrante e 56 foram capturados. Ao mesmo tempo, foram internados 225 dependentes químicos por meio de órgãos públicos, e pelos menos 200 outros dependentes estão sendo cuidados pela Cristolândia e Missão Belém. **Portanto, estão fora de circulação cerca de 730 pessoas.** O depoente entende que as pessoas que habitavam a cracolândia, em sua grande maioria, ou foram presas ou estão em tratamento. (fl. 52, vol. 1, apenso nº 1) [grifos meus]

Junto ao seu depoimento, Oliveira entregou aos promotores uma tabela, na qual são listadas as ações que teriam sido planejadas para a operação. O que se nota na lista, reproduzida abaixo, é que das 18 das ações previstas, as 5 primeiras referem-se a intervenções no espaço, e para a primeira delas, um dos seus “executores” é justamente a Polícia Militar:

Ação	Responsável/ Executor
Ocupação do espaço urbano	Secretarias de Cultura, Esporte, Saúde, CIC [Centro de Integração da Cidadania], ONG's locais, Polícia Militar
Fechamento de comércios irregulares	Subprefeitura da Sé
“Vedação” e/ou demolição de imóveis abandonados	Subprefeitura da Sé
Limpeza de ruas, praças e calçadas	Subprefeitura da Sé, Limpurb
Coleta ampliada de lixo e entulhos	Subprefeitura da Sé

Incremento de ações contra o tráfico de drogas	Polícia Civil, apoio da Polícia Militar
Abordagem e encaminhamento dos moradores em situação de rua	Agentes do PSF [Programa Saúde da Família] e da Atenção Urbana, Guarda Civil Metropolitana, apoio Polícia Militar
Transporte	Guarda Civil Metropolitana, SAMU, Subprefeitura da Sé
Acolhimento inicial	AMA Sé, AMA Boracéia, CRATOD
Internação Clínica	Hospitais SUS, especialmente Prefeitura de SP
Internação Especializada	SAID [Serviço de Atenção Integral ao Dependente], Comunidades Terapêuticas Contratadas, Lacan, Água Funda, Taipas
Abrigo	Fazenda Esperança, abrigos da SMADS [Secretaria Municipal de Assistência e Desenvolvimento Social]
Outras formas de moradia	Habitação
Capacitações	Participação e Parceria, Trabalho, ONG's, Educação
Roupas e objetos de higiene	SMADS – CRAS [Centro de Referência de Assistência Social]/ CREAS [Centro de Referência Especializado de Assistência Social]
Empregos	Trabalho, Órgãos públicos diversos, ONG's, empresas
Retorno à família	SMADS – CRAS/ CREAS
Documentação	CIC, Poupa Tempo

(fl. 54-6, vol. 1, apenso nº 1)

Nesse sentido, com vistas a “revitalizar” a região e garantir a sua “ordem física e social”, a dispersão causada pela presença policial teria sido, segundo a Secretaria de Justiça e Cidadania do Estado de São Paulo, vantajosa. No envio de informações ao processo da ação civil pública, em 03 de setembro de 2012, a então secretária defende a ação de dispersão da polícia porque teria alterado o “status quo” naquela região marcada pela prática livre de crimes e pela sujeira, e “devolvido” essa região para o “uso da população”:

Por fim, na ação civil pública, acusam o Governo de promover o “espalhamento” dos dependentes por toda a cidade.

Causa certa perplexidade o entendimento dos doutos Promotores de Justiça. Com efeito, passam a impressão de que, para o Ministério Público, seja conveniente a manutenção do status quo, ou seja, a permanência dos dependentes concentrados, isolados e confinados em torno de duas ou três ruas no centro de São Paulo, com um progressivo aumento ante a comprovada limitação da atuação dos órgãos sociais e de saúde.

Como foi afirmado na inicial, e constatado por todos, a “cracolândia” que se formou no centro, há décadas, só vinha crescendo. Não haveria resultados significativos em relação à recuperação das pessoas e aquela [que] se tornou uma zona livre para prática de crimes e esconderijo de criminosos – vide, a propósito, o número de foragidos que foram recapturados (159) e pessoas presas em flagrante delito (491). Além disso, **o que se via era uma vida entre lixo e escombros, absolutamente aviltante, que só foi possível eliminar com a intervenção policial, com encaminhamento a tratamento dos que assim mostraram interesse, houve liberação do espaço, devolvendo-o, ainda, para uso da população.** (fl. 706, vol. 4 do apenso nº 0)

Como se observa, recuperar esse espaço da cidade envolve tanto mudanças no espaço físico (como a limpeza das ruas, retirada de lixo e entulho, e lacramento de imóveis utilizados por usuários e traficantes de drogas), como também na forma que esse espaço é utilizado e, talvez principalmente, trata-se de quem circula nele – e para essa “reordenação física e moral”, a ação da polícia se faz necessária. Na visão dos promotores públicos, no texto da ação civil pública, esse

emprego das forças policiais “*converte-se em vantajada ferramenta estatal de intervenção urbana*” (p. 90), e “*esse conjunto de medidas policiais insere-se num âmbito maior: a gestão urbana, sobretudo nas grandes metrópoles, a partir do rigoroso controle social de pessoas excluídas*” (p. 95).

O trecho acima descrito e as justificativas dadas pelo governo do estado para o emprego das forças policiais na região da “cracolândia” indicam precisamente o que Teixeira e Matsuda (2012) definem como “*as mais contemporâneas formas de atuação das forças policiais e dos aparatos repressivos*”, que passam a gerir territórios e populações consideradas de risco. Intervenções como essa que ocorreu na “cracolândia” em janeiro de 2012 estão em ressonância também com a literatura internacional que têm chamado a atenção para novos mecanismos de ordenação social baseados na regulação do espaço, reunidos sob a rubrica da noção de “governamentalidade espacial” (Merry, 2001; Ewick, 1998; Sanchez, 1997; 2001).

A novidade rastreada por esses estudiosos é a dimensão espacial dos dispositivos securitários, ou, em outros termos, “o controle através da gestão do espaço”. De acordo com Merry (2001, p. 16-7), é possível identificar ao menos três maneiras pelas quais é realizada tal regulação do espaço. A primeira delas é através da criação de espaços confinados considerados seguros, cujos habitantes e frequentadores são apartados de testemunharem comportamentos socialmente indesejáveis. Os exemplos que poderiam ser aqui citados seriam os condomínios fechados (Davis, 1990; Caldeira, 1999; Lynch, 2001) e os shoppings centers (Shields, 1989). A segunda consiste em mudanças no *design* urbano com vistas a evitar a permanência de certas populações nos locais públicos, como a disseminação de *sprinklers* em ambientes públicos, bancos anti-mendigo, redução ou eliminação dos lavatórios públicos, e instalação de mecanismos de vigilância para o monitoramento de populações “indesejáveis”. Por fim, o terceiro grupo de mecanismos de governamentalidade espacial que Merry identifica reúne aqueles que operam através da exclusão, ocultamento ou deslocamento de comportamentos ofensivos de espaços específicos. Aqui a principal referência são as práticas de dispersão e banimento de sujeitos tidos como indesejáveis, como moradores de rua (Beckett e Herbert 2008, 2010; Bancroft, 2012; Walby & Lippert, 2012; Belina, 2007).

Em outros termos, são mecanismos de “governo das condutas” (Foucault, (2008 [1978], p. 143-144) com dimensões espaciais, baseados na identificação de perfis de indivíduos, lugares, comportamentos e grupos como categorias consideradas de risco e que, de alguma forma, ameaçam a ordem no espaço urbano (Graham, 2010, p. XI). Como argumentam os autores, é em nome da segurança que se faz o controle de quem circula e permanece nesses espaços públicos. Também foi acionando o direito à segurança da população “de bem” que a polícia defendeu sua ação na “cracolândia”, frente ao alegado direito de ir e vir que promotores e defensores públicos buscaram

assegurar em defesa dos usuários de *crack* que circulam pelas ruas da Luz. Para detalhar o embate entre esses dois direitos, retomo aqui o processo de pedido de *habeas corpus* feito pela Defensoria Pública de São Paulo.

Os embates na esfera do direito: o conflito entre o direito de ir e vir e o direito à segurança

O pedido de *habeas corpus* feito pelos defensores públicos foi entregue ainda no mês de janeiro de 2012. Nesse pedido, relata-se que Carlos, usuário de *crack* que vive na região da “cracolândia”, foi submetido a diversas abordagens em um curto período de tempo durante a “Operação Sufoco”, tendo sido humilhado e ameaçado por policiais militares que sequer apresentaram justificativa para as abordagens. Entendendo que havia patente ameaça de violação do direito de locomoção de Carlos, os defensores, então, solicitam a concessão de salvo-conduto em seu favor, “*para que fosse garantido o seu direito de ir, vir e permanecer em locais públicos sem que fosse removido contra sua vontade, salvo se em flagrante delito ou por ordem judicial*”. No pedido de *habeas corpus*, os defensores solicitam também que os efeitos de tal salvo-conduto fossem estendidos aos cidadãos que se encontrassem nessa mesma situação, tendo como base o conjunto de denúncias que foram recolhidas pela Defensoria⁹⁹ à época da operação.

Já no dia 14 de janeiro o juiz de direito do Plantão Judiciário Luiz Fernando Migliori Prestes apresenta parecer desfavorável ao pedido dos defensores, justificando, para tal, que “*se o paciente 'em uma semana foi abordado três vezes', algum motivo existe e este é explicado pelo fato de estar na área denominada 'cracolândia', alvo da ação policial.*” (fl. 353, vol. 2 do apenso 0 da Ação Civil Pública). Ou seja, o simples fato de estar na “cracolândia” já explicaria a suspeita que os policiais teriam de Carlos e justificaria as abordagens feitas. O juiz defende a atuação da polícia como sendo uma tentativa de promover um ambiente seguro e assim garantir o trabalho de assistência e saúde aos usuários:

E esta ação policial, ao contrário do que argumentado na longa petição, visa propiciar um ambiente seguro para que outras formas de ajuda possam chegar a quem necessita. A polícia, na verdade, abre caminho para que os usuários tenham acesso à saúde, às igrejas, às ONG's e aos familiares. (ibidem).

Em ofício de 23 de janeiro de 2012, elaborado pelo Comandante Geral da Polícia Militar por requisição de informações nos autos feita pelo referido juiz, ele afirma que a operação tinha como objetivo resgatar a cidadania e reinserir socialmente os usuários de *crack*, e que a atuação da polícia se fez necessária para que assegurar o direito constitucional à segurança, cuja garantia e manutenção

---

⁹⁹ Informações presentes no acórdão emitido no dia 23 de abril de 2012, pela 1ª Câmara de Direito Criminal do Tribunal de Justiça de São Paulo, com o número de registro 2012.0000176153. Disponível em <http://www.ajd.org.br/download.php?endArquivo=documento/110_decisao_cracolandia.pdf>, acesso em 28/09/2015.

seriam de competência constitucional da Polícia Militar. Como já apresentado anteriormente, o coronel argumenta que o conceito de segurança pública é mais amplo do que simplesmente a repressão a crimes e “*não se restringe ao exercício das atividades próprias da polícia*”; estaria portanto “*atrelada ao sentido de inibir, neutralizar ou reprimir a prática de atos socialmente reprováveis, consubstanciando a proteção da coletividade*.” (fl. 5). Fazendo então referência ao pedido de *habeas corpus* e ao argumento utilizado pelos defensores do direito de ir e vir do paciente frente a ação perpetrada pela polícia durante a operação, o coronel assim contra argumenta: “*Insta pontuar que o paciente invoca, por meio da Defensoria Pública, o direito constitucional de ir e vir como absoluto em face de qualquer outro direito constitucional, entretanto, ressalta-se que não existem direitos absolutos*.” (fl. 9-10). Ou seja, observa-se aqui uma disputa por qual direito deve prevalecer nesse território urbano: o direito de ir, vir e permanecer dos usuários de *crack*, e o direito a segurança mobilizado para legitimar uma intervenção securitária de repressão aos ilegalismos que caracterizam a “*cracolândia*”, em nome da garantia da “*ordem pública*”.

Depois do parecer desfavorável em primeira instância, o pedido de *habeas corpus* foi encaminhado à 1ª Câmara de Direito Criminal do Tribunal de Justiça de São Paulo. No acórdão¹⁰⁰, emitido no final do mês de abril, o relator do caso afirma que é “*fato notório*” e de conhecimento de todos as diversas violações de direitos e garantias fundamentais ao longo da operação, comprovadas também por meio das denúncias encaminhadas pela Defensoria Pública. Os desembargadores acolhem o pedido e consideram o comandante geral da Polícia Militar, Álvaro Camilo, autoridade coatora dessas violações por se omitir em “*fazer cessar a ação irregular dos agentes que lhe são subordinados*” (p. 9). Essas ações irregulares, segundo o documento, seriam as diligências policiais discriminatórias, aleatórias e que não seguiam critério, ou seja, que não respeitavam o requisito de existência de fundada suspeita de ato ilícito dos indivíduos abordados. O relator do recurso é enfático ao afirmar que dormir na rua e transitar pela via pública não configuram requisitos legais para justificar abordagens por policiais, tal como ocorreu durante a “*Operação Sufoco*” (p. 11-2).

O texto faz referência à justificativa que o Comandante Geral da Polícia Militar deu para tais abordagens: de que a liberdade de ir e vir não é absoluta e deve abrir espaço à necessidade da preservação da segurança pública. No entanto, o relator defende que tal preceito não pode justificar a atuação desrespeitosa, sem preparo e arbitrária de policiais que estão sob o comando daquela autoridade (p. 12). Por isso, os desembargadores consideram razoável o temor de Carlos de ser abordado ilegal e indefinidamente, tornando, assim, imprescindível a concessão do salvo-conduto

---

¹⁰⁰ Acórdão disponível no link
<http://www.ajd.org.br/download.php?endArquivo=documento/110_decisao_cracolandia.pdf>, acesso em
28/09/2015.

como "*única forma*" de cessar a ameaça à sua liberdade de ir e vir¹⁰¹.

Pode-se dizer que o sucesso do pedido de *habeas corpus* feito pelos defensores se deu não tanto em função da violência perpetrada pela polícia durante a operação, mas, em grande medida, pela mobilização do "sagrado" direito de ir e vir de todos os cidadãos, tal como consta na constituição brasileira. No entanto, a resposta dada pela Polícia Militar ao pedido de *habeas corpus* é bastante reveladora de como o direito de uso desse espaço entra em conflito com o direito de segurança, em nome da garantia da lei e da "ordem pública".

Nos apensos da ação civil pública que pudemos analisar, também tivemos acesso a um parecer feito pelo Ministério Público ao pedido de *habeas corpus* da Defensoria, emitido em 01 de fevereiro de 2012. Trata-se de um documento que explicita o que aqui estamos chamando de um embate entre dois direitos fundamentais: o direito de ir, vir e permanecer, e o direito à segurança. Além disso, o conteúdo do documento vai no sentido do que foi exposto, no capítulo 2, sobre as limitações que os promotores públicos alegaram enfrentar, nos seus trabalhos de defesa de direitos fundamentais, dentro da instituição em que estão. Isso porque o documento põe em evidência as diferentes visões sobre a questão do *crack* e da "cracolândia" e, de forma mais ampla, sobre o direito e sobre a atuação de promotores dentro do Ministério Público.

O promotor de justiça encarregado pelo parecer, Christiano Jorge Santos, defende que não se trata de atender ao pedido de *habeas corpus*, porque a ação da polícia foi necessária na região da cracolândia, a qual é descrita da seguinte forma por ele:

Foi quase transformada em "terra sem lei", com venda e uso de drogas a céu aberto a qualquer hora do dia, **ocupação desordenada do espaço público** (a ponto de ser determinada a mudança do itinerário de linhas de ônibus), apedrejamento de policiais e agressões a repórteres, **sem que se diga da prática de diversos delitos contra o patrimônio que afetavam os cidadãos que "ousavam" por ali transitar. A insegurança**, portanto, gerada pela ação dos narcotraficantes e dos usuários de drogas, os quais geralmente demonstram-se agressivos e violentos, **obrigou e obriga os agentes incumbidos da segurança pública a agir com rigor para promover a segurança da população e reinstalar a ordem naquele trecho da maior cidade brasileira.** (fl. 380, vol. 2 do apenso nº 0 da ação civil pública) [grifos meus]

Ou seja, para a garantia da segurança pública e restabelecimento da "ordem" nessa região, de forma a permitir que os "cidadãos" possam por lá transitar, era necessária a atuação rigorosa da Polícia Militar. As características atribuídas à "cracolândia" seriam justificativas mais do que cabíveis para uma intervenção policial: uma "terra sem lei", ocupada de forma "desordenada" por traficantes e usuários de drogas "agressivos e violentos" que geram insegurança aos "cidadãos" que por lá "ousavam" passar. Figura-se então uma concepção sobre esse espaço urbano que ajuda a

---

¹⁰¹ Ainda que o *habeas corpus* tenha sido concedido a Carlos, no acórdão o relator declara que não é possível estender os efeitos do salvo-conduto às demais vítimas da ação da polícia, como solicitado pela Defensoria Pública, em função da "indeterminação" desses indivíduos. O relator afirma que seria apenas concedida essa extensão caso fossem encaminhados elementos que identificassem essas pessoas e informações concretas de que elas também estavam sob ameaça de sofrerem o mesmo tipo de constrangimento ilegal (p. 14-5).

legitimar práticas securitárias e repressivas e que reforça concepções estigmatizadas tanto da “cracolândia” quanto de seus frequentadores.

O promotor então ressalta que tirar de circulação foragidos da polícia e usuários de *crack*, que impediam a “*livre circulação dos cidadãos de bem*”, nada mais é do que dever da Polícia Militar em sua missão de assegurar a segurança pública ao restante da população de São Paulo:

Por óbvio, se quase meia centena de foragidos da Justiça foram recapturados na “cracolândia”, havendo notícias de que a turba de usuários que ali se concentrava impedia a passagem de ônibus, inviabilizavam a coleta de lixo e até mesmo a LIVRE CIRCULAÇÃO DOS CIDADÃOS DE BEM, **a desocupação das ruas pela polícia (bem dito: dentro da legalidade), por parte de quem impede o exercício dos outros de ir e vir, nada mais é que a atribuição da Polícia Militar, no cumprimento de uma de suas missões: assegurar a segurança**, direito individual do cidadão estampado no artigo 5º, caput, da Constituição Federal.

(...) Em suma, ao assegurar a Segurança, a polícia garante o exercício dos direitos humanos do restante da população da cidade. (fl. 381-2 – destaques do original)

Nesse sentido, para o promotor, conceder o salvo conduto traria uma inusitada consequência: *"todas as pessoas (...) frequentadoras das ruas da 'cracolândia' seriam autorizadas a ocupar as vias públicas, a impedir a circulação de ônibus de transporte coletivo, a impedir a retirada de lixo do local, bem como a impedir a livre e segura circulação dos moradores e comerciantes da região, como também de qualquer transeunte que pretendesse por ali passar.* (fl. 381, idem).

Segundo ele, o pedido da Defensoria Pública equivaleria “*a atar as mãos da polícia e deixar a população ordeira e trabalhadora à mercê da turba que se apropriou indevidamente, com uso da violência e ameaças (justificando o apelido dado à região - “cracolândia”) das vias públicas da região*” (fl. 393, idem).

O que se observa nesses trechos é a criação de uma distinção clara entre públicos e usos legítimos desse espaço que precisariam ser salvaguardados pela ação policial: trata-se de um espaço que precisaria ser liberado para a livre circulação de “cidadãos de bem”, moradores e comerciantes da região, do transporte público e dos serviços de limpeza urbana, em detrimento de um uso que precisaria ser coibido – aquele de usuários de drogas e supostos traficantes que ocupariam indevidamente e de forma desordenada esse espaço, gerando com seus atos “violentos e agressivos” insegurança ao restante da população.

O promotor faz uma ressalva em seu parecer, alegando que negar o pedido feito pela Defensoria Pública não significa que se aprove uma operação policial como o método mais eficaz para lidar com o problema das drogas, bem como não confirma judicialmente que é papel da Secretaria de Segurança Pública resolver a questão. Segundo ele, essa negação:

Implica, tão somente, manter – minimamente – a ordem pública assegurada e o exercício dos direitos de ir, vir e permanecer à maioria dos paulistanos que não faz parte do triste espectro que tornou inacessível parte do centro da capital, como também assegura o efetivo exercício do poder de polícia do Estado. Em suma, a negação do pedido apenas confirma o óbvio: que cabe à polícia a preservação da ordem pública. (fl. 393, idem).

Prevalece, portanto, no parecer do Ministério Público, a ordem pública sobre o cuidado aos usuários de *crack*, o direito à circulação da maioria da população em detrimento do uso daquele espaço por aqueles que frequentam a “cracolândia”, o direito à segurança dos “cidadãos de bem” sobre o direito de ir, vir e permanecer das figuras “perigosas” dos dependentes químicos. Para além da questão do *crack* em si, os debates em torno da “Operação Sufoco” parecem revelar as disputas sobre como esse espaço é apropriado, qual uso deve ou não ser feito dele e quem tem direito para tanto. São essas divisões do conjunto de frequentadores do bairro da Luz que definem quem detém direitos, ou melhor, quais direitos são reservados para “dependentes químicos” e para “cidadãos de bem”, e quem pode ou não se utilizar do espaço público. Ainda que o trabalho dos defensores e promotores públicos tenha impulsionado, segundo Rui (2013, p. 308), inovações em termos de constituir os usuários de *crack* como sujeitos de direito (ao tratamento de saúde e à assistência social, e o direito de ir e vir), a disputa por quem circula e como se usa esse espaço – e no limite como se assegura a “ordem pública” - expõe também *“limites para esses sujeitos se (autor)representar na esfera pública”* (ibidem).

Observaremos agora como o direito à saúde e os saberes médicos foram mobilizados para justificar a intervenção policial de janeiro de 2012.

Os embates entre saberes médicos: como lidar com o consumo de *crack*?

Ao longo da “Operação Sufoco”, veículos da imprensa buscaram ouvir a opinião de médicos especialistas no tratamento de dependência química para referendar o debate público que se formava acerca da eficácia ou não do tratamento que estava sendo dado à questão da “cracolândia” pelo governo do estado através da intervenção policial, bem como para oferecer mais informações sobre a substância em específico. Além da imprensa, os próprios agentes do Estado que trabalharam no processo da ação civil pública, tanto do lado do Ministério Público, quanto do governo estadual, acionaram diferentes especialistas para corroborar seus argumentos em ataque ou em defesa da referida operação. O que se observa nas falas desses especialistas, estrategicamente selecionados pelos atores que os mobilizam, são controvérsias das mais diversas: sobre os efeitos e o poder aditivo do *crack*; sobre os critérios de classificação do uso que se faz da substância, num continuum que vai desde o usuário ocasional ao dependente químico; as causas que levam a pessoa a usar o *crack*, suas consequências sociais e patogênicas; sobre a capacidade (ou não) do usuário de se cuidar e de gerir sua vida; sobre as formas de tratamento à dependência química, etc.

Tratam-se, portanto, de conhecimentos técnico-científicos sobre a questão das drogas em construção e em disputa, que tiveram (e têm) efeitos no debate público sobre quais políticas deveriam ser adotadas, mas que operam e se deslocam frequentemente, como bem descreve Fiore

(2004, p. 6-7), entre o conhecimento biológico e determinações sociais. Como se verá adiante, a especificidade da “cracolândia” traz à baila aspectos socioeconômicos e morais que interferem em grande medida na forma como estes especialistas abordam o tema e apresentam suas opiniões. Inspirada no trabalho de Fiore (2002, 2004, 2007, 2008), busco apresentar as controvérsias entre discursos médicos que se deram durante a “Operação Sufoco” sobre este campo tão polêmico que se construiu em torno do *crack*. Na análise dos materiais de imprensa e dos processos que essa pesquisa teve acesso sobre a operação policial de 2012, estes especialistas filiam-se a diferentes correntes terapêuticas: apresentarei aqui algumas das polêmicas que foi possível identificar em meio ao campo de disputa que se constituiu.

Por serem diversos os profissionais ouvidos, também por não ser objetivo dessa pesquisa aprofundar a discussão técnica sobre o campo da medicina para rastreá-lo e desenhar de forma mais completa suas correntes, detenho-me aqui à análise de duas perspectivas, representadas pelos dois especialistas que foram mais frequentemente acionados naquela época (e ainda até hoje) tanto pela imprensa quanto pelos operadores de direito: os médicos Dartiu Xavier e Ronaldo Laranjeira. O primeiro é psiquiatra e diretor do Programa de Orientação e Atendimento a Dependentes (PROAD) da Universidade Federal de São Paulo. Dartiu foi um dos idealizadores do programa municipal De Braços Abertos e hoje é o consultor que capacita a equipe, figura de referência para os movimentos sociais antiproibicionistas e que atuam na região na “cracolândia”. Ronaldo Laranjeira é médico da Unidade de Pesquisa em Álcool e Drogas da Universidade Federal de São Paulo, atualmente coordena o programa estadual de combate à dependência química, o Recomeço, figura polêmica na discussão sobre a questão das drogas, já tendo se posicionado publicamente contra a legalização destas¹⁰².

Como será possível notar, os diferentes atores envolvidos no debate sobre a “Operação Sufoco” acionam de forma estratégica e diferenciada cada uma dessas vertentes e especialistas: defensores e promotores públicos que atuaram contra a operação se aproximam da linha defendida por Xavier, ao passo que o governo do estado fundamenta boa parte de suas justificativas para a intervenção com base na perspectiva defendida por Laranjeira.

Em torno das falas desses dois especialistas, foi possível identificar ao menos quatro pontos de polêmica: (1) a epidemiologia do *crack*, ou em outros termos, se estamos vivendo ou não a disseminada ideia de “epidemia” do *crack*; (2) a (in)distinção que se faz entre usuário e dependente químico; (3) as relações causais que cada um traça entre o *crack* e problemas sociais; e por fim (4) as formas de tratamento ao dependente químico. Lembramos que a nossa proposta de apresentar de

---

¹⁰² Cf. < <http://vejasp.abril.com.br/materia/a-voz-contra-liberacao-das-drogas>>. Acesso em 30/08/2014. Ver também aula publicada por ele sobre os argumentos contra a legalização das drogas, disponível no link: < <https://www.youtube.com/watch?v=lmq4qznWLEM>>. Acesso em 30/08/2014.

forma mais detida os tópicos a partir das duas perspectivas, representadas pelos especialistas, se justifica não só pela polêmica em si no campo da medicina sobre o tema, mas principalmente porque os diferentes saberes e perspectivas influenciaram em grande medida o nascimento das duas principais políticas atuais na região da “cracolândia” (De Braços Abertos, da prefeitura, e Recomeço, do governo do estado), as quais apresentam abordagens diferentes para a questão do consumo de *crack* naquela região, bem como implicações distintas na gestão do fluxo dos usuários na crackolândia, como será melhor descrito no capítulo 4.

1. A epidemiologia do *crack*

Desde a década de 1960, quando Carlini-Cotrim et. Al (1995) analisaram artigos da imprensa que tratavam sobre drogas ilícitas, já se observava um tratamento sensacionalista do tema, e o tom alarmista pouco mudou nos dias atuais (Fiori, 2002, p. 20), muito menos em relação especificamente ao *crack*. Ao longo da “Operação Sufoco”, foram diversas as matérias de jornais, revistas e televisão que afirmavam (e ainda afirmam) que o país vive uma “epidemia do *crack*”, que o consumo dessa substância vem aumentando nas ruas dos municípios brasileiros, e que algo precisa ser feito para conter a disseminação desse uso. Quando, no entanto, os jornalistas buscam as falas de especialistas no assunto, nem sempre há consenso sobre esse aspecto.

Dartiu Xavier, quando questionado sobre o assunto¹⁰³, defende que o que existe hoje é uma grande visibilidade do tema, e que não há comprovações estatísticas, nem nos estudos feitos pelo Ministério da Saúde e pela Secretaria Nacional de Políticas de Drogas, de que o consumo de *crack* tenha aumentado. Na sua percepção, pelos números que são conhecidos, o *crack* seria, entre as substâncias psicoativas, uma das menos consumidas, e que o grande problema de saúde pública nessa seara ainda seria o álcool¹⁰⁴.

Por outro lado, Ronaldo Laranjeira¹⁰⁵, bem como o governo do estado, reiteradas vezes afirmam a existência dessa epidemia: “*O Governo do Estado de São Paulo, em reconhecimento à*

---

¹⁰³ Cf. <<http://coletivodar.org/2013/01/dartiu-xavier-pensam-que-a-miseria-social-e-uma-decorrencia-da-droga-o-que-nao-e-verdade/>>. Acesso em 22/06/2014.

¹⁰⁴ Segundo os dados do relatório de 2009 da Secretaria Nacional de Políticas sobre Drogas, em 2007 o álcool foi responsável por 90% das mortes decorrentes de transtornos pelos usos de drogas, seguido pelo tabaco (6%), múltiplas drogas (0,7%) e a cocaína (0,4%). O álcool também é responsável por 69% das internações (mais de 95 mil) decorrentes de transtornos mentais e comportamentais pelo uso de drogas. No mesmo período, a incidência do *crack* sobre esses índices, de tão pequena, não mereceu menção na pesquisa (Senad, 2009). Atualmente, o dado que se tem disponível sobre a incidência do consumo de *crack* no Brasil é da pesquisa realizada pela Fiocruz, de 2013. Nessa, a estimativa encontrada, nas capitais do país e Distrito Federal, para a população desses municípios que consomem *crack* e/ou similares de forma regular é na proporção de, aproximadamente, 0,81%, o que representaria cerca de 370 mil usuários. Nesses mesmos municípios, temos que a estimativa para o número de usuários de drogas ilícitas em geral (com exceção da maconha) é de 2,28%, ou seja, aproximadamente 1 milhão de usuários. "(Fiocruz, 2013a, p.27)

¹⁰⁵ Cf., por exemplo, <<http://www.psiquiatria.unifesp.br/imprensa/releases/exibir/?id=2>>; <<http://www.cbap.org.br/english/?p=1255>>; <<http://uniad.org.br/interatividade/noticias/item/18999-document%C3%A1rio-epidemia-do-crack-com-dr-ronaldo-laranjeira-discovery-channel>>. Acesso em 06/10/2015.

grave epidemia de consumo e tráfico de drogas e com visão de situação de calamidade pública, está agindo pró-ativamente com o Programa Estadual de Enfrentamento ao Crack”¹⁰⁶. A Secretaria Estadual de Justiça e Cidadania, então sob comando de Eloísa de Souza Arruda, ao fornecer informações para serem consideradas no processo da ação civil pública, em 3 de setembro de 2012, afirma, com base na pesquisa da Confederação Nacional dos Municípios, que o país vive uma “epidemia do *crack*”, e que trata-se de um problema de difícil resolução, tanto pela dificuldade de tratamento, quanto pelo “avanço do mal” (fl. 612-3, vol. 4 do apenso nº 0).

Ainda que sem apresentar números do avanço da incidência desse consumo nos últimos anos (e também sem discutir quais seriam as proporções para que se considerasse essa incidência como uma epidemia), ao que parece, aqueles que se posicionam a favor da ideia de que existe uma epidemia do *crack* baseiam-se fortemente no consumo que ocorre em espaços públicos por pessoas em situação de rua, bem como pelos supostos efeitos aditivos específicos do *crack*. Ou seja, a gravidade do problema que caracterizaria essa epidemia se daria menos pela sua incidência na população, e mais pela visibilidade e efeitos nocivos que a droga causaria. Nesse sentido, não faltam nos argumentos apresentados pelo governo do estado no processo da ação civil pública assertivas de que o *crack* torna os seus usuários “agressivos e violentos”, que eles “perdem a noção de sua condição física e mental”, da realidade e também sua capacidade de raciocínio etc.

Já Xavier afirma que o *crack* não é uma droga pior do que qualquer outra em termos de dependência. Como qualquer outra situação de adição, seu tratamento é difícil, mas não pior do que outras substâncias psicoativas¹⁰⁷. Nesse sentido, ele lembra que há uma distinção importante a se considerar: a diferença entre o usuário e o dependente químico.

2. A (in)distinção entre usuário e dependente

Ao se tratar dos indivíduos que frequentam a região da “cracolândia”, é comum o uso dos termos “dependentes” ou “viciados”, e junto com essa denominação toda uma caracterização abjeta (Rui, 2012, p. 9), de que são pessoas que largaram ou perderam tudo por causa da dependência que criaram da substância. No entanto, como as pesquisas etnográficas feitas no âmbito na saúde pública já mostravam (Adorno et al., 2013; Silva & Adorno, 2013), nesse espaço é possível flagrar diferentes formas de se relacionar com a droga e estratégias de cuidados de si para a gestão do uso e da saúde de quem o faz, o que não corrobora a ideia de que todos lá são dependentes químicos ou “nóias” (Gomes e Adorno, 2011). Porém, se a diferença entre um usuário eventual e um dependente químico nem sempre esteve clara nas falas de jornalistas e dos próprios agentes de direito que

¹⁰⁶ Cf. <<http://www.desenvolvimentosocial.sp.gov.br/lenoticia.php?id=1701>>. Acesso em 16/06/2014.

¹⁰⁷ Cf. <<http://coletivodar.org/2012/01/para-dartiu-xavier-aco-es-na-cracolandia-sao-hipocritas/>>. Acesso em 20/06/2014.

moveram a ação civil pública contra a “Operação Sufoco”, o que se dirá no campo da medicina?

Fiore (2004), ao analisar os discursos médicos sobre o assunto, nota que mesmo entre especialistas não há consenso sobre como classificar e diferenciar de forma clara um uso eventual de certa substância e a sua dependência, ou seja, o que pode ou não ser considerado como uma doença – definição essa importante, pois é a partir dela que se aciona a legitimidade do saber e intervenção médica. Como o autor explica:

Uma das fontes de legitimidade da medicina enquanto um discurso autorizado a se posicionar sobre o uso de “drogas” é a associação dessa ação com a ideia de doença ou patologia. Embora essa associação tenha sido um dos principais pilares da instituição do uso de “drogas” enquanto uma questão social, não se deve tomá-la como o produto da medicalização da questão. Isso porque no interior da medicina essa associação é problemática, não havendo um consenso sobre a ideia de que qualquer uso de drogas é um comportamento patológico em si. O entendimento dos médicos do que é ou não patológico não só varia de acordo com a substância, o indivíduo, como também com a distância que separa um “simples” consumo da “dependência”, classificada e nomeada de diversas formas. (Fiore, 2004, p. 9)

Tal desentendimento não foi diferente em relação ao *crack* ao longo da discussão que se deu em torno da “Operação Sufoco”. Laranjeira, por exemplo, ao criticar a operação policial de 2012, argumentando que a cidade não estava preparada para “*combater o crack e tratar os seus dependentes como deveria*”, afirma que é ingenuidade do poder público “*não compreender o usuário de crack como um dependente químico diferente, com comportamentos de consumo singulares*”¹⁰⁸, o que demanda formas de tratamento específicas. Segundo ele, tratam-se de “*doentes*” e, por essa condição, necessitariam ser internados:

A dependência química é doença crônica, tal como câncer, diabetes e hipertensão. Em estágios avançados ou quando o problema torna-se agudo, para qualquer outro problema de saúde indica-se internação hospitalar visando à estabilização do quadro. Por que, então, deve ser diferente com quem é usuário de drogas?

Na Cracolândia, mais de 80% dos dependentes que são encaminhados ao Cratod (Centro de Referência em Álcool, Tabaco e outras Drogas) são classificados como doentes graves e que precisam de internação. Necessitam de período de abstinência mínimo, de desintoxicação, para depois seguirem o tratamento em nível ambulatorial e voltarem à rotina do dia a dia¹⁰⁹.

Seria, portanto, pelo entendimento de que as pessoas que frequentam a “cracolândia” são “*doentes*”, bem como pela especificidade do *crack* em relação ao seu poder de adição, que se legitimaria a intervenção do Estado – que, para Laranjeira, se daria no primeiro momento através da internação desses usuários.

Xavier, por outro lado, entende que nem todos que consomem *crack* são dependentes, assim como ocorre com outras drogas, tanto lícitas quanto ilícitas. Segundo um dos dados que ele apresenta em uma das entrevistas que concedeu ainda em 2011, antes da “Operação Sufoco”, cerca de 20% a 25% dos usuários de *crack* se tornam dependentes, sendo que os demais permanecem com

¹⁰⁸Cf. <<http://veja.abril.com.br/noticia/brasil/sao-paulo-e-o-eterno-desafio-de-acabar-com-a-cracolandia>>. Acesso em 24/06/2014.

¹⁰⁹ Cf. <<https://www.dgabc.com.br/Noticia/1305944/tratamento-contr-o-crack>>. Acesso em 19/05/2015.

um uso não problemático¹¹⁰. Para ele, o que diferencia um usuário ocasional de um dependente químico não é a substância consumida em si, mas outros fatores, como: se a pessoa tem outro problema psíquico associado, como depressão e ansiedade, se começa a usar uma substância para tentar resolver problemas, ou situações de muito estresse etc.¹¹¹.

O médico argumenta que essa distinção não é fácil de ser feita, e que deve ficar a cargo dos critérios médicos - e não policiais ou administrativos - fazê-la, criticando assim a operação policial de 2012, por ter considerado todos os usuários da “cracolândia” como dependentes¹¹². Essa generalização, segundo ele, estaria relacionada com a associação comum que se faz entre o uso de *crack* e a situação de rua e miséria em que se encontram esses usuários, e que seleciona o uso público do *crack*, em detrimento dos demais usos – privados – que se faz. Ou seja, uma classificação médica que extrapola esse campo de conhecimento e aciona também critérios de ordem social.

Fiore (2004) também debate de forma profícua as categorias e limites nos discursos médicos acerca do uso patológico de substâncias psicoativas. A Organização Mundial da Saúde (OMS) identifica dois tipos de problemas médicos associados ao uso de drogas: a dependência e o “uso nocivo”. Já a Associação Americana de Psiquiatria (AAP) inclui ainda a categoria de “uso abusivo”. Quando analisados os critérios utilizados por essas duas instituições para identificar a dependência como uma doença, fica claro um certo limite: a “constatação de um dano real à saúde do indivíduo” (idem, p. 11). No entanto, entre esse uso patológico e o um uso “normal” há as categorias de uso nocivo ou abusivo, que dentre outros critérios, é identificado quando esse uso acarreta “consequências sociais adversas”, como situações de conflito com a lei. Portanto, como se vê nessas categorizações, aspectos legais e sociais também são considerados para definir um comportamento patológico (idem, 2002, p. 11).

Segundo Fiore (2004), entre um indivíduo que não usa substâncias psicoativas e aquele que estabeleceu uma relação de dependência com elas há diversas lacunas, as quais os médicos tentam contornar em suas práticas clínicas, de planejamento de saúde pública ou em seus posicionamentos sobre legislações. O emprego dessas categorias de uso abusivo ou nocivo é uma tentativa de preencher essas lacunas, que “*terminam por ser definidas ora através de dados biológicos ora através do desdobramento de normas jurídicas e de regras de conduta social*” (idem, p. 18). É neste ponto que, no caso específico daqueles que frequentam a “cracolândia”, parecem se embaralhar as relações de causalidade entre uso da substância e condição social.

---

¹¹⁰Cf. <<http://coletivodar.org/2011/10/dartiu-xavier-%e2%80%9ca-internacao-compulsoria-e-sistema-de-isolamento-social-nao-de-tratamento%e2%80%9d/>>. Acesso em 20/06/2014.

¹¹¹Cf. <<http://coletivodar.org/2012/01/para-dartiu-xavier-aco-es-na-cracolandia-sao-hipocritas/>>. Acesso em 20/06/2014.

¹¹²Cf. <<http://coletivodar.org/2013/01/dartiu-xavier-pensam-que-a-miseria-social-e-uma-decorrencia-da-droga-o-que-nao-e-verdade/>>. Acesso em 22/06/2014. Fala também presente no depoimento dado ao Ministério Público durante o inquérito civil público (fl. 130-5, vol. 1, apenso nº1).

3. Relações causais entre uso de *crack* e problemas sociais

Tenha-se ainda o fato de que a realidade do local [a “cracolândia”] está representada pela presença de dependentes crônicos do crack, droga que possui altíssimo poder de dependência química e a frequência dessas pessoas tem por objetivo único a satisfação do vício.

Nessa condição, de indivíduos absolutamente sem nenhuma noção de realidade, que se aventuram em confrontos, crimes de diversas espécies, promovem algazarras, enfim, agem sob o domínio da droga e sujeitam-se às mais variadas situações de risco, não raro sob comando e ameaça de perigosos traficantes.

(fl. 519, vol. 3 do apenso nº 0) [grifos meus]

O trecho acima, transcrito da contestação apresentada pelo governo do estado à ação civil pública promovida pelo Ministério Público, exemplifica de forma precisa como são mobilizadas determinadas ideias sobre o *crack*, os usuários da “cracolândia” e os supostos efeitos do consumo dessa substância para justificar a intervenção policial de 2012. Aqueles que circulam pela região da “cracolândia” são classificados como dependentes químicos, ou seja, como se todos apresentassem um quadro patológico de adicção, em função da especificidade do *crack* (o seu alto poder aditivo). Dentre os **efeitos** que essa substância causaria nesses “dependentes”, além da busca contínua por satisfação do vício e perda da noção de realidade, estão: confrontos, crimes, algazarras e sujeição a situações de risco.

Definindo o *crack* como causador de comportamentos sociais “reprováveis”, que se traduzem, como explicitado nesse trecho, em problemas legais, colocam-se no mesmo plano, como afirmam Adorno et al. (2013, p. 11), usos, categorias morais e político-institucionais, e descreve-se a situação dos usuários de *crack* a partir de categorias de comportamento moral e discriminatório. Tal forma de caracterização do consumo de substâncias psicoativas apresenta proximidades com uma vertente de conhecimento específica do campo da saúde pública, chamada de saúde pública tradicional. Segundo Arruda, Soares e Adorno (2013), esta vertente - na qual se localizam os trabalhos científicos produzidos por Laranjeira (cf., por exemplo, Dias et al, 2008; Dualibi, Ribeiro & Laranjeira, 2008) - procura traçar o perfil epidemiológico de usuários de *crack* a partir de fatores sociodemográficos fragmentados e de padrões de morbidade e mortalidade de usuários. Segundo os autores, estes estudos “*relacionam de forma causal comportamentos considerados de risco, como a prostituição e a transmissão de doenças infectocontagiosas que podem advir desse tipo de trabalho resultante da dependência de crack*” (idem, p. 159). Ou seja, trata-se de uma perspectiva que considera, por exemplo, que uma mulher se prostituiria em razão de sua dependência de *crack*.

Numa outra perspectiva, Xavier oferece um exemplo que problematiza essa relação causal. Dentre as tantas entrevistas que ofereceu à imprensa, ele contou diversas vezes o seguinte caso vivido durante sua atuação junto a usuários de *crack* em situação de rua:

Tem uma situação até emblemática, relatada em um trabalho que fizemos com adolescentes de rua. Identificamos vários adolescentes usando drogas. A uma delas, a gente perguntou: por que você usa droga, o que você está procurando na droga? A resposta dela foi um tapa na cara da gente. Ela virou e disse: ‘olha, tio (veja você, uma cabecinha de criança, me chamando de tio), eu nem gosto muito do

efeito da droga, mas o problema é que para eu sobreviver na rua eu preciso me prostituir, e para eu suportar uma relação sexual com um adulto só sob o efeito de droga. 'Agora, como dizer que a droga é um problema na vida dessa menina? A droga é uma forma de solução, para ela conseguir sobreviver. A droga já é consequência de uma situação de prostituição que ela foi obrigada a encarar por omissão do Estado, da sociedade como um todo.¹¹³

Xavier mobiliza esse caso para problematizar justamente a relação causal que se faz entre o consumo de *crack* e os problemas sociais e comportamentos “de risco” aos quais esses usuários se expõem. Segundo ele, não seria o *crack* a causa do surgimento da “cracolândia”; tal situação seria consequência de vários fatores, como a falta de provimento de educação e saúde pública àquelas pessoas. Os usuários, na sua perspectiva, já chegariam ali despojados de dignidade e o *crack* vira um meio de fugir disso¹¹⁴. Em seus termos:

É como se a droga tivesse colocado aquelas pessoas em situação de miséria, e isso não é verdade. Todos os estudos feitos com população de rua mostram que, na realidade, o que leva essas pessoas ao crack é a exclusão social, a falta de acesso à educação, saúde e moradia, ou seja, a privação da própria cidadania e identidade. Isto, sim, é um fator de risco para a droga. A droga vem porque tem um prato cheio para florescer. A droga é consequência, não é causa disso.¹¹⁵

Por esta visão, que o psiquiatra defendeu durante a “Operação Sufoco”, o problema da “cracolândia” seria majoritariamente social e não médico – perspectiva esta que apresenta implicações importantes sobre o debate que surgiu à época em torno de quais seriam as melhores formas de tratamento que o poder público poderia oferecer àqueles que frequentam a “cracolândia”.

4. Formas de tratamento

Este sem dúvida foi o tópico mais debatido e controverso que se inscreveu nos embates no campo da saúde, não só na época da “Operação Sufoco”, mas também antes e depois dela. Boa parte dessa discussão foi influenciada pelas medidas tomadas no final de 2011 pela prefeitura do Rio de Janeiro de acolhimento e abrigamento compulsório de crianças e adolescentes usuários de droga em situação de rua, período em que se viu nos telejornais diários verdadeiras perseguições de agentes de saúde, que corriam atrás de pessoas usando *crack* e as colocavam em vans para posterior “triagem” e, caso necessário, internação. Com a intervenção policial de 2012 na capital paulista, a polêmica voltou à tona.

O debate sobre as formas de tratar os usuários de *crack* que vivem na “cracolândia” se deu muito em torno da polêmica da internação involuntária e compulsória¹¹⁶. Para aqueles que defendem esse tipo de medida, inclusive o psiquiatra Ronaldo Laranjeira, esse mecanismo deveria

¹¹³Cf. <<http://coletivodar.org/2012/01/para-dartiu-xavier-aco-es-na-cracolandia-sao-hipocritas/>>. Acesso em 20/06/2014.

¹¹⁴Cf. <<http://www.spressosp.com.br/2012/01/05/cracolandia-usuarios-sao-tratados-como-causa-mas-sao-consequencia/>>. Acesso em 09/06/2014.

¹¹⁵Cf. <<http://coletivodar.org/2012/01/para-dartiu-xavier-aco-es-na-cracolandia-sao-hipocritas/>>. Acesso em 20/06/2014.

¹¹⁶ Há dois tipos de internação não voluntária, previstos na Lei nº 10.216, de 6 de abril de 2010. A internação involuntária ocorre quando solicitada por terceiros, como familiares. Já a compulsória é feita por meio de determinação judiciária. Em ambos os casos, é necessária uma avaliação médica prévia da pessoa a ser internada.

ser acionado por dois motivos principais: primeiramente, por considerarem que essas pessoas são doentes e portanto não teriam capacidade de autodeterminação e de fazer escolhas pessoais, o que configuraria a condição jurídica para uma internação não voluntária; e em segundo lugar, pela concepção de que o tratamento de um dependente químico pressupõe a abstinência total da droga, o que, segundo os defensores da medida de internação alegam, não seria buscada de forma voluntária pelos dependentes, sendo, portanto, necessária a intervenção médica.

Esses dois argumentos estão dispostos entre os argumentos apresentados pela Secretaria Estadual de Justiça e Cidadania, no texto de prestação de informações ao processo da ação civil pública referente à “Operação Sufoco”, de 03 de setembro de 2012. Fazendo referência a especialistas norte-americanos no tema – como Robert Stutman, chefe da agência de combate às drogas do governo americano por 25 anos, considerado um dos responsáveis por “acabar com a epidemia de *crack* em Nova York”, e Russel Falck, pesquisador do Centro de Intervenção, Tratamento e Pesquisa em Dependência da Wright State University –, a secretária vai construindo o argumento de que o usuário de *crack* não vai decidir de forma voluntária se tratar, de modo que seria preciso investir em programas de internação compulsória. Além disso, segundo os especialistas citados, seria preciso também a abordagem policial, já que apenas oferecer tratamento como terapias sociais e psicológicas não resolveriam o problema, uma vez que a oferta de drogas continuaria caso não houvesse intervenção policial (fl. 614-5, vol. 4 do apenso nº 0). O texto cita também Laranjeira, que afirmou em entrevista à revista *Veja* que “*o crack é um problema de saúde e de segurança*”, refutando a visão de que o combate à droga é apenas um problema de saúde pública ao afirmar que: “*se não conseguirmos desmontar a rede de tráfico, vai ser difícil resolver (o problema do crack) apenas com políticas de saúde pública*”.

Em seguida, são apresentadas citações de juristas e médicos (como o desembargador do Tribunal de Justiça de São Paulo Jeferson Moreira de Carvalho, os promotores de Justiça Eudes Quintino de Oliveira Junior e Eduardo Del Campo, e o médico Dráuzio Varella) que defendem o dispositivo da internação involuntária ou compulsória, alegando que esta é uma forma de garantir a dignidade e proteção aos dependentes com fundamento na necessária legalidade, e que não é possível falar de livre arbítrio quando se trata de um dependente químico. Nessas situações, segundo esses especialistas, seria inclusive desumano o Estado não intervir (fl. 618-21, *idem*).

Ao fazer a opção por oferecer um tratamento voluntário durante a “Operação Sufoco”, a secretária de justiça explica as dificuldades que os agentes públicos teriam encontrado em realizar encaminhamentos na época, bem como o aumento do número de abandonos do tratamento (fl. 623, *idem*). Ou seja, a ineficiência da operação em fazer com que os usuários de *crack* buscassem tratamento estaria não na abordagem truculenta que se viu durante a ação da polícia, ou na abordagem securitária a um problema de saúde, como alega o Ministério Público, mas sim na

voluntariedade dos tratamentos de saúde oferecidos pelos órgãos municipais e estaduais.

Na tentativa de contextualizar a fala de Oliveira sobre a suposta estratégia de “dor e sofrimento”, a secretária afirma que a dependência pelo uso do *crack* seria de difícil cura e que ela precisaria visar a abstinência. Novamente acionando especialistas do campo médico, desta vez Sibeles Faller, do Centro de Pesquisa em Álcool e Drogas, o texto afirma que “*a abstinência, por longos períodos é a única forma de minorar o problema. (...) A dependência de substância exige atenção e monitoramento permanente para que a abstinência seja mantida*” (fl. 700, vol. 4 do apenso nº 0). A secretária então alega que:

Não há como tratar o dependente sem afastá-lo do consumo, causando crises de abstinência e, portanto, de desconforto e dor. Em outras palavras, para que possa iniciar um tratamento o dependente precisa se afastar da droga. **Com aumento do período de abstinência ele vai procurar tratamento, pelo natural desconforto da situação.** Isso não quer dizer que a política pública do Governo do Estado está fundada na dor e sofrimento, como, insistentemente, alega o Ministério Público. (fl. 704, idem) [grifos meus]

Neste trecho é possível observar o ponto de encontro das justificativas apresentadas no âmbito da segurança pública e da saúde para a intervenção de janeiro de 2012: para que “dependentes químicos”, tais como os que frequentam a “cracolândia”, sejam tratados, seria preciso garantir a abstinência da droga, o que não seria perseguido voluntariamente pelos usuários, em função da sua suposta incapacidade de autodeterminação, que seria, por sua vez, causada pelo consumo abusivo do *crack*. Sendo assim, parte-se para duas estratégias concomitantes: suprimir a oferta do *crack*, através da ação policial contra os “traficantes”, e internar involuntária ou compulsoriamente os “dependentes” para tratamento.

Ronaldo Laranjeira, ao se pronunciar sobre a necessidade de internação, explica que esse período de internação inicial seria importante para “desintoxicação” e “estabilização” do dependente químico. Após esse período, o paciente deveria ser submetido a uma fase de tratamento ambulatorial, frequentando uma clínica especializada uma ou duas vezes por semana, para receber acompanhamento médico, psicológico e de assistentes sociais. No caso dos moradores de rua – que não poderiam passar por esse tratamento enquanto hospedados na casa de familiares – ele defende o uso das comunidades terapêuticas¹¹⁷.

Durante entrevista dada ao programa Roda Viva¹¹⁸, Laranjeira - ao explicar e defender a então recém-lançada política do governo do estado de combate à dependência química, o programa Recomeço, - afirma que o “*modelo de recuperação social*”, ou seja, a fase posterior à internação, procura ao máximo a voluntariedade do “paciente”. No entanto, no “*modelo médico, de tratamento propriamente dito*”, a involuntariedade se faz necessária: “*se a pessoa está desorganizada, ela volta*

¹¹⁷ Cf. <<http://saude.ig.com.br/minhasaude/2013-01-21/internacao-a-forca-de-viciados-divide-opiniao-de-medicos.html>>. Acesso em 06/01/2015.

¹¹⁸ Programa de 20 de maio de 2013. Vídeo disponível no link: <<https://www.youtube.com/watch?v=Ry5fOdt8DbQ>>. Acesso em 09/06/2014.

*para o modelo de tratamento, antes de ir para a recuperação social.” Ao explicar como ocorre esse tratamento na prática, com a experiência que tem em suas clínicas de reabilitação, Laranjeira afirma que a pessoa internada involuntária ou compulsoriamente “chega em uma situação muito grave, na qual é praticamente incapaz de discernir o que é melhor para ela. Quando a crise inicial passa, ela começa a ter condições de analisar a situação e acaba concordando com o tratamento.”*¹¹⁹

Indo além da questão médica, o psiquiatra justifica a internação de usuários de *crack* em situação de rua também como um “ato de solidariedade”¹²⁰ e que, nesses casos, não há espaço para “discutir ideologias”, em função da ineficiência do poder público em deixar que a situação dessas pessoas chegasse a tal ponto. Em suas palavras:

Não há espaço para discutir ideologias. A luta antimanicomial foi muito importante, mas hoje, passados 15 anos da reforma psiquiátrica, é preciso reconhecer que a rede pública deixou de criar soluções efetivas para os casos de saúde mental mais graves e extremos, e que por sua natureza precisam de internação e tratamento intensivos, com medicamentos e equipe multidisciplinar¹²¹.

Laranjeira também defende esse tipo de medida tomando como exemplo as experiências de países desenvolvidos. Segundo ele, na Suécia, 30% do tratamento psiquiátrico seria coercitivo, e nos Estados Unidos já haveria pesquisas que mostram o êxito desse tratamento. Além disso, a classe média no Brasil já estaria fazendo isso há muito tempo também, o que poderia ser tomado, em sua visão, como uma medida de eficácia da internação¹²².

O médico Dartiu Xavier, por outro lado, se opôs veementemente ao uso generalizado da internação da forma como proposta tanto por Laranjeira quanto pelo governo do estado, à época da “Operação Sufoco”. Segundo ele, esta seria uma abordagem à questão do consumo de *crack* que não distinguiria os usuários dos dependentes químicos, especialmente aqueles em situação de rua, e que acionaria a internação como medida política, midiática e higienista¹²³. Ele critica esse cenário de generalização de que todos presentes na região da “cracolândia” seriam toxicômanos, alertando que a perda da capacidade de autodeterminação, que configura uma situação jurídica e justificaria a internação compulsória, é exceção, e não a regra¹²⁴.

Xavier deixa claro que não é contra a internação em si, pois, segundo ele, trataria-se de um dispositivo que em determinadas circunstâncias se faria necessário – mas apenas sob duas condições: quando o indivíduo está em surto psicótico ou em risco de cometer suicídio; para além disso, ele defende que não é necessária a internação de dependentes químicos. Sobre a justificativa

¹¹⁹ Cf. <<http://saude.ig.com.br/minhasaude/2013-01-21/internacao-a-forca-de-viciados-divide-opinio-de-medicos.html>>. Acesso em 06/01/2015.

¹²⁰ Idem.

¹²¹ Cf. <<https://www.dgabc.com.br/Noticia/1305944/tratamento-contr-o-crack>>. Acesso em 19/05/2015.

¹²² Cf. <<http://saude.ig.com.br/minhasaude/2013-01-21/internacao-a-forca-de-viciados-divide-opinio-de-medicos.html>>. Acesso em 06/01/2015.

¹²³ Cf. <<http://www.estadao.com.br/noticias/geral,miserias-fora-de-ordem,989156>>. Acesso em 27/08/2014.

¹²⁴ Cf. <<http://coletivodar.org/2013/01/dartiu-xavier-pensam-que-a-miseria-social-e-uma-decorrencia-da-droga-o-que-nao-e-verdade/>>. Acesso em 22/06/2014.

de desintoxicação, Dartiu afirma que ela não precisaria ser feita em ambiente fechado, e que para a grande maioria das pessoas seria possível fazê-la com medicamentos que ajudam na crise de abstinência, medicamentos esses inclusive disponíveis nos CAPS-AD¹²⁵.

Além de considerar como medida higienista e midiática a proposta do poder público de generalizar a internação aos usuários de *crack* da “cracolândia”, Xavier busca embasar sua crítica por meio de números que indicam a ineficácia desse tipo de tratamento. Segundo ele, as taxas de sucesso das experiências de internação compulsória chegam a 2%. Isso porque quando o indivíduo está internado, não tem acesso à droga, sendo fácil manter-se abstinente. No entanto, esse seria um ambiente artificial e isolado socialmente, e quando volta ao convívio social, a maioria acaba recaído. Além da taxa de eficácia baixa, o tratamento por internação seria, segundo ele, muito mais caro do que tratamentos ambulatoriais, que chegam a uma taxa de sucesso de 35% a 40%¹²⁶.

Xavier admite que seria difícil para um dependente químico se manter abstinente – mesmo por meio dos tratamentos com maior taxa de eficácia, como de 35% a 40%, os 60%, 65% dos restantes acabam recaído. Para estes, Dartiu defende a estratégia de Redução de Danos, que poderia auxiliá-los. Uma das metodologias adotadas no PROAD é a de uso controlado de maconha para usuários de *crack*. Segundo ele, foi possível chegar a uma proporção de 1/3 que abandonou o *crack* totalmente com esse tratamento. Os demais conseguiram diminuir a frequência de uso, o que teria lhes garantido qualidade de vida melhor, condições para que estudassem, trabalhassem etc. Xavier esclarece também que, para ele, a política de redução de danos não se opõe às propostas de abstinência: seriam medidas complementares, e não antagônicas, sendo necessária a avaliação caso a caso para se identificar qual seria a melhor estratégia de tratamento¹²⁷.

Esta não é, entretanto, a visão de Ronaldo Laranjeira. Quando entrevistado no programa Roda Viva¹²⁸, embora confrontado com dados e referências científicas, o médico foi enfático em afirmar que trata-se de um modelo que estaria caindo em desuso (apesar de estar previsto na atual Lei de Drogas e nas diretrizes do SUS) e que vê poucas evidências de que tal modelo poderia ajudar a tratar o usuário de *crack*. Em sua fala, ele afirmou que, na Inglaterra, começou-se a mudar o modelo de tratamento – indo em direção àquele da abstinência - quando descobriu-se que apenas 4% dos usuários em serviços de redução de danos deixaram de usar a droga. Para ele, seria preciso uma política de diminuição do consumo e do acesso à droga, como teria ocorrido com o tabaco.

---

¹²⁵ Idem.

¹²⁶ Cf. <<http://coletivodar.org/2012/01/para-dartiu-xavier-aco-es-na-cracolandia-sao-hipocritas/>>. Acesso em 20/06/2014. <<http://saude.ig.com.br/minhasaude/2013-01-21/internacao-a-forca-de-viciados-divide-opiniao-de-medicos.html>>. Acesso em 06/01/2015.

¹²⁷ Cf. <<http://coletivodar.org/2013/01/dartiu-xavier-pensam-que-a-miseria-social-e-uma-decorrencia-da-droga-o-que-nao-e-verdade/>>. Acesso em 22/06/2014.

¹²⁸ Cf. <<https://www.youtube.com/watch?v=Ry5fOdt8DbQ>>. Acesso em 09/06/2014.

Em seu depoimento ao Ministério Público durante o inquérito que investigava a “Operação Sufoco” ([fl. 130-5, vol. 1, apenso nº1](#)), Xavier explica que existem basicamente dois tipos de modelo de tratamento da dependência química. Um seria o modelo americano, com viés mais repressor, que visa a abstinência total, associado à política proibicionista, e que estaria inspirando a experiência brasileira. O outro seria o modelo europeu, no qual um dos paradigmas é o de que a dependência química seria fruto da vontade do indivíduo e que, portanto, o tratamento deveria também depender de sua vontade. Este modelo coloca ênfase na questão assistencial e prevê atendimentos e estratégias individualizados, baseados nas especificidades e necessidades de cada paciente. Nesta vertente, segundo Xavier, há uma rede de atendimento psicossocial que dá suporte ao usuário, na qual intervenções com medicamentos são feitas apenas em situações pontuais.

Partindo do modelo europeu, Xavier defende a adoção do modelo ambulatorial para tratamento de dependentes químicos, no qual o paciente aprenderia a se manter abstinente em sociedade, com a ajuda de uma equipe multidisciplinar. No caso de o usuário não conseguir deixar de usar a substância, adotar-se-iam as estratégias de redução de danos¹²⁹. Especificamente para o caso da “cracolândia”, o psiquiatra acredita que muito mais do que uma intervenção médica, seria preciso um trabalho social com os usuários, trabalhando caso a caso, de forma a entender qual a demanda de cada um deles, para inclusive saber se haveria necessidade de tratamento e qual seria o mais indicado¹³⁰.

Se a medida de internação compulsória se mostra menos eficaz e mais custosa do que o modelo ambulatorial, tal como defende Xavier, por que então haveria quem defendesse essa medida de tratamento? Segundo ele, há médicos que teriam interesses econômicos envolvidos. Como a rede pública não dispõe de leitos em número suficiente para atender uma demanda maior de internações, seria preciso contratar leitos de hospitais e clínicas particulares¹³¹. De fato, este interesse existe quando se trata de intervenções do Estado na região da “cracolândia”, como será apresentado no capítulo seguinte, sobre os desdobramentos da “Operação Sufoco” e as políticas que lá foram implementadas a partir de então.

---

¹²⁹Cf. <<http://coletivodar.org/2012/01/para-dartiu-xavier-aco-es-na-cracolandia-sao-hipocritas/>>. Acesso em 20/06/2014. <<http://coletivodar.org/2013/01/dartiu-xavier-pensam-que-a-miseria-social-e-uma-decorrencia-da-droga-o-que-nao-e-verdade/>>. Acesso em 22/06/2014.

¹³⁰Cf. <<http://www.spressosp.com.br/2012/01/05/cracolandia-usuarios-sao-tratados-como-causa-mas-sao-consequencia/>>. Acesso em 09/06/2014.

¹³¹Cf. <<http://coletivodar.org/2012/01/para-dartiu-xavier-aco-es-na-cracolandia-sao-hipocritas/>>. Acesso em 20/06/2014. <<http://coletivodar.org/2013/01/dartiu-xavier-pensam-que-a-miseria-social-e-uma-decorrencia-da-droga-o-que-nao-e-verdade/>>. Acesso em 22/06/2014.

Nos limiares entre os campos da segurança, do direito e da saúde: a disputa na gestão dos corpos, da circulação e do espaço urbano

A descrição dos embates que foi possível observar ao longo da “Operação Sufoco” e dos processos judiciais aqui analisados revelam que os campos da saúde, do direito e da segurança são também campos políticos tensos, que se imbricam, e em cujas tensões e fricções é possível perceber como vão sendo construídas as práticas de Estado na região da “cracolândia”. De forma resumida, os imperativos colocados para justificar a intervenção de janeiro de 2012 – imperativos estes objeto dos embates anteriormente descritos - foram três, principalmente:

1. A condição de “doença” dos usuários que frequentam a “cracolândia”, e suas supostas incapacidades de autodeterminação e escolha;
2. A ideia de epidemia e de disseminação desse “problema” pelo tecido social e urbano;
3. A interdição daquele espaço pelos usuários e a necessidade de liberá-lo para a circulação do restante da população, ou, em outros termos, o direito à circulação e à segurança da “população de bem”.

A partir desses imperativos foram acionados dispositivos securitários para atuar sobre aquele espaço e os corpos dos usuários de *crack* ou, como define Rui (2014, p. 52), neste simulacro entre corpo e espaço que caracteriza a “cracolândia”. Nos embates jurídicos que se seguiram em torno da ação policial, o direito que está disponível a estes sujeitos e que justifica a intervenção é o direito de serem tratados, internados, normalizados, direito esse autorizado por determinados saberes médicos – uma tecnologia de saber-poder (Foucault, 2008, 2009 [1975], 2009 [1976]) que age sobre os corpos dos indivíduos, mas também sobre a forma como se utilizam do espaço urbano.

No entanto, como bem afirma Foucault, onde há poder, há resistências (Foucault, 2008, 2009 [1976]). Aqui, sequer foi abordada a discussão sobre os limites de intervenção do Estado sobre os usos e desejos que os usuários de *crack* têm – alerta este já feito por outros estudos no âmbito da saúde pública¹³². Chamo atenção neste trabalho para os conflitos, como se viu nos processos judiciais analisados, entre tal intervenção e o direito daqueles usuários de circularem e se apropriarem do espaço urbano. Ressalto que este direito não foi apenas uma demanda feita pelos “ativistas jurídicos”, promotores e defensores públicos: é também um desejo dos próprios usuários. Nas denúncias coletadas pela Defensoria Pública, os pedidos que as vítimas da ação policial fazem se resumem a poder circular e permanecer livremente na região, serem tratados com respeito e terem um espaço para que possam fazer uso das substâncias que quiserem (fls. 222-319, vol. 2 do

---

¹³² Cf., por exemplo, Silva e Adorno, 2013, Arruda, Soares e Adorno, 2013, etc.

apenso nº 2 da ação civil pública).

Flagrar os conflitos e pontos de atrito não é apenas uma forma de apontar os excessos da intervenção policial de janeiro de 2012. Seguindo as pistas dadas por Telles (2015, p. 24-5), mais do que isso, trata-se de uma cena privilegiada para se espreitar a *“disputa sobre os próprios modos como os ordenamentos urbanos são produzidos e administrados, afetando os usos dos espaços e seus circuitos, modos de viver e habitar a cidade, de circular e se apropriar de seus recursos”*. Ao fazer a cartografia política dos diversos campos de disputa que surgiram em torno da “Operação Sufoco” - as diferentes análises sobre o papel da polícia durante a operação, os direitos que são disputados e os diferentes saberes médicos agenciados – é possível ver pulsar a forma conflituosa, ambivalente e multifacetada com que a ordem social urbana vai sendo (ou tentando ser) produzida e mantida. Como será discutido no próximo capítulo, mapear essas disputas foi fundamental para compreender a atual situação na região da “cracolândia”, pois são disputas que tiveram papel importante na reconfiguração do espaço, das práticas de Estado e das formas de resistência que lá se observam hoje.

Capítulo 4 – Os reflexos da “Operação Sufoco” no território da “cracolândia”

A “Operação Sufoco” não foi a primeira operação policial realizada na região da “cracolândia”. A mais recente, antes da “Operação Sufoco”, foi a “Operação Limpa”, ocorrida em 2005, que tinha como objetivo retirar os usuários de *crack* da região através de um conjunto de ações de saúde e assistência, mas principalmente via intervenção policial. Assim como a intervenção de 2012, a ação de 2005 foi marcada por repressão e denúncias de abusos policiais, rendeu a prisão de poucos pequenos traficantes e a apreensão de quantidades ínfimas de drogas, e teve como efeito a dispersão dos usuários para outros pontos do centro da cidade. Em ambos os casos, a imprensa fez críticas sobre a ineficiência em resolver o “problema da crackolândia” com intervenções desse tipo e movimentos sociais denunciaram o caráter higienista de ações de expulsão como essas, tendo em vista o contexto de vigência do Projeto Nova Luz e de outras intervenções urbanísticas voltadas ao bairro. Por fim, após o término das duas operações, a “cracolândia” retornara ao seu epicentro, e usuários e traficantes voltaram a frequentar a região.

Qual foi, afinal, a novidade que a “Operação Sufoco” trouxe para esse contexto? De que forma ela reconfigurou o “campo de forças” (Raupp & Adorno, 2009) da “cracolândia”? Ou: como entender as atuais mudanças observadas na região, que passou a ser foco das mais diversas políticas das três esferas de governo, frente aos acontecimentos da “Operação Sufoco”? Por fim, e mais especificamente: como esta intervenção policial reorganizou (ou não) os mecanismos de controle lá postos em prática?

Este capítulo tem como objetivo analisar os efeitos dos campos de disputa que se desenrolaram em função da “Operação Sufoco” na reconfiguração do campo político em torno da “cracolândia”. É possível identificar no cenário atual da região - tanto na forma como os usuários vêm ocupando esse espaço, como nos programas estaduais e municipais que foram implementados após a operação - as diferentes perspectivas das disputas descritas no capítulo anterior sobre a atuação da polícia na região, as formas de tratamento de saúde a usuários de drogas e os direitos dos usuários alvos da “Operação Sufoco”. Ou seja, analisando o atual cenário na região, observa-se o desenrolar que esses campos de disputa tiveram no território e nas formas de o Estado intervir.

A proposta, neste capítulo, é apresentar as reflexões que surgiram a partir do trabalho de campo realizado ao longo da pesquisa, compartilhado com os demais pesquisadores do projeto temático no qual ela se insere, de forma a identificar no presente etnográfico as marcas que a “Operação Sufoco” parece ter deixado nesse cenário. Dentre as marcas, já identificadas por Rui em outras oportunidades (2014, 2014a), e que pretende-se aqui desenvolver, estão: o fortalecimento de bandeiras de grupos contrários às ações repressivas e violentas na região; o amparo que a resistência à operação policial deu para a disseminação de outros serviços aos usuários de *crack* – serviços que

incorporaram de maneiras diferentes as disputas que se seguiram à “Operação Sufoco”, tal como descritas no capítulo 3 -; e, por fim, a resistência territorial dos usuários de *crack*.

Antes de dar início à descrição dos efeitos, vale a ressalva de que não se pretende afirmar aqui que a “Operação Sufoco” produziu ou gerou um novo cenário, numa simples relação de causa e efeito. São diversas as mediações que tornaram possível a atual configuração daquele território, mediações que extrapolam a operação policial e seus efeitos (também os limites desta pesquisa). Ainda assim, o que os achados sobre a intervenção policial e a análise da “cracolândia” tal como se encontra atualmente (ou ao menos durante a realização da pesquisa) indicam é que ela criou as condições de possibilidade para uma mudança no campo de forças que lá gravitam e, mais especificamente, para o surgimento de outras formas de intervenção do Estado, também de disputas e resistências.

1. O fortalecimento de bandeiras contrárias às ações policiais repressivas na região da “cracolândia”

Segundo Rui (2014a, p.30), a “Operação Sufoco” teve como um de seus efeitos o fortalecimento das bandeiras de grupos contrários às ações violentas e higienistas na região da “cracolândia”, dando amparo político para o surgimento de propostas alternativas para lidar com os usuários de *crack*, como foi o programa De Braços Abertos, tal como descrito mais adiante.

Exemplos de manifestações contrárias se disseminaram logo após a deflagração da “Operação Sufoco”. A Comissão de Direitos Humanos da Assembleia Legislativa de São Paulo convocou audiência pública, uma semana após o início da ação policial, que contou com a presença de atores de uma extensa rede articulada em torno da questão da “cracolândia” e debates correlatos, como movimentos de moradores e comerciantes contra o Projeto Nova Luz, coletivos e entidades que defendem a legalização das drogas, movimentos de moradia e da população em situação de rua, movimentos e entidades ligados à luta antimanicomial e à reforma psiquiátrica, além de entidades em defesa dos direitos humanos¹³³. No debate, apesar das mais diversas opiniões sobre a questão do consumo de drogas nas ruas do bairro, dois pontos eram consenso: a atuação violenta e abusiva da

---

¹³³ Foram ouvidos na audiência pública: padre Júlio Lancelotti, da Pastoral do Povo da Rua, conhecida figura política que atua em defesa da população em situação de rua; Anderson Lopes Miranda, representante do Movimento Nacional da População de Rua; o desembargador Antônio Carlos Malheiros, coordenador de infância e juventude do Tribunal de Justiça de São Paulo; o juiz Luís Fernando Vidal, da Associação Juízes para a Democracia; o defensor público Carlos Weiss; o deputado Major Olímpio, representante da Comissão de Segurança Pública da Câmara e da Frente Parlamentar de Enfrentamento ao *Crack*; Ariel de Castro, da Fundação Criança de São Bernardo do Campo; Aristeu Bartelli, representante do Conselho Estadual de Defesa dos Direitos da Pessoa Humana (CONDEPE); Nazaré, do Fórum de Assistência Social; Raul Nin, do coletivo Desentorpecendo a Razão; o guarda civil metropolitano Clóvis, representante do sindicato da categoria; Paula Ribas, do movimento Amo a Luz; o deputado Ítalo Cardoso e o vereador Jamil Murad.

polícia era inadmissível e deveria parar; e seria preciso pensar políticas de saúde e atenção que dessem conta das necessidades daqueles que frequentam a "cracolândia".

No dia 14 de janeiro, movimentos sociais articulados com o coletivo Desentorpecendo a Razão (DAR) em uma frente ampla denominada "Luz Livre" realizaram uma manifestação na "cracolândia": o "Churrascão de gente diferenciada versão Luz"¹³⁴. Tratou-se de mobilização bem-humorada que criticou ações preconceituosas de políticos e da elite paulistana, denunciando a operação como o que consideraram uma ação higienista e que buscava apenas expulsar os usuários das ruas do bairro para que pudesse ser levado a cabo o Projeto Nova Luz.

Durante o evento, representantes da ONG É de Lei leram um manifesto¹³⁵ criticando o caráter militar com que o poder público estaria tratando questões sociais e de saúde, em um movimento de higienização e criminalização da pobreza. Criticavam também o dispositivo da internação compulsória, legitimado por um imaginário que demoniza o *crack* e legitima "*medidas de terrorismo*" do Estado, especialmente no contexto de proximidade de realização da Copa do Mundo e das Olimpíadas no Brasil.

Representantes do Conselho Gestor da ZEIS (Zona Especial de Interesse Social – mecanismo urbanístico de regulação do uso e ocupação do solo) também lançaram uma carta manifesto, criticando a ação violenta da polícia e o descaso histórico do poder público frente ao problema da dependência química nas ruas da região da Luz, especialmente ao longo da discussão do projeto urbanístico Nova Luz, ao qual se opunham. Na carta são mencionadas ameaças de roubo que moradores e comerciantes estariam sofrendo, bem como a "*sujeira 'sanitária' gerada pela peregrinação dos viciados*"¹³⁶.

A Câmara Técnica de Saúde Mental do Conselho Regional de Medicina do Estado de São Paulo também endossou as críticas à operação, que teria reduzido o complexo tema da "*toxicomania no espaço urbano*" a assunto estritamente policial e da esfera da criminalidade a ser banida a qualquer custo, ignorando a diversidade de situações individuais, e reduzindo "*todos os doentes à obscura categoria de criminosos*"¹³⁷.

---

¹³⁴ A primeira versão do "churrascão de gente diferenciada" surgiu a partir de uma brincadeira nas redes sociais, motivada pela indignação de internautas após a reação contrária de moradores de Higienópolis à construção de uma estação de metrô na Avenida Angélica, uma das principais desse bairro valorizado da capital paulista. Diante da pressão, o governo de São Paulo, alegando razões técnicas, anunciou na época a mudança de local da estação. O termo "gente diferenciada" foi adotado como ironia à declaração de uma moradora do bairro, que, em entrevista ao jornal *Folha de São Paulo*, usou a expressão para se referir-se às pessoas que "ficam ao redor das estações do metrô". Cf. <<http://coletivodar.org/2012/01/midia-comeca-a-repercutir-churrascao-contra-dor-e-sofrimento-na-luz/>>, acesso em 25/06/2014.

¹³⁵ O vídeo do manifesto pode ser acessado no link: <<http://vimeo.com/35145650>>>, acesso em 24/06/2014.

¹³⁶ Texto disponível no link: <<http://www.spressosp.com.br/2012/02/08/sociedade-civil-divulga-carta-manifesto-contra-acao-na-cracolandia/>>, acesso em 24/06/2014.

¹³⁷ Cf. trecho da nota apresentada na Sessão Plenária do Conselho do dia 31 de janeiro de 2012, disponível nas páginas 105-6 do texto da ação civil pública do Ministério Público de São Paulo.

A organização Conectas, de defesa de direitos humanos, enviou apelo urgente¹³⁸ aos relatores especiais das Nações Unidas, requerendo aos especialistas que cobrassem das autoridades públicas do estado e município de São Paulo esclarecimentos sobre a operação policial, para que pusessem fim imediato às violações observadas em consequência da intervenção. O Centro Acadêmico XI de Agosto, da Faculdade de Direito da USP, também lançou nota de repúdio assinada por diversos especialistas e autoridades da área do direito e entidades de defesa dos direitos humanos, que consideravam inadmissível, em um Estado Democrático de Direito, que agentes do poder público cometessem atos de agressão física e moral contra cidadãos, com claro abuso de autoridade e desrespeito aos direitos humanos. Defendeu-se que o combate ao tráfico de drogas não poderia servir de pretexto para ignorar a necessidade de implementação de políticas públicas de saúde e assistência social para uma população "*marginalizada e doente*"¹³⁹.

Essas são apenas algumas das críticas e ações políticas feitas à operação, dentre tantas que marcaram o debate. São os mais diversos atores, de diferentes campos de atuação, que mobilizam, cada um deles, uma variada gama de argumentos e opiniões sobre a ação da polícia frente aos “usuários de *crack*”, “viciados”, “marginalizados”, “doentes”, “moradores de rua”, entre tantas outras categorias acionadas para caracterizar aqueles que foram impactados pela operação¹⁴⁰.

Na percepção de Bruno Ramos¹⁴¹, psicólogo do É de Lei, parece estar mais presente hoje o debate em torno da saúde pública e a percepção de que a segurança, em seus modos repressivos, não resolve a questão da “cracolândia”. Para Júlio Delmanto, do coletivo DAR, a “Operação Sufoco” teve caráter militarizado semelhante ao das intervenções de 2010 no Rio de Janeiro, no Complexo do Alemão. Porém, na sua opinião, em São Paulo não teria havido o mesmo apoio visto na capital carioca e, ao que parece, a população ficou com a impressão de que seria preciso intervenções de saúde na região da “cracolândia”. Para ambos, o papel dos movimentos sociais, das entidades que trabalham no dia a dia junto aos usuários de *crack* e dos defensores públicos foi de suma importância no ponto de virada que a “Operação Sufoco” representou. Não que não haja mais casos de violações e abusos por policiais e guardas civis contra os usuários. Porém, como defende Rui (2013), os conflitos em torno dessa operação representam um aspecto de ruptura, e seus efeitos trouxeram “*novas configurações políticas e novos atores mediadores na relação entre os usuários*

---

¹³⁸ Texto disponível no link: < <http://www.conectas.org/arquivos-site/multimedia/PDF/42.pdf>>, acesso em 24/06/2014.

¹³⁹ Texto disponível na íntegra no link: <<http://www.viomundo.com.br/voce-escreve/nao-a-politica-de-dor-e-sofrimento-na-cracolandia.html>>, acesso em 24/06/2014.

¹⁴⁰ Os termos dizem muito em relação a como cada um dos atores que criticaram a operação concebem aqueles que frequentam e vivem na “cracolândia”: desde sujeitos de direitos, até potenciais ladrões e doentes que demandam ações de intervenção médico-sanitárias do Estado – mas não o trato violento e abusivo da polícia.

¹⁴¹ Cf. a edição de janeiro de 2012 do programa de debates online Segunda Dose, comandado pelo jornalista Bruno Torturra, que contou com a participação dos psicólogos Bruno Ramos Gomes e Maurício Cotrim, de Júlio Delmanto, da Marcha da Maconha e do coletivo DAR, de Claudio Prado e de Pedro Abramovay. Vídeo disponível no link: <<http://coletivodar.org/2012/01/video-programa-segunda-dose-discute-cracolandia-e-proibicionismo-com-participacao-do-dar-e-de-ex-secretario-nacional-de-drogas/>>, acesso em 21/07/2014.

de crack e o mundo público” (idem, p. 306).

Para o promotor Eduardo Valério, responsável pela ação civil pública movida na época da operação, a liminar ganha em favor do fim da chamada “procissão do *crack*” teve efeito importante na forma como os policiais passaram a atuar, daí em diante, junto aos usuários de *crack*. Quando questionado sobre o que haveria mudado na região da “cracolândia” com a vitória na justiça, ele comenta:

Eu acho que acabou a possibilidade de qualquer ação policial e de violência contra o dependente químico. Tanto que eles partiram para o sentido oposto, que é o de plantão judiciário, de criar um órgão com juiz e etc. E desistiram de colocar a PM [Polícia Militar] pra ir atrás [de usuários de *crack*]. Eles mesmos [os policiais] dizem: não vamos pegar dependente da rua, essa não é tarefa nossa. Houve uma ideia de que por aí não dá, que não funciona mais. Acho que a gente virou uma página, que essa ação teve esse mérito de deixar pra trás essa atuação da PM. A gente sabe que a PM mata à rodo, que tem todos os problemas que a gente sabe. Mas nesse contingente [dos] mais vulneráveis, talvez não. [...] Os policiais militares que atuam lá [na “cracolândia”] volta e meia falam: “isso aqui não podemos fazer, porque tem a liminar”¹⁴².

Segundo Eduardo Valério, a atuação do Ministério Público contra a operação policial parece ter tido, em suas palavras, um “*caráter educativo*”. Ele ressalta que ainda há muito a ser feito em termos de controle da violência policial em São Paulo, principalmente nas periferias, mas, segundo ele: o “*dependente químico em situação de rua está mais poupado disso hoje. No dia a dia, essa coisa de ficar constrangendo as pessoas na rua, hoje nós estamos em um bom momento. Pode ser que amanhã mude, eu queimo a minha língua, mas por hora acho que a gente avançou*”¹⁴³.

O promotor Maurício Lopes, da promotoria de Habitação e Urbanismo, concorda que a liminar teve o efeito de parar essa forma de atuação policial na região da “cracolândia” - teria sido um “*freio a eventuais iniciativas mais violentas do comando* [da Polícia Militar]”. Porém, ele acredita que a atuação do Ministério Público foi além: produziu um “*efeito de política pública*”, inclusive no sentido de inspirar novas políticas que surgiram na região:

Eu acho que foi um esforço de várias promotorias num inquérito que não se limitou a produzir provas para uma ação judicial, o inquérito na verdade desvendou ou procurou identificar quais eram os rumos da política pública que deveria ser adotada para isso. Se tivesse seguido a onda de que a política é a política repressiva, de que o combate a isso tem que ser o combate repressivo, talvez não houvesse a oportunidade da prefeitura fazer o que ela fez com o De Braços Abertos. Acho que foi a partir do vácuo deixado, do apontamento de [que] o que a polícia fez é errado que possibilitou um outro olhar sobre isso.¹⁴⁴

O freio à atuação policial possibilitado pela liminar ganha na ação civil pública, por outro lado, teria tido outros efeitos, segundo a leitura de alguns dos moradores da região. Com o retorno dos usuários que foram dispersos com a operação ao epicentro da “cracolândia”, voltaram também as críticas sobre a suposta inação do Estado, mais especificamente da Polícia Militar em reprimir o tráfico de drogas, que também teria voltado de forma mais visível poucas semanas depois da ação

¹⁴² Trecho da entrevista concedida pelo promotor à pesquisa no dia 31/07/2014.

¹⁴³ Idem.

¹⁴⁴ Trecho da entrevista oferecida pelo promotor no dia 20/03/2015.

policial. Um dos atores que critica ainda hoje a atuação do Ministério Público contra a operação de 2012 é o Conselho de Segurança (Conseg) do bairro de Santa Cecília. Seu presidente, Fábio Fortes, figura sempre presente na mídia para abordar aspectos do bairro, fez a seguinte crítica:

Os viciados têm a impunidade garantida por uma ação do Ministério Público contra a Polícia Militar de São Paulo que, em 2012, determinou que não se pode impedir que os usuários de drogas permaneçam em locais públicos, ou que sejam constrangidos a se movimentar, sob pena de multa diária de R\$ 10 mil. Na mesma ação, o governo do Estado de São Paulo foi condenado a pagar R\$ 40 milhões por ter tentado dispersar o chamado "fluxo". Com a polícia algemada, quem protegerá o cidadão? (...) Há quem defenda que é inadequado expulsar o usuário de drogas do espaço público, mas fica a pergunta: o comerciante, o morador, o estudante, o turista, esses podem ser expulsos? Até quando?¹⁴⁵

Aos olhos do Conseg, os efeitos da liminar ganha pelo Ministério Público são vistos até hoje. Em uma das reuniões do conselho que pude presenciar, em maio de 2015, após operação policial para retirada de barracos que foram construídos pelos usuários de *crack* na “cracolândia”, Fortes alegou que atualmente a Polícia Militar não poderia atuar efetivamente na região por causa da liminar dada pela Justiça ao Ministério Público. A reivindicação do Conseg ao poder público frente aos incômodos do “problema da cracolândia” é a de que todos teriam direito de utilizar e circular por aquele espaço, e não só os usuários de *crack*. O presidente mobiliza o seguinte argumento: para que alguém feche uma rua para realizar algum evento é preciso de autorização da prefeitura e até pagamento de taxa em alguns casos. No entanto, na “cracolândia”, os usuários de *crack* poderiam, segundo ele, fechar uma rua para usar drogas e nada seria feito para combatê-lo, havendo ainda respaldo da justiça para isso (referindo-se à liminar). Ou seja, a discussão sobre o direito de ir e vir - feita por perspectivas diferentes segundo o Conseg da Santa Cecília e os defensores e promotores públicos - fornece pistas para entender todo um campo de disputas que vai além de como se deveria tratar os usuários de *crack* do bairro da Luz, ou de qual seria a melhor política para isso: esse debate dá pistas para pensar sobre como e quem se apropria desse espaço da cidade e como deveria ser gerida a ordem pública.

O que as três falas, tanto dos promotores quanto do presidente do Conseg do bairro Santa Cecília, parecem indicar é que após todos os efeitos que a intervenção de janeiro de 2012 teve, dificilmente outra operação nos moldes da “Sufoco” ou da “Operação Limpa” poderia ocorrer, no atual cenário político que se desenhou na “cracolândia” - ainda que cada qual avalie essa dificuldade de maneiras diferentes. Ao argumento de “ineficiência” da ação policial, segue-se a proposição de que alternativas precisariam ser desenhadas para lidar com o “problema da cracolândia”. Vejamos, então, quais foram as novas intervenções propostas para a região.

---

¹⁴⁵ Cf. <<http://noticias.uol.com.br/opiniaio/coluna/2015/02/06/em-vez-de-recuperar-viciado-prefeitura-blinda-delinquencia-na-cracolandia.htm>>. Acesso em 04/03/2015.

2. A multiplicação de serviços e instituições em torno do "problema da crackolândia" paulistana

Conforme as opiniões dos redutores de danos do É de Lei, de promotores e defensores públicos, e a análise de materiais de imprensa indicam, parece ter havido uma mudança na fala pública sobre a questão do *crack*, que passaria a ser menos repressora, ou ao menos parece passar de uma defesa à repressão indiscriminada para a repressão mais focada na figura do traficante, e à defesa de um cuidado de saúde e assistência social aos usuários de *crack*. A proposição de que a “cracolândia” deveria ser tratada de maneiras alternativas ganha força após a “Operação Sufoco”, e a disputa de diferentes políticas para a região se intensifica, cada qual representando perspectivas distintas sobre como deve ser tratado e cuidado o usuário de drogas, tal como descrito no capítulo anterior. Neste tópico, apresento três novidades que surgiram a partir de então: o plantão judiciário para internação de usuários de drogas e o programa Recomeço, do governo do estado; o ônibus de videomonitoramento financiado pelo programa federal “*Crack, é possível vencer*”; e o programa municipal De Braços Abertos.

Nosso objetivo não é descrever de forma esmiuçada os meandros do funcionamento de cada um dos novos programas da região, mas sim apresentá-los tendo como referência os campos de disputa que surgiram em torno da operação policial de 2012. Como será possível notar, nos anos seguintes à operação surge uma rede mais complexa e elaborada de atenção aos usuários de *crack*, mas também formas de gestão e controle dessa população, que ainda precisam ser melhor pesquisadas.

O plantão judiciário para internação e o programa Recomeço

A primeira inovação que surgiu para a gestão dessa população e desse território após a “Operação Sufoco” foi o lançamento do plantão judiciário para encaminhamentos de internação. No dia 2 de janeiro de 2013, o governo do estado de São Paulo anunciou a instalação de um plantão judiciário no CRATOD (Centro de Referência de Álcool, Tabaco e Outras Drogas, localizado no bairro do Bom Retiro), com o objetivo de acelerar o processo de internação involuntária ou compulsória de usuários de *crack*. De acordo com a proposta, o usuário, ao chegar ao CRATOD, seria avaliado por uma equipe médica que indicaria ou não a necessidade de internação. Caso o parecer fosse favorável, e o usuário se recusasse a ser internado voluntariamente, terceiros (geralmente familiares) poderiam solicitar a internação involuntária. Nesse caso, o serviço de saúde deveria informar em até 72 horas ao Ministério Público a internação e os motivos que teriam justificado a medida.

Se na avaliação médica fosse considerado que o usuário correria risco de vida ou que não

teria mais domínio sobre sua condição física e psicológica, poderia ser encaminhada a solicitação de internação compulsória, através de pedido de promotores do Ministério Público ao Judiciário. Caso a determinação judicial fosse favorável, os representantes do poder judiciário de plantão no CRATOD poderiam determinar a internação imediata do usuário. Para o cumprimento da determinação, o SAMU, policiais e guardas civis poderiam ser acionados.

Os mecanismos de internação involuntária e compulsória estão previstos na Lei da Reforma Psiquiátrica, nº 10.216, de 6 de abril de 2001, que é explícita sobre a condição para que eles possam ser acionados: “A internação, em qualquer de suas modalidades, só será indicada quando os recursos extra-hospitalares se mostrarem insuficientes” (artigo 4º). A novidade que estaria sendo posta em prática com a medida do Governo do Estado de São Paulo seria o plantão judiciário, para que solicitações de internação compulsória fossem mais rapidamente encaminhadas e resolvidas pelo Judiciário.

Diversas críticas contra essa medida foram feitas por movimentos sociais e especialistas, que alegaram ser mais uma forma de higienização social e que violaria tanto o direito de ir e vir do sujeito, quanto o direito a ser atendido de forma digna, humana e respeitosa pelos serviços de saúde e assistência social já existentes. O receio desses atores era que esse plantão se tornasse um verdadeiro “centro de triagem para a expedição 'fast food' de pedidos de internação compulsória”¹⁴⁶. Ou seja, que não se respeitasse a condição para o acionamento desse dispositivo, qual seja, quando todos os recursos extra-hospitalares se mostrassem insuficientes.

Uma hipótese a ser perscrutada sobre o novo expediente de plantão judiciário para acelerar os processos de internação compulsória (ou involuntária) é que gira em torno dela todo o campo de conflito que foi brevemente descrito no capítulo 3, com diversos discursos, saberes científicos, instituições e proposições morais – o que sugere que ela poderia ser pensada como um *dispositivo*, nos termos de Foucault¹⁴⁷. Mobilizando saberes médicos e a figura jurídica do juiz e da lei, a

---

¹⁴⁶ Cf. < <http://coletivodar.org/2013/01/segunda-21-movimentos-sociais-organizam-vigilia-contrainternacao-compulsoria-na-cracolandia/>>, acesso em 24/08/2014. No dia 21 de janeiro, foi organizado um ato-vigília contra a internação compulsória em frente ao CRATOD. Vídeos sobre o ato estão disponíveis no link: < <http://coletivodar.org/2013/01/seu-jornal-da-tvt-movimentos-sociais-protestam-contrainternacao-compulsoria-em-sp/>>, acesso em 24/01/2014.

¹⁴⁷ “[...] em primeiro lugar, um conjunto decididamente heterogêneo que engloba discursos, instituições, organizações arquitetônicas, decisões regulamentares, leis, medidas administrativas, enunciados científicos, proposições filosóficas, morais filantrópicas. Em suma, o dito e o não dito são os elementos do dispositivo. O dispositivo é a rede que se pode estabelecer entre estes elementos. Em segundo lugar, gostaria de demarcar a natureza da relação que pode existir entre esses elementos heterogêneos. Sendo assim, tal discurso pode aparecer como programa de uma instituição ou, ao contrário, como elemento que permite justificar e mascarar uma prática que permanece muda; pode ainda funcionar como reinterpretação desta prática, dando-lhe acesso a um novo campo de racionalidade. Em suma, entre estes elementos, discursos ou não, existe um tipo de jogo, ou seja, mudanças de posição, modificações de funções, que também podem ser muito diferentes. Em terceiro lugar, entendo dispositivo como um tipo de formação que, em determinado momento histórico, teve como função principal responder a uma urgência. O dispositivo tem, portanto, uma função estratégica dominante.” (Foucault, 2009 [1979], p. 244).

proposta do governo do estado de implementar um processo mais célere para a internação poderia ser tida, então, como um dispositivo com vistas a retirar de circulação e segregar os usuários de *crack* que frequentam as ruas da “cracolândia”, população considerada “de risco” e que demandaria uma resposta urgente. Nos termos da hipótese levantada por Telles et al (2013, p. 4-5), no dispositivo de internação compulsória de usuários de *crack*, bem como em outras medidas postas em prática recentemente, como o “toque de recolher” para menores de 18 anos após certo horário da noite, as “operações policiais de combate à evasão escolar” etc.:

[...] é possível identificar práticas que acionam e se amparam em normativas jurídicas, dispositivos jurídico-institucionais, construções político-administrativas que operam em situações e contextos determinados. Em cada qual, há uma mecânica jurídico-institucional que é preciso averiguar, pois é nelas, nas ‘minúcias institucionais’, como alertam Machado e Rodrigues (2009), que vão se instaurando dispositivos de exceção – exceção que se torna regra – que desativam prerrogativas legais, garantias e direitos. É o que estamos chamando de gambiarras jurídicas. (p. 4-5)

O caso do plantão judiciário no CRATOD para a internação de usuários de *crack* parece ser exemplar nesse sentido: o que seria a última das formas para lidar com o usuário de drogas, após todas as medidas extra-hospitalares, como previsto na Lei da Reforma Psiquiátrica, passou a ser prática promovida, ou pelo menos facilitada, pelo governo do estado. As prerrogativas contidas na Lei de Drogas (nº 11.343 de 2006) - que tem como princípios, segundo seu artigo 4º, o respeito aos direitos fundamentais da pessoa humana, especialmente quanto à sua autonomia e à sua liberdade, e a integração das ações relacionadas à prevenção do uso indevido de drogas com a atenção e reinserção social de usuários e dependentes – foram interpretadas de uma forma peculiar pelo governo do estado ao propor o plantão. Tal leitura remete à discussão apresentada no capítulo anterior sobre as disputas pelos direitos que devem prevalecer quando se trata o “problema da crackolândia”: o direito à saúde – que, por um lado, prevê atenção e cuidado ao usuário de drogas e, por outro, pode acionar as ideias de urgência e de dever do Estado em intervir junto a eles, ainda que contra suas vontades - ou o direito de ir, vir e permanecer dos usuários, em conflito com o direito de circulação da “população de bem”.

Ainda em 2013, o Governo do estado lançou o programa oficial para o tratamento de dependentes químicos, especialmente direcionado para os usuários de *crack* da região da “cracolândia” - o programa Recomeço, coordenado pelo médico Ronaldo Laranjeira. O programa tem como proposta central a oferta de tratamento aos usuários de *crack*, através de três principais frentes de atuação: oferta de auxílio financeiro aos familiares de usuários para o custeio do tratamento, aumento de leitos de internação e construção de hospitais especializados em dependência química, e ampliação de vagas de tratamento por meio de convênios com comunidades terapêuticas e moradias assistidas. Trata-se de um programa que tem como princípio de tratamento

da dependência química a exigência da abstinência e a medicalização, concebendo o usuário de drogas principalmente como doente que precisa de tutela¹⁴⁸ e, se preciso, de internação.

Apesar do programa não se direcionar apenas aos usuários da “cracolândia”, é no seu entorno que o Recomeço tem suas referências territoriais: o CRATOD, o hospital do programa, e a tenda – os dois últimos localizados atualmente na Rua Helvétia, bem próximos ao *fluxo*¹⁴⁹ de usuários de *crack*. A tenda do programa é o local de referência dos agentes de rua, que têm como atribuição abordar os usuários nas cenas de uso e motivá-los à procurar tratamento. Após a abordagem, o usuário é encaminhado para o processo de triagem, feito ali mesmo na tenda, por enfermeiros do programa. Na triagem, decide-se se a pessoa deve ser encaminhada para internação ou não. Caso na primeira avaliação se constate que o usuário precisa de internação, ele é encaminhado ao CRATOD, onde passará por nova avaliação, agora por um médico, para atestar ou não seu estado de dependência química. A depender da avaliação médica, a pessoa pode ser encaminhada para diferentes serviços de tratamento – desde acompanhamento em CAPS-AD, permanência no CRATOD para observação por até 48 horas, até internações de curta e longa duração.

Nesse processo, o CRATOD, que já existia antes do programa Recomeço, passou por muitas reconfigurações. Em visita feita durante o trabalho de campo ao local, fomos guiadas por um dos funcionários, Ricardo¹⁵⁰, que trabalha no local há 10 anos e nos explicou de forma detalhada como o equipamento mudou com a chegada do programa estadual. Segundo ele, o CRATOD antes era uma espécie de CAPS-AD de referência no tratamento de diferentes dependências químicas, mas principalmente de álcool e tabaco. Antes do Recomeço, o local oferecia uma vasta gama de atividades e oficinas terapêuticas, e atendia em torno de 6 a 7 mil pacientes, número que permitia a criação de vínculos mais estreitos entre seus usuários e os funcionários. Com a chegada do programa do governo do estado, o equipamento chegou a atender 24 mil pessoas, e o prédio, que antes reservava dois de seus andares para atividades terapêuticas, destinou e ampliou um deles inteiramente para triagem e observação para encaminhamentos de internação.

No início de 2013, o prédio foi reformado para ter mais leitos (diga-se de passagem, o que se considera como número de leitos é a quantidade de macas que hoje estão disponíveis no prédio). Foi construída uma sala de triagem, onde se centralizam todas as demandas por internação, e uma sala de observação, vigiada por um segurança, onde os usuários permanecem antes de ser encaminhados

---

¹⁴⁸ No site do Programa Recomeço, está disponível um curso online gratuito apresentado por Laranjeira, que tem como objetivo “auxiliar os pais que querem alertar os filhos sobre os males causados pelo uso de cigarro, álcool, crack e outras drogas”. São 9 aulas que orientam os pais sobre como ensinar o filho “a dizer não às drogas”, a conversar com eles sobre os seus “malefícios”, a entender porque os adolescentes usam drogas “mesmo sabendo que elas fazem mal”, como saber se o seu filho está usando drogas, e o que fazer se ele resistir e não largar esse consumo. Os vídeos estão disponíveis no link: <<http://programarecomeco.sp.gov.br/cursos/>>.

¹⁴⁹ Termo utilizado para designar a concentração de pessoas para consumir e vender *crack* na região da “cracolândia”.

¹⁵⁰ Nome fictício.

para as comunidades terapêuticas ou clínicas conveniadas ao programa. Nesta sala, homens e mulheres são mantidos em alas diferentes, todos com uniformes brancos, e caso necessário, permanecem em uma sala de isolamento (como quando estão em crise de abstinência ou com suspeita de tuberculose). Além dessas duas salas, foi destinado também no prédio um espaço para o plantão judiciário. Neste espaço há uma sala separada para o juiz (que atende das 9h às 13h), e outras duas salas para um representante da Defensoria Pública, da OAB, da assistência social e um psicólogo.

Ainda que o grande incentivo para a inauguração do programa Recomeço fosse a intervenção junto aos usuários de *crack* da “cracolândia”, o CRATOD passou a receber uma demanda muito grande de usuários de todo o estado e até de estado vizinhos, como Minas Gerais, Espírito Santo e Paraná. Quando notou-se que os usuários de *crack* do bairro da Luz não estavam frequentando o equipamento como esperado, o governo do estado criou a equipe de rua, montou a tenda e reformou um prédio na Rua Helvétia para alocar o Hospital do Recomeço. Como pudemos observar em campo, este equipamento, bem como a tenda, são pouco utilizados pelos usuários de *crack*, que os visitam principalmente para poderem tomar banho, fazer a barba e cortar o cabelo.

O hospital, mesmo já tendo sido inaugurado, ainda está em obras para a construção de mais leitos para internação e quartos para moradia assistida. As obras geraram também bastante polêmica: a concorrência pública aberta para a reforma, que previa a oferta de R\$ 114 milhões no período de 5 anos para gerir o hospital, foi ganha pela Associação Paulista para o Desenvolvimento da Medicina, coordenado por Ronaldo Laranjeira. Como Laranjeira também é coordenador do programa de combate às drogas pela Secretaria Estadual de Saúde, surgiu a suspeita de conflito de interesses na contratação desse serviço, que foi averiguada pelo Ministério Público Estadual. Após a instauração de inquérito e proposição de uma ação civil pública, em julho de 2014, contra a referida secretaria, a Justiça concedeu liminar suspendendo o contrato do hospital.

O que a polêmica sobre as obras do hospital indica é que os embates sobre a “epidemia do *crack*” e mais especificamente o “problema da cracolândia”, muito além de mobilizar diferentes opiniões de especialistas do campo da saúde, mobiliza também redes sociotécnicas, atores e instituições com diversos interesses de mercado em torno do tratamento da dependência química, e indica também como o Estado vai promovendo esse mercado. Nesse sentido, o promotor Eduardo Valério vê com ressalvas o programa do governo do estado, e mais especificamente os seus convênios com as comunidades terapêuticas. Segundo ele, muitas dessas comunidades não estão alinhadas com as propostas de tratamento à dependência química preconizadas pelo SUS, tendo como único projeto terapêutico, em muitos casos, apenas a laborterapia, ou referências religiosas. Além disso, ainda há denúncias, que são investigadas pelo Conselho Regional de Psicologia de São Paulo e pela Defensoria Pública estadual, de violações aos direitos dos usuários lá internados, além

da ausência de condições de infraestrutura para receber essas pessoas, maus tratos, tortura e manutenção de pessoas internadas contra sua vontade, de forma ilegal¹⁵¹.

Ricardo, funcionário do CRATOD que já atendeu diversos usuários vindos dessas comunidades, também tem críticas a esse modelo de intervenção do governo do estado. Ele afirma que o tratamento oferecido nas Comunidades Terapêuticas (CTs) se confunde entre laborterapia e uso da mão de obra dos internos para a própria manutenção ou ampliação da comunidade para receber mais pessoas. Ricardo conta sobre um paciente dele que estava construindo uma caixa d'água para outro setor da comunidade onde estava internado, que receberia outros dependentes, sem receber nada pelo trabalho – quem recebia, na verdade, eram as próprias comunidades: R\$1.300,00 do governo estadual por cada novo interno.

Ricardo lembra também que muitas dessas comunidades não contam com médicos ou com uma infraestrutura que possa dar conta de situações como surtos ou síndromes de abstinência dos dependentes. Quando isso ocorre, as CTs acabam acionando um serviço público. Assim, além de receber recursos públicos, se utilizam de seus equipamentos quando necessário. Nesse sentido, segundo o promotor Eduardo Valério, essa política é problemática por não favorecer o fortalecimento do SUS, ao incentivar o desenvolvimento de uma rede privada paralela através dos convênios com o poder público. Portanto, na perspectiva daqueles que se posicionam contra as duas propostas do governo do estado - o plantão judiciário para internação e o programa Recomeço – o que se observa é o acionamento da perspectiva do campo da saúde que defende determinadas formas de se considerar e tratar o usuário de *crack*, e para isso mobiliza uma ampla rede de serviços privados e outros mercados em torno do tratamento de dependentes químicos, promovidos em nome da “urgência” da epidemia do *crack*.

O ônibus de vigilância do programa "*Crack*, é possível vencer"

Para além do campo da saúde, novidades também surgem na gestão securitária que se faz da “cracolândia”. Em outubro de 2013, a cidade de São Paulo passou a contar com cinco ônibus de videomonitoramento oferecidos pelo governo federal - no escopo do programa *Crack, é possível vencer* - que têm capacidade para monitorar 26 câmeras, sendo sete fixas, duas internas, cinco do lado de fora e 19 móveis instaladas em uma área de até três quilômetros. O sistema de videomonitoramento urbano, tal como definido pelo programa, é “*uma ferramenta inédita de combate às drogas, que permite o acompanhamento de delitos e atos criminosos, e que proporcionará ações de caráter social, assistencial, preventivo e investigativo, [trazendo] um*

---

¹⁵¹Cf. <<http://www.defensoria.sp.gov.br/dpesp/Conteudos/Noticias/NoticiaMostra.aspx?idItem=59362&idPagina=3086>> . Acesso em 20/12/2015.

avanço tecnológico sem precedentes nas áreas de segurança, saúde e educação."¹⁵²

Um desses ônibus foi alocado especialmente para a região da “cracolândia”. O equipamento funciona como uma base itinerante, onde guardas civis operam o sistema de câmeras tanto para monitorar ações criminosas, quanto usuários de *crack*, segundo eles para acionar os órgãos de assistência e saúde que possam encaminhá-los aos respectivos serviços. Segundo o Ministério da Justiça, a proposta do uso desse equipamento visaria a mudar a forma de combate ao tráfico de drogas local, deixando de lado as grandes operações e priorizando ações policiais pontuais através da identificação de traficantes por meio das câmeras¹⁵³. Isso porque, segundo a secretária nacional de segurança pública, Regina Miki, “*tudo o que foi feito até agora não deu certo. Então resolvemos mudar. Não quero mais essa história de policial interferindo na cena.*”¹⁵⁴

Foto 4: Ônibus de videomonitoramento do programa *Crack*, *é possível vencer*, na Alameda Cleveland e na Praça Da Sé

Fontes: Insight Crime¹⁵⁵ e jornal *Folha de São Paulo*¹⁵⁶

Se não é possível dizer que houve uma mudança substancial na forma como policiais e guardas civis metropolitanos lidam com os usuários de *crack*, já que no dia a dia relatos de abusos continuam a acontecer, ao menos mudanças nas formas de organizar o *fluxo* e a circulação dos usuários de *crack* puderam ser identificadas, se comparados os modos como essa gestão ocorre hoje e como ela aconteceu durante a operação policial de 2012.

¹⁵² Cf. <https://www.youtube.com/watch?v=-vuJq0Wo0_o>, acesso em 30/06/2014.

¹⁵³ Cf. <<http://www1.folha.uol.com.br/cotidiano/2013/04/1268322-cracolandias-de-sp-e-rio-vaio-ser-vigiadas-por-220-cameras.shtml>>. Acesso em 28/08/2014.

¹⁵⁴ Idem.

¹⁵⁵ Disponível no link: <<http://www.insightcrime.org/news-analysis/the-changing-face-sao-paulos-crackland>> Acesso em 21/08/2014.

¹⁵⁶ Disponível no link: <http://www1.folha.uol.com.br/cotidiano/2013/10/1354585-prefeitura-usa-onibus-big-brother-para-espantar-moradores-de-rua-em-sp.shtml>. Acesso em 21/08/2014.

Ao longo da "Operação Sufoco", e nas demais intervenções que a “cracolândia” sofre diariamente por parte da Polícia Militar e da Guarda Civil, é constante a tônica da necessidade de liberar a circulação daquela região para o trânsito de carros e pessoas. Utilizando-se de balas de borracha e bombas de “efeito moral”, tal como ocorreu durante a "Operação Sufoco", ou de viaturas rondando a região, como ocorre de forma mais cotidiana, a ordem é a de que usuários não devem permanecer nas ruas impedindo o fluxo, e o imperativo é de fazê-los circular constantemente. Como bem argumenta Rui (idem, p. 231), o que há de comum em ambas as formas de ação das forças de segurança é o foco no “*problema político do controle da circulação*”.

No caso específico da "Operação Sufoco", havia ainda a ideia de que a dispersão dos usuários poderia facilitar o trabalho de apreensão de traficantes que atuam na região, já que estes poderiam ser mais facilmente identificados pela polícia nos pequenos grupos e em transações com os usuários isolados. Além disso, a dispersão ajudaria nas abordagens da assistência e saúde, porque assim dispersos, sem a proteção do *fluxo*, estariam mais propensos a aceitarem tratamento¹⁵⁷. Ademais, o fato de se pulverizar a concentração de usuários teria o efeito, ao menos momentaneamente, de desterritorializar e tirar a visibilidade do fenômeno da “cracolândia”, o que já seria de grande valia para o poder público frente às fortes críticas que vinha sofrendo com a questão. Tal como presente na fala das autoridades policiais na época, mais do que acabar com o tráfico e o consumo de drogas, a ideia era evitar que surgissem novas concentrações de usuários na região e, assim, tornar possível “devolver” esse espaço à cidade e à circulação.

Porém, a dispersão dos usuários, ao invés de pulverizá-los e torná-los invisíveis no espaço urbano, trouxe sua presença e visibilidade para locais que antes lhes eram interditados e que não conviviam com essa população considerada “indesejada”. A partir de então, em um movimento contrário, a polícia passa a reprimir a dispersão dos usuários (inclusive com a ajuda de denúncias de moradores dos bairros vizinhos) buscando cercear e restringir sua circulação a um perímetro considerado aceitável: o perímetro em que historicamente a “cracolândia” circulou, tal como descrito por Frúgoli e Spaggiari (2010). Assim concentrados, a polícia poderia monitorá-los e controlá-los de perto.

Meses após a operação, foi este o esforço feito por policiais e guardas civis metropolitanos: eliminar as “novas cracolândias” que surgiram com a dispersão dos usuários após a "Operação Sufoco" para poder controlar sua circulação pelas ruas do bairro da Luz¹⁵⁸. Foi nessa época em que

---

¹⁵⁷ Cf., por exemplo, <<http://www1.folha.uol.com.br/fsp/poder/20085-um-passo-na-cracolandia.shtml>>. Acesso em 30/06/2014.

¹⁵⁸ Como bem observa Rui (2012, p. 200), essa tática de cerceamento não costuma ser admitida pelas autoridades policiais, que tratam a concentração dos usuários como uma organização espontânea deles. Durante a "Operação Sufoco", quando notícias de jornais “denunciavam” o retorno da "cracolândia", a Polícia Militar alegou que não interviria mais nas aglomerações (ou seja, não mais as dispersariam), porque “não havia tanto trânsito de veículos no local, o que não exigia intervenção urgente para o desbloqueio [de ruas interditadas pelos usuários]”. Cf. <

o ônibus de videomonitoramento veio somar-se ao esforço de vigilância e monitoramento do *fluxo* da “cracolândia”. Após a fixação do ônibus na Alameda Cleveland, policiais e guardas civis têm mantido os usuários concentrados apenas na Rua Helvétia e na Alameda Dino Bueno, dentro do perímetro de rastreamento das câmeras do ôni­bu. Mais tarde, este equipamento foi incorporado ao programa municipal De Braços Abertos.

O programa De Braços Abertos

A mais recente intervenção do poder público na “cracolândia” é o programa municipal De Braços Abertos. Este programa foi lançado pelo atual prefeito Fernando Haddad em janeiro de 2014, com uma proposta no mínimo inovadora de lidar com a questão do consumo de *crack* nas ruas do bairro da Luz, se comparada com o que historicamente vem sendo implementado na região. Para Rui¹⁵⁹, é tendo como contraste a “Operação Sufoco” que se pode entender o novo programa de Haddad, que, vale lembrar, é de partido de oposição ao governador Geraldo Alckmin, em cuja gestão foram postos em prática a “Operação Sufoco”, o plantão judiciário para internação compulsória e o programa Recomeço.

Ao longo desta pesquisa, foi possível observar o desenvolver do programa e acompanhá-lo mais de perto. Detenho-me um pouco mais na descrição de seu desenrolar nesses quase dois anos de implementação para tentar elucidar como ele vem gerindo o território da “cracolândia”, tendo em vista o contexto em que nasceu, de críticas às operações policiais tais como a “Operação Sufoco”, mas também como ele foi acionando todo um aparato securitário e renovando as disputas que a operação de 2012 ensejou sobre como regular aquele espaço e aquela população.

O programa municipal nasceu frente a uma “urgência” que vinha se desenhando na “cracolândia”: em dezembro de 2013: usuários e pessoas em situação de rua começaram a construir barracos em torno do terreno da antiga rodoviária do bairro da Luz, o que logo passou a ser pauta nos jornais de grande circulação como “a favela da crackolândia”¹⁶⁰. O prefeito e a equipe da Secretaria Municipal de Assistência e Desenvolvimento Social, então, teriam conversado com as pessoas que estavam nesses barracos, questionando-os sobre o que queriam para deixá-los. Segundo Luciana Temer¹⁶¹, secretária da referida pasta, eles teriam respondido que queriam um lugar para morar e trabalho. A partir dessa demanda teria sido pensado o programa De Braços Abertos.

Cerca de 300 pessoas que estavam nos barracos foram cadastradas por agentes municipais da

---

<http://sao-paulo.estadao.com.br/noticias/geral,desgaste-faz-policia-liberar-volta-da-cracolandia-a-50-metros-da-original-imp-822048>>, acesso em 30/06/ 2014.

¹⁵⁹ Fala proferida no seminário promovido pelo grupo de estudos do professor Paulo Arantes, em 23 de abril de 2014.

¹⁶⁰ Cf., por exemplo, <<http://g1.globo.com/sao-paulo/noticia/2013/12/nova-favela-comeca-surgir-em-calcadas-de-ruas-no-centro-de-sp.html>>; <<http://vejasp.abril.com.br/materia/favelinha-no-centro-cracolandia>>. Acesso em 30/08/2014.

¹⁶¹ Fala proferida no seminário “Integração de Competências no Desempenho da Atividade Jurídica com Usuários e Dependentes de Drogas”, promovido pela Faculdade de Direito da USP no dia 05 de maio de 2014.

assistência e da saúde e convidadas a participar do programa: em troca de desmontarem seus barracos, seriam alojadas em quartos de hotéis da região, que foram conveniados pelo programa em troca do perdão de dívidas e irregularidades pendentes com a Prefeitura. Além do alojamento, seriam oferecidas aos usuários cadastrados três refeições diárias gratuitas e a “oportunidade” de trabalharem no auxílio da limpeza das ruas da região, recebendo em troca R\$ 15 por quatro horas trabalhadas por dia. Seria oferecido também o acompanhamento de agentes de saúde para tratamento da dependência química para aqueles que assim o desejassem, mas sem exigir a abstinência do participante do programa¹⁶². As condições impostas pelo programa seriam que o beneficiado, mesmo que não optasse pelo trabalho na limpeza, frequentasse a tenda do De Braços Abertos, localizada na Rua Helvétia, mantendo o vínculo com o programa, e que aqueles que trabalhassem não consumissem a droga com o uniforme do programa no *fluxo* da “cracolândia”.

A repercussão que o programa teve foi enorme, e mesmo com a desconfiança inicial que se teve em relação a sua eficácia e duração (alegando principalmente que o programa duraria apenas até a Copa do Mundo, prazo previsto no seu lançamento), meses depois passou a ser celebrado como uma mudança de paradigma frente à abordagem usual (securitária ou medicalizante) que se deu à questão do consumo do *crack* na região. Passou inclusive a ser “vitrine” e referência internacional para políticas na área¹⁶³. Em audiências públicas, seminários, análises de especialistas, o De Braços Abertos passou a ser tido como um programa que realmente parecia lidar com a questão do consumo de *crack* como problema social e de forma intersetorial, que demandava ações conjuntas das áreas da saúde, assistência, trabalho e habitação.

No entanto, vale mencionar que a questão da segurança não foi deixada de lado no programa. No decreto municipal que regulamenta o programa (Decreto nº 55.067 de 28 de abril de 2014) está previsto o “*fortalecimento, em articulação com os órgãos estaduais de segurança pública, das ações de inteligência para enfrentamento ao tráfico de drogas*” (art. 2º) e, para isso, ampliou-se maciçamente a presença de guardas civis metropolitanos na região, inclusive com a presença do IOPE, que detalharemos mais adiante. Ainda assim, a forma securitária não seria mais, conforme afirmava contundentemente a Prefeitura no início do programa, a abordagem principal do

---

¹⁶² Essa é uma das características centrais da proposta da redução de danos: de que para lidar com as situações associadas ao uso de drogas, é recomendável trabalhar com baixas exigências ao usuário, tendo como foco o seu bem-estar e qualidade de vida, construindo de forma dialogada com o usuário caminhos possíveis para que ele possa fazer um uso controlado da substância, atentando-se às formas de cuidado de si. Esta perspectiva difere daquela proposta pela linha do programa Recomeço e de toda uma perspectiva tradicional da saúde pública, em que todo consumo de drogas é tido como uma doença (a dependência química) que demanda respostas de saúde voltadas à abstinência total da droga, como a internação e a medicalização. Para detalhes dessa discussão, cf. Arruda, Soares & Adorno, 2013.

¹⁶³ Ver, por exemplo, matéria bastante completa e bem elaborada por Geoffrey Ramsey, para a organização Insight Crimes, disponível no link: <http://www.insightcrime.org/news-analysis/the-changing-face-sao-paulos-crackland>>. Acesso em 30/08/2014. Um evento icônico dessa repercussão do programa De Braços Abertos foi a visita do príncipe Harry, da Inglaterra, à tenda do programa, em junho de 2014.

poder público na região.

O tratamento de saúde, por sua vez, continuaria a ser oferecido, mas não como condição ou exigência para o beneficiado, aproximando-se, assim, da perspectiva da redução de danos como forma de lidar com o consumo de drogas, tendo inclusive baseado-se em programas de outros países que partem desta abordagem¹⁶⁴. No decreto do programa, a primeira das nove diretrizes elencadas faz justamente referência à estratégia de redução de danos: “*atenção à saúde e à reabilitação psicossocial, com políticas de redução de riscos e de danos, de prevenção ao uso, de tratamento e de assistência social destinadas às pessoas em situação de uso abusivo de substâncias psicoativas*” (Art 2º).

Outra interface do programa, tal como descrita em seu decreto, é a questão urbana, estabelecendo que um dos seus objetivos também seria a “*revitalização do espaço urbano e requalificação do espaço público para exercício da cidadania*” (idem). Por fim, um ponto que Haddad por vezes enfatizou ao falar do programa: em seus termos, a proposta do De Braços Abertos seria lidar com os usuários como “*agentes autônomos e com vontades próprias*”, “*sujeitos de sua própria superação*”, e não como “*objetos*” de ações higienistas, violentas e policialescas, nem como passíveis de “*tutela*”¹⁶⁵.

Compreender o De Braços Abertos dentro de um contexto historicamente marcado por medidas como “Operação Sufoco” e internação compulsória é um verdadeiro desafio. Segundo os redutores de danos do É de Lei, foi perceptível a melhoria nas condições dos usuários, pois garantindo direitos mínimos a essa população, tornou-se possível para muitos deles um uso mais controlado da droga, bem como a organização de aspectos básicos de suas vidas: um lugar para guardar seus pertences, tomar banho e se alimentar teria possibilitado inclusive que tivessem acesso a outros direitos, como regularizar documentos e acessar políticas de distribuição de renda, como o Bolsa Família¹⁶⁶. No entanto, alguns pontos de crítica, que ouvimos dos redutores de danos, de trabalhadores da assistência e da saúde e de movimentos sociais ao programa, dão pistas para entender a forma como o programa vem gerindo esse território. Suas críticas são principalmente de três ordens: as condições dos hotéis em que foram alojados os beneficiários; o trato que é dado àqueles não foram absorvidos no programa; e as intervenções nas frentes urbanística e securitária.

Conforme relatos que ouvimos dos beneficiários, bem como em visitas aos hotéis do

---

¹⁶⁴ Cf. <<http://noticias.terra.com.br/brasil/cidades/sp-prefeitura-e-estado-planejam-nova-acao-na-cracolandia,c54c59c571863410VgnVCM3000009af154d0RCRD.html>>. Acesso em 30/08/2014. Para mais informações sobre o programa holandês que teria servido de inspiração para o programa, cf. <http://www.nytimes.com/2013/12/05/world/europe/amsterdam-has-a-deal-for-alcoholics-work-paid-in-beer.html?_r=0>. Acesso em 23/07/2014.

¹⁶⁵ Fala na entrevista dada a Bruno Torturra, realizada no dia 16/05/2014, disponível no link <<https://www.youtube.com/watch?v=aKJwHbK8bKM>>. Acesso em 30/06/2014.

¹⁶⁶ Na fala de uma beneficiada, relatada por Marina Mattar, ela estaria bem melhor nos hotéis: “*só de não ter ‘micky mouse’ me mordendo na hora de dormir, está ótimo!*”.

programa durante o trabalho de campo e algumas notícias da imprensa, as condições de habitação são bastante precárias, e requisitos básicos para a manutenção segura das instalações do prédio não são observados – aspecto que foi, inclusive, objeto de inquérito por parte do Ministério Público pela Promotoria de Habitação¹⁶⁷. Eram condições esperadas considerando que esses hotéis eram mantidos por meio de acordos com o tráfico local e pela prostituição, como eram antes de serem incorporados ao programa, mas não agora, quando se pregava uma mudança de paradigma na abordagem junto aos frequentadores da “cracolândia”. O risco, segundo as críticas, é de que o programa acabe se tornando uma mera “gestão da miséria”. Frente às denúncias feitas pela imprensa sobre as condições dos hotéis, a Prefeitura abriu nova licitação para substituir a ONG que fazia a gestão do programa.

Durante a realização da pesquisa de campo, foi possível ouvir críticas dos beneficiários nesse sentido, mas também sobre as regras que se estabeleciam dentro dos hotéis. Segundo eles, em alguns desses locais não eram permitidas visitas nos quartos, não se podia entrar no hotel depois de certo horário etc. A convivência dentro dos alojamentos por vezes, se tornava conflituosa, não só em função das condições físicas do local e das regras, mas também dos usos que os beneficiários faziam desse espaço. Alguns beneficiários passaram a usar os quartos como depósito de lixo reciclável que recolhiam na rua, outros usavam o *crack* nas dependências do hotel – hábitos esses que causavam bastante incômodo a outros beneficiários, especialmente àqueles que viviam em família e que não eram usuários de drogas. Assim, a presença de pessoas de diferentes perfis nos hotéis, incluindo não usuários, adultos, idosos, crianças, etc., fez com que, por vezes, a convivência entre eles não fosse algo fácil de se gerir. Em função disso, em alguns desses hotéis a gestão ficou a cargo dos chamados “disciplinas”, pessoas que ficaram responsáveis pelo controle e manutenção da ordem nesses espaços, em função da experiência pregressa que tiveram com as regras impostas nos presídios, com as quais conviveram enquanto estiveram presos.

A diversidade do perfil de beneficiários, aliás, é outro ponto de tensão do programa. Ele nasceu da retirada das pessoas que estavam nos barracos localizados na Rua Helvétia, dos quais nem todos eram habitados por usuários de *crack*, mas por pessoas que estavam em situação de rua apenas. Assim, o programa, apesar de seu objetivo oficial de “*promover a reabilitação psicossocial de pessoal em situação de vulnerabilidade social e uso abusivo de substâncias psicoativas*” (art. 1 do referido decreto) através de intervenções múltiplas, dentre elas hospedagem, acabou por absorver uma população não usuária de *crack*, demandante de políticas de habitação e assistência social. Por

---

¹⁶⁷ Cf. <<http://veja.abril.com.br/noticia/brasil/hoteis-da-cracolandia-o-retrato-de-um-programa-que-nao-deu-certo>>. Diversas matérias de jornal e revistas foram feitas para fazer a “denúncia” dessas condições. Cf., por exemplo, <<http://veja.abril.com.br/noticia/brasil/criancas-vivem-sitiadas-em-hoteis-da-cracolandia>>; <<http://noticias.band.uol.com.br/cafe-com-jornal/video/15190304/criancas-vivem-isoladas-em-quarto-na-cracolandia.html>>; <<http://veja.abril.com.br/noticia/brasil/hoteis-da-cracolandia-o-retrato-de-um-programa-que-nao-deu-certo>>.

outro lado, deixou de fora, no *fluxo*, muitas pessoas marcadas pelo uso abusivo e relação problemática com o *crack*. Ou seja, ainda que celebrado por ser uma proposta inovadora para lidar com a questão da “cracolândia”, o De Braços Abertos logo passou a ser criticado por não ter “resolvido” o problema, mais especificamente, por não ter eliminado a cena de uso das ruas do bairro da Luz.

Para lidar com o contingente que permanecia fora do programa, o primeiro expediente acionado pela Prefeitura foi, novamente, o cerceamento, porém agora em um dos seus momentos mais icônicos, e também mais polêmicos: a instalação, em maio de 2014, de um gradil de metal cercando a esquina da Alameda Cleveland com a Rua Helvétia, de forma que os usuários permanecessem dentro daquele perímetro. As críticas, tanto da imprensa quanto de movimentos sociais, foram ferrenhas, e Haddad procurou (ou teve que) se explicar.

Segundo ele¹⁶⁸, estariam acontecendo supostos crimes no centro e os “*criminosos*” se aproveitariam do fluxo de usuários para se esconder da polícia. Esses “*criminosos*” não seriam, de acordo com o prefeito, “*dependentes*”, nem estariam no programa, “*mas se valiam daquela instabilidade territorial para se proteger e cometer crimes dos mais hediondos*”. Além disso, a prefeitura estaria recebendo diversas reclamações de moradores da região de que eles não conseguiam circular livremente pelas ruas do bairro por causa da presença dos usuários. Então, ter-se-ia decidido, em conversa com os usuários (de acordo com Haddad) que seria preciso protegê-los, para evitar problemas com esses “*criminosos*” que se aproveitariam da concentração dos usuários, bem como para garantir o direito de todos de ir e vir. Foi então que Haddad lançou a seguinte explicação: “*a cerca é um mero expediente para organizar o território*”, uma forma de proteger tanto essas pessoas, evitando que elas “*fossem confundidas com bandidos*”, quanto o próprio programa, de modo a salvaguardá-lo “*do que acontece na Luz, e que não tem a ver com o crack, com a população de rua, mas sim com a cidade, com o que acontece no centro rotineiramente*” - ou seja, os crimes e ilegalismos característicos desse território.

---

¹⁶⁸ Entrevista que o próprio prefeito teria solicitado ao jornalista Bruno Torturra, realizada no dia 16/05/2014, disponível no link < <https://www.youtube.com/watch?v=aKJwHbK8bKM> >. Acesso em 30/06/2014.

Foto 5: Cercado de metal instalado na região na esquina da Alameda Cleveland com a Rua Helvétia, em 14/05/2014.

Fonte: Jornal Folha de São Paulo¹⁶⁹ e SPTV¹⁷⁰

Nesse momento, portanto, parece que a concepção da Prefeitura sobre o *fluxo* é de que ele seria composto por usuários que precisariam ser protegidos contra a ação de “criminosos” e que seriam demandantes de cuidados, a serem oferecidos quando o programa De Braços Abertos ampliasse sua capacidade de atendimento. A cerca, portanto, seria apenas um expediente físico que isolaria e filtraria essas pessoas dos “criminosos”, ou melhor, dos outros circuitos e ilegalismos que caracterizam o centro de São Paulo.

Em poucos dias, depois da polêmica em torno das cercas, elas foram retiradas. No entanto, tal construção sobre o *fluxo*, composto por usuários que precisariam ser protegidos, mas também “infiltrado” por criminosos e traficantes que visariam “prejudicar” o cuidado que a Prefeitura estaria oferecendo aos dependentes químicos, foi se acirrando com o passar do tempo, quando a “cracolândia” teria passado a contar com cada vez mais pessoas¹⁷¹. Ainda que a Prefeitura

¹⁶⁹ Disponível no link: <<http://www1.folha.uol.com.br/cotidiano/2014/05/1454065-prefeitura-faz-cercadinho-para-usuarios-de-crack-no-centro-de-sp.shtml>>. Acesso em 21/08/2014.

¹⁷⁰ Vídeo da matéria disponível no link: <<http://g1.globo.com/sao-paulo/noticia/2014/05/prefeitura-instala-cercadinho-na-cracolandia-para-tirar-usuarios.html>>. Acesso em 21/08/2014.

¹⁷¹ Cf. <<http://www1.folha.uol.com.br/cotidiano/2014/11/1550814-apesar-de-programas-cracolandia-volta-a-crescer>>

divulgassem dados sobre a quantidade de beneficiários que entraram no programa e das perspectivas favoráveis no sentido de diminuição do consumo de *crack* por eles¹⁷², denúncias da imprensa de que o consumo e o tráfico continuavam a ocorrer e estariam se fortalecendo na região se multiplicaram, especialmente quando novos barracos foram construídos, a partir do final de 2014, na esquina da Alameda Cleveland com a Rua Helvétia¹⁷³. De acordo com essas denúncias, esses barracos seriam um expediente para que o comércio da droga ocorresse sem ser flagrado pelas câmeras de monitoramento do ônibus do programa “*Crack, é possível vencer*”.

Ainda que não possamos afirmar isso (aliás, não é objeto da pesquisa fazê-lo), notamos que esses barracos eram diferentes daqueles primeiros que foram retirados no início do programa, em janeiro de 2013. Enquanto aquelas foram feitas principalmente de madeirite e tinham estruturas mais fixas, montadas com o auxílio do apoio das grades que circundam o terreno vazio no quarteirão da Alameda Cleveland, os barracos que se montaram ao final de 2014 eram compostos principalmente por lonas estendidas sobre suportes montados em cima de carrinhos de compra, ou com varas. Em alguns casos, inclusive, a estrutura nada mais era que uma carroça com grandes guarda-sóis. Esses barracos, portanto, eram facilmente desmontáveis e permitiam maior mobilidade¹⁷⁴, e o motivo principal disso teria sido a rotina de limpeza que o programa De Braços Abertos instituiu nessa esquina. Todos os dias, por três vezes, um caminhão pipa passa lavando o chão com jatos d'água, e outro, com auxílio da zeladoria urbana e da Guarda Civil Metropolitana, vai recolhendo tudo o que esteja no caminho, inclusive os pertences dos usuários que permanecem nesse espaço.

[no-centro-de-sp.shtml](#)> . Acesso em 21/11/2014. <http://jovempan.uol.com.br/noticias/brasil/sao-paulo/criminalidade-na-regiao-da-cracolandia.html>. Acesso em 08/12/2014.

¹⁷² Cf, por exemplo, <<http://g1.globo.com/sao-paulo/noticia/2015/01/programa-reduz-em-80-total-de-usuarios-na-cracolandia-diz-prefeitura.html>>; <<http://jornalggn.com.br/noticia/um-ano-depois-de-bracos-abertos-reduz-fluxo-na-cracolandia-em-80>>; <http://sao-paulo.estadao.com.br/noticias/geral,prefeitura-de-sp-ve-reducao-em-80-nos-usuarios-da-cracolandia,1622090>.

¹⁷³ Cf. <<http://www1.folha.uol.com.br/cotidiano/2015/03/1608919-policia-acha-heroina-na-cracolandia-favelinha-cresce-e-ja-dobra-esquina.shtml>>; <<http://www1.folha.uol.com.br/cotidiano/2015/03/1608997-crescimento-de-favela-na-cracolandia-faz-prefeitura-adiar-entrega-de-praca.shtml>>. Acesso em 27/03/2015.

¹⁷⁴ Cf. <<http://www1.folha.uol.com.br/cotidiano/2014/12/1560165-com-faxinas-e-guardas-barracos-viram-favela-movel-na-cracolandia.shtml>>. Acesso em 27/03/2015.

Foto 6: Barracos construídos na Rua Helvétia, em dezembro de 2013.

Fonte: Portal de notícias Terra e Band¹⁷⁵

Foto 7: Barracos construídos na Alameda Cleveland, em dezembro de 2014, e limpeza diária feita pela Prefeitura.

¹⁷⁵ Cf. <http://noticias.terra.com.br/brasil/cidades/sp-prefeitura-e-estado-planejam-nova-acao-na-cracolandia,c54c59c571863410VgnVCM3000009af154d0RCRD.html> e <http://noticias.band.uol.com.br/cidades/noticia/100000651737/barracos-na-cracolandia-valem-15-pedras-da-droga.html>. Acesso em 12/06/2015.

Fonte: Jornal Folha de São Paulo¹⁷⁶

Outra explicação para a mobilidade das proteções feitas pelos usuários foi o início das obras de reforma do calçamento da Alameda Cleveland. A reforma, financiada pela seguradora Porto Seguro, em parceria com a Prefeitura, foi feita para a construção de uma praça que, segundo a secretária de assistência social, Luciana Temer, seria destinada não só aos frequentadores do *fluxo*, mas também aos moradores da região¹⁷⁷.

Foto 8: Alameda Cleveland em dezembro de 2014 e a praça parcialmente inaugurada em maio de 2015

Fonte: Portal de notícias UOL¹⁷⁸

Com o aumento do *fluxo* e a chegada dos novos barracos, os governos municipal e estadual passaram a trocar farpas sobre as responsabilidades de cada um no enfrentamento desse problema: Haddad alegava que faltariam policiais militares para fazer a repressão ao tráfico de drogas,

¹⁷⁶ Cf. <<http://www1.folha.uol.com.br/cotidiano/2014/12/1560165-com-faxinas-e-guardas-barracos-viram-favela-movel-na-cracolandia.shtml>>. Acesso em 27/03/2015.

¹⁷⁷ Cf. <<http://cmais.com.br/jornalismo/radar/secretaria-de-sp-construira-praca-para-viciados-da-cracolandia>>; <<http://noticias.band.uol.com.br/cidades/noticia/?id=100000751304&t=>>>. Acesso em 24/05/2015. <<http://tvuol.uol.com.br/video/praca-revitalizada-na-cracolandia-sera-entregue-nos-proximos-dias-04020D183368DCA15326/>>>

¹⁷⁸ Cf. <<http://noticias.band.uol.com.br/cidades/noticia/?id=100000751304&t=>>>. Acesso em 15/06/2015.

atribuição da área de segurança pública do governo do estado, ao passo que a Polícia Militar negava qualquer redução de seu efetivo na região – pelo contrário, afirmou que esse seria o quadrilátero com maior concentração de policiais por metro quadrado do estado¹⁷⁹, alegando, no entanto, que essa seria uma “questão de saúde pública”, portanto, de competência do poder municipal. Ou seja, aquilo que o programa da Prefeitura criticava no nascimento do De Braços Abertos – a abordagem policial na “cracolândia” – passa a ser acionado como forma de justificar a persistência dos usuários e traficantes na região que não pôde sanar, ao passo que o governo do estado se utiliza do argumento que tanto teve de ouvir quando criticado pela “Operação Sufoco”, de que se trataria de uma “questão de saúde pública” e, portanto, de atribuição e responsabilidade da gestão municipal. Mesmo com o embate sobre as responsabilidades de cada governo, prefeitura e governo do estado anunciaram parceria para o combate ao tráfico de drogas. Para tanto, a Guarda Civil Metropolitana iria disponibilizar as imagens do ônibus de videomonitoramento para a Polícia Civil fazer as devidas investigações¹⁸⁰.

O que se observa, então, ao longo da implementação do De Braços Abertos é a construção de um discurso que visa diferenciar os usuários que agora estão sendo tratados pelo programa, dos traficantes que atrapalham no tratamento dos beneficiários, e que estariam inclusive “*se utilizando de violência para a construção dos barracos*”¹⁸¹, nos termos do prefeito Haddad, e por isso precisariam ser combatidos. Ora, discurso este não muito diferente daquele proferido pelo governo do estado ao defender sua atuação durante a “Operação Sufoco” ao longo do processo da ação civil pública, apesar da insistência do poder municipal em diferenciar sua atuação daquela perspectiva repressiva e securitária do poder estadual. No entanto, a diferenciação feita pela Prefeitura entre usuários e traficantes é construída acionando-se a estratégia da redução de danos, ou melhor, em defesa de uma certa política de redução de danos, seria preciso, segundo a administração municipal, fazer o combate ao tráfico de drogas, mas sempre tentando diferenciar esses dois trabalhos – o cuidado e a repressão:

“Esse serviço de inteligência - junto com uma atuação mais próxima da Polícia Militar com a Guarda Civil - irá possibilitar que afastemos o joio do trigo. Ou seja, vamos afastar os traficantes dos dependentes, aqueles que precisam do tratamento”, explicou o secretário. Dessa forma, os órgãos municipais e estaduais de saúde poderão atuar de forma mais efetiva no tratamento dos dependentes químicos. (Secretário estadual de Segurança Pública, Fernando Grella, em comunicado da assessoria

---

¹⁷⁹ Cf. <<http://www1.folha.uol.com.br/cotidiano/2014/11/1550822-haddad-diz-que-faltam-policiais-na-cracolandia-pm-nega-reducao.shtml>>; <<http://www1.folha.uol.com.br/cotidiano/2014/11/1551252-em-rede-social-fernando-haddad-critica-policiamiento-na-cracolandia.shtml>>; <<http://exame.abril.com.br/brasil/noticias/grella-diz-que-policiamiento-na-cracolandia-nao-caiu>>>. Acessos em 21/11/2014.

¹⁸⁰ Cf. <<http://www1.folha.uol.com.br/cotidiano/2015/02/1584988-haddad-e-alckmin-firmam-parceria-para-combater-traffic-na-cracolandia.shtml>>; <<http://g1.globo.com/sao-paulo/noticia/2015/02/prefeitura-de-sp-vai-liberar-imagens-da-cracolandia-para-policia-civil.html>>; <<http://sao-paulo.estadao.com.br/noticias/geral,prefeitura-e-policia-civil-preparam-acao-na-cracolandia,1629461>>. Acesso em 04/02/2015.

¹⁸¹ Cf. <<http://g1.globo.com/sao-paulo/noticia/2014/11/grupo-usa-violencia-para-montar-barracas-na-cracolandia-diz-haddad.html>>>. Acesso em 05/01/2015.

de imprensa da Secretaria de Segurança Pública – 30/01/2014)¹⁸².

Há uma preocupação de diferenciar o trabalho dado ao usuário de drogas e ao traficante. Se o usuário é tratado com dignidade, somos implacáveis em relação ao tráfico. Combater o tráfico de drogas é um dos principais pilares desse programa (Então secretário municipal de Segurança Urbana, Oscar Porto, em comunicado da assessoria de imprensa da Prefeitura – 22/08/2014)¹⁸³.

O trabalho de abordagem dos assistentes sociais será facilitado. “Se o traficante atua com força na região, a abordagem é prejudicada e não conseguimos diminuir o tamanho das barracas. É um ciclo: se acabamos com o tráfico conseguimos tratar mais usuários necessitados.” (Fala de Haddad em reportagem do jornal O Estado de São Paulo – 04/02/2015)¹⁸⁴

Ela [Luciana Temer, secretária municipal de assistência social] diz que, embora o programa Braços Abertos – que dá moradia e R\$ 15 por dia de trabalho aos viciados– tenha “se fortalecido”, o fluxo cresceu em decorrência do aumento do tráfico, que, segundo ela, não vem sendo combatido pela polícia. “Redução de danos no meio do caos fica difícil”. (Luciana Temer, citada em matéria do jornal Folha de São Paulo– 27/03/2015)¹⁸⁵.

A defesa de uma ação enérgica contra o tráfico de drogas, ademais necessária quando em fala para a imprensa, como nos trechos acima, não deixa de ser uma forma de o poder municipal angariar apoio ao seu programa. O tráfico de drogas realmente se tornou o operador que teria incitado outras intervenções do poder municipal nesse território, como a operação de abril de 2015 para a retirada dos barracos que estavam sendo montadas na Alameda Cleveland. Segundo a Prefeitura, essa operação teria sido necessária porque os barracos estavam sendo utilizados para a comercialização do *crack* e, com a presença de traficantes, não seria possível realizar com sucesso uma política de atenção e redução de danos junto aos usuários. Além disso, seria preciso retirar essas construções da Alameda Cleveland, onde seria finalizada a obra de construção da praça. Nos termos do prefeito Haddad:

A política de redução de danos é incompatível com a presença do grande traficante no local. Aquele tráfico feito pelo próprio dependente – que é quase uma distribuição – é uma coisa. Mas nós não estamos falando disso. Quando as barracas se instalam e dão proteção pro tráfico, vem o grande traficante com bandeja de *crack*, com tijolo de *crack*. Essa proteção não é para o usuário, é para o traficante. E isso impede a abordagem dos agentes de saúde e dos assistentes sociais. Desorganiza o território, que é o espaço público privatizado pelo tráfico e impede a ação dos agentes de saúde. (Entrevista oferecida pelo prefeito Fernando Haddad à Revista Vice – 28/05/2015)¹⁸⁶.

Sendo assim, a presença de agentes de segurança, tanto municipais quanto estaduais, seria de suma importância para manter o tráfico afastado da região, e o poder municipal conseguiria efetivar seu trabalho nas esferas da assistência social e da saúde¹⁸⁷ – justificativa esta que também foi usada para a “Operação Sufoco” em 2012 pelo governo do estado - ainda que sempre buscando enfatizar

¹⁸² Cf. <<http://www.ssp.sp.gov.br/noticia/lenoticia.aspx?id=33348>>. Acesso em 30/01/2014.

¹⁸³ Cf. <<http://www.capital.sp.gov.br/portal/noticia/3592>>. Acesso em 22/08/2014.

¹⁸⁴ Cf. <<http://sao-paulo.estadao.com.br/noticias/geral,prefeitura-e-policia-civil-preparam-acao-na-cracolandia,1629461>>. Acesso em 04/02/2015.

¹⁸⁵ Cf. <<http://www1.folha.uol.com.br/cotidiano/2015/03/1608997-crescimento-de-favela-na-cracolandia-faz-prefeitura-adiar-entrega-de-praca.shtml>>. Acesos em 27/03/2015.

¹⁸⁶ Cf. <<http://jornalggn.com.br/noticia/a-pergunta-que-ninguem-faz-e-quem-esta-perdendo-com-o-bracos-abertos>>. Acesso em 28/05/2015.

¹⁸⁷ Cf. <<http://sao-paulo.estadao.com.br/noticias/geral,prefeitura-retira-barracas-da-cracolandia-e-pede-prisao-de-trafficantes,1678369>>. Acesso em 29/04/2015.

que se trataria de uma operação pactuada com os usuários e que não demandaria uma intervenção mais enérgica da Polícia Militar, de forma a se evitar um confronto.

Apesar de a prefeitura buscar manter distância com outras operações feitas pela Polícia Militar, o que se viu no dia da operação era um grande contingente de guardas civis metropolitanos, inclusive da IOPE, e também de funcionários do alto escalão das pastas municipais da assistência social, da saúde, de direitos humanos e da segurança urbana. No início, de fato a retirada dos barracos ocorreu de forma pacífica, e os usuários se deslocaram da Alameda Cleveland para a Alameda Dino Bueno, levando alguns de seus pertences, mas tendo suas barracas e carroças apreendidas.

No entanto, no período da tarde, com a concentração dos usuários na estreita Alameda Dino Bueno, a apreensão das carroças (utilizadas por muitos como instrumento de trabalho para recolher material reciclável), e um tiro disparado em meio aos usuários concentrados nessa rua por um policial à paisana, os ânimos se exaltaram e as forças de segurança deram início, mais uma vez, à cena já conhecida: uso de balas de borracha, gás lacrimogêneo e o avanço das tropas de choque para a dispersão dos usuários. O que parecia ser uma intervenção pactuada e pacífica, ainda que não deixasse de ser conflituosa, passou a ser marcada pelo abuso do uso da força por policiais e guardas civis. Ainda assim, após toda a confusão, Haddad parabenizou publicamente a ação da Guarda Civil Metropolitana na retirada das barracas “que serviam ao tráfico”, por permitir acolher mais usuários no De Braços Abertos, e reorganizar aquele espaço – afirmando que isso se tratava de redução de danos¹⁸⁸. Nos dias após da retirada das barracas, o efetivo de guardas civis foi incrementado consideravelmente, passando de 100 para 250 por dia, alocados para montar um círculo de isolamento no entorno da “cracolândia” e abordar todos que circulassem na região, fazendo revistas pessoais de forma a impedir, segundo a gestão municipal, a chegada de mais drogas e a remontagem das barracas.

Assim como na época da “Operação Sufoco”, diversas críticas foram feitas à intervenção repressiva das forças de segurança, que alguns movimentos sociais viram como mais uma ação higienista, tendo em vista agora a construção da praça e inauguração de um novo teatro, também da Porto Seguro, a poucos metros dali, uma semana após a operação¹⁸⁹. Frente a essas posições, a Prefeitura assim justificou sua ação:

Nenhuma atividade da Prefeitura na região da Luz serve o propósito de beneficiar interesses comerciais ou privados no bairro [fazendo referência à Porto Seguro]. A Prefeitura rejeita veementemente a acusação de “higienização” feita por movimentos sociais não identificados.(...)

---

¹⁸⁸ Cf. <http://www.portalaz.com.br/noticia/geral/333775_haddad_parabeniza_acao_da_gcm_que_tirou_barracas_na_cracolandia.html>; <<http://www1.folha.uol.com.br/cotidiano/2015/04/1623130-haddad-diz-que-acao-na-cracolandia-foi-sucesso-e-havia-acordo-com-viciados.shtml>>. Acesso em 30/04/2015.

¹⁸⁹ Cf. <<http://ponte.org/policia-tenta-esvaziar-cracolandia-em-estreia-de-teatro/>>. Acesso em 24/06/2015.

Informamos que:

O efetivo reforçado da GCM depois da ação pactuada de desmontagem de barracos serviu justamente para evitar que fossem remontados, evitando assim o ressurgimento da ocupação do espaço público e da configuração específica que acarretava em “cobertura” para traficantes; e

A limpeza na região é feita diariamente ou duas vezes por dia desde o início do programa De Braços Abertos. Essa ação é necessária devido ao acúmulo de resíduos sólidos, relacionado à atividade de reciclagem realizada por algumas das pessoas que frequentam a região. Relacionar a ação cotidiana de limpeza à acusação de “higienismo” social é uma distorção de má-fé que só pode ser feita por pessoas desavisadas, desinformadas ou interessadas na manutenção de um status quo de extrema vulnerabilidade, insalubridade e degradação social e humana.¹⁹⁰

Novamente, o que se observa é a tônica da urgência em reprimir o tráfico de drogas, que impediria uma ação de cuidado aos usuários de *crack*, e a “necessidade” de se intervir nesse cenário contra os interesses de pessoas que visariam a “*manutenção do status quo*” e a “*degradação*” daquele território.

No início do programa, em seminário na Faculdade de Direito da USP¹⁹¹, a secretária de assistência social, Luciana Temer, explicou que o combate ao *crack*, na gestão anterior do prefeito Kassab, estava sob coordenação da Secretaria de Segurança Urbana, atuando principalmente a partir da Guarda Civil Metropolitana. A partir do De Braços Abertos, a Secretaria de Saúde teria entrado como carro-chefe para lidar com a questão. No entanto, o que se observou ao longo do tempo foi que a pasta de segurança urbana foi ganhando cada vez mais centralidade no programa, principalmente com o aumento progressivo da presença da Guarda Civil Metropolitana, sob a justificativa de combate ao tráfico de drogas¹⁹². Não por acaso, os dois últimos coordenadores do programa são da área de segurança: o Coronel Renato, ex-policia militar, antes responsável pela segurança do gabinete do prefeito, e Benedito Mariano, ex-secretário de segurança urbana de São Bernardo (gestão Luiz Marinho) e da gestão de Martha Suplicy na cidade de São Paulo, e ouvidor da Polícia Civil durante o governo Mário Covas.

Diversos autores vêm chamando a atenção para o papel renovado que as guardas municipais vêm adquirindo frente à gestão da segurança pública, alertando sobre o caráter notadamente militar que essas forças vêm contraindo, mesmo tendo sido constitucionalmente criadas com a função de ajudar na fiscalização de serviços públicos e para a proteção do patrimônio público (Souza, 2012; Teixeira, 2012; Teixeira & Matsuda, 2012). De acordo com Teixeira (2012, p. 334-5), as guardas municipais foram se constituindo tendo como modelo a militarização das polícias militares, tornando-se verdadeiras forças armadas de caráter repressivo e militarizado. No caso de São Paulo, especificamente, esse processo tem ao menos dois momentos importantes.

---

¹⁹⁰ Cf. *idem*.

¹⁹¹ Seminário “Integração de Competências no Desempenho de Atividade Jurídica com usuários e dependentes de drogas”, no dia 05 de maio de 2014, na Faculdade de Direito da USP.

¹⁹² Cf. <<https://br.noticias.yahoo.com/guardas-civis-bra%C3%A7o-repressivo-cresce-regi%C3%A3o-123000800.html>>. Acesso em 31/08/2015.

O primeiro, como destaca o promotor Alexandre Marcos Pereira, em Ação Civil Pública de julho de 2012¹⁹³, foi a Lei Municipal nº 13.866, de 2004, que atribui, entre outras coisas, o papel de segurança pública à Guarda Civil Metropolitana. De acordo com o artigo 1º dessa lei, a Guarda Civil Metropolitana de São Paulo é o “*principal órgão de execução da política municipal de segurança urbana, de natureza permanente, uniformizada, armada, baseada na hierarquia e disciplina*”, e que tem como atribuições, entre outras, exercer o policiamento preventivo comunitário (inciso I), e atuar de forma articulada com os órgãos municipais de políticas sociais, visando a ações interdisciplinares de segurança no Município, em conformidade com as diretrizes e políticas estabelecidas pela Secretaria Municipal de Segurança Urbana (inciso VII).

Outro marco importante no processo de incorporação pela guarda municipal das atribuições específicas da segurança pública foi o Decreto 50.448 de fevereiro de 2009, aprovado na gestão do prefeito Gilberto Kassab. Segundo Teixeira (2012, p. 335), este decreto alargou ainda mais as atribuições da Guarda Civil, incluindo a “*proteção de pessoas em situação de risco, encaminhando-as e apoiando as ações sociais, em conformidade com os programas e ações integradas*” (art. 2º item 2). O decreto foi um marco importante para o que a autora chama de “*formas de gerir a ordem a partir de programas que visam a intervenção em populações indesejáveis, visando sua remoção do espaço visível da urbe*” (idem, p. 326-7), das quais o caso da atuação da corporação na “cracolândia” é exemplar.

No mesmo decreto, em seu artigo 16, é instaurada a Inspeção de Operações Especiais (IOPE) da Guarda Civil Metropolitana, que tem como função “*apoiar as atividades da Guarda Civil Metropolitana no cumprimento de atribuições diferenciadas que envolvam grandes eventos e situações emergenciais*”. No caso da “cracolândia”, esse agrupamento especial foi utilizado durante a “Operação Sufoco” e está ostensivamente presente atualmente na região, atuando em parceria com o programa De Braços Abertos, na atual gestão do prefeito Fernando Haddad¹⁹⁴.

Durante a referida operação na “cracolândia”, uma denúncia foi feita tanto aos defensores públicos que atuaram durante a operação recolhendo relatos de abusos e violações das polícias, quanto em audiência pública realizada na Assembleia Legislativa de São Paulo em 11 de janeiro de 2012. Clóvis Roberto, representante do sindicato dos Guardas Civis Metropolitanos da cidade de São Paulo relatou na audiência que havia um contrato de gestão firmado entre a guarda municipal e a Secretaria Municipal de Segurança Urbana, desde novembro de 2009 e em vigor na época da

¹⁹³ Trata-se de uma ação movida pela Promotoria de Direitos Humanos da capital contra a Prefeitura de São Paulo referente à atuação violenta e truculenta da Guarda Civil Metropolitana na abordagem de pessoas em situação de rua. Nesta ação, o promotor responsável também comenta a ação truculenta dos guardas municipais durante a “Operação Sufoco”. Documento disponível em: <http://www.mpsp.mp.br/portal/page/portal/noticias/publicacao_noticias/2012/julho_2012/2012%2007%2010%20GCM%20agress%C3%B5es%20morador%20rua.pdf>, acesso em 22/08/2014.

¹⁹⁴ Cf. <http://www.prefeitura.sp.gov.br/cidade/secretarias/seguranca_urbana/guarda_civil/noticias/?p=166432>, acesso em 22/08/2014.

“Operação Sufoco”, em que a corporação se compromete a cumprir determinadas ordens internas, especialmente na área conhecida como “circuito das autoridades”, região central onde há importantes órgãos públicos, mas também grande fluxo de turistas, veículos, e “pessoas em situação de vulnerabilidade”. Na audiência, Clóvis leu o que estava previsto nesta ordem de serviço:

A GCM deverá dispor *de efetivo e meios necessários* para impedir as seguintes situações na praça da Sé [inclui-se aí também a região da Luz]:

1. Pessoas em situação de rua (acampadas, ou deitadas em plantas ou jardins e outros trechos de uso público)
2. Pessoas em situação de rua usando o espelho d'água para lavar roupa, estendendo-as em monumentos, obras de arte, muretas, árvores etc.
3. Pessoas em situação de rua fazendo mendicância com ou sem presença de adolescentes;
4. Comércio irregular ou venda de produtos usados
5. Uso do espaço da praça para guardar bens pessoais, caixas, cobertores, etc.
6. Pessoas usando drogas
7. Depredação do patrimônio público e inclusive ambiental, com pessoas pisando no gramado, monumentos e obras de arte.¹⁹⁵

Clóvis Roberto ressalta que, apesar de o documento não mencionar a permissão aos guardas de utilizarem a força durante a abordagem das pessoas em situação de rua, tal ordem deixa claro que essas metas deveriam ser cumpridas pelos “*meios necessários*” – caso contrário, o guarda poderia ser responsabilizado. Essas são medidas, como ressaltam Teixeira e Matsuda (2012), voltadas à higiene social, “*que promovem a remoção de populações ‘em situações de risco’, ou em ‘situações de vulnerabilidade’ do espaço ‘saudável’ da urbe*”. Talvez o sinal mais explícito do caráter higienizador da atribuição da Guarda Civil Metropolitana em lidar com a “população em situação de risco” tenha sido, segundo a referida ação civil pública contra a guarda municipal paulistana (p. 15), uma ordem escrita dada aos guardas durante a “Operação Sufoco” na “cracolândia”: os guardas civis envolvidos na operação estavam proibidos de pronunciarem as palavras “espalhar” e “limpar” durante entrevistas prestadas aos órgãos de imprensa.

Três anos após a “Operação Sufoco”, o que se viu foi o emprego maciço das forças de segurança municipais, tanto na gestão diária do território da “cracolândia”, quanto para controlar os “distúrbios” que ocorreram durante a operação de retirada dos barracos que foram construídos pelos usuários, com vistas a “garantir” o tratamento e a eficácia da proposta do programa da Prefeitura De Braços Abertos. Sendo assim, ainda que com uma proposta diferente de abordagem da questão do *crack*, com estratégias de redução de danos, com um discurso de promoção da autonomia no lugar da tutela dos usuários, e fazendo críticas ao trato securitário da questão das drogas ilícitas de gestões anteriores, ainda se observa nesse território uma gestão com fortes traços securitários, e que defende a atuação repressiva da polícia, em conjunto com a Guarda Civil Metropolitana, para dar conta da criminalidade que lá se instala e que não permitiria o efetivo cuidado aos beneficiários do programa.

---

¹⁹⁵ O depoimento de Clóvis está disponível no link: <<https://www.youtube.com/watch?v=1h5-h2f6aJ8&feature=youtu.be>>. Acesso em 24/07/2014.

Portanto, mais do que à distância ou em contraposição, a gestão securitária desse território parece fazer parte do *modus operandi* do De Braços Abertos. Isso porque, nos termos da secretária Luciana Temer, “há um limite tênue entre redução de danos e a segurança. É preciso de ordem para o programa funcionar, e não o caos.”¹⁹⁶

A partir, então, da demanda de combate ao tráfico de drogas, por um lado, e de “reorganizar” o território e trazer a ordem, por outro, que é possível colocar a questão urbana que está em jogo também nesse programa – apesar de suas diferenças (ou não) com a “Operação Sufoco”. No curso que pude acompanhar, oferecido pelo É de Lei sobre redução de danos, a equipe contou certa vez sobre como algumas estratégias de redução de danos em alguns países acabaram funcionando como uma solução para a gestão dos espaços da cidade. Falando especificamente sobre salas de uso assistido – salas montadas pelo poder público para que pessoas possam fazer uso de substâncias psicoativas, principalmente injetáveis, de forma segura, higiênica e com supervisão de um profissional de saúde, de forma a evitar esse consumo nas ruas – eles comentaram que as salas também acabam gerando uma divisão entre os usuários que estão dentro (que são assistidos e cuidados) e que não mais incomodam as vizinhanças, e os que estão fora, que por não quererem ser cuidados, são considerados traficantes.

Investigando melhor essa questão, de fato foi possível encontrar alguns estudos que problematizam a relação entre estratégias de redução de danos e gestão do espaço urbano e de usuários que permaneciam no espaço público. Ficher et al (2004) analisaram as salas de uso assistido para os usuários de drogas injetáveis em cidades europeias, tendo em vista a forma como as atuais cidades vem sendo pensadas e geridas pelo Estado, dentro do processo conhecido como empresariamento urbano (Harvey, 1985) e as medidas tomadas a fim de garantir sua ordem. Analisando as propostas e práticas das salas, os autores argumentam que elas se constituem em verdadeiros mecanismos disciplinares atuantes sobre os usuários, tanto no sentido de excluí-los dos locais valorizados da cidade, ao retirá-los das ruas, quanto de forma a tornar esses sujeitos cidadãos saudáveis, responsáveis pela gestão não só dos riscos associados ao consumo da droga, mas de sua vida como um todo, dentro da perspectiva hegemônica de uma “cidadania saudável”. Considerando os efeitos práticos que as salas produziram de acentuar a separação entre sujeitos “dispostos” e “desejosos” de mudarem o seu estilo de vida que se utilizam das salas, e aqueles “perdidos” e “incapazes” de se autogerirem, que preferiram permanecer nas ruas, os autores argumentam que as salas acabam garantindo a manutenção e até legitimando a permanência de mecanismos repressivos e punitivos sobre essa população marginalizada que não foi “incluída”. Sendo assim, para os autores, as salas de uso são um mecanismo de ordenamento socioespacial sob o “disfarce” da saúde

---

¹⁹⁶ Cf. <<http://www1.folha.uol.com.br/cotidiano/2015/05/1628606-prefeitura-vai-construir-praca-para-os-usuarios-da-cracolandia-diz-secretaria.shtml>>. Acesso em 14/05/2015.

pública, pois baseiam-se primariamente sobre tecnologias disciplinares de responsabilização do usuário como um agente de risco (idem, p. 357-8). Ao invés de substituir o atual controle punitivo do uso de drogas ilícitas, essas novas práticas mais "progressistas" de governo coexistem ao lado de formas mais tradicionais de repressão – e seria essa coexistência que caracterizaria, segundo os autores, o contexto atual de controle do uso de drogas ilícitas (Ficher, 2003). Como apontam Ficher et al (2014, p. 363), mecanismos disciplinares e de gestão, como as salas de uso, não substituem estratégias mais tradicionais de controle punitivo sobre os usuários. Ao contrário, parecem ser interligadas e complementares, ao invés de sequenciais ou substitutivas.

Nesse sentido, é possível observar semelhanças com o programa De Braços Abertos. Os usuários que não aderiram ao programa estão sob a constante vigilância do ônibus de videomonitoramento, sendo cerceados por guardas civis e policiais militares para permanecerem próximos ao equipamento. Por vezes, esses usuários acabam sendo estigmatizados e tidos como “traficantes”, já que “mesmo” oferecendo alojamento, alimentação, trabalho e renda, essas pessoas “ainda” persistem no consumo da droga e em não buscar uma saída para sua condição. Por isso, esses usuários podem acabar sendo tidos ou como “ingovernáveis”, passíveis, então, de medidas como a internação compulsória, ou como “traficantes”, que devem ser presos e reprimidos, figuras tidas como moralmente deploráveis, que geram “tentações” aos usuários em tratamento, ao estarem sempre prontos e eficientes em satisfazer a demanda pela droga. Se não é possível inscrever as condutas desses “ingovernáveis” numa certa concepção de “ordem pública” e num certo ideal de civilidade, restariam, nos termos de Telles et al (2013, p. 15), as *“tecnologias de controle que parecem resultar da articulação crescente entre um padrão excludente de gestão do espaço urbano, da adoção de medidas de exceção e do objetivo de regular condutas urbanas consideradas de risco”*.

Nesse sentido, apesar das críticas feitas por movimentos sociais e ativistas jurídicos ao caráter repressivo das nossas polícias, por vezes em referência às nossas raízes autoritárias ou à nossa “modernização incompleta”, bem como à nossa política de drogas retrógrada se comparada aos países que vem tratando a questão de formas alternativas, parece que o atual programa municipal está na vanguarda em termos de política de drogas, tal como define Ficher (2003). Juntando as pontas entre assistência, saúde e repressão, responsabilizando seus beneficiários pela gestão de seus riscos e de seu bem-estar, e renovando de forma específica o papel das forças de segurança municipais, o “case” de sucesso do programa De Braços Abertos vem ganhando visibilidade internacional¹⁹⁷, e o território da “cracolândia” vem se tornando “o laboratório e a ponta

---

¹⁹⁷ Não a toa que a instituição Open Society financiou a pesquisa de avaliação do programa De Braços Abertos, com a aposta de disseminá-lo como uma experiência inovadora e bem sucedida no campo das políticas de drogas.

de lança” de uma gestão securitária do espaço urbano (Minhoto, 2012), um ponto de observação de como a lógica da saúde passa a ser acionada como uma racionalidade de regulação e ordenamento socioespacial. Mais do que descontinuidade entre, de um lado, a “Operação Sufoco” e, de outro, o programa De Braços Abertos, o que se observa são formas de se gerir os ilegalismos, a ordem e o espaço urbano.

3. A resistência territorial dos usuários de crack:

Apesar de todas as intervenções recentes, desde a “Operação Sufoco” até a última operação de retirada dos barracos em abril de 2015, a “cracolândia” persiste. Após essas intervenções, o fluxo de usuários diminuiu, se dispersa, mas em poucas semanas já está de volta, e por vezes ainda maior. Tendo isso em vista, a pergunta que sempre permanece no ar é: por que, apesar das diferentes intervenções postas em prática, ninguém consegue desmontar a “cracolândia”?

Uma pista importante que Rui dá nesse sentido é que se nota uma resistência territorial mais forte por parte dos usuários de *crack* quando eles se restabeleceram nas ruas da “cracolândia” após a dispersão promovida pela “Operação Sufoco” (2013, 2014a). Eles passaram a ocupar mais maciçamente as ruas onde hoje se encontra o *fluxo* e começaram a construir os barracos, alvo de duas intervenções do poder municipal. Duas explicações podem ser consideradas para explicar esse fenômeno. Primeiramente, teria havido de fato um efeito prático da liminar ganha pelo Ministério Público, garantindo que os usuários pudessem permanecer na região sem ser abordados de forma truculenta por forças policiais. Outra explicação, mais plausível, é que com o cerceamento dos usuários pelos agentes de segurança e o aumento expressivo da presença de trabalhadores da assistência social e da saúde após a operação de 2012, eles passam a circular menos por outros territórios inclusive por saberem que lá na “cracolândia” estarão protegidos de abordagens mais truculentas, das quais poderiam ser alvo em outros pontos da cidade.

Nesse sentido, a impressão que se tem é de que quanto mais Estado chega a esse território, mais a “cracolândia” persiste. Na aposta que Mattar faz em sua pesquisa, o Estado possui papel central na própria constituição da “cracolândia”, uma vez que “*seus operadores estão constantemente fazendo triagens e classificando para onde cada qual deve ser encaminhado*”, regulando os fluxos dos frequentadores da “cracolândia” (2015, p. 11). Em perspectiva semelhante, Rui e Mallart (2015a) tratam desse território como um “conector urbano”, no qual, para além da compra, venda e uso de *crack*, circulam usuários de drogas, adolescentes infratores, ex-presidiários, prostitutas, moradores de rua etc. Nos termos dos autores, trata-se de um “ponto de gravitação”, onde se cruzam diversas linhas de força e disputas que movimentam, como descrito ao longo deste trabalho, agendas de políticas das três esferas de governo, embates jurídicos e lutas no campo da

saúde pública – especialmente após o ponto de guinada da presença do Estado na região após os desdobramentos da “Operação Sufoco”.

Por conseguinte, para Rui e Mallart é importante ir além da visão estanque sobre a localidade da “cracolândia” e passar a vê-la não como uma “ilha impenetrável” no centro de São Paulo, mas como ponto de gravitação de onde se vislumbram diversos outros circuitos e fenômenos urbanos e por onde circulam homens e mulheres com suas “histórias infames” (Foucault, 2003), sobre os quais se combinam dispositivos de punição, controle, assistência e cuidado (Rui e Mallart, 2015a e 2015b; Rui, 2015). Portanto, mais do que uma “territorialidade itinerante” (Frúgoli & Spaggiari, 2010), cujos frequentadores circulariam em função das intervenções lá postas em prática, é justamente em função de todo esse aparato criado para os “conhecer, classificar, encaminhar, inserir e fazer circular” (Mattar, 2015, p. 51) que eles persistem e insistem em permanecer nesse território. Isto posto, ter observado ao longo dessa pesquisa o crescimento do *fluxo* e do número de pessoas que circulam pela “cracolândia” parece ser bastante revelador de como esses atores lidam com as práticas do Estado, mas também como vão se utilizando desse espaço, “*impulsionando e (re) criando aparatos e técnicas políticas de manejo desse território*” (Rui, 2014, p. 56), desvelando assim o caráter sempre tenso e conflituoso da produção, uso e apropriação desse espaço urbano.

Considerações Finais

Da Operação Sufoco ao programa De Braços Abertos: campos de disputa e gestão do espaço urbano

A “Operação Sufoco”, à primeira vista, parece não trazer novidades sobre o caráter militarizado da gestão da segurança pública no Brasil e sobre os excessos característicos das forças de segurança brasileiras, já vastamente estudados por toda uma geração de cientistas sociais, principalmente do campo da sociologia da violência e da punição.

No entanto, um olhar mais detido sobre esse acontecimento, seus desdobramentos e suas marcas na atual configuração em que se encontra a “cracolândia” paulistana ajuda a pensar duas questões que são caras e de interesse do grupo de pesquisadores que compõem o projeto temático em que se esta pesquisa se insere: (1) os nexos entre gestão urbana e ordem pública sob a égide de princípios securitários; (2) e as dimensões conflituosas, ambivalentes e multifacetadas inscritas na produção da ordem social e urbana (Telles et al, 2013; Telles, 2015a, 2015b). Nesse sentido, a “cracolândia”, em especial a “Operação Sufoco” e toda a reconfiguração que engendrou nesse território foram escolhidos como cenas privilegiadas para observar como diferentes formas de gerir essa população são postas em prática, as conflituosidades que estes mecanismos engendram e como eles influenciam na dinâmica reconfiguração dos dispositivos de controle que visam garantir a ordem nesse espaço urbano.

Com relação ao primeiro ponto, o que este trabalho buscou demonstrar é que a “Operação Sufoco” pode ser tida como uma intervenção que evidencia a gestão securitária desta população e deste território, acionando para tanto a ideia de urgência em se combater a “epidemia do crack” e o tráfico de drogas, bem como as noções de risco e vulnerabilidade dos frequentadores da “cracolândia”. Em nome da “retomada” daquele território pelo Estado, tanto para apoiar políticas de atenção a essa população, quanto para devolvê-lo para o restante da cidade e aos “cidadãos de bem”, as forças de segurança vão ganhando terreno na gestão do espaço urbano e de sua ordem.

No entanto, como descrito nos capítulos 2 e 3, tal intervenção não ocorreu sem conflitos e embates. As disputas em diversas arenas, acionadas por diferentes atores, campos, redes sociotécnicas, instituições e interesses também em disputa, se deram em torno de concepções sobre o que é crime e como se qualifica o tráfico de drogas; como se define e se diferenciam um usuário de drogas de um dependente químico e de um traficante; sobre quais devem ser as formas de tratamento desses usuários de crack, e sobre quem e como se utiliza esse espaço do centro de São Paulo. Os embates que defensores e promotores públicos enfrentaram (não apenas em contraposição ao governo do estado, mas também ao próprio poder Judiciário), além daqueles observados entre

redes e coletivos de profissionais da saúde e movimentos sociais em defesa dos usuários que frequentam a “cracolândia”, geraram efeitos concretos de resistência e limitações a certas práticas repressivas de Estado que têm marcado o histórico desse território. Apesar da presença maciça de forças de segurança hoje, uma nova “Operação Sufoco” tal como a de 2012 dificilmente ocorreria novamente, não só pela repercussão negativa que teve na época, mas também pela configuração de forças que se desenhou com essas disputas, especialmente com a atuação dos aqui chamados “ativistas jurídicos”. Em outros termos, dos campos de disputa do direito, da saúde e da segurança que a “Operação Sufoco” permitiu observar, mais do que denúncias sobre a ineficácia ou fracasso dessa ação policial em “resolver” a questão da “cracolândia”, surgiram novas mediações e configurações de força que abriram as condições de possibilidade para mudanças concretas na forma de se gerir esse território e sua população.

Parte da literatura internacional sobre atuais mecanismos de controle social rastreada pelo projeto temático e por essa pesquisa pode oferecer pistas para essas questões. Beckett e Herbert (2008) trazem uma importante contribuição nesse sentido ao colocarem a questão do conflito social no centro do deslocamento identificado por eles nos mecanismos e táticas de controle social urbano postos em prática na cidade de Seattle. Durante as décadas de 1970 e 80, com os movimentos em defesa dos direitos civis, a Suprema Corte norte-americana declarou a inconstitucionalidade de leis de mendicância e de vadiagem, que davam amplo poder discricionário às forças policiais para regular espaços públicos e remover aqueles considerados “desordeiros”. Com essa determinação, surgiram novas ferramentas legais que puderam restaurar a autoridade e poder da polícia, e que aliviaram as obrigações de seus agentes de garantir determinados procedimentos durante seu exercício; ao mesmo tempo, reduziram as chances de serem contestadas ou invalidadas nos tribunais (idem, p. 21). De acordo com o argumento desses autores, o efeito (inesperado) das lutas sociais por direitos civis e da descriminalização de certos comportamentos pela Suprema Corte norte-americana foi também o de criar o cenário propício para a adoção de leis de civilidade e desenvolvimento de dispositivos legais híbridos, os quais pudessem prover os policiais de um conjunto de mecanismos de controle social com largo poder discricionário e com poucas chances de ser constitucionalmente objetados.

Tomando como inspiração as reflexões desses autores, bem como o deslizar dos campos de conflitos em torno da “Operação Sufoco” e as observações de campo feitas ao longo dessa pesquisa, seria possível afirmar que as inovações nas formas de controle observadas recentemente na região da “cracolândia” foram desenvolvidas e adotadas em grande medida tendo em vista as resistências geradas pelos campos de embate que surgiram em torno desta ação policial. Em outros termos, os conflitos que a operação de 2012 gerou tiveram papel importante na reconfiguração dos mecanismos de controle que são postos em prática nessa região. Nesse sentido, os embates e

disputas tratados nesse trabalho não são apenas achados de campo – eles também funcionam como referências de inteligibilidade da atual configuração política desse espaço (Rui, 2013, 2014), e como grades analíticas para dar conta das relações de força que se cruzam na gestão e produção desse território (Telles, 2015).

Apesar do mote disseminado durante e após a operação de que o crack deve ser tratado como *uma questão de saúde pública e não com polícia*, não é possível dizer que se observou uma passagem ou substituição da repressão para a saúde após a “Operação Sufoco”. Parece, pelo contrário, que se viu uma transição para formas de se tentar gerir melhor essa população, ordenar suas multiplicidades, governá-la, responsabilizar os beneficiários das atuais políticas para se cuidarem e buscarem a superação de suas condições. Ao mesmo tempo, separando e triando aqueles que estão dentro e fora dos programas e das tentativas de “recuperação”, vão sendo criadas clivagens e classificações para que cada um possa circular pelos diferentes circuitos do “labirinto institucional” que se criou a partir da disseminação de serviços e programas concentrados atualmente na região da “cracolândia” (Mattar, 2015). São circuitos que vão atender aos mais diversos perfis de frequentadores que por lá circulam: o usuário de crack que sabe controlar o seu uso, que consegue trabalhar e às vezes deixar de consumir a substância, os “doentes” que precisam de intervenções de saúde (desde um atendimento no Centro de Atenção Psicossocial até a internação compulsória), e, por fim, os que não são doentes, mas sim “traficantes” - e para esses cabem os tradicionais mecanismos punitivos e repressivos.

O que parece se observar hoje, então, é uma composição entre intervenções que se dizem as mais atuais e progressistas na forma de lidar com a questão das drogas, fazendo referência ao que há de mais moderno em termos de políticas públicas e orientações internacionais, com formas de controle e gestão da segurança que por vezes precisam acionar o braço repressivo do Estado. Tendo como referência a discussão sobre o poder disciplinar de Foucault (2009 [1975], p. 206), o que parece ter ocorrido na “cracolândia” foi uma combinação de técnicas de poder numa tentativa de ordenar as multiplicidades nesse território, de forma a “tornar o exercício do poder o menos custoso possível” econômica e politicamente. Nos termos do autor:

(...) [a disciplina] imobiliza ou regulamenta os movimentos; resolve as confusões; as aglomerações compactas sobre as circulações incertas. Ela deve também dominar todas as forças que se formam a partir da própria constituição de uma multiplicidade organizada; deve neutralizar os efeitos de contrapoder que dela nascem e que formam resistência ao poder que quer dominá-la: agitações, revoltas, organizações esporádicas, conluios.

Na perspectiva da gestão do espaço urbano, as novas intervenções na “cracolândia” podem ser vistas como mecanismos que visam um controle mais fino dessa população, fazendo a triagem, categorizando e separando aqueles que são ou não “governáveis”. A novidade que a Operação

Sufoco e seus efeitos trouxeram é que hoje a tentativa de restabelecer a ordem neste território não se dá mais apenas pela “retirada-violência” (Foucault, 2009 [1975], p. 207), mas também “ordenando as multiplicidades” que caracterizam o espaço urbano. Portanto, analisando as políticas de cuidado que foram desenvolvidas após a “Operação Sufoco”, tanto o programa estadual (Recomeço) quanto o municipal (De Braços Abertos), e a forma como a gestão do *fluxo* passa em grande medida pelas mãos das forças de segurança (tanto municipais quanto estaduais), é que se pode observar o limiar tênue entre cuidado e repressão na gestão desse território.

As formas atuais de gerir e controlar os frequentadores da “cracolândia” por meio dos programas que hoje são oferecidos foram aqui apenas muito rapidamente descritas, e ainda precisam ser melhor pesquisadas. Ainda assim, algumas hipóteses para pesquisas futuras podem ser pensadas. O que as observações de campo, bem como as análises oferecidas por Mattar (2015) e Rui e Mallart (2015a, 2015b) parecem indicar, é que mais do que uma oposição ou antinomia entre cuidado e repressão, o que parece haver é uma combinação entre essas duas esferas, ou ao menos, um limiar muito mais tênue entre elas. Talvez mais do que uma colonização das áreas de saúde e de assistência social pela segurança e pela polícia (Cruz, 2012), estaríamos observando um imbrincamento entre todas elas para melhor gerir essa população. Não à toa, apesar das diferentes perspectivas sobre as formas de lidar com a questão da “cracolândia” e do uso de drogas que governo do estado e prefeitura têm, ambos estão somando esforços mais recentemente para lidar com o persistente “problema da crackolândia”¹⁹⁸, articulando as pastas municipais e estaduais de segurança e saúde.

Se a repressão, tal como ocorreu na Operação Sufoco, seria difícil de ocorrer novamente, como vai sendo feita então a gestão desse território, dessa população, e dos ilegalismos que lá ocorrem, agora que saúde, assistência e segurança parecem menos se opor e mais se compor? Como os dispositivos de poder vão se configurando para atuar nesse cenário, com as limitações impostas pelas resistências criadas após a “Operação Sufoco”, mas também com as possibilidades abertas pelas políticas de cuidado que surgiram depois? Quais são os novos conflitos engendrados pelos programas atuais e as formas de controle que colocam em prática? Essas são questões para pesquisas futuras, as quais podem nos dar pistas importantes para entender a face política da produção e gestão atual desse espaço urbano.

---

¹⁹⁸ Cf. <<http://sao-paulo.estadao.com.br/noticias/geral,fluxo-na-cracolandia-volta-a-crescer-e-prefeitura-quer-parceria-com-estado-imp-,1800137>>. Acesso em 27/11/2015.

Referências Bibliográficas

- Adorno, Rubens (2012). "As Fronteiras Demarcadas e o Dispositivo da Invisibilidade: uma etnografia da crackolândia". In: *Seminário A Crackolândia Muito Além do Crack*, 2012, São Paulo.
- Adorno, Rubens; Rui, Taniele; Silva, Selma; Malvasi, Paulo; Vasconcellos, Maria; Gomes, Bruno; Godoi, Tiago (2013). "Etnografia da crackolândia: notas sobre uma pesquisa em território urbano". *Saúde e Transformação Social*, vol. 4, n. 2, p. 4-13.
- Arruda, M.; Soares, Cassia; Adorno, Rubens (2013). "Revisão bibliográfica: o consumo de crack nos últimos 20 anos". *Saúde e Transformação Social*, vol. 4, n. 2, p. 157-66.
- Bancroft, Karen (2012). "Zones of Exclusion: Urban Spatial Policies, Social Justice, and Social Services". *Journal of Sociology and Social Welfare*, vol 39, n. 3, p. 63-84.
- Beckett, Katherine & Herbert, Steve (2008), "Dealing with disorder: social control in the post-industrial city". *Theoretical Criminology*, vol 12, n.1, p. 5-30.
- Beckett, Katherine & Herbert, Steve (2008a), "The Punitive City Revisited: The Transformation of Urban Social Control". In: Frampton, López & Simon (eds.). *After the War on Crime: Race, Democracy, and a New Reconstruction*. New York: NY University Press.
- Beckett, Katherine & Herbert, Steve (2010). "Penal Boudararies: Banishment and the Expansion of Punishment". *Law & Social Inquiry*, vol. 35, n. 1, p. 1-38.
- Belina, Bernd (2007). "From Disciplining to Dislocation: Area Bans in Recent Urban Policing in Germany". *European Urban and Regional Studies*, vol 14, n. 4, p. 321-336.
- Botello, Nelson (2013). "Urban securitization in Mexico City: a new public order?". In: Lippert, Randy & Walby, Kevin (eds.). *Policing Cities: Urban securization and regulation in a twenty-first century world*. London and New York: Routledge.
- Caldeira, Teresa (2000). *Cidade de Muros: Crime, segregação e cidadania em São Paulo*. São Paulo. Editora 34 e Edusp.
- Carlini-Cotrim, Beatriz & Galduróz, José C. F. & Noto, Ana R. & Pinsky, Ilana (1995). "A mídia na fabricação do pânico de drogas: um estudo no Brasil". *Comunicação & Política*, v. 1, no. 2, nova série. Rio de Janeiro: Cebela.
- Collier, Stephan. J (2011). "Topologias de poder: a análise de Foucault sobre o governo político para além da "governamentalidade"". *Revista Brasileira de Ciência Política*, n. 5, p. 245–284.
- Crawford, Adam (2011). "From the shopping mall to the street corner: dynamics of exclusion in the governance of public space". In: *International and Comparative Criminal Justice and Urban Governance*. Cambridge: Cambridge University Press. P.483-518.
- Cruz, Ana Paula Galdeano (2012). "Segurança Pública e Insegurança Social". In: *Seminário A Crackolândia Muito Além do Crack*, 2012, São Paulo.
- Davis, Mike (1990). *Cidade de Quartzto: Escavando o Futuro de Los Angeles*. Londres: Verso.
- Dias, A. C.; Ribeiro, M.; Dunn, J.; Sesso, R.; Laranjeira, R. (2008). "Follow-up study of crack

cocaine users: situation of the patients after 2, 5 and 12 years". *Subst Abus*, vol. 29, n. 3, p. 71-9.

Dualibi, L.; Ribeiro, M.; Laranjeira, R. (2008). "Profile of cocaine and crack users in Brazil". *Cadernos de Saúde Pública*, vol. 24, n. 4, p. 545-57.

Ewick, Patricia (1997), "Punishment, Power and Justice". In Garth, Bryant & Sarat, Austin, *Justice and Power in Sociolegal Studies*. Evaston: Northwestern University Press.

Fasson, Karina & Pucciinelli, Bruno (2010). "Pensando o crack na cidade de São Paulo: cracolândia, intervenções públicas, saúde e marginalização" in: X Concurso Nacional de Monografia sobre Drogas, Secretaria Nacional de Políticas sobre Drogas: Brasília.

Feltran, Gabriel (2007). "Trabalhadores e bandidos: categorias de nomeação, significados políticos". *Revista Temáticas*, ano 15.

Ficher, Benedikt (2003). "'Doing good with a vengeance': a critical assesement of the practices, effects and implications of drug treatment courts' in North America". *Criminal Justice*, n. 3.

Ficher, Benedikt; Turnbull, Sarah; Poland, Blake; Haydon, Emma (2004). "Drug use, risk and urban order: examining supervised injection sites (SISs) as 'governmentality'". *The Internacional Journal of Drug Policy*, n. 15.

Filho, José & Silveira, Marcelo (2012). "Encarceramento em Massa e Delito das Drogas". In: *Seminário A Cracolândia Muito Além do Crack*, 2012, São Paulo.

Fiore, Maurício (2008). "Prazer e risco: uma discussão a respeito dos saberes médicos sobre o uso de drogas". In: MACRAE, Edward et al. (Org.). *Drogas e cultura: novas perspectivas*. Salvador: Editora da UFBA, p. 141-154.

Fiore, Maurício (2007). *Uso de "drogas": controvérsias médicas e debate público*. Campinas: Mercado de Letras/Fapesp .

Fiore, Maurício (2004). "Tensões entre o social e o biológico nas controvérsias médicas sobre uso de drogas". In: *XXVIII Reunião Anual da ANPOCS*, 2004, Caxambú. CD-ROM dos trabalhos apresentados na XVIII Reunião Anual da ANPOCS.

Fiore, Maurício (2002). "Algumas reflexões a respeito dos discursos médicos sobre o uso de 'drogas'". In: *XXVI Reunião Anual da ANPOCS*, 2002, Caxambú. CD-ROM dos trabalhos apresentados na XXVI Reunião Anual da ANPOCS.

Foucault, Michel (2008). *Segurança, Território, População*: curso no Collège de France (1977-1978). 1ª Ed. São Paulo: Martins Fontes, 2008.

Foucault, Michel (2009 [1979]). *Microfísicas do Poder*. São Paulo: Graal.

Foucault, Michel. (2009 [1976]). *A História da Sexualidade I: A Vontade de Saber*. 19ª Ed. São Paulo, Graal.

Foucault, Michel. (2009 [1975]), *Vigiar e Punir* (1975). 37ª Ed. Petropolis, Vozes.

Frúgoli, Heitor & Cavalcanti, Mariana (2013). "Territorialidades da(s) cracolândia(s) em São Paulo e no Rio de Janeiro". *Anuário Antropológico*, vol. 2.

- Frugoli, Heitor & Chizzolini, Bianca (2010). "Moradias e práticas espaciais na região da Luz". *Nau-USP*, Ponto Urbe, n.6.
- Frúgoli, Heitor & Sklair, Jessica (2009). "O bairro da Luz em São Paulo: questões antropológicas sobre o fenômeno da gentrification". *Cuadernos de Antropologia Social*, UBA, n.30.
- Frúgoli, Heitor & Spaggiari, Enrico (2010). "Da "cracolândia" aos nórias: percursos etnográficos no bairro da Luz". *Nau-USP*, Ponto Urbe, n.6.
- Gomes, Bruno R & Adorno, Rubens (2011). "Tornar-se 'nória': trajetória e sofrimento social nos 'usos de crack' no centro de São Paulo". *Revista Etnográfica*, vol 15, n. 3.
- Graham, Stephen (2010). *Cities Under Siege: The New Military Urbanism*. Londres: Verso.
- Harvey, David (1996). "Do gerenciamento ao empresariamento: a transformação da administração urbana no capitalismo tardio". *Espaço e Debates*, n. 39.
- Herbert, Steve & Brown, Elizabeth (2006), "Conceptions of Space and Crime in the Punitive Neoliberal City". *Antipode*, vol. 38, n. 4, p: 755-777.
- Hirata, Daniel (2012). "A produção das cidades securitárias: polícia e política". *Le Monde Diplomatic Brasil*, Ed. 56.
- Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada – IPEA (2013). Mapa da Defensoria Pública no Brasil. 1ª Ed. Brasília – Distrito Federal.
- Leite, Márcia (2012). "Da "metáfora da guerra" ao projeto de "pacificação": favelas e políticas de segurança pública no Rio de Janeiro". *Revista Brasileira de Segurança Pública*, vol. 6, n. 2, p. 374-89.
- Lippert, Randy & Walby, Kevin (eds.) (2013). *Policing Cities: Urban securization and regulation in a twenty-first century world*. London and New York: Routledge.
- Lynch, Mona (2010). "From the Punitive City to the Gated Community: Security and Segregation across the Social and Penal Landscape". *University of Miami Law Review*, vol. 56, p. 89-110.
- Mattar, Marina (2015). *No labirinto: formas de gestão do espaços e dos corpos na 'cracolândia'*. Texto de qualificação de mestrado: São Paulo, FFLCH-USP.
- Melo, José Arnaldo (2014). *Cidade & saúde: saneamento e modernização no Projeto Nova Luz, Prefeitura de São Paulo*. Tese de Doutorado. São Paulo, FAU - USP.
- Merry, Sally Engle. (2001), "Spatial Governmentality and the New Urbana Social Order: Controlling Gender Violence through Law". *American Anthropologist*, vol. 103, n.1, p. 16-29.
- Minhoto, L. D. (2012). "Notas sobre a guerra urbana de longa duração". *Boletim IBCCRIM*, v. 233.
- Moncau, Joana; Delmanto, Júlio; Pimentel, Spensy (2012). "Crack, a epidemia da desinformação". *Revista do Brasil*, Ed. 68.
- Moreira, Carolina (2008). *Intervenções urbanas contemporâneas: o caso da área da Luz no centro*

de São Paulo. Dissertação de Mestrado. São Carlos, Escola de Engenharia - USP.

Mosqueira, Tatiana (2007). *Reabilitação da região da Luz - Centro Histórico de São Paulo: Projetos urbanos e estratégias de intervenção*. Dissertação de Mestrado. São Paulo, FAU - USP.

Nakano, Kazuo (2012). "De Cracolândia a Nova Luz: olhar crítico sobre um urbanismo sem questões sociais". In: *Seminário A Cracolândia Muito Além do Crack*, 2012, São Paulo.

Neme, Cristina (2005). "Violência e segurança: um olhar sobre a França e o Brasil". *Revista de Sociologia e Política*, n. 25, p. 123-137.

Oliveira, Lúcio & Nappo, Solange (2008). "Crack na cidade de São Paulo: acessibilidade, estratégias de mercado e formas de uso". *Revista Psicologia Clínica*, vol. 35, n. 6, p. 212-8.

Pinheiro, Paulo Sérgio & Sader, E (1985). "O controle da polícia no processo de transição democrática no Brasil". *Temas IMESC: Soc. Dir. Saúde*, vol. 2, n. 2, p. 77-95.

Pinheiro, Paulo Sérgio (1998). "Polícia e Consolidação Democrática: o caso brasileiro". In Pinheiro, P. S. et al. *São Paulo sem medo. Um diagnóstico da Violência Urbana*. Rio de Janeiro, Garamond, p. 182-183.

Raco, Mike (2003). "Remaking Place and Securitising Space: Urban Regeneration and the Strategies, Tactics and Practices of Policing in the UK". *Urban Studies*, vol. 40, n. 9, p. 1869-1887.

Raupp, Luciane & Adorno, Rubens (2011). "Circuitos de uso de crack na região central da cidade de São Paulo (SP, Brasil)". *Ciência e Saúde Coletiva*, vol. 16, n. 5, p. 2613-2622.

Rodrigues, Diego; Backes, Dierce; Freitas, Hilda; Zamberlan, Claudia; Gelhen, Maria; Colomé, Juliana. (2012). "Conhecimentos produzidos acerca do crack: uma incursão nas dissertações e teses brasileiras". *Ciência & Saúde Coletiva*, vol. 17, n. 5, p. 1247-58.

Rui, Taniele (2012). *Corpos Abjetos: etnografias em cenários de uso e comércio de crack*. Tese de Doutorado: Campinas, IFCH-Unicamp.

Rui, Taniele (2013). "Depois da "Operação Sufoco": sobre espetáculo policial, cobertura midiática e direitos na "cracolândia" paulistana". *Revista Contemporânea*, vol. 3, n. 2, p. 287-310.

Rui, Taniele (2014). "A cidade, desde as cracolândias" *Novos Debates*. Fórum de debates em Antropologia (ABA), vol. 1, p. 52-57.

Rui, Taniele (2014a). "Entre asfixiar y abrir los brazos: el caso da cracolândia brasileira" Dossiê Derecho a la ciudad y al territorio, publicação especial para o Foro Mundial Urbano - Medellín. *Desde la Region*, vol. 1, p. 26-31.

Rui, Taniele (2015). *Fluxos de uma territorialidade: duas décadas de cracolândia (1995-2014)*. No prelo.

Rui, Taniele & Mallart, Fábio (2015a). A Cracolândia, um potente conector urbano. *Le Monde Diplomatique Brasil*, Ed. 99.

Rui, Taniele & Mallart, Fábio (2015b). Por uma etnografia das transversalidades urbanas: entre o mundão e os dispositivos de controle. In: 39ª *Reunião Anual da ANPOCS*, 2015, Caxambú.

- Sanchez, Lisa (1997), "Boundaries of Legitimacy: Sex, Citizenship, and Community in a Local Sexual Economy". *Law and Social Inquiry*, vol. 22, p. 543-581.
- Sanchez, Lisa (2001), "Enclosure Acts and Exclusionary Practices: Neighborhood Associations, Community Police, and the Expulsion of the Sexual Outlaw". In Goldberg, David; Musheno Michael & Bower, Lisa (eds.). *Between Law and Culture: Relocating Legal Studies*. Minneapolis: University of Minnesota Press, p. 122-140.
- Santos, Julio (2010). *O Álibi Cultural: novas formas para a valorização e reprodução do espaço na metrópole contemporânea*. Dissertação de Mestrado. São Paulo, FFLCH - USP.
- Sapori, L.; Sena, L.; Silva, B. (2010). "A relação entre o comércio do crack e a violência urbana na região metropolitana de BH". In: Sapori, L.; Medeiros, R. *Crack: um desafio social*. Belo Horizonte: Editora PUC Minas.
- Secretaria Nacional de Políticas sobre Drogas (2009). *Relatório Brasileiro sobre Drogas*. Brasília, DF. Relatório disponível no link: http://www.mpsp.mp.br/portal/page/portal/infanciahome_c/dr_drogadicao/dr_outros_drogadicao/plano_enfrentamento/pevb_levantamentos/relatorio%20uso%20drogas%20no%20brasil_senad.pdf. Acesso em 06/10/2015.
- Shields, Rob (1989), "Social spatialization and the Built Environment: The West Edmonton Mall". *Society and Space*, vol. 7, p. 147-164.
- Silva, Selma & Adorno, Rubens (2013). "A etnografia e o trânsito das vulnerabilidades em territórios de resistências, registros, narrativas e reflexões a partir da Cracolândia". *Saúde e Transformação Social*, vol. 4, n. 2, p. 21-31.
- Silva, Selma Lima (2000). *Mulheres da Luz: uma etnografia dos usos e preservação no uso do crack*. Dissertação de Mestrado. São Paulo, Faculdade de Saúde Pública - USP.
- Souza, Luís Antônio Francisco (2012). "A militarização da segurança". *Le Monde Diplomatique Brasil*, Ed. 56.
- Spaggiari, Enrico; Rodrigues, Weslei; Fonseca, Isadora (2010). "Etnografia da atuação de entidades sociais na região da Luz". *Nau-USP, Ponto Urbe*, n.6.
- Teixeira, Alessandra (2012). *Construir a delinquência, articular a criminalidade: um estudo sobre a gestão dos ilegalismos na cidade de São Paulo*. Tese de Doutorado: São Paulo, FFLCH-USP.
- Teixeira, Alessandra; Matsuda, Fernanda (2012). "Feios, sujos e malvados". *Le Monde Diplomatique Brasil*, Ed. 56.
- Telles, Vera da Silva (2010). *A cidade nas fronteiras do legal e do ilegal*. Belo Horizonte: Editora Argumentum.
- Telles, Vera da Silva (2013). Prospectando a cidade a partir de suas margens: notas inconclusas sobre a experiência etnográfica. *Contemporânea: Dossiê Fronteiras Urbanas*, vol 3, nº. 2, p. 359-373.
- Telles, Vera da Silva (2015). "Cidade: produção de espaços, formas de controle, conflitos". *Revista de Ciências Sociais da Universidade Federal do Ceará – Dossiê temático: A cidade como campo de*

pesquisa.

Telles, Vera da Silva (2015a). Apresentação na mesa “A caixa de ferramentas: violência, poder, disciplina e ilegalismos”. In: *Seminário Temático 40 anos de Vigiar e Punir: histórias e destinos de um livro*, 2015, São Paulo.

Telles, Vera da Silva et. al (2013). *A gestão do conflito na produção da cidade contemporânea: a experiência paulista*. Projeto Temático - Fapesp.

Uchoa, Marco A (1996). *Crack: o caminho das pedras*. Ed. Atica.

Walby, Kevin & Lippert, Randy (2012). "Spatial Regulation, Dispersal, and the Aesthetics of the City: Conservation Officer Policing of Homeless People in Ottawa, Canada". *Antipode*, vol. 44, n. 3, p. 1015-1033.